

Helton Costa e Carlos Henrique Pimentel

Dever e honra

Veteranos da FEB legalistas e militantes de esquerda
contra ditaduras e golpes no Brasil – 1945/1995



Helton Costa e Carlos Henrique Pimentel

Dever e honra: veteranos da FEB legalistas e militantes de esquerda contra ditaduras e golpes no Brasil – 1945/1995

Ponta Grossa, 2023

Idealização:

Helton Costa

Redação e pesquisa:

Helton Costa e Carlos Henrique Pimentel

Revisão:

Josiane Aparecida Franzo

Capa e projeto Gráfico:

Helton Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dever e honra: veteranos da FEB legalistas e militantes de esquerda contra ditaduras e golpes no Brasil – 1945-1995– Curitiba: Matilda Produções, 2022.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-86392-08-1

1. História Militar; 2. Força Expedicionária Brasileira; 3. Segunda Guerra Mundial

CDD: 978-65-86392-08-1

Prefácio

* Francisco César Alves Ferraz

Em Pistoia, Itália, existe um Monumento Votivo Brasileiro, em homenagem aos 451 brasileiros que tombaram na campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) contra forças fascistas alemãs e italianas, entre 1944 e 1945. O local era um Cemitério Militar, onde os expedicionários brasileiros estavam sepultados, até 1960, quando os corpos foram exumados e transferidos para seus jazigos perpétuos, no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro. No cemitério de Pistoia ficou um túmulo do soldado desconhecido e, posteriormente, o Monumento Votivo Brasileiro, que estiveram sob os cuidados do expedicionário Miguel Pereira, residente na cidade. Quando o veterano morreu, o monumento ficou sob a administração e preservação de seu filho, Mario Pereira, até poucos anos atrás.

Em novembro de 2021, o então presidente brasileiro Jair Bolsonaro e senador italiano Matteo Salvini, ambos políticos de extrema-direita e com pronunciamentos públicos de elogios ao fascismo, fizeram uma visita ao monumento em Pistoia, para homenagem aos brasileiros mortos na guerra. Mario Pereira ficou indignado com a visita, entendida como parte da campanha política completamente oposta ao que os expedicionários lutaram e morreram, dado o “perfil ideológico dos dois”, “uma ideologia muito parecida com o nazifascismo”. Acrescentou Pereira: “O soldado desconhecido que fica ali no monumento vai se revoltar, meu pai, um pracinha que está no cemitério ali do lado, vai se revoltar muito, se revirar na tumba. Infelizmente, temos a ideologia contrária vindo homenagear quem combateu e derrotou o nazifascismo¹”.

As apropriações da simbologia da FEB se radicalizaram. Logo após o segundo turno das eleições presidenciais de 2022, brotaram em várias cidades do país aglomerações e acampamentos de inconformados com a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro. Situados em frente a quartéis do Exército, exigiam a anulação do pleito e a intervenção dos militares na política, contra o “comunismo”. Além das palavras de ordem, o que mais caracterizou esses grupos era o farto uso dos símbolos nacionais e roupas militarizadas. Entre esses símbolos, o distintivo da FEB, com a “cobra fumando” e a “Canção do Expedicionário”. Esta última, inclusive, foi colocada semanas depois, como hino dos acampados, ao lado do hino da Independência, ambos em lugar do hino nacional, para que não fossem os manifestantes confundidos com torcedores da seleção brasileira de futebol, então disputando a Copa do Mundo²”.

¹MAGENTA, Matheus. 'Bolsonaro vem fazer campanha. Meu pai vai se revirar na tumba', diz filho de pracinha enterrado na Itália. BBC NEWS, 2 nov 2021, <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59133394>

²Disponível em <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/no-qg-bolsonaristas-recomendam-troca-da-camisa-verde-e-amarela>; consultado em 09/05/2023.

Em 8 de janeiro de 2023, em Brasília, a horda desses “manifestantes” saiu de frente ao quartel do exército e invadiu as sedes dos Três Poderes, quebrando e destruindo tudo o que viam pela frente. Entre os participantes da invasão do Congresso, estava o sobrinho do ex-presidente Jair Bolsonaro, Leonardo Rodrigues de Jesus, o “Leo Índio”, fotografado exibindo a camiseta verde estampada com um enorme símbolo da FEB, com a cobra fumando³”.

Esse esforço por identificar a participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial com os valores da direita política, particularmente o anticomunismo, não é recente. Desde as décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial que os tons da guerra fria já davam as cores dessa identificação. A partir de 1964, porém, tal identidade aprofundou-se, devido ao fato de que parte dos generais e coronéis que protagonizaram o golpe de Estado pertenceu ao corpo de oficiais comandantes da FEB, inclusive o primeiro general-presidente, Humberto de Alencar Castello Branco.

O general, aliás, não perdeu a oportunidade para consolidar tal identificação. Poucos dias depois de ter sido empossado pelo golpe de Estado - que seus protagonistas chamavam de “revolução” - fez um discurso para ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira. No salão lotado por veteranos, políticos e imprensa, Castello Branco afirmou que “a Revolução processada no Brasil, há pouco, nada mais era e realmente nada mais é do que a continuação da luta pelos ideais de campanha expedicionária na Itália. Na verdade, o Brasil está combatendo a ideologia comunista como a FEB soube combater a ideologia nazista nos campos de batalha”. Mesmo os opositores à ditadura começaram a fazer essa identificação, mas como crítica não apenas ao regime militar, mas também às forças armadas e à FEB, por analogia. Portanto, além daqueles que extraíam vantagens políticas da identidade entre FEB e valores de direita, também vários setores de esquerda entenderam que a imagem da FEB estava associada aos militares em geral, à ditadura de 1964 e à direita.

O livro que o leitor tem em mãos investe contra essa identificação. Ele vai mostrar a diversidade de pensamento e práticas políticas dentro da FEB. A FEB, por vias tortuosas, acabou por ser uma espécie de “amostra” do Brasil: brancos, mestiços, negros, indígenas, imigrantes; trabalhadores urbanos e rurais; pobres e com pouca escolaridade (muitos), instruídos e classes médias e altas (poucos). Também politicamente, a FEB exibia uma variedade que dificilmente poderia ser manifestada na ditadura do Estado Novo, que ainda vigorava. Embora a maioria preferisse ser alheia às lutas políticas de então, havia entre os expedicionários grupos mais politizados, à direita e à esquerda. Ambos tinham em comum a aversão ao Estado Novo, mas divergiam sobre como derrubá-la e sobre que tipo de política desenvolver após a derrubada da

³Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2023/01/08/sobrinho-de-bolsonaro-leo-indio-participou-de-invasao-ao-congresso-no-df.htm> consultado em 09/05/2023.

ditadura, que estava com os dias contados desde que se decidiu que o Brasil enviaria uma força expedicionária além-mar, para combater os fascismos.

Muito já se escreveu sobre os grupos à direita nas forças armadas e na FEB, sua participação nas disputas pela liderança do Clube Militar, sobre suas mobilizações na Campanha do Petróleo, contra seus pares nacionalistas e de esquerda, sobre sua atuação nas crises políticas entre 1954 e 1964. A alta concentração dos estudos nesses grupos oriundos da FEB, que participaram da Cruzada Democrática, que pertenceram à Escola Superior de Guerra e que participaram ativamente no golpe de Estado de 1964, direcionaria a opinião geral para a ideia que confirmaria a suposta identidade entre FEB e direita política, apontada nos parágrafos anteriores.

O livro de Costa e Pimentel oferece um contraponto necessário a esta crença. Vai mostrar que havia na FEB grupos de esquerda, militar e civil, que eram ativos em prol da democracia e de justiça social. Vai mostrar que nem todos eram vinculados ao Partido Comunista. Muitos, durante a guerra e depois dela, mostraram que não abandonaram os princípios norteadores da luta contra os fascismos. Vários, incluindo oficiais militares e civis sem militância ativa, pagaram caro por ousar desafiar a direita e extrema-direita no poder. Os autores seguem as trilhas iniciadas por João Quartim de Moraes e Paulo Ribeiro Cunha, sobre esquerda militar. A novidade deste livro, contudo, é que, por ser a FEB uma composição de militares regulares e civis convocados e/ou voluntários, as definições por expedicionários de esquerda se tornam mais complexas.

Exatamente por isso que o livro começa por definir o que entende por “esquerda”, para além do tão apregoadado “fim das ideologias” ou “fim da história”, típicos do imediato pós-guerra fria. Nos dias de hoje, a utilidade das definições de esquerda e direita se mostra imprescindível.

A seguir, faz algumas observações sobre a participação dos militares na política. Elege o conceito de “partidos militares” para explicar como as forças armadas brasileiras se tornaram um espaço de lutas pela hegemonia política. Uma vez que a política “no” exército era considerada, por líderes militares como os generais Góes Monteiro e Eurico Dutra, disfuncional e perigosa para a manutenção da unidade, hierarquia e disciplina, as lutas internas seriam sobre quem teria a hegemonia para fazer a política “do” exército. O viés atual extremamente conservador e anticomunista das forças armadas não obscurece o fato de que, até 1964, havia militares de todas as correntes de pensamento e ação. E se o anticomunismo se tornou hegemônico na instituição militar, foi porque a presença e participação ativa de militantes de esquerda nas fileiras incomodou suficientemente as lideranças hierárquicas à direita na caserna.

Assim, este livro aborda os diversos momentos em que oficiais regulares e civis de esquerda participaram da FEB: desde as recomendações para que os militantes comunistas se voluntariassem para a sua composição, até a confecção, no Teatro de Operações da Itália, do Manifesto à Nação,

pelo fim da ditadura e restabelecimento dos direitos democráticos. Entre esses dois momentos, os autores descrevem como funcionavam as células comunistas na FEB, como agiam e quais as estratégias de politização dos grupos ao redor.

O período pós-guerra também ganha espaço no livro, ao descrever e analisar a presença de ex-combatentes de esquerda, comunistas ou não, nos esforços das associações de ex-combatentes para reivindicação dos direitos dos veteranos de guerra, sua presença nas disputas da Campanha do Petróleo e nos movimentos pelas reformas de base, até o golpe de 1964. Este evento foi um divisor de águas, dentro das forças armadas e mesmo fora delas, em relação à perseguição e punição aos considerados “vermelhos”. Mesmo ex-combatentes que professavam crenças liberais e radicalmente democráticas, acabaram engolidos no turbilhão repressivo. O fato de terem pertencido à FEB pouco adiantou. Prisões arbitrárias, cassações, exonerações, listas negras, todas as formas de retaliar os que se posicionavam não só à esquerda, mas até mesmo aqueles que apontavam o caráter ditatorial do regime que estava se iniciando, foram usadas.

A segunda parte do livro exhibe uma pesquisa séria e consistente, com esboços biográficos de expedicionários e os desafios que enfrentaram para manifestar e atuar à esquerda ou mesmo contra a truculência que lembrava os fascismos contra os quais eles combateram. Daí o livro não abordar apenas militantes notórios do Partido Comunista do Brasil, como Henrique Cordeiro Oest, comandante de batalhão da FEB e posteriormente deputado federal constituinte pelo PCB, e capitão-aviador Fortunato Câmara de Oliveira, o criador do símbolo do Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), o “Senta a Pua”, mas também militantes menos conhecidos, como o capitão Kardec Leme, Pedro Paulo Lacerda, o capitão Tácito Lívio Reis de Souza, entre muitos outros. As biografias de jovens militantes comunistas que seriam mais conhecidos no futuro, como os futuros dirigentes partidários Jacob Gorender e Salomão Malina, o jornalista Egídio Squeff, ou como o artista plástico Carlos Scliar, também estão incluídas nesta obra.

Mas nem apenas os militantes foram apresentados. Aqueles que, mesmo não sendo afiliados ou simpatizantes do partido, continuaram a luta pelas ideias de liberdade, democracia e igualdade, também foram arrolados, pelos autores, como participantes deste espírito “de esquerda” da FEB. Daí podemos conhecer melhor as vidas de homens como Nilson Vasco Gondim e Adauto Amorim dos Santos, perseguidos pela ditadura de 1964 por serem contrários ao golpe; ou como o então jornalista e futuro psicanalista Neltair Pithan e Silva, da equipe de terra do Grupo de Caça da FAB, que se opôs ao apoio que os companheiros da associação de veteranos a que pertencia prestaram ao golpe de 1964; o professor universitário e tradutor Boris Schnaiderman, o jornalista Joel Silveira, o economista Celso Furtado, considerados suspeitos de comunismo; ou a do general legalista Silvino Castor da Nóbrega, comandante do III Batalhão do 6º Regimento de Infantaria (R.I.) da FEB. O

general, afastado de suas funções, por seus superiores hierárquicos, nos dias do golpe, teve de responder a inquérito policial-militar e foi transferido para a reserva. Porém, nenhuma dessas trajetórias foi tão trágica como a do 3º Sargento do 11º R.I., Dilermano Mello do Nascimento, uma das primeiras vítimas fatais dos interrogatórios violentos e “suicídios” arranjados da ditadura militar.

Há muitas outras histórias que este livro conta, sobre rapazes e, posteriormente, homens feitos, que nunca deixaram o espírito de combate aos fascismos de lado. Os autores fizeram um trabalho notável de pesquisa desses expedicionários, a partir de uma grande variedade de fontes, de modo a contribuir para a história de milhares de jovens brasileiros que deixaram suas vidas cheias de sonhos de lados e enfrentaram o pesadelo da guerra. O conflito acabou, mas a luta pelos símbolos da FEB continuou. As tentativas de profanar o significado da FEB não cessarão, infelizmente. Este livro, ao lembrar do combate dos expedicionários para tornar o mundo melhor, ou pelo menos livre do abjeto fascismo, durante e depois da guerra, contribui para restaurar uma história que tem que ser lembrada: a FEB foi e sempre será o símbolo da luta pela liberdade, pela democracia e contra todas as tiranias.

*Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1988), Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1994) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2003), onde pesquisou a reintegração social e a memória coletiva dos veteranos brasileiros da Segunda Guerra Mundial. É Professor Associado do Departamento de História. Foi Coordenador do Programa de Mestrado em História Social, na Universidade Estadual de Londrina (2006-2008; 2013-2016). Foi pesquisador visitante no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ (2010), na University of Tennessee, Knoxville, TN (2011-2012) e Professor Visitante no Doutorado em História da Universidad de Buenos Aires, Argentina (2019-2020). É Bolsista-Produtividade 2 do CNPq (2010-2013; 2014-2017; 2017-2020; 2020-2023).

Introdução dos autores

Este livro não tem como objetivo implantar qualquer narrativa de que a FEB era uma força de esquerda, socialista, comunista ou qualquer descrição do gênero. Aliás, não é uma obra que tente impor narrativas. Longe disso, o texto foi escrito com o objetivo de mostrar a diversidade de pensamentos existentes entre os 25 mil soldados enviados para combater na Itália.

Intencionalmente, ou não, a FEB acabou por se tornar um grande recorte do Brasil daquele período da Segunda Guerra Mundial, com representantes de todas as classes sociais, principalmente das menos favorecidas financeiramente, bem como dos mais diferentes pensamentos e condições de vida deste país.

As ideologias que circulavam na sociedade do período também circulavam entre a tropa. Por isso, comunistas, socialistas e simpatizantes, de igual modo, fizeram parte dos regimentos, batalhões e companhias enviados para combater o nazifascismo.

Por outro lado, o presente livro visa o combate às ideologias de extrema-direita que tentam utilizar a FEB, quando lhes convêm, com propósitos político-partidários, esquecendo-se de que a FEB não tem um dono, não tem um perfil estático, é de todos e de todas, inclusive das esquerdas⁴. As narrativas de extrema-direita, em sua maioria, glorificam o militarismo como única forma de controle social. Isso, quando não são apoiadoras de ditaduras e defensoras da tortura como método de trabalho do Estado.

No período recortado nesta obra, o leitor e a leitora hão de notar que em todos os ataques à democracia, sempre se fez uso de um oponente comum, um suspeito de sempre, como dizia o aviador Fortunato de Oliveira: o comunismo, usado para tentar unificar a sociedade contra um inimigo que naquele contexto assustava mas não tinha a força de mobilização que lhe queriam atribuir, no entanto, que serviu e ainda serve perfeitamente aos propósitos discursivos de quem não conseguia chegar ao poder ou manter-se nele por meios próprios.

Em um tempo de pós-verdades, fake news e de ataques aos princípios democráticos e do estado de direito, esta obra busca mostrar que os militares têm um papel fundamental na manutenção da democracia, porém, para isso, precisam despir-se do papel de Partido Militar e começar a pensar como os nacionalistas/legalistas de outrora, com abertura para reflexões das demais ideologias, que no Brasil, ajudaram, ao longo do tempo, na defesa da manutenção dos direitos plenos dos cidadãos e cidadãs.

⁴ E a mesma crítica deve ser feita, como se verá, à tentativa de uso político pelo Partido Comunista Brasileiro, que quando agiu tentando abraçar a FEB para si, foi rechaçado e causou cismas entre as associações de ex-combatentes, tendo que contentar-se em conseguir inserir seus membros nas suas diretorias, mas sem controlá-las totalmente.

Nos contextos aqui apresentados, percebe-se que sempre houve a defesa intransigente e posicionamento enérgico por parte dos militares que se apegaram às leis e não aos golpes; e que, nem sempre, a ideologia de esquerda era parte desse grupo de defensores da ordem e da lei, mas que, em muitos momentos, foram as uniões entre nacionalistas/legalistas e militantes de esquerda que trouxeram avanços sociais para a história do país.

Tanto é verdade, que na maioria dos casos relatados, preferimos utilizar as próprias versões oficiais do Estado, feitas por agentes da repressão, para mostrar como funcionava o esquema de defesa dos valores éticos e humanos. Aqueles mesmos documentos que foram produzidos para acusar quem não concordava com os golpes, são, hoje, ferramentas que podem e devem servir à causa da defesa da democracia, para que não nos esqueçamos de como são nocivas as ditaduras, todas elas.

Uma boa leitura.

Sumário

Capítulo 1	
Sobre o título do livro.....	11
Capítulo 2	
O Brasil na Segunda Guerra Mundial e os pracinhas de esquerda.....	22
Capítulo 3	
Militantes de esquerda e nacionalistas/legalistas na FEB: 1944-1945.....	32
Capítulo 4	
O sistema comunista dentro da FEB: uma hipótese.....	41
Capítulo 5	
O diário de Neder.....	47
Capítulo 6	
Um documento amplo, articulado por comunistas.....	53
Capítulo 7	
Brigas nas associações e o grande protesto de 1947.....	66
Capítulo 8	
1952.....	79
Capítulo 9	
1964.....	91
Parte 2	
Relatos de vida e honra.....	100
Um fechamento necessário.....	207
Álbum fotográfico.....	209

Capítulo 1

Sobre o título do livro

Antes de começarmos a contar as histórias de vida e de luta dos ex-combatentes, é preciso realizarmos algumas definições que dizem respeito ao título da obra. A começar por aqueles nominados como militantes de esquerda.

Para tal, temos que recorrer ao contexto histórico que os conceitos de direita e esquerda foram cunhados. Tal classificação remete a uma versão originada nas reuniões da Revolução de 1789, da Assembleia Nacional Francesa. Nela, à direita do rei, sentava-se a nobreza, e, à esquerda, o Terceiro Estado, formado pela burguesia e pelos camponeses. Desse modo, a direita se identificava com posições aristocráticas, conservadoras e monárquicas, já a esquerda com posicionamentos democráticos, liberais, nacionalistas e, pelo menos potencialmente, republicanos. Nesse contexto, posicionar-se à esquerda era ser a favor da Revolução, ou seja, de uma mudança radical na sociedade, e estar à direita significava alinhar-se contra ela.

As noções de direita e esquerda não permaneceram estáticas no tempo. Com a ascensão do movimento socialista na segunda metade do século XIX, a ideia de intervenção do Estado na economia introduziu novos critérios de distinção e diferenciação entre as duas partes. A partir de então, passaram a ser identificados como de esquerda aqueles que defendiam a ação do Estado para neutralizar e reverter as desigualdades econômicas e sociais advindas da industrialização capitalista. Isso significou, por conseguinte, que a noção do que era a esquerda passou a englobar não apenas os comunistas e socialistas, como também outros posicionamentos ideológicos de caráter partidário, ou não, que se identificavam com essas posições relativas às desigualdades sociais. Em contrapartida, ficavam à direita os opositores dessas políticas e bandeiras ideológicas (BOBBIO⁵, 1995).

No conturbado século XX, o choque entre esquerda e direita movimentou a dinâmica política. Seria impossível analisar a história do século passado sem passar por essas noções, por mais frouxas que fossem no contexto de certas conjunturas. As duas guerras mundiais, as revoluções comunistas, as guerras de libertação nacional na África e na Ásia, entre outros fatos importantes ao século XX, em grande parte, e com sentidos complexos e diversos foram a história do embate entre a direita e a esquerda.

Nos últimos anos, a distinção clássica entre direita e esquerda tem se tornado alvo de severas críticas e, em alguns meios políticos e intelectuais, surge a ideia de que essas duas noções – que,

⁵ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995

como assinala Norberto Bobbio⁶ (1995), por mais de dois séculos serviram para dividir o universo político em polos distintos – tiveram seus significados esvaziados e, portanto, não teriam mais sentido a sua utilização.

A literatura referente à invalidade dos conceitos de esquerda/direita é vasta e diversificada; Bobbio⁷ (1995), por exemplo, querendo propor um breve sumário da discussão, se refere a cinco tipos ou matrizes teóricas que põem em dúvida a pertinência da distinção.

Em primeiro lugar, ele indica as polêmicas relativas ao fim das ideologias, iniciadas nos anos 60 do século passado e retomadas a partir das teses de Fukuyama, na década de 80, como diluidoras da polarização. Em segundo lugar, o autor observa que, para muitos, a dicotomia esquerda/direita perdeu sua importância no mundo político atual porque a complexidade das grandes sociedades e, em particular, das grandes sociedades democráticas, tem tornado inadequado o estabelecimento de uma separação nítida entre duas partes contrapostas em um sistema pluriverso.

Em seguida, comenta que muitos teóricos pregam o esvaziamento da díade esquerda/direita na medida em que ela perde seu valor descritivo. E, dessa maneira, não dá conta das contínuas transformações pelas quais as sociedades têm passado e que deram origem a diversos movimentos sociais, ecologistas, feministas, pacifistas, entre outros, que não se enquadram no tradicional esquema polarizado. Em quarto lugar, aponta para a argumentação de certos estudiosos, segundo os quais o conceito se esmaece devido aos novos e intrincados dilemas impostos às sociedades mais avançadas. Nelas, direita e esquerda apresentam, na verdade, mais ou menos as mesmas propostas e objetivam os mesmos fins. Assim: “basta desautorizar um dos termos, não lhe reconhecendo mais nenhum direito à existência; se tudo é esquerda, não há mais direita e, reciprocamente, se tudo é direita, não há mais esquerda” (BOBBIO⁸, 1995).

Finalmente, o autor lembra que, ainda para outros, a dissolução do conceito liga-se ao fato de que ambas,

As etiquetas tornaram-se meras ficções e, na realidade, diante da grandeza e novidade dos problemas que os movimentos políticos devem enfrentar os *destros* (*destri*) e os *esquerdos* (*sinistri*) dizem, no fim das contas, as mesmas coisas, formulam, para uso e consumo de seus eleitores, mais ou menos os mesmos programas e propõem-se os mesmos fins imediatos. (BOBBIO⁹, 1995)

Discordando de cada uma dessas interpretações, o pensador italiano reafirma a pertinência da distinção, pelo menos em um dos seus pontos essenciais; a questão da igualdade é a característica

⁶ BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995

⁷ Idem.

⁸ Idem, p.82-87.

⁹ BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995, p.65.

maior da esquerda, sendo a desigualdade originária daquele terrível direito à propriedade individual. Para Bobbio, o princípio fundamental da esquerda está,

[...] não como utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais. (BOBBIO¹⁰, 1995)

No entanto, entendemos que é necessário ultrapassar a empobrecedora dicotomia da revolução–conservação, que ignora e condena ao esquecimento diversos setores da sociedade. Entendemos, neste livro, que as diferenças entre a esquerda e a direita se dão a partir dos ideais de igualdade social, sendo esta - a regra, e a desigualdade - a exceção, assim como afirmou o pensador italiano.

Sobre a esquerda brasileira, partimos do entendimento de dois autores. Para Jacob Gorender¹¹ (2003) todos os grupos, indivíduos ou ideias que aceitam e se comprometem com a transformação social, visando o benefício das classes oprimidas, serão considerados de esquerda. Assim, os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes, independente de filiação partidária ou radicalização política, importando apenas suas lutas, sejam quais forem, a fim de reduzir as diferentes formas de exploração e desigualdade (GORENDER¹², 2003).

Já, Emir Sader¹³, seguindo as considerações de Bobbio, coloca à direita os conservadores, interessados em reproduzir e manter a ordem vigente, ou seja, o capitalismo como sistema econômico, com as elites nacionais no controle político. Por outro lado, a esquerda se caracterizaria por almejar a transformação e a consequente superação desse conservadorismo em nome da justiça, defendendo a ideia de um Estado ativo na redução das injustiças sociais e da desigualdade.

E os nacionalistas/legalistas?

Militar nacionalista/legalista é o indivíduo das Forças Armadas ou auxiliares, que sobrepõe qualquer interesse nacional acima dos seus particulares; é um elemento que apoia as causas nacionais em detrimento das estrangeiras, as defendendo por todos os meios imagináveis, inclusive a força das armas. O nacionalista acredita que as soluções para os problemas brasileiros devem sempre nascer da intelectualidade de seu país, no entanto, não discrimina ideias de fora do país que sejam adaptadas e aplicadas por elementos pátrios locais.

¹⁰ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995, p.110

¹¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003, p.11

¹² Idem, p.7.

¹³ SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.21.

Por conta da defesa intransigente dos interesses nacionais, os nacionalistas não se furtam em fazer alianças temporárias com grupos ideológicos de matrizes que tradicionalmente lhes são opostas, desde que, naquele tema em questão que está sendo defendido, os interesses sejam os mesmos, coincidam. Por vezes, é um interesse datado e muito particular para aquela ação em questão.

Em nosso livro, mostramos como a questão do petróleo, por exemplo, uniu nacionalistas e as várias esquerdas brasileiras, logrando êxito e permitindo que a exploração do combustível fóssil fosse brasileira e não privatizada para grupos estrangeiros. Em alguns momentos, os nacionalistas também receberam a denominação de legalistas¹⁴, uma vez que defendem a legalidade dos atos praticados em nome da Força da qual faziam parte. Essa legalidade, geralmente, parte do princípio legal literal, dizendo respeito às leis que regem a promulgação de determinadas ordens (que não sejam inconstitucionais ou fora de regulamentações existentes como, por exemplo, o Código Penal Brasileiro ou mesmo os tratados dos quais o Brasil é signatário, como os de Direitos Humanos ou Convenções de Guerra).

Militares e Política

A participação dos militares na política é fato comum na história brasileira, principalmente na República, ficando difícil estudar e compreender a história de nosso país sem estudar os militares. Sendo essa participação inegável, é importante ressaltar que, não existe uma divisão entre militares profissionais e militares políticos, já que a profissão militar é, em si mesma, política. As Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), além de deterem os meios de coerção legal, estão inseridas no aparelho burocrático do Estado, ficando, assim, indissociáveis do meio político.

Se analisarmos como ação política das Forças Armadas, não apenas golpes e intervenções diretas, mas levarmos em consideração toda e qualquer pressão e participação por meio da instituição militar como um todo, ou em parte, no domínio da esfera pública, vê-se que todas as Forças Armadas do mundo intervêm de alguma forma na política, atuando de maneira direta ou indireta nas decisões e rumos políticos de uma Nação.

Tendo como ponto de partida, portanto, que a ação política dos militares não se limita a intervenções repressivas, mas possui vários modos de participação na esfera pública e privada da sociedade, deve-se, agora, tentar compreender essa participação na história brasileira, em especial no período republicano, experiência que demonstrou a Instituição Castrense atuando, não só como protetora da ordem ou aparelho de coerção da sociedade, e sim como forte agente político.

¹⁴ Daí termos optado por legalistas no título deste livro.

Partindo do princípio de que existe interação entre civis e militares, assim como no conceito de “fenômeno da interação” talhado por Antonio Carlos Peixoto¹⁵ (1980), enxerga-se as Forças Armadas não como forças monolíticas, pois, as Armas absorvem as influências vindas de fora, dando-lhes outros significados a partir de seus valores institucionais e organizacionais e, a partir desse processo, elaboram suas práticas e estratégias de influência e intervenção na sociedade civil. Isso não quer dizer que não existam disputas e conflitos internos - porque existem, assim como no meio civil. A única diferença é que, na maioria dos casos, é silenciada pela hierarquia e disciplina do meio militar.

Dessa maneira, a concentração ou a perspectiva teórica a ser usada será a de partidos militares, na qual diferentes grupos, dentro e fora da organização militar, disputam a hegemonia política e emitem propostas para toda a sociedade.

A noção de partido militar permite analisar as divisões ideológicas e as ações existentes no interior da instituição militar, diferente do que ocorre em outras visões sobre a relação dos militares com a política. Pretende-se, à vista disso, utilizar o conceito que melhor se adapta à pesquisa, no caso da esquerda nas Forças Armadas, considera-se que esse conceito é o mais adequado para análise política e suas disputas na Instituição.

Militares de Esquerda no Brasil

As Forças Armadas Brasileiras não são instituições politicamente fechadas, por mais que os acontecimentos das últimas cinco décadas de nossa história republicana possam indicar essa posição.

Ainda que ideias de viés conservador (Moraes¹⁶, 2005), fruto da mentalidade instaurada no pós-1964, que se consolidaram como prática predominante da instituição castrense, nos induzam a concluir que as Forças Armadas no Brasil sempre possuíram essa ideologia, não podemos concordar com tal hipótese. Ao olharmos para a história da Instituição veremos, em momentos diferentes, a existência de grupos ou de militares isolados que não compactuavam com esses ideais.

O ponto de partida dessa análise se ancora no conceito elaborado pelo filósofo político João Quartim de Moraes, em sua obra *Esquerda Militar no Brasil* (volumes I, II e III), pesquisa na qual o autor busca, de maneira analítica, reconstruir e problematizar a existência de militares que, na esfera política, optaram por um viés de esquerda em suas atuações. A partir de sua obra, Moraes procurou analisar a atuação de sujeitos históricos nacionais, desde o período imperial até a República,

¹⁵ PEIXOTO, Antonio Carlos. O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945- 1964). In: ROUQUÉ, Alain (Org.). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1980.

¹⁶ MORAES, João Quartim de. A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v.1, p.33.

apontando para novas discussões que a historiografia tradicional relegou, justamente por esses homens pertencerem a uma ideia política distante e perigosa para as elites que controlavam o país.

A pesquisa de Moraes sobre militares de esquerda no Brasil é composta por três volumes: *A Esquerda Militar no Brasil, Volume I: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*, publicada em 1991; *A Esquerda Militar no Brasil, Volume II: da Coluna Prestes à comuna de tenentes e soldados*, publicada em 1994; e o terceiro ainda não publicado, que abordará a ala de esquerda nas Formas Armadas, do período da Guerra Civil Espanhola até o Golpe de 1964.

O autor não somente estabelece um conceito de esquerda às ideias e práticas de alguns grupos pertencentes à Instituição militar, mas, a partir dele, também abre caminho para várias pesquisas sobre a história das Forças Armadas. Por um lado, sugere que a esquerda militar pode ser estudada como uma categoria analítica, e, por outro, como um parâmetro político, na medida em que é recuperada a existência desse grupo de militares no aparelho de defesa do Estado brasileiro, problematizando sua intervenção política e teórica na história republicana, na maioria das vezes, de forma clandestina. Moraes recupera aquilo que poucos sabem ou mesmo admitem haver, a existência de uma esquerda militar no Brasil, que igualmente interveio na história, em capítulos políticos importantes no Brasil do século XX (CUNHA¹⁷, 2009).

Para Moraes, sempre houve a presença de militares de esquerda na história do Brasil, principalmente no período republicano:

Os positivistas que proclamaram a República e que lutaram pela abolição, os “tenentes” que estiveram na vanguarda da luta contra a corrupta e carcomida República oligárquica, os oficiais democratas e nacionalistas dos anos 50 (muitos ligados ao PCB) que deixaram marcas de sua trajetória na transformação econômica e política de nosso país são exemplos dessa participação. Se, a partir de 1964, os militares de esquerda se tornaram espécie em vias de extinção, foi por terem sofrido uma caçada e expurgo político-ideológico sem precedentes na instituição armada do Estado brasileiro. (MORAES¹⁸, 2005)

A perseguição gradual, iniciada em 1935 pelo levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL) nas Forças Armadas, refletiu nos oficiais de esquerda, sejam eles comunistas, nacionalistas ou progressistas, que por possuírem ideias políticas contrárias, em relação à maioria dos oficiais, enfrentaram preconceitos, sendo vítimas de punições e dificuldades na carreira militar. O campo de pesquisa e debate é muito extenso, existindo vários movimentos e revoltas militares que ainda carecem de estudos específicos ao longo da história republicana brasileira.

¹⁷ CUNHA, Paulo Ribeiro da. A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas. 2009. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf>. Acesso em 29/09/2023.

¹⁸ CUNHA, Paulo Ribeiro da. A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas. 2009, p.42. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf>. Acesso em 29/09/2023.

Segundo o cientista político, Paulo Ribeiro da Cunha¹⁹ (2006), existem possibilidades de pesquisas que nos remetem às décadas de 1940 e 1950; fase que, embora tivesse uma agenda insurrecional desenvolvida, foi caracterizada, principalmente, pelas várias insurreições militares de direita, seja a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek ou, na década seguinte, na tentativa de impedir a posse de João Goulart.

Há, inclusive, indícios de algumas ações de resistência da esquerda militar logo após 1964, quando houve uma frustrada tentativa de articulação de um levante contra a ditadura baseado nos setores militares cassados e da ativa. O autor cita também o exemplo de Carlos Lamarca, assim como dos militares que resistiram às intempéries de 1964. Sem deixar de mencionar os muitos subalternos das Forças Armadas que participaram da luta de resistência à ditadura nas muitas organizações de esquerda surgidas com este objetivo (CUNHA²⁰, 2009).

Alguns pesquisadores²¹ vêm se debruçando sobre a temática da esquerda militar nas últimas décadas, recuperando e problematizando seu papel na construção do país, abordando suas ações em diferentes momentos da História Republicana Brasileira.

São pesquisas que norteiam de alguma forma a construção desse trabalho, pois em todos esses estudos encontram-se as mesmas dificuldades em relação às fontes, além de percalços, como a clandestinidade da grande maioria desses militares e as severas punições que muitos sofreram. Enfim, trabalhar com um assunto pouco conhecido como a esquerda no seio das Forças Armadas ainda é complexo, muito por conta dos vestígios da Ditadura Civil-Militar²² de 1964, que deixou feridas abertas.

O Anticomunismo nas Forças Armadas

Se a importância de uma ideologia se mede por sua capacidade de mobilizar forças e por seu poder de intervenção, pode-se afirmar que o anticomunismo desempenhou um papel fundamental na história das Forças Armadas, bem como na história republicana, sendo importante seu estudo para a compreensão e análise dos fenômenos históricos, direta ou indiretamente, ligados a essa temática, que ultrapassam o campo do político, refletindo também na sociedade, na economia e na cultura do Brasil (FERREIRA²³, 1986).

¹⁹ CUNHA, Paulo Ribeiro da. A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas. 2009. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf>. Acesso em 29/09/2023.

²⁰ CUNHA, Paulo Ribeiro da. A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas. 2009. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf>. Acesso em 29/09/2023.

²¹ Rodrigues (2004); Cunha (2002); Prestes (1999); Moraes (1989); Aquino (1988); Gorender (1987); Silva (2007); Sodré (1967); Vianna (2007).

²² Neste trabalho, convencionou-se usar o termo Ditadura Civil-Militar ao período histórico que abrange os anos de 1964-1985, pautado na leitura da obra do historiador uruguaio René Dreifuss: *A Conquistado Estado: ação política, poder e golpe de classe, 1987-1964*. Nessa leitura, vimos indícios de que os militares conservadores não concretizaram o golpe sozinhos, pois tiveram a colaboração de setores civis que partilhavam da mesma ideologia.

²³ FERREIRA, José Roberto Martins. Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do exército brasileiro. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.

O Exército Brasileiro não consiste em um grupo homogêneo. Ao analisarmos a história da Instituição, veremos divergências e controvérsias em seu interior. Entretanto, por se tratar de uma organização hierarquizada, os grupos que assumem a cúpula diretiva tendem a impor e articular suas ideologias e práticas no conjunto da Instituição, valendo-se de repressões e expurgos para a consolidação de suas ideias. Assim, a concretização de uma prática anticomunista no interior do Exército se mostra compreensível. Cada grupo que controlava a cúpula da organização, ou disputava essa condição, passava a se utilizar desse discurso como fator de união entre os militares e de preocupação do Exército em relação à nação, devendo as Armas sempre se manterem em guarda contra um suposto perigo vermelho, conforme Motta²⁴ (2002), controlado por uma potência estrangeira, no caso a ex-União Soviética (URSS), mantendo a soberania nacional e a sociedade cristã ocidental preservada.

Em *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do exército brasileiro*, José Roberto Martins Ferreira²⁵ (1986) destaca a década de 1930 como o momento em que o anticomunismo se tornou uma das ideias marcantes das Forças Armadas, não só no Brasil, como também em outros países da América do Sul. As intervenções da Instituição Castrense nas questões políticas a partir de então, sejam elas bem-sucedidas ou fracassadas, contra regimes específicos ou contra determinadas práticas, estavam de alguma forma ligadas, em maior ou menor grau, ao discurso anticomunista que se consolidava. Desse período em diante, as Forças Armadas Brasileiras têm se colocado, juntamente com outras instituições como a Igreja Católica e os partidos liberais, como arautos de uma ordem política e social, que está sendo afrontada por ideias subversivas, associadas às ideias progressivas em geral.

Ainda segundo o autor, o anticomunismo não é o único, apesar disso muitas vezes torna-se o principal elemento ideológico que legitima a ação direta das Armas no cenário político. Outros discursos como o nacionalismo, o desenvolvimentismo e a moralização das instituições de igual modo são legitimadores para a intervenção militar na política. Contudo, ao olhar para história brasileira, principalmente ao atentar-se para os fenômenos políticos da história republicana, observa-se a grande importância do discurso anticomunista no interior das Forças Armadas em momentos cruciais de nossa história, tais como a implantação do Estado Novo, em 1937, e o golpe civil-militar, de 1964 (FERREIRA, 1986²⁶).

²⁴ MOTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil: 1917-1964. São Paulo: Perspectiva, 2002.

²⁵ FERREIRA, José Roberto Martins. Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do exército brasileiro. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.

²⁶ FERREIRA, José Roberto Martins. Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do exército brasileiro. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.

Esses períodos são abordados na análise sobre o anticomunismo e a história republicana brasileira, realizada pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta²⁷ (2002), em sua obra *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*. Nos escritos, o autor apresenta os dois momentos em que o anticomunismo foi fundamental, não só dentro da Instituição militar, mas, principalmente, como discurso legitimador de intervenções das Armas no cenário político. Trata-se da primeira grande onda anticomunista entre 1935 e 1937, na qual vemos a deflagração do que a historiografia nacional convencionou chamar de Intentona Comunista e a consequente perseguição aos partidários de esquerda que possibilitou a instalação do Estado Novo ditatorial de Vargas; e do segundo grande surto anticomunista, entre 1961 e 1964, pelo qual se tem a ascensão de João Goulart seguido de uma forte crise política encabeçada por grupos anticomunistas, com destaque para a cúpula das Forças Armadas. Essa pressão teve como desfecho a deflagração do golpe de 1964.

A importância do anticomunismo na compreensão da relação das Forças Armadas como agente político na história brasileira se evidencia pelo fato de que:

Não seria exagero nenhum afirmar que se a história política recente do Brasil tem se caracterizado por uma constante e crescente presença das Forças Armadas na cena política, esta presença tem sido justificada, antecipadamente ou posteriormente, através da retórica anticomunista. Do golpe de 1937 ao golpe de 1964; da cassação do PCB em 1947 até a legalização dos partidos clandestinos em 1985; da Revolta de Jacarecanga até o Manifesto Silvío Frota de 1977; das críticas (e estímulo à neutralização) ao projeto de reforma agrária de 1963, às mesmas críticas e neutralização ao projeto de reforma agrária de 1985; da eleição de Getúlio em 1950 à eleição de Leonel Brizola, como governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982. Em suma, não há um acontecimento relevante para a política brasileira nos últimos cinquenta anos e que com a presença das Forças Armadas, ou setores expressivos delas, onde a retórica anticomunista não seja utilizada. (FERREIRA²⁸, 1986, p. 50-51)

Logo, é com a eclosão da chamada Intentona Comunista, em 1935, que se institucionaliza o anticomunismo como um discurso das Forças Armadas, prática que acompanhou a ideologia dominante do Exército e que se faz presente na Instituição e fora dela, com resquícios até a época atual. Assim, por meio do rito do dia 27 de novembro, o Exército cria a noção de que o comunismo e seu consequente combate é uma característica indissociável das Armas. Ademais, o expurgo dessa ideia política seria uma tarefa, ou seja, uma obrigação da Instituição militar como um todo.

O anticomunismo nas Forças Armadas igualmente é abordado na pesquisa de Celso Castro²⁹ (2002), na qual o autor analisa os principais rituais e símbolos do Exército, por intermédio de três importantes momentos históricos que se transformaram em tradições fundamentais da instituição castrense: o culto a Caxias como patrono do Exército; as comemorações da vitória sobre a Intentona

²⁷ MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. O anticomunismo no Brasil: 1917-1964. São Paulo: Perspectiva, 2002.

²⁸ Idem.

²⁹ CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

Comunista, de 1935; e, por fim, o Dia do Exército, comemorado na data da primeira Batalha dos Guararapes. Para o pesquisador, a frustrada revolta comunista de novembro de 1935 foi um acontecimento chave no processo de institucionalização da ideologia anticomunista nas Forças Armadas Brasileiras:

Pode-se falar de anticomunismo desde que o comunismo existe. O preâmbulo do Manifesto comunista de Marx e Engels, de 1848, já menciona o comunismo como um “fantasma” a assustar os principais líderes conservadores europeus. O anticomunismo ganha força, no entanto, com a revolução bolchevista de outubro de 1917, na Rússia, marco a partir do qual a doutrina tornou-se uma alternativa política real. Embora de fácil definição, o termo “anticomunismo” engloba um conjunto bastante heterogêneo de forças políticas e sociais. Católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas e fascistas aparecem unidos por uma postura negativa, por se posicionarem contra um inimigo comum. Por isso, a convergência entre os diversos anticomunismos ocorre apenas em períodos percebidos como de aumento do “perigo comunista”, geralmente de curta duração. (CASTRO³⁰, 2002, p. 49-50)

Em meados do século 19, alguns políticos brasileiros, como Joaquim Nabuco, já alertavam para as consequências negativas das ideias comunistas e a possibilidade de elas adentrarem no Brasil. Mas, foi só a partir de 1917 que o comunismo, com a propagação de seus ideais advindos da vitória na Revolução Russa e da subsequente formação de um Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, passou a se configurar uma situação real, deixando em alerta os setores contrários a essa ideologia. No início da década de 1930, a situação se agrava considerando a adesão do líder tenentista Luís Carlos Prestes ao comunismo e sua filiação no PCB, em 1934, assim como a formação da Aliança Nacional Libertadora (ALN) composta também pelos comunistas em 1935, tornando o comunismo mais próximo no país.

Esse período é marcado por um crescente fortalecimento de regimes autoritários, tanto à direita quanto à esquerda, no contexto internacional, tendo seus reflexos no Brasil contrários ao liberalismo político e à democracia. Segundo Celso Castro³¹ (2002, p. 50), a descrença na democracia era generalizada, sendo este o cenário político conturbado no qual a ameaça comunista no país deixa de ser distante e se torna real, quando, no final de 1935, estoura uma revolta capitaneada pelos comunistas. Essa tentativa de golpe comunista causou grande agitação pública, ainda mais, quando veio à luz a participação de estrangeiros ligados à Internacional Comunista. O episódio ficou conhecido como Intentona Comunista, nome pejorativo dado ao levante comunista, pelos vencedores.

O autor explica que, nos meses seguintes à revolta, Vargas e os chefes militares começaram uma perseguição implacável aos ditos inimigos da nação, os comunistas. Outrossim, foi decretado

³⁰ Idem, p.49-50.

³¹ Idem, p.50.

estado de sítio, ocorrendo inúmeras expulsões de militares de esquerda das Forças Armadas. Os comunistas brasileiros foram acusados de estarem a serviço de Moscou, sendo, portanto, traidores da pátria, e aqueles que participaram da revolta foram acusados ainda de dupla traição, não só com o país, como também com as Forças Armadas, que foram ultrajadas em seus dois pilares: a hierarquia e a disciplina. As Armas, nos anos seguintes, cristalizaram a ideia de traição, criando um forte anticomunismo no interior da instituição, embora a oposição dos setores militares ao comunismo anteceda a Intentona de 1935; foi a partir desta data que a Instituição Castrense passa a identificar e combater o comunismo como principal inimigo (CASTRO³², 2002).

A ênfase dada neste livro, é o fato de que o discurso anticomunista nas Forças Armadas possui uma datação, ou seja, é a partir de 1935 que a Instituição militar assume um papel de fundamental importância no combate à ideologia comunista no Brasil. A perseguição que se sucedeu possibilita a compreensão sobre as práticas adotadas pelas lideranças do Exército.

Os militares com pensamento à esquerda foram perseguidos dentro da corporação, sendo acusados de traidores da pátria, o que não impediu a existência de grupos de esquerda, ligados ou não ao PCB, dentro das Forças Armadas. Tal assertiva reforça a importância desta análise, que demonstra o quanto o comunismo ou qualquer outra ideia política de esquerda se transformaram em tabus e ideias a serem combatidas nas Forças Armadas brasileiras.

³² CASTRO, Celso. A invenção do exército brasileiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

Capítulo 2

O Brasil na Segunda Guerra Mundial e os pracinhas de esquerda

Em 1941, o mundo estava em guerra. O Brasil ainda se mantinha fora do conflito. Na Europa, milhares de pessoas sofriam os horrores da Segunda Guerra Mundial. Famílias eram separadas, lares desfeitos e leis desrespeitadas.

Na linha de frente, os soldados das nações perdiam a humanidade devastada pela brutalidade do conflito. O nazismo e o fascismo dominavam quase toda a Europa e parte da África. No Oriente, os japoneses tinham ampliado seu império. Foi nessa expansão que se chocaram com os americanos e atacaram Pearl Harbour no começo de dezembro de 1941. Logo, em 1942, o conflito que já durava quase três anos na Europa, chegou ao Brasil.

Por conta de acordos assumidos antes da guerra, o Brasil apoiou os americanos e cortou relações com os alemães e italianos, aliados dos japoneses, que juntos eram conhecidos como Eixo. As retaliações aos brasileiros não demoraram. Submarinos alemães foram mandados para afundar navegações na costa do Brasil. Até o final do conflito, seria de 34 o número de afundamentos, com a perda de mais de mil vidas, a maioria civil.

Acuado pelos ataques, o presidente Getúlio Vargas declarou guerra em agosto de 1942. Com o país oficialmente no conflito, bases aéreas no Nordeste foram emprestadas ao esforço de guerra dos Estados Unidos. Antes, elas tinham uso civil. Dali, os americanos faziam partir bombardeiros para atacar o norte da África e deixar suprimentos para as tropas Aliadas que lá combatiam, foi o chamado “Trampolim da Vitória”. O envio de matérias-primas aos Aliados também aumentou, principalmente borracha extraída do norte do país.

Nasce a FEB

Em 1943, ficou decidida a criação de uma Força Expedicionária Brasileira – FEB e, pela primeira vez na história, milhares de brasileiros seriam enviados para uma guerra na Europa, como tropa de combate libertadora.

Jovens de todo Brasil foram convocados ou se apresentaram como voluntários entre 1943 e 1944. O transporte foi feito em cinco escalões, todos saídos do Rio de Janeiro para Nápoles, na Itália.

O primeiro escalão entrou em linha em setembro de 1944. Na Itália, os brasileiros precisaram completar fardamentos, equipamentos e foram retreinados. O que tinham aprendido no Brasil era importante, todavia desatualizado. Vencida essa fase, foi hora de entrar em combate.

Em linha

Com o avanço brasileiro na primeira fase da campanha, foram libertados dezenas de vilarejos e cidades. Dos 25 mil soldados enviados para a guerra, mais de 15 mil deles foram para o combate, encarar o inimigo nas montanhas e vales. Outros 10 mil ficaram como forças reservas e nos serviços de retaguarda, mantendo o funcionamento da linha de frente.

Massarosa, Camaiore, Monte Prana ficaram na história como parte das primeiras vitórias brasileiras, que tiveram apenas um recuo: Sommocolonia, que marcou o último enfrentamento no Vale do Rio Serchio.

Os brasileiros também lutavam no mar, protegendo as costas nacionais, e pelo ar, com a Força Aérea Brasileira, a FAB. Os pilotos, mecânicos e militares de serviços de apoio se esforçavam e colocavam a vida em risco, todos os dias, nos céus da Itália, em missões de ataque às bases e comboios alemães.

Mais gente

Como dito, os brasileiros se deslocaram para a Itália em cinco levadas. O primeiro contingente foi responsável pela primeira parte da campanha, e outros dois escalões chegaram dois meses depois dos precursores, sendo também colocados em combate, já no Vale do Rio Reno, mais ao norte da Itália. Ali, enfrentaram os momentos mais difíceis da guerra.

Logo de início, os novatos, reforçados em algumas ocasiões pelos já veteranos do 6º Regimento de Infantaria, tiveram à frente o Monte Castello, uma das montanhas em torno de um monte maior, o Belvedere, que junto com outras elevações, formava um sistema bem defendido pelos alemães.

Monte Castello foi atacado por quatro vezes, sem sucesso, e os brasileiros passaram ao redor dele e nas proximidades, todo o inverno de 1944-45; uma hora, enviando patrulhas para saber do inimigo, outra hora, se defendendo desses mesmos inimigos. O frio piorou a situação.

Aquele foi um dos mais fortes invernos das últimas décadas e castigou os soldados brasileiros, que não eram acostumados com a imensidão branca onde os termômetros marcavam até 19 graus negativos. Esse clima também dificultou a adaptação dos combatentes brasileiros ao contexto existente. Mesmo atualmente, a neve nos Apeninos ainda é implacável e isola vários moradores. Na época da FEB, não foi diferente.

Entre dezembro e começo de fevereiro, as ações da FEB foram defensivas e ofensivas, com patrulhas e manutenções de posições, porém, na última quinzena de fevereiro, a neve havia se dissipado. Foi hora de atacar Monte Castello mais uma vez. A batalha entraria para a história como

uma das mais importantes, não pelo valor estratégico, e sim pelo valor moral para os combatentes, que, por quatro vezes, haviam sido superados pelos alemães.

Em 21 de fevereiro de 1945, caiu o Monte Castello. Depois, vieram os combates de Bella Vista, Castelnuovo e, finalmente, em 14 de abril de 1945, Montese, onde seria travada a batalha mais sangrenta da FEB, com mais de 420 baixas em quatro dias. Das 1.121 casas da cidade, 833 foram destruídas ao fim dos combates e quase 500 alemães foram mortos ou aprisionados ali.

Prosseguiu o avanço até a vitória

De Montese em diante, os brasileiros perseguiriam os alemães em fuga rumo à Áustria, o que culminaria com a rendição de toda uma Divisão inimiga; mais de 14,6 mil alemães de uma só vez, em 29/30 de abril de 1945, nas proximidades de Fornovo di Taro/Collecchio.

A guerra acabou na Europa em 08 de maio de 1945. Os pracinhas ainda ficariam por mais três meses como tropa de ocupação na Itália, e, da mesma forma como chegaram, foram voltando aos poucos, em escalões. Nas ruas do Rio de Janeiro, houve festa para receber os pais, filhos, irmãos, primos e amigos, soldados do Brasil na vitória contra o nazifascismo.

Quando a guerra acabou

Assim que acabou a guerra na Europa, em 08 de maio de 1945, o governo brasileiro tratou de dispensar os civis incorporados à FEB, e quem chegava de volta no Brasil, já retornava à condição de civil.

Da participação brasileira na Itália, ficaram suas histórias, dezenas de vilas e cidades libertadas, o amor e o carinho dos italianos, a rendição alemã e os demais prisioneiros durante a campanha, que totalizaram 20,5 mil. Por outro lado, as estatísticas brasileiras registrariam 2.700 feridos e outros 457 mortos brasileiros, cujos restos mortais só voltaram para o Brasil nos anos 60, tendo ficado em Pistoia até o traslado para o país natal. Se levados em consideração os brasileiros adoecidos na Itália, o número supera os nove mil.

Pracinhas à esquerda

Entre os 25 mil brasileiros que desembarcaram na Itália, em 1944, alguns compartilhavam de ideias de esquerda no cenário político nacional. Esses indivíduos à esquerda tiveram um papel de certa relevância, não apenas nos combates durante a guerra, mas, principalmente, ao voltarem ao seu país e a suas vidas, participando das transformações ocorridas no Brasil do pós-guerra, em fatos históricos como a saída de Getúlio Vargas do poder, na curta experiência democrática quando os partidos políticos puderam se articular para as eleições presidenciais que levaram o general Dutra à

presidência da República; nas discussões e construção da Carta Constituinte de 1946; e, principalmente, nos debates nacionalistas que fervilharam no contexto político das décadas de 1940 e 1950.

Importa dizer que, ainda que venha sendo realizado um grande esforço na recuperação de dados do período da Segunda Guerra Mundial, não se tem preciso se alguns desses homens ofereceram-se como voluntários, por conta da forte reação popular aos ataques de submarinos alemães a navios mercantes brasileiros, ocasionando centenas de mortos, ou motivados por desejos políticos e patrióticos diversos ou, ainda, se simplesmente foram convocados pelas Forças Armadas para combater o nazifascismo. Existe também a ideia, que não deve ser descartada, de que foram enviados para compor as tropas a mando do principal partido político de esquerda do país, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se colocava contrário aos regimes fascistas. Todas essas hipóteses fazem sentido.

A primeira consideração a essas dúvidas é em relação à constituição da tropa nacional a ser enviada à guerra, que em um primeiro plano seria composta por uma “elite” de homens (pensava-se em 100 mil soldados), devidamente escolhidos por uma minuciosa seleção, fato que não se concretizou pelas nítidas dificuldades em compor, dentro das exigências pré-estabelecidas, o quadro idealizado, seja em consequência do fator logístico deficiente para exames, seja por problemas de saúde dos convocados e soldados da ativa que participaram dos exames. Em quantidade menor, pode-se lembrar também que muitos dos pré-convocados acabavam sendo dispensados por questões de proteção política e apadrinhamento.

Não sendo possível a formação dessa “elite”, as barreiras impostas pelas Forças Armadas foram diminuindo progressivamente, o que acarretou na convocação e aceitação de alguns combatentes de esquerda, fossem eles civis ou mesmo militares de carreira.

Essa hipótese ganha corpo ao nos atentarmos a um relato oral, em entrevista feita pela historiadora Andrea Paula dos Santos com Delcy Silveira, ex-combatente na Guerra Civil Espanhola, além de militar e militante do PCB gaúcho nas décadas de 1940 e 1950, no qual se percebe a dificuldade de um voluntário, civil ou militar, que possuía ideais políticos de esquerda em ser aceito como membro na formação da FEB, evidenciando a vigilância e a severidade da seleção em seu primeiro momento, segundo nos relata Delcy Silveira, nos meses finais de 1941:

Nós, eu e o Homero, nos apresentamos como voluntários, para compor a FEB³³, ao general Benício. Este foi o general que, na intentona integralista, foi atacado pelos integralistas em sua residência particular. Ele era o comandante da região e estava em

³³ Que ainda não tinha sido criada oficialmente, o que nos leva a crer que se apresentaram como voluntários para a guerra que se aproximava, que ele e o amigo já tinham uma leitura de que o Brasil seria envolvido no conflito.

frente ao quartel-general na Rua da Praia, quando fomos levados a ele pelo coronel Santamine. Ele era um democrata, um homem que na Escola Militar enfrentava o Ivan Ramos Ribeiro que era tido como comunista. [...] Então, encontramos o Santamine, dissemos que queríamos nos apresentar e ele respondeu:

- Eu levo vocês.

Nos levou e nos apresentou ao general Benício, que estava com um ajudante de ordens que tinha sido meu colega no Colégio Militar e na Escola Militar. Queríamos ir para a guerra. Eles, entretanto, não queriam nada conosco!... Tomaram nota dos nossos nomes, mas era óbvio que não iriam nos convocar... Comunistas vindos da Guerra da Espanha, fichados pela polícia... Ele apenas mandou anotar nossos nomes... e ficou por isso mesmo³⁴.

Se por um lado, temos a negativa do pedido de incorporação de Delcy Silveira e alguns outros camaradas seus à FEB, também ligados à esquerda e, nesse caso específico, ao ilegal e recém-articulado PCB, seção do Rio Grande do Sul; do outro lado, temos o emblemático caso do oficial Fortunato Câmara de Oliveira (na época 1º tenente), piloto da recém-criada Força Aérea Brasileira (FAB) e militante de esquerda, que como se verá neste livro, foi por vontade própria e com as “bençãos” de superiores. O piloto já era conhecido no meio militar como subversivo, acusado de ser comunista.

Com a já comentada dificuldade em concluir e preparar as tropas para envio ao combate, agravada pelas relações de apadrinhamento que afastavam alguns convocados do Corpo Expedicionário, desde civis ligados a políticos influentes que conseguiam suas dispensas, até militares de carreira que possuíam contatos estreitos com oficiais de alta patente que os afastavam da convocação, esses militantes de esquerda, que se ofereciam como voluntários, passaram a ser aceitos como alternativas para a complementação da tropa. Precisava-se de soldados e se estivessem em condições, eram aceitos. O mesmo valia para civis ligados à esquerda, membros ou não do PCB, que também foram aceitos, corroborando, ainda mais, com a explicação do ingresso desses combatentes na FEB.

O já citado Fortunato Câmara de Oliveira, conta que esse ativo alistamento voluntário de jovens estudantes, jornalistas, entre outros cidadãos brasileiros, influenciados por seus posicionamentos políticos democráticos, evidencia também, algumas posturas ainda mais radicais e progressistas para lutarem contra o inimigo em terras estrangeiras:

Sobre a guerra, quero contar o seguinte: havia um contexto brasileiro de apoio à entrada na guerra, as manifestações populares... Eu fazia parte de uma associação chamada Liga de Defesa Nacional. Nós lutávamos pela entrada do Brasil na guerra contra o facismo e eu era tenente para capitão... Fizemos o Carnaval rumo à África. Estava o Augusto Villasboas, aquele pessoal. Era carnaval e nós resolvemos fazer um bloco. [...]. Carnaval rumo à África, porque naquele tempo a guerra estava lá. Quando

³⁴ SANTOS, Andrea Paula dos. À Esquerda das forças armadas brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda, 1998, p.115. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. 2 v. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/001001523>. Acesso em 27/09/2022

nós fomos para a guerra, já tinha passado para a Itália [...]. Foi um bom movimento o de propaganda da guerra, que, aliás, o Augusto Villasboas, que foi jornalista [...] também se apresentou como voluntário, era aluno de Direito e era da UNE. Largou tudo e entrou como soldado para a guerra, junto com o Hélio Oliva. Eles foram como soldados para a guerra no Grupo de Caça³⁵.

A integração de Jacob Gorender à força brasileira igualmente nos remete a mesma linha de pensamento, pois o militante baiano, no final do ano de 1943, também se ofereceu como voluntário, mesmo sendo um conhecido comunista por conta de seus artigos no jornal *A Seiva*³⁶, ligado ao partido. Gorender não foi um dos únicos militantes da esquerda a se oferecerem para compor a FEB. Muitas associações e entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE)³⁷, a Liga de Defesa Nacional, a Sociedade dos Amigos da América, entre outras denominações, além de alguns partidos políticos e escolhas pessoais isoladas, levaram centenas de brasileiros a se oferecerem como voluntários no esforço nacional de guerra. Esforço esse, ocorrido nos anos de 1942 e 1943, período em que, após vários anos de ditadura, as forças políticas do país começam a se mobilizar pela democratização do país, evidenciando os sinais de desgaste do regime de Vargas³⁸, agitando o ambiente político e social da conjuntura pré-entrada do Brasil no conflito.

É fundamental, para o entendimento desse agitado e importante momento da história nacional, nos atermos ao cronograma da primeira metade da década de 1940, já que, desde a entrada direta dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial, em dezembro de 1941, muitas mudanças ocorreram no Brasil, mudanças essas preciosas à compreensão do envolvimento das massas no processo de democratização do país, que só ocorreria em 1945, e antes disso, nas manifestações favoráveis à entrada do país na guerra e também na rearticulação do principal partido político de esquerda do país na época, o PCB.

Fortemente pressionado pelos norte-americanos, externa e internamente, pelo crescimento das pressões no cenário político nacional, encabeçadas por diversos grupos que agregavam, desde liberais, democratas, nacionalistas, progressistas, comunistas, entre outras forças descontentes com o regime vigente no país, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo, em janeiro de 1942. A partir dessa data, o movimento de oposição ao Estado Novo aumentou de maneira expressiva, gerando inúmeras transformações no cenário interno. Expondo claramente uma contradição, a de se

³⁵ SANTOS, Andrea Paula dos. *À Esquerda das forças armadas brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*, 1998, p.134. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. 2 v. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/001001523>. Acesso em 27/09/2022

³⁶ Jacob Gorender nos relata em um documentário produzido pela TV Câmara que se ofereceu como voluntário, juntamente com seu companheiro de militância em Salvador, Mário Alves, o qual não foi aprovado nos exames médicos. Ambos se apresentaram motivados por uma provocação feita pelo general que comandava a região militar na Bahia, Demerval Peixoto, que duvidava dos jovens estudantes, que pediam a entrada do Brasil na guerra, afirmando que estes não se ofereceriam como voluntários. (Documentário: Memórias da TV Câmara. Título: Jacob Gorender: A esquerda Revelada).

³⁷ Segundo John Foster Dulles (1985, p. 224), em seu livro sobre os comunistas e anarquistas no Brasil, a UNE teve significativa contribuição de estudantes comunistas em sua fundação no ano de 1938, mostrando a forte influência que estes exerciam em suas práticas.

³⁸ SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 3.

combater juntamente com os países Aliados os regimes autoritários na Europa, mas ao mesmo tempo, no quadro interno não gozar de liberdades políticas³⁹.

Segundo Paulo Ribeiro da Cunha⁴⁰ a tomada de posição do Brasil ao lado dos Aliados trouxe reflexos imediatos ao país e, em agosto de 1942, após a declaração de guerra brasileira ao nazifascismo, o presidente Vargas foi forçado a uma tomada de posição no plano interno, transformando os anos seguintes até a democratização no ano de 1945, em um campo de disputas políticas. A diminuição da repressão e o isolamento de partidários do Eixo no interior da máquina estatal são alguns exemplos dessas mudanças ocorridas pós 1942. Cunha ainda nos remete a uma confluência de forças políticas em torno da bandeira da União Nacional, que lutava, não só pela democratização do país, mas também pelo envio de tropas ao conflito externo; para o autor:

A democracia era questão de tempo e a liberalização em curso refletia este processo, tendo início a reorganização de muitas forças políticas, [...] . No entanto, o entendimento de que a luta pela democracia estava intimamente associada à participação no conflito acabaria por confluir na mesma política, em que pese, com um cronograma diferenciado. A primeira, a democracia, havia quase um consenso que teria que esperar a finalização da guerra; embora isso não impedisse que setores políticos se mobilizassem neste sentido, como aqueles liberais que redigiram o Manifesto dos Mineiros de 1943. Esta proposta de agenda era correlata em alguns pontos a algumas exigências dos comunistas como a anistia, constituinte, liberdade de expressão, tendo este manifesto significativa repercussão à época. Ao mesmo tempo, outras entidades que aglutinavam civis e militares emergem no cenário político: a Sociedade dos Amigos da América e a Liga da Defesa Nacional. A primeira, não duraria muito tempo, dois anos, [...]; e, a segunda, a Liga da Defesa Nacional, bem mais antiga (fundada em 1916 por Olavo Bilac) que ganharia vitalidade inaudita naqueles anos⁴¹.

É importante notar que, a política de União Nacional se tornaria uma importante aglutinadora de grupos políticos diversos, fundamentais na compreensão das transformações do país na época. Outro ponto de destaque fica por conta da ativa influência da Sociedade dos Amigos da América e da Liga da Defesa Nacional na campanha pela entrada do Brasil na guerra, e em sua consequente ajuda nas manifestações que pediam o envio de tropas brasileiras ao conflito; indícios do qual podemos tirar mais pistas que corroboram na explicação sobre a entrada de pracinhas de esquerda na FEB, visto que no interior dessas organizações, ainda pouco estudadas, havia importantes lideranças e ações de sujeitos à esquerda no espectro político do período, o que nos possibilita aventar a possibilidade de que, influenciados por essas instituições, vários jovens militantes, que se ofereceram como voluntários para a Guerra, foram aceitos.

³⁹ SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.219.

⁴⁰ CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um manifesto elaborado nos campos de batalha. In: PENNA, Lincoln. (org.). Manifestos políticos do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008, p. 182.

⁴¹ CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um manifesto elaborado nos campos de batalha. In: PENNA, Lincoln. (org.). Manifestos políticos do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008, p. 182-184.

Outra importante evidência da ligação de homens que compuseram a FEB com a esquerda brasileira pode ser levantada a partir da proximidade histórica que alguns combatentes possuíam com vertentes, instituições e personagens desse posicionamento político, fortalecendo ainda mais as hipóteses da entrada desses na força de guerra, como se verá nesta obra.

O problema dos números

Uma dúvida existente em relação à participação de membros da esquerda na FEB paira sobre a participação de militantes do PCB, uma vez que não se tem a confirmação ou algum dado preciso se esses comunistas, que integraram a FEB, foram recrutados dentro das fileiras do partido e enviados para a Itália, ou se converteram-se durante a preparação e partida para a guerra.

Não se pode descartar a hipótese de que o PCB incentivou alguns líderes a embarcarem, pois parte dos futuros combatentes eram ligados diretamente ao partido, que na época passava por um processo de rearticulação. Jacob Gorender, Salomão Malina, Pedro Paulo de Sampaio Lacerda são alguns exemplos desses militantes, sem citar militares de carreira que eram históricos representantes da esquerda militar e do PCB, como o major Henrique Cordeiro Oest.

Para uma melhor análise dessa hipótese, é necessário compreender a reestruturação pela qual o PCB passou em meados de 1942, buscando comprovar se essa ideia encontra explicações coerentes, porque naquele ano, impulsionados pelas transformações ocasionadas pela entrada do país na Segunda Guerra Mundial, O PCB começou a se rearticular, a fim de tomar posição nas questões fundamentais do período, reaparecendo no cenário político ao lado de outras forças democráticas. José Antonio Segatto aponta da seguinte forma o início do rearranjo do PCB na década de 1940:

No fim de 1941 e início de 1942, alguns grupos isolados uns dos outros, e em vários Estados do país, começam a tomar a iniciativa de reorganizar o PCB, primeiro a nível local, depois procurando se articular a nível nacional. Dentre esses grupos destacam-se os de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia⁴².

A historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna⁴³ (2007a; 2007b) aponta a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), grupo de fundamental ação aglutinadora dos comunistas, como o principal centro de organização do partido naquele período. Fundado e liderado no Rio de Janeiro por Jaime e Maurício Grabois, e pelo jornalista e economista Amarílio Vasconcelos, entraram em contato com o grupo baiano, um dos poucos remanescentes da progressiva perseguição policial instaurada após a *Intentona* em 1935, que se encontrava em São

⁴² SEGATTO, José Antonio. Breve história do PCB. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989, p.53.

⁴³ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 1935: sonho e realidade, São Paulo: Expressão Popular, 2007 a e VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1923-43. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). As esquerdas no Brasil: a formação das tradições 1889 – 1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

Paulo na tentativa de articular o partido em nível nacional, mas que não vinha obtendo sucesso na articulação com o grupo paulista.

Arruda Câmara, Armênio Guedes e João Cunha eram alguns desses militantes, apoiados também por alguns comunistas do Pará, que se encontravam junto desses, como João Amazonas e Pedro Pomar. No mesmo intuito de restabelecer o PCB em São Paulo, surgiu o Comitê de Ação (CA) que, em um primeiro momento, não compactuava com as posições da CNOP, possuindo em seus quadros, comunistas como Mário Schemberg, Caio Prado Junior, Astrogildo Pereira, Vitor Konder, entre outros.

Existiram inúmeras dificuldades na articulação desses diferentes grupos comunistas, havendo entre eles tendências distintas de ação, além das desconfianças de traições e infiltrações por parte de agentes duplos.

Em um primeiro momento, buscaram se posicionar contrários a Vargas e sua ditadura, mas com a entrada do Brasil na guerra, passaram a compactuar com a ideia de União Nacional contra o nazifascismo, contudo, mesmo unidos em torno de uma bandeira, as dissidências permaneceram. A CNOP apoiava, com pequenas divergências em relação ao grupo baiano, Getúlio; já a fração paulista acreditava que se devia combater, juntamente com os regimes autoritários europeus, o também famigerado regime que estava instalado no Brasil desde 1930⁴⁴.

Buscando finalmente acabar com as divisões internas que prejudicavam o partido, Arruda Câmara, em 1943, apoiado por Milton Caíres de Brito, e pelos membros da CNOP, organizaram uma conferência clandestina para reorganizar o PCB, possibilitando a criação de uma organização partidária provisória e as ações políticas a serem tratadas⁴⁵. A Conferência da Mantiqueira, como ficou conhecida a reunião que rearticulou o PCB e suas posturas para os próximos anos, é assim descrita por John Foster Dulles:

Graças ao trabalho de organização da CNOP, a conferência realizou-se em Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro, em 27, 28 e 29 de agosto de 1943. Ficou conhecida como II Conferência Nacional do PCB (porque a Conferência de 1934, que selecionara alguns membros do CC notáveis em meados da década de 1930, era considerada a I). Mais informalmente era chamada Conferência da Mantiqueira por causa da proximidade de serra com esse nome.

Muitos, talvez todos, dos catorze participantes da Conferência da Mantiqueira, tornaram-se membros do Comitê Nacional da Organização Provisória do Partido⁴⁶.

⁴⁴ SEGATTO, José Antonio. Breve história do PCB. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

⁴⁵ DULLES, John W. Foster. O Comunismo no Brasil (repressão em meio ao cataclismo mundial 1935-1945). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

⁴⁶ DULLES, John W. Foster. O Comunismo no Brasil (repressão em meio ao cataclismo mundial 1935-1945). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.251.

A conferência foi de grande importância, não apenas para o período, mas também para a história do partido⁴⁷; é a partir dessa reunião que se definiu as ações e as práticas a serem adotadas pelos comunistas brasileiros. As principais posturas definidas pelas lideranças que passaram a comandar o partido foram o apoio ao esforço de guerra, a luta pela anistia dos diversos presos políticos, a convocação de uma Assembleia Constituinte, a volta do PCB à legalidade partidária, entre outras reivindicações. Práticas que foram sendo reivindicadas pelos membros do partido e seus simpatizantes nos agitados anos seguintes, se oficializando quando o partido voltou à legalidade, no final de 1945, pouco alterando em seus quadros e linhas teóricas o que havia sido acordado na Mantiqueira.

O principal ponto a ser destacado é que, a partir dessa conferência, o partido assumiu uma postura de apoio a Getúlio Vargas, tendo na União Nacional sua direção política maior. Escolha essa que acarretou descontentamento de muitos militantes, principalmente da ala paulista, e de alguns membros que estavam presos por seus envolvimento no Levante de 1935, que inclusive, foram substituídos de seus cargos em detrimento dessas novas lideranças estabelecidas pela conferência de 1943, que também definiu Luís Carlos Prestes, ainda preso, como secretário geral. Segatto analisa o saldo da conferência e a postura de Prestes da seguinte forma:

Reconhecida e avalizada por Prestes, a Conferência da Mantiqueira, como ficou conhecido o encontro, impulsiona a reorganização do PCB – que, de fato, seria quase que “uma refundação do partido de 22”, já que estabelecia uma solução de continuidade a partir da geração de quadros dirigentes anteriores. Da nova direção são excluídos a “velha guarda” comunista (expulsos, isolados, ou relegados a postos intermediários e secundários), [...]. Ascende à direção uma nova geração, em grande parte formada pelos que participaram do levante aliancista de 1935, com razoável presença de ex-militares e civis prestistas⁴⁸.

Após a conferência, o PCB passou a atuar ainda mais no apoio em prol da guerra e pela democracia no país. Houve um crescimento de seus quadros, evidenciando a importância do envolvimento comunista e seu papel na oposição à política ditatorial do Estado Novo. Os membros do partido foram progressivamente tomando posições nas manifestações de rua em favor da FEB e em instituições de grande auxílio nas lutas políticas do período.

⁴⁷ As esquerdas brasileiras, no começo da guerra, em 1939, se dividiam entre aquelas que condenavam o pacto de não-agressão entre a URSS e os nazistas e os que viam a decisão como acertada. Inclusive, parte da imprensa brasileira de esquerda manifestava seus apoios nas capas de seus jornais. Jornalistas, formadores de opinião e celebridades da época, chegaram a apoiar publicamente o acordo entre as forças autoritárias. Ver SILVEIRA, Joel; MORAES NETO, Geneton. Hitler/ Stalin: O pacto maldito. Rio de Janeiro: Record, 1990.

⁴⁸ SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.220.

Capítulo 3

Militantes de esquerda e nacionalistas/legalistas na FEB: 1944-1945

Nos Estados Unidos, o presidente americano Theodore Roosevelt assinou uma proibição de que organizações políticas americanas tivessem filiação internacional, na tentativa de fazer com que comunistas, e mesmo nazifascistas, crescessem pelo território da nação.

A decisão americana alertou a União Soviética, onde a questão começou a ser debatida no começo de 1941, tendo como solução, a dissolução da Internacional Comunista, órgão que existia desde 1919, como forma de espalhar a ideologia por todos os cantos do planeta. Apesar disso, em 22 de junho daquele ano, os nazistas deflagraram a Operação Barbarossa, dando início à invasão do Leste Europeu que estava em posse dos comunistas. Isso ocasionou em um grande esforço de expulsão dos alemães, que só foi mais aliviado após a vitória em Stalingrado, em fevereiro de 1943.

Como gesto de boa vontade e movimento político com os aliados, a questão da Internacional Comunista voltou ao debate, em 22 de maio de 1943, quando Stalin aprovou a publicação do *Comunicado do Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista*. Nele, a Internacional foi dissolvida de vez. Tal medida, na prática, era um sinal para que os comunistas do mundo todo focassem no combate ao nazifascismo. Já, para a União Soviética, representou a confirmação de que sua atenção deveria estar voltada para a vitória final na guerra.

No Brasil, a decisão de Moscou foi recebida com naturalidade, uma vez que havia uma grande discussão interna no PCB sobre adaptar as decisões exteriores ao dilema e às realidades brasileiras.

Logo, em 27 de agosto de 1943, foi instalada a 2ª Conferência Nacional do Partido Comunista Brasileiro, que ficaria conhecida como a Conferência da Mantiqueira, já citada anteriormente. As principais ordens do dia eram a política internacional e a nacional, seguidas pela questão das organizações internas, visando unificar o partido nacionalmente e eleger um comitê central.

De fato, das várias decisões tomadas na Conferência, a que afetou diretamente a FEB foi a linha de política baseada na união nacional contra o fascismo, com total apoio ao governo de Getúlio Vargas, no esforço de guerra. Tal decisão liberava os filiados e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro – PCB para que entrassem, efetivamente, no esforço bélico, agora também como voluntários da FEB, organizada também em agosto daquele ano.

A orientação do PCB era para que houvesse participação nas manifestações e que aqueles que pudessem, fossem como voluntários para a guerra. Mais tarde, em julho de 1945, após a vitória na

guerra, Luís Carlos Prestes, líder máximo do PCB, discursaria no Estádio São Januário/RJ e faria elogios e mais elogios à FEB e aos comunistas que haviam lutado pelo Brasil.

Segundo Ferraz⁴⁹, nos comícios comunistas não faltavam faixas enaltecendo a FEB com dizeres tais quais *Glória à FEB e ao Exército Vermelho, FEB: unidade, democracia e progresso, Brasil e Rússia: unidos para vitória*, entre outros. De acordo com Francisco⁵⁰, Prestes disse em discursos que “a anistia foi uma conquista dos soldados brasileiros de terra, mar e ar que lutaram na Segunda Guerra”, completando, em seguida, que os expedicionários eram os verdadeiros filhos do proletariado, “jovens que como Castro Alves, Tiradentes, entre outros, combateram pela liberdade do povo”, e não “gente como Filinto Müller e Arthur Bernardes”.

Mais longe ainda foi o comunista Carlos Marighella, que teria dito “que o Partido Comunista contaria com os integrantes da Força Expedicionária para combater os quinta colunas, porquanto, eles haviam voltado do front depois de terminar os nazifascistas nos campos europeus”.

Tais posicionamentos, conforme Ferraz, “assustavam vários setores da sociedade, especialmente os militares”. E como Vargas contou com o apoio comunista, por associação, seus opositores o tinham como perigoso, já que estava de boas relações com os ditos “suspeitos de sempre”, bodes expiratórios na política nacional: os comunistas⁵¹. Góes Monteiro, Ministro da Guerra, era um dos que acreditava em tal teoria.

Os voluntários

No começo, logo após a Conferência da Mantiqueira, em 1943, como o partido ainda estava na clandestinidade, nenhum voluntário se apresentava como um comunista. O jovem comparecia até a sessão de alistamento ou era reconvocado, por ser reservista, e lá se expunha como qualquer outra pessoa, como um brasileiro comum. Muitos dos soldados que eram comunistas ou simpatizantes do partido, revelaram-se no pós-guerra e ao longo do processo histórico brasileiro, havendo casos em que os soldados se converteram, de fato, nos anos posteriores ao conflito.

Os elementos mais à esquerda, encontraram boa recepção e se uniram aos nacionalistas que eram contra Getúlio Vargas, ainda que houvesse uma deliberação partidária para os comunistas quanto ao apoio incondicional a Vargas. Na prática, esse apoio era limitado até certo ponto, uma vez que ocorriam reuniões nas quais os debates sobre a sucessão do presidente e ações para a volta da democracia ao país aconteciam normalmente, mesmo em pleno front italiano.

⁴⁹ FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 112.

⁵¹ *Ibid.*, p. 112-113.

Ainda que alguns nacionalistas torcessem o nariz para os comunistas e para os setores à esquerda das Forças Armadas, havia certa afinidade de ideias; e é possível dizer que os dois grupos conviviam em harmonia. Quando o assunto era Getúlio Vargas, não havia contrariedade e os debates políticos eram de alto nível, tanto entre oficiais quanto entre os praças.

Isso não quer dizer que o preconceito contra a ideologia comunista não estivesse presente nos quartéis. Tanto que o comandante da engenharia da FEB, Coronel Machado Lopes, atribuiu a indisciplina na tropa no período de formação da unidade, ainda no Brasil, em 1944, à infiltração de elementos comunistas junto aos comandados dele.

Segundo Machado Lopes, que na década de 60 se revelaria nacionalista, os homens do 9º Batalhão de Engenharia estavam mal instalados, apresentavam clarões em seu meio e por se encontrarem na cidade de Três Rios/RJ, eram alvos de “agitadores comunistas”, e que, por isso, “era natural que a sua disciplina sofresse a influência do meio⁵²”.

Entre os soldados que foram para a Itália, alguns já eram simpáticos aos ideais de esquerda havia algum tempo, como por exemplo, Humberto Neder⁵³, de Campo Grande, na época Mato Grosso e hoje Mato Grosso do Sul. Quando adolescente, aos 17 anos, ele cogitou se apresentar como voluntário nas Forças Republicanas que lutaram na Guerra Civil Espanhola. Foi, entretanto, impedido pelos familiares⁵⁴.

Já em 1941, aos 22 anos, Humberto Neder ingressou na Faculdade Nacional do Direito do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, participou da passeata promovida pela União Nacional dos Estudantes, contra o fascismo. No final daquele ano, foi convocado pelo Exército Brasileiro, servindo no 4º Batalhão de Combate. Na FEB, foi embarcado no 5º Escalão da FEB, em 08 de fevereiro de 1945. Ele era da Companhia de Transmissões. Foi graças ao diário que ele manteve, que houve a possibilidade de se ter uma ideia mais clara de como se davam as movimentações dos comunistas dentro do front brasileiro.

Conforme Neder, já no navio que os levou para a Itália, havia reuniões para tratar de política e formação política, das quais tomavam parte os simpatizantes da esquerda e os nacionalistas anti-Vargas.

Já, Kardec Lemme, 1º tenente que serviu no Depósito de Pessoal da FEB, desembarcado na Itália com o 4º Escalão, em 23 de novembro de 1944, quem o recrutou para a FEB, foi Apolônio de Carvalho. Kardec estava servindo em Bela Vista/MS⁵⁵ quando o chamaram. O quartel ficava mais

⁵² LOPES, José Machado. *9º Batalhão de Engenharia de Combate na Campanha da Itália*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Publicação do Autor, 1985, p. 20.

⁵³ Que terá a história aprofundada neste livro.

⁵⁴ NEDER, Humberto. *Diário de um febiano*. Campo Grande: IHGMS, 2012.

⁵⁵ Fronteira com Bella Vista, cidade paraguaia.

afastado, e era para ele ir até a cidade, onde Carvalho o esperava⁵⁶. Ele havia conseguido carona em um avião dos Correios para entregar uma mensagem do PCB ao tenente Kardec. A mensagem era simples, curta e direta:

-Bom, a guerra está aí, você não ficar aqui namorando paraguaia e passeando de cavalo branco para nada. (...) É o momento que você tem a guerra como um fator decisivo para a sua profissão. Você é militar, está com as Forças Armadas, já está com visão de ser General, então, você não vai ficar aqui comendo e dormindo e deixando que nós façamos a guerra por nossa conta. Então, se você tiver vontade e quiser, se apresente voluntário. (LEME, 2013, p. 15)⁵⁷

Kardec saiu dali e foi pedir para o comandante deixá-lo partir. Dias depois, estava no Rio de Janeiro, como voluntário saído da Cavalaria para ir para uma guerra em que os brasileiros não faziam tanto uso da Cavalaria, exceto pelo Esquadrão de Reconhecimento. A ordem do PCB tinha sido executada. Da mesma maneira que Kardec, conforme ele próprio declarou, até o final da guerra, pelo menos outros 20 oficiais identificados por ele como comunistas⁵⁸, aceitaram o convite do PCB para lutarem pelo Brasil ou se voluntariaram.

Esses oficiais acabavam por conquistar a confiança de seus subordinados. Tico Antunes, soldado da 9ª Companhia, do III Batalhão do 6º Regimento de Infantaria, não era filiado ao PCB, mas era simpático aos ideais comunistas. Parte dessa simpatia vinha pela convivência com o seu tenente, Manoel Collares Chaves Filho, que comandava os homens com um grau de igualdade pouco visto nas Forças Armadas daquela época, inclusive, consultando-os antes de algumas ações, para que o seguissem por convicção e não porque lhes era imposto.

Olhando com maior distanciamento, a postura de Collares foi uma forma de comando que nem mesmo o exército soviético usava, pois as ordens vinham de cima e se não fossem cumpridas, eram punidas, inclusive com a morte. Aliás, as ordens em todos os exércitos regulares da Segunda Guerra eram dadas, e os subordinados as executavam sem direito a reclamações. Por outro lado, a postura do tenente Collares revela muito mais uma tentativa de conquista de respeito pelo exemplo do que pela ideologia que ele carregava.

O filho de Collares, que tem o mesmo nome do pai, disse que o genitor, até o fim da vida “permaneceu firme em suas ideias de um mundo mais justo⁵⁹”, tendo atuado politicamente em vários momentos históricos do Brasil, no pós-guerra. Ou seja, era também da personalidade dele. Há

⁵⁶ A cronologia do depoimento não bate com a cronologia de Apolônio de Carvalho na Segunda Guerra, pois, desde 1939, o comunista combatia na Europa. Primeiro, na Espanha, até 1939, e depois de uma temporada preso, na França entre 1942-1945. Tais reflexões levam a crer que, quem deu o recado para Kardec foi algum outro membro do partido em nome de Carvalho, um representante.

⁵⁷ LEME, Kardec. *Kardec Lemme*, Comissão Nacional da Verdade, 2013, p. 15. Disponível em: <https://cnv.grauna.org.br/images/pdf/depoimentos/Kardec_Lemme_-_RDK_19.06.2013.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

⁵⁸ LEME, Kardec. Op. cit., p. 17.

⁵⁹ Contato via telefone com Helton Costa.

documentos que mostram Collares na campanha do Clube Militar em 1950 e em 1952, e na campanha pelo petróleo, pelo lado dos nacionalistas. O ex-combatente faleceu em 1976.

Com os partigiani

A relação entre brasileiros e os soldados da resistência italiana, especificamente do Partido Comunista⁶⁰ rendeu a obra *Camarada Pracinha, amigo Partigiani: anotações brasileiras sobre a resistência italiana*, de Helton Costa, que também subscreve este livro. O autor pesquisou bibliografias da FEB que tratavam sobre a temática, bem como documentos junto ao Arquivo Nacional e ao Arquivo Histórico do Exército.

De modo geral, no decorrer do seu texto, é possível notar que o relacionamento era amigável, e que os problemas ocorriam somente quando envolviam questões amorosas em relação às italianas ou de ordem disciplinar em ações coordenadas, quando os partigiani não aceitavam de bom gosto as ordens regulares.

Os pracinhas ficaram bastante chocados com os justificações promovidos contra os nazifascistas e, não raramente, contra colaboracionistas ou acusados de colaboracionismo, o que era de conhecimento dos líderes da V Exército americano, e na fase de combates, era inclusive incentivado.

Porém, aos brasileiros isso causava certa repulsa, porque eles acreditavam que, uma vez que os soldados alemães tivessem se entregado ou sido presos, estavam sob a responsabilidade e sob a jurisdição das leis de guerra. O mesmo com os civis, que na visão dos pracinhas, não deveriam ser julgados como colaboradores inimigos apenas por terem tido contato com estes.

A recusa em obedecer a algumas ordens durante patrulha, em casos muito pontuais, também causavam raiva aos oficiais do Brasil e estranhamento entre os soldados, haja vista que como tropas regulares, os brasileiros estavam sujeitos a cumprir o que lhes fosse ordenado, bem diferente das partigiani, que tinham um sistema de liderança que permitia questionamentos.

O convívio entre brasileiros e partigiani era esporádico, durante combates, em patrulhas e/ou para que os homens da resistência ajudassem na parte logística de suprimentos.

Quando a guerra terminou, o contato aumentou de forma exponencial e nas cidades em que os brasileiros estavam, também havia acampamentos de homens da resistência italiana, que estavam sendo desmobilizados aos poucos. Cessadas as hostilidades, quando os brasileiros eram tropas de

⁶⁰ Nem todo partigiani era comunista. Havia socialistas liberais, democratas cristãos, oficiais alpinos, monarquistas e anarquistas, por exemplo. Porém, os comunistas eram quase metade dos partigiani em combate.

ocupação, o comando aliado pediu que o serviço de contrainformação brasileiro monitorasse os partigiani, a fim de saber o que andavam planejando.

Costa conseguiu resgatar alguns memorandos, nos quais os brasileiros reportam atividades suspeitas, como a recusa dos partigiani em entregar as armas, bem como planejando revoltas armadas, caso tentassem forçá-los a devolver seus armamentos. Depois, foram cedendo e entregando boa parte do que carregavam com eles. Contudo, esse convívio mais próximo entre brasileiros e italianos da resistência durou pouco mais de um mês, já que, em seguida, os pracinhas foram enviados para Francolise, de onde aguardaram condução para Nápoles e depois para o Brasil.

Nas palavras de Costa (2021), o pracinha não se importava muito com a cor do lenço, se era vermelho, verde ou azul, que eram, respectivamente, as cores do Partido Comunista, do Partido Cristão e dos monarquistas. Eles queriam saber se a missão dada seria cumprida. O que lhes causava estranhamento e revolta eram os comportamentos de alguns grupos contra a população civil e mesmo contra prisioneiros já rendidos, o que ajudou a criar o imaginário de que os partigiani eram comunistas e que o comportamento deles refletia a própria ideologia que defendiam.

O Comitê de Libertação não incentivava tais atitudes, mas não tinha meios para fiscalizar. E quando sabia, dependendo do caso, ignorava. O Comando Aliado agia da mesma forma e como existia um acordo que autorizava o controle partigiani até ser posto um comandante aliado na localidade conquistada, legalmente, os americanos ou brasileiros não estavam autorizados a intervir nos abusos.

Em Francolise

Joaquim Xavier da Silveira, que serviu nas Transmissões da FEB, afirma que depois de 6 de julho, quando os brasileiros foram enviados para Francolise, os debates políticos se intensificaram. No livro *A FEB por um pracinha*, ele diz que, depois de alguns dias de ócio no acampamento, começaram a surgir problemas decorrentes da inatividade e da incerteza quanto à data de retorno:

(...) Pela primeira vez, entre os soldados, ouviram-se conversas e debates sobre temas políticos. Dentro da FEB e, como não poderia deixar de ser, havia graduados e oficiais altamente politizados, inclusive comunistas e mesmo alguns ativistas. Discussões sobre política, uma espécie de tabu durante a campanha, passaram a ser uma constante. Os oficiais, temendo que a disciplina pudesse ser arranhada, resolveram tomar providências. Mas esse período durou pouco. A notícia de que o primeiro Escalão iria iniciar o embarque correu por todo o acampamento como uma aragem fresca. (SILVEIRA, 1989, p. 201)⁶¹

⁶¹ SILVEIRA, Joaquim Xavier. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

O último ato

No retorno ao Brasil, os soldados da Engenharia da Força Expedicionária Brasileira estiveram entre os últimos a voltar para casa e enfrentaram uma situação peculiar. Conforme o comandante do batalhão, o coronel José Machado Lopes, assim que o navio Dom Pedro II, que os trazia da Itália, atracou no Rio, por volta das 9h de 13 de agosto de 1945, eles foram surpreendidos pela recepção fria e por uma ordem do governo:

Voltávamos felizes cantando ‘Deus salve a América’, quando fomos surpreendidos pelas ordens drásticas emanadas por um governo que via na FEB uma força capaz de derrubá-lo, como de fato derrubou. Nenhuma homenagem prestada, nenhuma unidade de recepção. E por incrível que pareça, impediram até que as famílias e os amigos dos que regressavam felizes, trazendo consigo o estandarte da vitória, tivessem acesso ao cais para os abraçar. Indignado com tal proceder e não levando em conta a presença do senhor ministro da Guerra⁶², ocupei o alto-falante de bordo e declarei peremptoriamente que voltávamos como vitoriosos e não como prisioneiros. Abandonei, discricionariamente, o comando do batalhão e do escalão B, e me recolhi ao meu lar. Soube que o batalhão embarcou diretamente em composições ferroviárias e rumou para um dos quartéis da Vila Militar, onde imediatamente foi desincorporado e teve seu efetivo reduzido a uma simples companhia. (LOPES, 1985, p. 139-140)⁶³

O motivo de tal procedimento? O pessoal do Governo Vargas acreditava que existiam comunistas que causariam desordem social ao desembarcarem. O professor Francisco Ferraz, da Universidade Estadual de Londrina – UEL, aborda os comunistas da FEB, da página 112 a 116, na obra *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Para Ferraz, não foi a FEB quem derrubou Vargas:

Com os expedicionários já em seus lares, militares e civis de diversas origens se reuniram e derrubaram Vargas, com um típico golpe militar, em 29 de outubro de 1945. Entre os principais articuladores, Cordeiro de Farias era o único oficial que tinha pertencido à FEB. O comandante da Vila Militar no Rio de Janeiro, General Renato Paquet, e alguns oficiais egressos da FEB apoiavam Vargas e estavam prontos para resistir. Getúlio, porém, optou por recolher-se à sua estância, o que poupou um possível conflito grave na força. (FERRAZ, 2012, p. 112)⁶⁴

De acordo com Ferraz, a prevenção contra comunistas, que na opinião do Ministério da Guerra estariam se planejando para atacar o Governo Vargas, já era tratada com júbilo por generais do Exército e pelo próprio Góes Monteiro como, por exemplo, no relatório de 15 de agosto de 1945, em que foi registrado:

O aviso determinando o licenciamento dos convocados até 15 de outubro feriu de frente os chefes comunistas, porque desarticulou o movimento que já havia tomado o

⁶² Aqui já não era mais Eurico Gaspar Dutra, e sim Aurélio de Góes Monteiro.

⁶³ LOPES, José Machado. *9º Batalhão de Engenharia de Combate na Campanha da Itália*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Publicação do Autor, 1985, p. 20.

⁶⁴ FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012.

vulto para perturbar a ordem em momento oportuno. Grande número de Expedicionários além de convocados que não foram ao front, e que estavam sendo explorados por ‘comunistas e elementos que fazem o jogo dos comunistas’ não mais poderão desempenhar dentro da tropa as missões que foram incumbidos. E quanto mais rápido for feita desmobilização, mais eficaz serão os resultados obtidos pelo feliz e oportuno aviso. (AHEx-AGM, 1945 *apud* Ferraz, 2012, p. 113)⁶⁵

Outro relatório, o de número 18, do mês de setembro de 1945, também pesquisado por Ferraz, trazia a preocupação de que elementos da FEB estivessem vendendo armas aos comunistas:

Consta que todos os locais de reuniões [dos comunistas] há em um lugar escondido, armamento adquirido de Expedicionários. Para impedir o comércio de armas, oficiais da FEB decidiram revistar rigorosamente os sacos de bagagem. Mas, ainda assim muito material veio escondido nas viaturas, bagagens das unidades, etc... E por isso até pequenas metralhadoras alemãs da SS foram adquiridas pelos comunistas. (FERRAZ, 2012, p. 114-115)⁶⁶

Fosse qual fosse o motivo, da mesma forma que vinha acontecendo desde 1937, quando foi decretada a ditadura do Estado Novo, os comunistas e o comunismo foram usados como pretexto para medidas que politicamente interessavam a quem queria manter-se ou tomar o poder. No caso da FEB, do regresso dos expedicionários, não foi diferente. Foi o último ato antes que começasse o intrincado e imprevisível pós-guerra.

E nem demorou muito para os primeiros embates do pós-guerra. Quando, em 1946, as associações de ex-combatentes decidiram que se reuniriam entre 15 e 19 de novembro, em uma convenção nacional dos combatentes do Brasil, o Presidente Eurico Gaspar Dutra teria feito de tudo para que o evento não acontecesse, tentando boicotar com o boato de que comunistas estavam organizando aquele encontro.

Inclusive, o Teatro Municipal, que estava alugado para a solenidade de abertura, foi cancelado na véspera do encontro. Conforme Ferraz, quando os combatentes foram procurar Neltair Pithan da Silva e outros companheiros que o aguardavam junto com o Senador Nereu Ramos e Magalhães Barata (que tempos depois diria que os expedicionários não mereciam nenhuma vantagem, visto que tinham feito mais do que a obrigação de combater pela Pátria), foi Barata quem se aproximou dos veteranos e disse: “(...) Vocês combatentes da FEB, não passam de um bando de comunistas disfarçados. Não contem com meu apoio!”⁶⁷.

⁶⁵ Primeiro Dutra, e depois Góes Monteiro é que estavam preocupados que os soldados da FEB pudessem influenciar, de algum modo, nas eleições vindouras. E não estavam errados, afinal, na Itália, com certeza, tinham informações de seus aliados, de que havia uma campanha favorável ao brigadeiro Eduardo Gomes entre os pracinhas. Também, não dá para saber até que ponto o documento *FEB - símbolo vivo da união nacional*, de abril de 1945 contribuiu para deixar os ministros atentos a possíveis reações surgidas da tropa. (FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012).

⁶⁶ *Ibid.*, p. 114-115.

⁶⁷ FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012, p. 262.

Ao que teria respondido Pithan Silva que os combatentes não necessitavam “do apoio de uma barata suja, que somente havia tomado conhecimento da guerra por meio da Hora do Brasil⁶⁸”. Depois, os ânimos esquentaram e funcionários do Senado tiveram que separar a troca de socos, chutes e empurrões.

O evento aconteceu mesmo assim, todavia Mascarenhas de Moraes, que comandou a FEB na Itália, não esteve lá, e nem o Ministro da Guerra, Canrobert Pereira da Costa, que enviou um major para representá-lo. A Marinha não enviou ninguém, e os presidentes da Câmara e do Senado também não apareceram. O único que esteve no local foi o deputado Maurício Grabois, do PCB, o que só fortaleceu a boataria de que o evento era de comunistas.

Quem comandou a mesa foi o tenente-coronel Pedro Paulo Sampaio de Lacerda, que era comunista. Naquela convenção, foi eleita uma diretoria e essa diretoria juntava comunistas e não comunistas, gente que não tinha ligação política alguma com gente que era politizada e filiada. Entretanto, bastou para que o evento fosse acusado de ser uma realização comunista. A Legião Paranaense do Expedicionário, por exemplo, recusou-se fazer parte da Associação de Ex-combatentes do Brasil por conta disso.

Em outro exemplo, em 1947, oficiais liderados por Humberto Castelo Branco, sugeriram a criação de uma nova Associação, causando constrangimento aos votantes, de modo que eles colocassem seus votos em duas urnas: uma favorável à nova Associação e outra contrária. A Associação anticomunista recebeu apenas dois votos contrários, dos majores Oest e João Carlos Gross.

No entanto, a nova Associação não saiu do papel e parte disso se deveu ao fato de que queriam colocar oficiais no comando, sendo que o pessoal já estava cansado de ter que ser comandado por oficiais. Uma coisa, era os superiores mandarem na Itália, durante a guerra. Outra coisa, era quererem exercer hierarquia em tempos de paz. Depois da guerra, a maioria dos ex-combatentes já era civil. Não daria certo.

⁶⁸ Ibid.

Capítulo 4

O sistema comunista dentro da FEB: uma hipótese

Durante a pesquisa para este livro, não foram encontrados documentos que pudessem balizar o funcionamento do setor comunista dentro do front da FEB e nem alertas de infiltração comunista na Força, o que pode ser uma evidência de que os comandantes estavam mais preocupados em vencer os alemães do que em monitorar os próprios comandados. Além do mais, a União Soviética era uma aliada, logo, qualquer tipo de desconfiança quanto a pessoa ser de esquerda ou não, poderia ser relevada naquele recorte temporal (1944-1945).

Não obstante, quem passou uma boa noção sobre o funcionamento do setor militar do PCB, de modo geral, foi o último secretário do Partido Comunista, o pracinha Samuel Malina⁶⁹, que explicou de forma clara que tal facção partidária trabalhou com uma mesma metodologia desde 1922 (quando foi fundado), até 1964, quando foi desestruturado.

De acordo com Malina, membro e dirigente do Partido, não havia grande contato entre os militantes militares, designados como “organizados”. Os organizados eram divididos em “compartimentos”, como descreveu. Esses compartimentos eram, na verdade, subdivisões que poderiam ser de generais, oficiais, sargentos, entre outros. Uma vez dentro desses compartimentos, os membros só conheciam quem pertencia à própria célula e mais ninguém. Da mesma forma, não eram colocados homens da ativa com os da reserva, e aqueles militares que eram filiados ao PCB, nunca revelavam a filiação.

Outra explicação de Malina serviu para justificar a falta de registros sobre o setor militar do PCB: era proibido anotar e levar anotações nas/das reuniões. Tudo que precisasse ser dito deveria ser decorado pelo secretário e apresentado para que os demais também memorizassem.

Do mesmo modo, não havia a utilização de codinomes pelos membros. Os codinomes eram apenas para os membros “que prestassem assistência a organizações de base ou em serviço em altos escalões militares, como gabinetes ministeriais, estados maiores e até mesmo na presidência da

⁶⁹ ALMEIDA, Francisco Inácio de (org.) *O Último Secretário: a luta de Salomão Malina*. Brasília, Fundação Astrojildo Pereira, 2002, p. 48-55.

república⁷⁰”. É revelador o fato de que, mesmo nas mais altas esferas do governo, havia os ditos organizados, mostrando a profundidade das infiltrações comunistas no poder federal.

Grupos pequenos e famílias preservadas

Os compartimentos se reuniam em, no máximo, seis pessoas, sendo que um presidia e um apresentava a parte financeira e administrativa. Conforme Malina, as organizações de base recebiam auxílio de personagens misteriosos que só, muito mais tarde, resolveu-se revelar a identidade, depois do falecimento desses assessores: Antônio Tourinho e Almir Neves. Os dois cuidavam dos militares membros até o final da vida, como uma espécie de juramento de honra, em que deveriam sacrificar a própria vida para salvar os assessorados.

Para não gerar problemas familiares aos militares, as esposas deles deveriam ser informadas de suas atividades partidárias, para que não tivessem dúvida quanto à fidelidade deles, ou mesmo para apoiá-los nos momentos de dificuldade. Essas mulheres seriam as suas companheiras, base de respeito e sustentação para a luta, ombro a ombro. Em alguns casos, elas poderiam participar das reuniões, até como forma de disfarce de reunião social entre casais, por exemplo. O emocional dos militares não podia ser descuidado, para que não perdessem o foco nas missões que recebiam⁷¹.

Além disso, elas deveriam ser respeitadas. “O comportamento social do militar organizado deveria ser o mais ético possível”, de modo que vigaristas, “beberrões, mulherengos, jogadores e caloteiros”, eram evitados ou tinham que mudar de vida para continuar organizados, lembrava Malina. Apesar disso, como se verá em algumas histórias, o casamento não deveria ser uma prisão, e, em caso de discordâncias na vida conjugal, a separação poderia ocorrer, ainda que boa parte dos organizados tenha permanecido com a primeira esposa pelo resto da vida.

Tanto cuidado na vida pessoal e profissional, era para que os colegas vissem no militar comunista um líder a quem deveriam seguir e para que todos o respeitassem e admirassem. Malina contou que chegou uma hora em que o Serviço Nacional de Informações – SNI começou a desconfiar dos bons oficiais, até mesmo, segundo ele, emitindo sugestões para que os comandantes desconfiassem “dos bons oficiais, trabalhadores e cumpridores de suas obrigações”, inclusive, que tentassem usar como informantes deles, outros militares desleixados no cumprimento de suas funções.

Outro fato interessante sobre o setor militar é que, as reuniões das células de seis pessoas ocorriam em locais emprestados ou desocupados em determinados horários (consultórios e

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Ainda que pareça uma atitude machista, é preciso lembrar que, naquele contexto social, o ingresso de mulheres nas Forças Armadas ainda não era previsto.

escritórios, por exemplo, fora do horário comercial). Com raras exceções, as casas dos membros eram uma opção e, mesmo assim, “uma ou duas vezes seguidas, no máximo”. Quando faltava um local, os comunistas se encontravam nas ruas para caminhar por bairros afastados do centro. Tudo isso, para evitar que fossem seguidos ou que fossem pegos por monitoramentos.

Uma vez juntos, as primeiras palavras ditas nas reuniões se referiam à data e horário da próxima reunião, pois caso a polícia chegasse para interromper o encontro e eles precisassem fugir, sabiam a data e o local para se encontrarem novamente. Era dito ainda um plano B, um local alternativo.

Em locais com vizinhos muito próximos, eles fingiam estar jogando cartas ou estarem em uma aula de algum tema, para que quem morasse perto não suspeitasse de nada. “Felizmente, nunca houve flagrante por parte de autoridades de reuniões clandestinas”, explicou Malina.

Depois dos primeiros itens, as finanças eram “recitadas”, ditas de memória pelo secretário. Em terceiro lugar, eram tratadas as questões de política nacional e internacional e planejadas ações, além de serem indicados colegas nos quartéis que poderiam ser úteis à causa e se unir a ela.

Por último, os presentes conversavam sobre a doutrina marxista. “Esse ponto, aparentemente redundante, tornava-se indispensável, por quanto os organizados não podiam guardar em casa livro sobre o marxismo”, afirmou Malina.

Sobre os objetivos dos grupos, o primeiro deles, “era a luta por interesses dos militares, luta essa capaz de aglutinar mais pessoas em torno do partido”. O segundo objetivo, era a luta por políticas para várias teses do PCB:

campanha pela paz, impedir o envio de tropas brasileiras para a Coréia, a campanha do petróleo é nosso, posse de Getúlio Vargas, apoio ao general Lott contra o golpe de Lacerda na posse de JK, condenação das tentativas de golpes em Jacareacanga e Aragarças; posse de Jango na sequência da renúncia de Jânio Quadros; plebiscito sobre o parlamentarismo; apoio às reformas de base prometidas por Jango e várias outras posições políticas do PCB⁷².

Tais campanhas eram difíceis de executar. A tática era provocar discussões sobre política nos cassinos de oficiais, de sargentos, nos ranchos, nos transportes, nos clubes militares, nas revistas dos clubes, entre outros. O organizado não podia expor-se e deveria prevenir-se contra provocações, como elogios a Luís Carlos Prestes e à Rússia, e nunca se referir à União Soviética, Cuba, China e outros países com regimes de esquerda. Tudo deveria ser feito sem levantar suspeitas de propaganda comunista.

⁷² ALMEIDA, Francisco Inácio de (org.) *O Último Secretário: a luta de Salomão Malina*. Brasília, Fundação Astrojildo Pereira, 2002, p. 51.

Para Malina, o grande mérito de todo o trabalho foi que o lado reacionário sempre ficava na dúvida sobre a participação comunista nas campanhas, de tão bem-feito que o trabalho era executado. Em todas as campanhas citadas, as esquerdas se uniam com nacionalistas e/ou legalistas e o resultado era vitorioso. Só houve falha em 1964, quando o outro lado veio tão consolidado que não houve como reagir.

Dentro da FEB o trabalho ficou difícil

Se recrutar os militantes para irem à guerra, ainda no Brasil, era difícil (com o trabalho de convencimento tendo que ser realizado individualmente nos casos mais interessantes para o partido, geralmente entre os oficiais), na Itália, a metodologia de trabalho empregada desde 1922 pelo setor militar se provou ainda mais desafiadora.

Isso, porque os comunistas não ficaram nos mesmos grupos de combate (que eram de até 12 pessoas) e tampouco, na maioria dos casos, no mesmo pelotão (até umas 45 pessoas). Eles estavam desgarrados e se encontravam de passagem e muito rapidamente.

Mesmo os oficiais quase não se viam. Nessa parte, quem estava no Depósito de Pessoal, onde ficavam os serviços de retaguarda, era favorecido, já que ao final do dia, podia encontrar alguns companheiros da mesma ideologia ou trocar ideias com nacionalistas, por exemplo. Tal fato foi bem comum e bem documentado pelo pracinha Humberto Neder. Tanto, que o grupo militante de esquerda e nacionalista dele se reunia e até tomava algumas decisões para prejudicar Vargas e a candidatura de Eurico Gaspar Dutra.

Quem estava no front, na linha de frente, dormia e acordava sob constante pressão, levando bombas e trocando tiros, indo em patrulhas e sem muito tempo para conversas sobre o PCB ou sobre revoluções políticas, tanto soldados quanto oficiais. Isso não queria dizer que não eram politizados. Os correspondentes Egydio Squeff e Joel Silveira deixaram relatos mostrando que, quando estavam com alguns oficiais, a política partidária era assunto recorrente, havendo preferência anti-varguista e mesmo anti-Dutra.

Em algumas histórias deste livro, tais fatos ficarão mais evidentes, com um ou outro encontro, de pracinhas comunistas, relatado. No mais, a ordem era rechaçar e avançar sobre os nazifascistas.

Mas, como um comunista identificava o outro na FEB? Para identificarem-se uns aos outros, Jacob Gorender foi um dos únicos que deixou registrado que havia algumas palavras e frases que eram interpretadas como senhas para que um camarada identificasse o outro. Tanto que ele disse ter colocado algumas dessas frases e palavras nos escritos que publicava no jornal *Cruzeiro do Sul*,

órgão informativo do Comando da FEB. Tudo codificado, claro. E o pior: a censura deixava passar, fazia vista grossa ou não percebia mesmo.

Ainda assim, ele não deixou quais palavras e códigos foram usados, o que não ajudou muito para saber como as ordens do PCB chegavam ao front e aos “organizados” da Itália.

Em contato com a Agência Federal de Arquivos da Federação Russa, divisão de História Sociopolítica, que armazena parte dos arquivos da era soviética, foram encontradas as fichas de Pedro Paulo Sampaio de Lacerda, Francisco Leivas Otero, Almir Neves e Salomão Malina, porém, nelas não constava o período na FEB⁷³. O mesmo documento assegura que o inventário do PCB cessou em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial. Não havia vestígios nem mesmo da Conferência da Mantiqueira⁷⁴. Seguindo este raciocínio, o Partido Comunista soviético não documentou ou não repassou ordens diretas para o front brasileiro.

A hipótese que apresentamos, é a de que eram usados os mesmos métodos de sempre: recados passados de um organizado para o outro, pessoalmente. Isso podia acontecer nos encontros entre eles (ainda que raros); por soldados enviados do Brasil em um dos quatro escalões posteriores ao primeiro (foram cinco no total); via cartas criptografadas que só eles conheciam os códigos; ou usando as mesmas codificações, as quais Gorender se referiu nos jornais comerciais brasileiros enviados para os pracinhas. Ainda assim, mesmo que essa última hipótese ocorresse, o atraso entre a mensagem e a entrega do jornal no front, era de dias, semanas e até meses. Um mesmo jornal passava de mão em mão entre os soldados e, pelo menos até a escrita deste livro, não havia qualquer indício que pudesse sustentar a hipótese de mensagens criptografadas em meio a notícias cotidianas da guerra em jornais impressos no Brasil.

Da mesma forma, há pouco relatado sobre o que falavam os comunistas brasileiros com os comunistas italianos, matando a ideia de que o Comitê da Itália repassasse ordens para os pracinhas, até porque, idas a esses comitês eram quase nulas e os partigiani comunistas próximos da FEB só apareciam nas vésperas de ações conjuntas, já perto de ataques. E pelo pouco relatado, pode-se supor que eram assuntos gerais e trocas de impressões sobre as realidades de lutas e reivindicações, mesmo no final da guerra, quando o contato foi mais facilitado.

Por isso, o que dá para se supor, é que Moscou, aparentemente, não mandava ordens diretas para os organizados do front brasileiro. Cabia sim, ao setor militar brasileiro, por meio de seus organizados, continuar o trabalho iniciado no Brasil e mapear possíveis novos membros para a causa

⁷³ Documento nº6521/1 de 23 de agosto de 2022, enviado via e-mail.

⁷⁴ Ainda que haja relato do comunista João Falcão, da Bahia, sobre contatos da célula dele com representantes de Moscou sediados na Argentina, em Bueno Aires. Por pelo menos duas ocasiões foram repassadas instruções para que o PCB estivesse presente em todas as mobilizações pró-guerra no país, o que de fato aconteceu, principalmente na organização de protestos e passeatas. Houve também o incentivo para que os militantes colaborassem como pudessem no esforço de guerra brasileiro, inclusive se alistando em forças auxiliares e mesmo sendo voluntários nas Forças Armadas. Sobre o tema, ver FALCÃO, João. O Brasil e a 2ª. Guerra – testemunho e depoimento de um soldado convocado. Brasília: UNB, 1999.

no pós-guerra, dentro do trabalho que Malina bem descreveu: de convencer pelo exemplo e pelas palavras. Era uma batalha de saliva e ações. Pelo menos, na bibliografia da FEB e nos documentos públicos sobre a Força, não há relatos de ações comunistas coordenadas dentro das áreas geográficas de atuação expedicionária brasileira, como reuniões amplas e mesmo de células de organizados. O que há, são reuniões no Depósito de Pessoal, com pessoal das esquerdas e nacionalistas, especificamente para trocas de impressões e ações antigoverno Vargas e pró-Brigadeiro Eduardo Gomes, que era o candidato natural e opositor a Eurico Gaspar Dutra na próxima sucessão presidencial.

Em Francolise, perto do embarque de volta para o Brasil, com a guerra terminada e vencida, como relatado por Joaquim Silveira Xavier, citado nas páginas anteriores, com o partido prestes a voltar à legalidade, aí sim é possível que os militares militantes tenham se reunidos algumas vezes. O mesmo pode ter se dado dentro dos navios no retorno.

No entanto, durante a guerra, soldados enviados do Brasil, desembarcados na Itália, podiam ser portadores de mensagens do partido, mas, para que isso corresse, seria necessário que estivessem participando ativamente das células do PCB em território nacional, o que, aparentemente era bem difícil, uma vez que aquartelados à espera do embarque para a Itália, dificilmente eram liberados para saídas que demandassem mais tempo fora das unidades militares. O que falavam para os colegas na Itália (a partir do segundo escalão), eram as percepções que tinham pela imprensa ou pelo contato com algum civil ou militante. E era algo datado, para ser entregue e esquecido rapidamente.

Capítulo 5

O diário de Neder

O diário de Humberto Neder é uma das fontes mais importantes sobre o funcionamento das ações comunistas durante a campanha da FEB na Itália, uma vez que fala abertamente do tema e mostra que o convencimento pela conversa, pelo exemplo e pela amizade, que já eram táticas usadas no Brasil, continuaram na Itália.

Quando Neder embarcou no navio, ele não estava com um grupo de comunistas. Tinha obedecido as ordens do partido de ser voluntário, mas embarcou sozinho. Foi descobrindo companheiros de jornada e ideologia dentro do transporte. Tanto que só uma semana depois é que ele foi encontrar um pessoal do Pará, estudantes de Direito que debatiam sobre a situação da Rússia e da Inglaterra, sobre os papéis de cada país na guerra e sobre seus regimes políticos. Um dos paraenses foi que se aproximou e puxou conversa com o Neder.

Dali em diante, eles se tornaram camaradas e todas as noites organizaram pequenas reuniões em que iam agregando pessoas de diferentes correntes de pensamento, para falar sobre os problemas do Brasil, sobre a guerra, sobre política e, principalmente, sobre como tirar Getúlio Vargas do poder.

Nesse ponto, ao debater ser contra Vargas, os comunistas e simpatizantes do círculo de amizades de Neder destoavam do discurso oficial do partido quanto a apoiar o presidente do Brasil no que fosse preciso para vencer a guerra. “O advogado voluntário da FEB, Cléo Bernardo de Macambira⁷⁵, do Pará, conversa longamente, a princípio conosco a respeito das eleições no Brasil, os candidatos, os golpes prováveis e anistia (que diz ter sido parte do acordo entre a esquerda e os democráticos)⁷⁶”, anotou Humberto sobre uma dessas reuniões no navio de transporte de soldados.

Em outro encontro, conversaram sobre política e sucessão presidencial. Outro jovem, de nome Hodson Menezes⁷⁷, formado em Ciências Econômicas, contava os problemas no Ceará. “É a mesma história em todo o Brasil. Cléo dá-me informações sobre a gente boa a bordo e pede-me algumas [informações]⁷⁸”, relatou Neder.

Gente boa era eufemismo que Neder usava para se referir aos comunistas e simpatizantes da causa, conforme apontado em notas por Valmir Batista Côrrea e Lúcia Salsa Côrrea, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Além do termo “gente boa”, faz uso também de

⁷⁵ Continuou militante de esquerda no pós-guerra. Foi advogado, professor de Direito Administrativo, de História, fundador do Partido Socialista Brasileiro, fundou a Associação de Ex-combatentes do Pará, e foi jornalista. Foi deputado estadual pelo PSB, e, em 1964, teve os direitos políticos cassados. Quando invadiram a sua casa para prendê-lo, nada acharam de comprometedor, mas se implicaram com dois livros: *Guerra e paz* e *O vermelho e o negro*. O autor russo e o vermelho na capa impressionaram os pouco cultos homens enviados para capturá-lo. Ficou 15 dias preso, até que arranjassem um habeas corpus. O crime? Subversão, por ser de esquerda. Faleceu em setembro de 1984, socialista convicto.

⁷⁶ NEDER, Humberto. *Diário de um febianos*. Campo Grande: IHGMS, 2012, p. 25-27.

⁷⁷ Mais tarde, seria corretor de imóveis de sucesso na Região Nordeste do país, tendo se aposentado com o respeito da categoria.

⁷⁸ NEDER, Humberto. *Diário de um febianos*. Campo Grande: IHGMS, 2012, p. 25-27.

“nossos”, “nossa gente”, “correligionários”, “camaradas”, “nosso grupo” e “dos nossos”. Todas eram formas de se referir aos membros da ala esquerda da FEB, de modo que seu diário caísse nas mãos de algum oficial ou de algum inimigo, não houvesse como comprovar que realmente ele estava falando do pessoal da esquerda. Valmir e Lúcia decifraram os códigos.

Em uma reunião de 16 de fevereiro, Baltazar Rezende⁷⁹, da Paraíba, falou sobre como andava a situação do partido e da militância naquele estado. O grupo, que começou uma boa amizade no navio, só foi desfeito em 23 de fevereiro de 1945, quando desembarcados como membros do Centro de Reacomodamento de Pessoal, no Depósito de Pessoal da FEB.

Neder ficou alguns dias sem função, até ser colocado em um ponto chave dentro da estrutura brasileira na campanha, sendo escalado para auxiliar na tradução de documentos do V Exército para o comando da FEB e de datilografá-los.

Enquanto esperava a designação que exerceria até o final do conflito, Neder teve contato com Joel Silveira e Egidio Squeff, que eram amigos de Cleo Macambira e que foram apontados pelo autor como correspondentes de guerra comunistas. De fato, Egidio militou no partido no pós-guerra. Já Joel Silveira, era de esquerda, mas não era comunista, se definia como socialista liberal.

Em 28 de fevereiro de 1945, Neder estava conversando com os cabos Magalhães⁸⁰, Zorai⁸¹ e Trindade⁸², refletindo sobre problemas estruturais do Brasil e sobre Luís Carlos Prestes. É interessante notar nesse ponto, que mesmo nos trabalhos burocráticos, quando havia tempo, ele e os amigos com ideologias próximas se reuniam para conversar e botar em dia os assuntos de formação política.

Na noite de 02 de março de 1945, antes de dormir, Neder conversava com o sargento Aloísio Santos, que era do norte do Brasil. “Aliás, muito tenho conhecido desta zona do Brasil, pela conversa dos camaradas de lá. São muitos e cada um conta sobre o seu lugar, sobre os lugares que conhece e sobre aqueles de que ouviram falar⁸³”.

Em 04 de março de 1945, quando reencontrou os amigos João Abreu e Cléo Macambira, esses já estavam por dentro do funcionamento do movimento partigiani comunista da região em que estavam (Staffoli), já sabendo, inclusive, o nome do secretário do partido.

Mais uma vez, é possível notar nas palavras de Neder, que mesmo com toda boa vontade dele, as coisas aconteciam mais rápidas do que ele previa, tanto que os outros amigos já tinham feito

⁷⁹ Se tornou escriturário, trabalhando para o Governo no pós-guerra.

⁸⁰ Raimundo de Magalhães Costa, que foi advogado no pós-guerra, tendo, em 1973, defendido integrantes da guerrilha Var-Palmares e da Aliança Libertadora Nacional – ALN. No entanto, também pegou outros casos famosos, pós-ditadura, em que defendeu acusados de corrupção e anticomunistas, devido a ser especialista em Lei de Segurança Nacional. Não encontramos a data da sua morte, apenas que em 1999 ainda estava vivo.

⁸¹ Zorai Silveira Silva.

⁸² Antônio Joaquim Soares Trindade.

⁸³ NEDER, Humberto. *Diário de um febianos*. Campo Grande: IHGMS, 2012, p. 48.

o contato com o Partido Comunista local e ele não, situação que como veremos adiante, se modificaria ao longo do tempo.

Na noite daquele mesmo dia 4, o grupo do qual Neder fazia parte, conseguiu reunir-se e ir para uma rápida saída à localidade de Monte a Cappiane, próximo 4 km do acampamento deles. Depois de tomar muito vermute, na hora de voltar para acampamento, fizeram algo que se tivessem sido pegos, poderiam ter sido presos. Bêbados, começaram a gritar “viva a democracia brasileira” e “viva Luís Carlos Prestes”.

No dia seguinte, mais uma vez por obra de Cléo Macambira, ele foi apresentado a um rapaz, que não lembrava o nome, mas que já tinha feito contato com o Partido Comunista de novo. “É dos nossos, já entrou em ligação com os elementos daqui. [Ele] conta-nos da nota do DIP⁸⁴ sobre a inexistência de refugiados políticos no Brasil, e isto se dirige principalmente à filha e à irmã de Prestes”, anotou Neder⁸⁵.

Enquanto não estava de serviço no acampamento, as reuniões eram frequentes e todas as noites na barraca de um membro do grupo, de modo que pudessem discutir livremente suas opiniões, tanto sobre comunismo quanto sobre a queda de Vargas. Nas reuniões, nem todos eram comunistas, havia também os nacionalistas que estavam ali apenas pelo fato de quererem que Getúlio Vargas fosse retirado logo do cargo.

Quando o calendário marcou 19 de março de 1945, chegou ordem para que os amigos fossem enviados para a frente de combate, como substitutos daqueles que haviam sido feridos ou mortos no front. Para Neder, como ele dominava o idioma inglês, sobrou uma função burocrática como tradutor e datilógrafo no quartel-general da FEB.

Cléo Macambira foi enviado para a Intendência, uma excelente função que lhe permitia contato com vários setores combatentes. Por isso, ele foi encarregado de fazer propaganda positiva da candidatura do Eduardo Gomes e negativa de Vargas, por onde andasse.

É de se ressaltar na fala de Neder, o apoio a Eduardo Gomes. Com tal defesa, Neder seguiu a vertente socialista, unida na Esquerda Democrática. Vargas apoiou Dutra, e os comunistas lançaram Yedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis/RJ, como forma de testar sua força política (só saíram da clandestinidade em outubro de 1945, quando receberam autorização para participar do pleito presidencial).

Segundo o autor, um dos amigos que acompanhava as discussões, mas que não se envolvia muito na política, era Artur Brederodes da Costa⁸⁶, filho único de um rico pernambucano que dizia “invejar-nos por termos um ideal e razões de luta”. “Aos poucos está se entusiasmando,

⁸⁴ Departamento de Imprensa e Propaganda do governo Vargas.

⁸⁵ NEDER, op. cit., p. 52.

⁸⁶ Tornou-se advogado no pós-guerra, mas não comunista.

especialmente agora que fizemos amizade”, reparou Neder, mostrando que mais uma vez os elementos mais à esquerda tentavam convencer os colegas sobre seus ideais, com o próprio exemplo e oferecendo-lhes amizade⁸⁷.

Outro amigo seu que estava no front e que era simpatizante das causas da esquerda, mas que não era comunista, era Paulo Emílio Henot, cabo do Serviço de Contrainformações. Paulo havia chegado primeiro no front, junto com o segundo escalão. Os dois eram conhecidos de antes da guerra e, por isso, ao se reencontrarem, Paulo convidou Neder para acompanhá-lo em um dia de serviço dele.

A missão, infelizmente, deu bastante errada e terminou com a morte de um partigiani, em um acidente na volta de uma patrulha. Paulo ficou se sentindo culpado e dias depois saiu uma comunicação interna que dizia que não era para levar pessoas de fora do serviço de contrainformação para missões, um recado claro à infração que Paulo havia cometido⁸⁸.

Fazendo campanha contra Dutra e visitando comunistas

O que se nota, é que o grupo do qual Neder fazia parte se reunia, deliberava e executava ações político-partidárias no front, de acordo com convicções que traziam desde o Brasil. Em 29 de março de 1945, Neder, que dominava a língua inglesa, encontrou um artigo na revista *Time*, datado de 23 de março de 1943, que falava sobre o general Eurico Gaspar Dutra. O artigo não era elogioso, pelo contrário, descrevia Dutra como um ultraconservador com ligações com o eixo no pré-guerra, tendo recebido condecoração alemã e móveis japoneses para a sua casa. Neder fez questão de copiar várias vezes o artigo para distribuir clandestinamente entre os colegas, pedindo que eles fizessem circular entre os soldados, para desmerecer a candidatura de Dutra, a quem ele via como um péssimo exemplo para o exército.

Com o PC italiano

Em 02 de abril de 1945, o amigo Paulo Henot o convidou para ir até Florença, para acompanhar dois sargentos, um italiano e um brasileiro, que seriam testemunhas no julgamento de espões capturados pelo serviço de contrainformação brasileiro. O juízo seria realizado na Corte Marcial, em Florença. Neder aceitou prontamente e como o julgamento se prolongou, ele precisou ficar três dias na cidade.

Foi aí, que ele visitou a Casa de Dante, que era sede do Partido Comunista Italiano - PCI. “Apresentei-me como um deles, ao membro da Organizzazione Geovennele Comunista. Fui muito

⁸⁷ NEDER, Humberto. *Diário de um febianio*. Campo Grande: IHGMS, 2012, p. 63-64.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 68-69.

bem recebido pelas moças e rapazes, conversei longamente com eles, que são grandes entusiastas do movimento partigiani (quase todos os partigiani são comunistas) e se interessam muito pela vida do partido no Brasil. Tirei duas fotos com eles, mas tenho quase certeza de que se estragaram quando por descuido abri a máquina”, explicou Neder⁸⁹.

No dia seguinte, ele voltou para conversar com os dirigentes locais do partido, pois antes, estivera com os jovens. “Estive em diversas seções, falei com muitas ‘compagnos’⁹⁰ interessados na vida política do Brasil, especialmente a do partido. Quase todos conhecem o fascista Vargas. Deram-me todos os panfletos políticos e jornais do partido. Comprei a história oficial deste, e, como na véspera me trataram muito bem⁹¹”.

A morte de Roosevelt

Em 13 de abril, quando o presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, morreu, Neder anotou algo interessante em seu diário, uma vez que mesmo sendo comunista, tinha admiração pelo líder americano:

Não é preciso dizer o que significa [a morte dele], embora na nossa concepção materialista da história, os homens nada signifiquem, esse homem, que durante 12 anos e meio dirigiu a política dos Estados Unidos no interior e no exterior, para uma tendência progressista e anti-reacionária, significa muito, levando em conta, principalmente, que o seu substituto legal, Harry Truman é considerado um politiquero e não tem a menor experiência nos negócios internacionais. Talvez não tenha a visão e o senso idealista do homem que, durante os anos de maior crise da história Universal, significou para a maior parte do gênero humano, a esperança do advento de um mundo melhor. A “Carta do Atlântico” é de criação unicamente sua, de vez que o espírito conservador reacionário imperialista de Churchill não podia arquitetar palavras que tão bem significassem os sentimentos que movem milhões de seres em todos os fronts, em todos os cantos do mundo, como as quatro liberdades de Roosevelt. Não viu o fim da guerra de cuja a vitória foi um dos artífices, nem tampouco teremos na organização da paz, onde, juntamente com o Stalin e um governo laboral inglês, lançaria os pilares da era da justiça, trabalho e liberdade para todos. Mas, passará à história como o maior presidente dos Estados Unidos, aquele que previu, viu e agiu nos difíceis anos que precederam e culminaram na 2ª Grande Guerra Mundial. (...) Morreu antes de terminar completamente o seu trabalho, desejava de coração ajudar a estabelecer uma ordem mundial, na qual os homens poderão viver sem medo, com plena liberdade de religião e crença, com os direito de livre palavra e livre reunião. Mas, deixou uma base que permitirá aos seus sucessores acabar a construção do edifício que iniciou. Deixou seu país, uma que nação por hábito e tradição é isolacionista, em cooperação com as outras nações unidas. Os combatentes de todos os cantos do mundo choram a perda do homem que nos Estados Unidos era uma garantia de que os ideais pelos quais lutamos não perecerão em lutas imperialistas. (NEDER, 2012, p. 84-85)⁹²

⁸⁹ NEDER, Humberto. *Diário de um febianos*. Campo Grande: IHGMS, 2012, p. 78.

⁹⁰ Companheiros.

⁹¹ NEDER, op. cit.

⁹² NEDER, Humberto. *Diário de um febianos*. Campo Grande: IHGMS, 2012.

No final da guerra

Em 16 de abril de 1945, Neder estava no quartel-general de Cordeiro de Farias, comandante da Artilharia, onde encontrou Oswaldo Gudolle Aranha, de quem era amigo desde o Rio de Janeiro. “Este disse-me que a reação continua feroz no Brasil”, se referindo a como Vargas vinha lutando para manter-se no poder. O pai de Aranha, foi o chanceler brasileiro fundamental para os brasileiros entrarem ao lado dos Aliados. Estava fora do governo Vargas fazia um tempo, por não concordar com posturas do presidente, por entendê-las como antidemocráticas. Já Oswaldinho, como era conhecido o filho dele, foi como voluntário para dar exemplo e era cabo. Depois da guerra, também ficou sob vigilância do Estado, por suspeita de ser comunista, o que não era. Era sim, nacionalista, legalista e tinha amigos comunistas, o que não era crime.

E a guerra continuou. Até que em 29 e 30 de abril de 1945, os alemães se renderam aos brasileiros e Neder se deslocou com o comando da FEB, indo parar na cidade de Alessandria, município que concentrou boa parte dos soldados da FEB e partigianis, após a rendição. Sobre esses últimos, ele escreveu algo que o desagradava no comportamento dos homens da resistência italiana: “só nos desagrada haver tantos partigiani agindo e fazendo como se eles fossem os vencedores da campanha⁹³”.

O retorno

O Neder de depois da guerra continuou fiel aos ideais que defendia. Quando o partido comunista voltou à ilegalidade, depois de 1947, ele atuou na clandestinidade. Foi advogado, militante e ajudou na regularização das terras da região de Dourados/MS, que haviam sido destinadas à colonização por Getúlio Vargas. Participou da campanha *O petróleo é nosso*, fundou com sucesso o Banco do Povo de Mato Grosso e ainda auxiliou na campanha de João Goulart, fazendo parte da Comissão Regional para estatização do serviço de exploração do petróleo. Quando veio a ditadura de 1964, ele esteve uma época como suplente de senador. Cassado, precisou se exilar no Paraguai de 1972 a 1993. Familiares dele também foram perseguidos pela ditadura. Um irmão foi preso. Neder faleceu em 2011, aos 91 anos, em Campo Grande/MS.

⁹³ NEDER, Humberto. *Diário de um febianio*. Campo Grande: IHGMS, 2012, p.181.

Capítulo 6

Um documento amplo, articulado por comunistas

Em abril de 1945, já pensando no final da Segunda Guerra, um documento chamado *FEB - símbolo vivo da união nacional*, foi entregue para a diretoria da Liga da Defesa Nacional – LDN, por meio do capitão Leandro José de Figueiredo Júnior⁹⁴, que havia voltado da Itália.

O professor Paulo Ribeiro da Cunha, da Unesp⁹⁵ de Marília/SP, analisou o documento e separou palavras e frases de uso comum entre as correntes de esquerda, tais quais “imperialismo” (como símbolo de direita), “camadas populares”, “organizações populares”, “forças progressistas”, entre outras.

Conforme a análise de Cunha, o documento ter sido mandado para a LDN, não foi por acaso, já que caso fosse destinado ao governo Vargas, poderia representar uma quebra de hierarquia e os militares que o assinaram poderiam ter sido punidos. “O destino final, publicizado pela imprensa, foi, seguramente Getúlio Vargas”, diz o pesquisador, ressaltando que houve certas sutilezas na sua elaboração, o qual descreve como “libelo da democratização⁹⁶”. Possivelmente, um grupo de 26 oficiais é quem teria escrito o documento e, na interpretação de Paulo, boa parte desses oficiais era comunista.

Sem embargo, ainda que o documento tenha sido assinado por oficiais, há uma parte dele que é quase idêntica ao que escreveu o soldado comunista Jacob Gorender, que serviu no 1º Regimento de Infantaria. Abaixo, os dois trechos para comparação:

São rapazes que vieram do norte e do Sul da Bahia e de Pernambuco, do Rio e do Paraná, constituindo aqui, no front italiano, um símbolo vivo da União Nacional. Trouxeram seus pensamentos, suas convicções, e na Europa, condicionada pela guerra, renovaram a sua experiência de cidadãos amantes da democracia. (GORENDER, 1945, p. 3)⁹⁷

Aqui, no campo de batalha italiano, combatem jovens procedentes de todos os pontos cardeais do Brasil, do Norte, Centro e Sul, combatem ombro a ombro, católicos protestantes e judeus, brancos e negros, jovens das mais diversas classes e concepções políticas, todos constituindo em face do perigo e da morte, um símbolo vivo de União Nacional contra os bandos armados de Hitler! (A NOVA DEMOCRACIA, 2003)⁹⁸

⁹⁴ Quase 20 anos depois, o mesmo Leandro seria cassado por acusação de subversão, durante a ditadura civil-militar de 1964. Já naquela época, ele tinha pensamentos e atitudes mais à esquerda e de oposição a Vargas.

⁹⁵ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

⁹⁶ CUNHA, Paulo Ribeiro. Um manifesto elaborado no calor das batalhas. In: ABREU PENNA, L. de. *Manifestos políticos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008, p. 188.

⁹⁷ GORENDER, Jacob. *Os construtores de linhas*, publicado na página 3, da edição 22, do jornal *Cruzeiro do Sul* de 18 de Março de 1945.

⁹⁸ Aqui, no campo de batalha italiano... Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-8/1190-aqui-no-campo-de-batalha-italiano#:~:text=Aqui%2C%20no%20campo%20de%20batalha%20italiano%2C%20combatem%20jovens%20procedentes%20de,e%20da%20morte%2C%20um%20s%C3%ADmbolo>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

Como se percebe, os textos são semelhantes na estrutura, o que pode confirmar a participação de Jacob na formatação do documento, junto com oficiais da FEB. Ele já havia afirmado que teve conhecimento do Manifesto antes que fosse publicado, mas negava ter participado da elaboração⁹⁹, o que parece não ser totalmente verdadeiro ou ele escreveu sob influência do PCB, até porque o texto dele saiu em data anterior ao manifesto.

Pelo menos dois jornais da capital da República na época (Rio de Janeiro), repercutiram o Manifesto: *Jornal do Brasil*¹⁰⁰ e *Tribuna Popular*¹⁰¹. O jornal *Folha Capixaba*, ligado ao Partido Comunista, também publicou o Manifesto, em 12 de julho de 1945. Bastou para militares que já estavam a planejar a saída de Vargas do poder, tivessem argumentos para tentar tirá-lo da presidência, o que se concretizou em agosto daquele ano.

Como veremos, muitos dos militares que assinaram o Manifesto junto às alas mais progressistas, militantes das esquerdas e comunistas da FEB, em 1964, foram mentores do golpe que deu início à ditadura que durou 21 anos. Unidos naquele momento, inimigos quase 20 anos depois.

A construção do Manifesto, a versão de Kardec Lemme

O já citado tenente Kardec Lemme explicou em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 2013, que a elaboração do documento foi de iniciativa do partido comunista, mas que nacionalistas colaboraram. Um exemplo foi o de um coronel comandante do Banco do Brasil¹⁰² que auxiliou na parte “estética”:

(...) Aquele manifesto foi elaborado na Itália e o cara que nos orientou era Coronel, era civil feito Coronel¹⁰³, que dirigia o Banco do Brasil na Itália. Ele que era o cara que organizou tudo, pôs em letra de fôrma e nós, então, pegamos as assinaturas de muitos oficiais de várias áreas, no front e na retaguarda, as assinaturas que estão lá e, depois, agora, resta, aqui no Brasil, eu coloquei um pinguinho vermelho em todos que eram comunistas. Era um grupo já bem interessante, mais ou menos uns 20 que eram do partido mesmo, que estavam lá por indicação do partido. Eram oficiais militares (...). (LEME, 2013, p. 17)¹⁰⁴

Como se percebe, o documento foi feito a várias mãos e de modo que a sua linguagem utilizada agradasse a todos os grupos que se uniram em torno da queda de Vargas, sendo que o PCB foi protagonista para tirá-lo do papel e para colocá-lo em prática, ajudando também na redação, correção e, principalmente, incentivando os colegas a assinarem-no, recolhendo assinaturas para que

⁹⁹ CUNHA, Paulo Ribeiro da. O ANTIMIL: o setor militar - origens de uma organização. Revista *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 59-71, jul./dez. 2012, p. 68.

¹⁰⁰ Ano LV, n°154, p.6

¹⁰¹ Jornal ligado à militância de esquerda. Consta na edição de número 39, do ano 1, capa e página dois. O mesmo jornal repetiria o assunto com um desdobramento em 20 de julho de 1945, 15 dias após a primeira publicação.

¹⁰² Gastão Luiz Detzi, gerente geral na Itália.

¹⁰³ Detzi era o único major que comandava o Branco do Brasil na Itália.

¹⁰⁴ LEME, Kardec. *Kardec Lemme*, Comissão Nacional da Verdade, 2013, p. 15. Disponível em: <https://cnv.grauna.org.br/images/pdf/depoimentos/Kardec_Lemme_-_RDK_19.06.2013.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021, p. 17.

houvesse a sua legitimação como uma decisão de um corpo unido e pronto para arcar com os ganhos e as perdas que o ele poderia acarretar. Dito isso, segue o manifesto:

Aos Exmos. Srs. DD. Presidente e membros do Diretório Central da L.D.N.

Ao ensejo das patrióticas realizações encabeçadas pela LDN, sentem-se os soldados do Brasil, combatendo na Europa, no dever de agradecer aos dirigentes e a todos os departamentos dessa entidade, às sucessivas provas de carinho e conforto, que tão constantemente se vem refletindo no moral de nossas tropas, pela consciência de que toda a nossa pátria encontra-se unida para os sacrifícios da mesma luta. O nosso gesto, não somente expressa agradecimento, mas também consigna admiração e reverência às tarefas de exaltação cívica e esforço unificador para a vitória, que, no Brasil, a Liga de Defesa Nacional vem levando a efeito incansavelmente.

Desde os primeiros momentos da arregimentação, até a chegada das forças expedicionárias às terras convulsionadas da Europa, a fim de combater o imperialismo-prussiano-fascista, retrógrado, opressor e sanguinário, tem sido a patriótica entidade fator importante de amparo moral e de estímulo cívico, tanto na distribuição de utilidades, oferecidas por todas as camadas populares aos nossos soldados, como, principalmente, na segura orientação das grandes reservas morais da nação em favor do nosso esforço.

Esta é uma guerra de povos em que, os governos, Forças Armadas e todas as forças vivas nacionais, confraternizam-se para dar combate ao baluarte hitleriano da agressão imperialista. Precisamente a observação cotidiana da posição realística e produtiva assumidas pelas maiores organizações populares da Grã-Bretanha, Estados Unidos, União Soviética, China, França, Jugoslávia e outras Nações Unidas, é que nos estimulam a considerar com atenção os trabalhos dessa entidade na luta sem tréguas contra o agressor nazifascista, e na atitude corretamente unilateral com relação aos problemas da paz. Dentro das circunstâncias econômicas e, históricas, e de interesses internacionais, peculiares ao nosso país, toma a LDN, uma posição realística definida e produtiva. Esta posição, inutiliza decididamente, a obra criminosos dos sabotadores internos, agentes nazi-integralistas, desmascara os elementos confusionistas, forjadores de vis intrigas, com objetivo de perturbar a união pacificadora da família brasileira, e contribui, afinal, para mobilização e organização das forças progressistas nacionais, congregadas num bloco inquebrável para vitória de uma causa justa.

Esta compreensão manifesta-se através da coordenação de energias e das realizações nos múltiplos trabalhos de retaguarda; no aceleração de processo de união nacional, já profundamente enraizado no coração dos brasileiros honrados e conscientes; na preparação das condições nacionais para os próximos problemas após guerra, cuja acertada a solução

encontraremos exclusivamente no clima de fraternidade interna, que criará incomensuráveis possibilidades ao desenvolvimento de um Brasil forte, emancipado econômica e politicamente, democrático e progressista.

Queremos declarar na presente mensagem, que os esforços da LDN harmonizam-se esplendidamente aos ideais pelos quais lutamos, que são os mesmos ideais tão heroicamente defendidos pelos nossos camaradas das forças armadas norte-americanas, soviéticas, francesas, britânicas, chinesas e iugoslavas, os mesmos ideais expressos nos princípios renovadores da carta do Atlântico, e nas conferências do Cairo, Moscou, Teerã, Dumbarton Oaks e Crimeia.

Na conferência de São Francisco, onde estão reunidas todas as nações unidas para forjar o arcabouço do futuro organismo de segurança internacional, rejubilamo-nos em constatar que nossa pátria está sendo guiada pelos princípios de liberdades e progresso, aos quais a sua vida interna vem sendo ajustada. É esta mais uma vitória da união nacional e mais uma legítima contribuição dos esforços da LDN.

Ao tempo em que vemos crescer a estrutura industrial e a emancipação econômica do nosso país, que permitirão um pacífico reajustamento das classes média e trabalhadora, não regateamos os nossos mais entusiásticos aplausos a realização das próximas eleições, objetivando o funcionamento legal dos órgãos representativos do povo. Em tal oportunidade queremos reafirmar que somente o processo de união nacional poderá dar ao povo brasileiro, esclarecida consciência política, para eleger seus legítimos mandatários e consolidar, ampliando e aperfeiçoando as liberdades democráticas fundamentais, que são um dos motivos de nossa luta. Nós, soldados expedicionários esperamos que do próximo pleito surjam as premissas de uma era verdadeira de democracia para a nossa pátria, solidamente assentada sobre o exercício constante e garantido pela lei, e pelos sentimentos soberanos do povo, das quatro liberdades fundamentais anunciadas pelo grande presidente Roosevelt.

A orientação patriótica, segura e definida, que vossas excelências vêm imprimindo aos trabalhos da LDN, durante a contingência da guerra, e nas perspectivas de paz, é, pois indestrutível penhor dos ideais de todos nós, soldados do Brasil, herdeiros do descortínio pacificador e unitário de Caxias e de Floriano, é, também, a bandeira desfraldada por aqueles que já tombaram para sempre no fragor das batalhas travadas pela sobrevivência da humanidade civilizada.

Aqui, no campo de batalha italiano, combatem jovens procedentes de todos os pontos cardeais do Brasil, do Norte, Centro e Sul, combatem ombro a ombro, católicos protestantes e judeus, brancos e negros, jovens das mais diversas classes e concepções políticas, todos constituindo em face do perigo e da morte, um símbolo vivo de União Nacional contra os bandos armados de Hitler!

Generoso sangue pátrio cobre vales e montanhas da Itália libertada, num sacrifício que jamais poderá ser em vão, porque estará sempre no altar e nos fastos imorredouros da pátria, como expressão das mais nobres aspirações de liberdade e progresso do povo brasileiro.

E sobre o sangue dos nossos bravos, juramos defender os postulados fundamentais das quatro liberdades que inspiraram a Carta do Atlântico, e lutar sem desvanecimentos, por uma nova era de liberdade, paz e progresso para o povo brasileiro, e das Nações entre si!

Nós, soldados do Brasil, temos consciência da missão que aqui desempenhamos, e nenhuma dúvida, paira em nossos espíritos sobre as nossas responsabilidades nesta guerra, mediante os problemas internacionais de uma paz justa e duradoura. As tarefas patrióticas que a LDN vem realizando no Brasil, encerram, pois, o verdadeiro sentido da luta da Força Expedicionária, luta que não terá termos, antes que todas as hordas saqueadoras e escravagistas do nazismo, baqueiem para sempre, esmagadas pelas forças vitoriosas das nações amantes da liberdade e da democracia!

Tudo pela União Nacional do povo brasileiro! Todo o apoio às liberdades democráticas e ao desenvolvimento econômico da nossa pátria! Tudo pela vitória das Nações Unidas! Tudo pela fraternidade dos povos no universo de paz, autodeterminação popular, justiça internacional e livre progresso!

Itália, abril de 1945. Assinam no original os seguintes:

Cap. Eter Newton

Cap. Aldevio Barbosa de Lemos

1º Ten. Fernando de Souza Martins

1º Ten. Eduardo de Cerqueira Cezar

1º Ten. Waldemar Dantas Borges

1º Ten. Cicero C. Cidade

1º Ten. Ruy Caldeira Ferraz

1º Ten. Werther Pinto

Cap. Álvaro Felix de Souza

2º Ten. Vicente Ferraz de Almeida Prado Netto

1º Ten. Alcione Mello

1º Ten. Manoel Collares Chaves Filho

1º Ten. José Maria Antunes da Silva

2º Ten. Wilson Quadros de Oliveira

1º Ten. Benedicto Félix de Souza

2º Ten. Mário de Carvalho Camargo

2º Ten. Felix Eduardo da Silva Loureiro

2º Ten. Ademar Marques Curvo
Maj. Henrique Cordeiro Oeste
Cap. Luiz Dantas de Mendonça
Cap. Leônidas Salles Freire
Cap. Manoel Ignacio de Souza Júnior
Cap. Carlos José Proença Gomes
1º Ten. Manoel Luiz Machado
1º Ten. Med. Hugo Mallet Soares
Cap. Milton Tavares de Souza
1º Ten. Joffre Borges Salus
Asp. José Miguel
Asp. Milton Guerra Viana
2º Ten. Azul Fernandes
1º Ten. Med. Guilherme Lucena
Cap. Newton Raulino de Oliveira
1º Ten. Med. Moacyr Pereira Lima
1º Ten. Wilson de Almeida Fortes
1º Ten. Murillo Otávio de Barros
2º Ten. Pedro de Souza
2º Ten. Christovam R. T. Maciel
1º Ten. Beatty Teixeira Salles
2º Ten. Ismael da Rocha Teixeira
2º Ten. Raymundo Nonato Ribeiro da Silva
1º Ten. Hélio Boher Veloso da Silveira
2º Ten. V. Erickson
2º Ten. Helmo Levy Mendonça
1º Ten. Ivany de Oliveira
2º Ten. Luiz José Torres Marques
1º Ten. Agenor Monteiro
2º Ten. Ítalo Diogo Tavares
2º Ten. Paulo de Mello Prates
Maj. João Carlos Grossi
Cap. Vaz Curvo
1º Ten. Aldir Quadrado

1º Ten. Jair Carvalho de Abreu
2º Ten. Murillo V. H. Carrão
2º Ten. Benedito Ayres Filho
1º Ten. Inácio F. Oliveira
Cap. Alberto Tavares da Silva
1º Ten. E. Simões de Paula
1º Ten. Hélio de Moura
2º Ten. Eugenio Martins Ramos
2º Ten. José Aréco
Cap. João Evangelista Mendes da Rocha
2º Ten. Wagner Flamarion Tavares
2º Ten. Ircio de Camargo
2º Ten. Helvidio Augusto de Mattos
2º Ten. Edu Vayrol
2º Ten. Hugo Alves Corrêa
Cap. Aldenor da Silva Maia
2º Ten. Clovis Gross
1º Ten. João Ângelo Abatayguara
1º Ten. José Moya Filho
Cap. Ernani Ayrosa da Silva
2º Ten. Med. Mario Pontes Alves
2º Ten. Dent. Antonio Archamp Câmara
1º Ten. Armando Veiga Cabral
Maj. Humberto Diniz Ribeiro
Cap. Francisco Ruas Santos
Cap. Leonel Martins Ney da Silva
Cap. Leandro José de Figueiredo Jr.
Cap. Geraldo Alvarenga Navarro
1º Ten. Augusto de Barros Lovaglio Jr.
Maj. Ivens de Monte Lima
Maj. Manoel Rodrigues Carvalho Lisbôa
2º Ten. Hélio da Rocha
1º Ten. Nelson Cavalcante
Cap. Luiz Gonzaga Pereira da Cunha

Cap. João Baptista Pereira Bicudo
2º Ten. Dent. José França Americano
1º Ten. Nogue Vilar de Aquino
1º Ten. João Luiz Filgueiras
1º Ten. Ito Carvalho Bernardes
1º Ten. Silvino Olegário de C. Filho
Cap. Moacir Nunes de Assumpção
1º Ten. Oswaldo Lopes
1º Ten. José Gomes Barreto
1º Ten. Adão Hernandez
Cap. Olegário Memória
Maj. Luiz Tavares da Cunha Mello
1º Ten. Med. Almir de Castro Neves
1º Ten. Luiz de Azevedo Guimarães
1º Ten. Med. Rubens Lourenço Ramos
1º Ten. Sólton Rodrigues Avila
Cap. Luiz Gonzaga de Oliveira Leite
1º Ten. Alberto Firmo de Almeida
Cap. Eduardo d'Avila Mello
1º Ten. Joaquim Miranda Pessoa de Andrade
2º Ten. Carlos Gomes Vilela
2º Ten. Aluizio Carneiro da Rocha
Cap. Arthur Guaraná de Barros
1º Ten. Med. Jair Garcia de Freitas
1º Ten. Newton Muller Rangel
1º Ten. Hunaldo Teixeira Gomes
Cap. Antonio Carlos de Andrade Serpa
1º Ten. Pedro Cordolino F. de Azevedo Filho
2º Ten. Eduardo de Ulhoa Cavalcanti
Cap. Loubec Vitor Paulino
1º Ten. Amphilophio Viana de Carvalho
1º Ten. Guinemé Muniz
1º Ten. Carlos Augusto de Oliveira Lima
1º Ten. Adhemar de Mesquita Rocha

2º Ten. Alirio Granja
2º Ten. Nelson Zamorra
Cap. Paulo de Carvalho
1º Ten. José Alfredo Barros da Silva Reis
Cap. Alberto Jorge Farah
2º Ten. Luciano Celestino Benradt
1º Ten. Miguel Cirne
2º Ten. Antonio Tavares Bordeaux Rêgo
2º Ten. Jurandir Loureiro Acioli
Cap. Plinio Pitaluga
2º Ten. Med. Raul de Miranda e Silva Junior
Cap. Antonio Tavares de Lima
Cap. Tercio Morais de Souza
Cap. Murilo Valporto de Sá
1º Ten. Silvio Silveira
1º Ten. Antonio da Silva Campos
1º Ten. Jorge Silva E Souza
1º Ten. Luiz Corrêa Lima
1º Ten. José Arthur Borges Cabral
1º Ten. Murilo Gomes Ferreira
1º Ten. Ayrton Rodrigues dos Santos
1º Ten. Sydney Vieira Braga
Cap. João do Amor Divino
1º Ten. Paulo Scatena
Maj. Syseno Sarmiento
Maj. Arghes do Monte Lima
1º Ten. Rubens Fonseca Hermes
Cap. Antonio de Barros Moreira
1º Ten. Celso Expedito Nogueira
1º Ten. Carlos Martins Seixas
2º Ten. Mario Barroso Lisbôa
Cap. Capelão Militar Padre João Baptista Cavalcanti
1º Ten. Med. José Francisco da Silva
Cap. Clovis Galvão da Silveira

Asp. Gyl Mirilli
Cap. Heitor Caracas Linhares
Cap. Demostenes Ribeiro dos Santos
Cap. Paulo Moretzsohn Brandi
Ten. Pedro Prado Peres
Cap. Cordeiro Neto
1º Ten. Luiz Augusto Teixeira Mendonha
1º Ten. Moacir Pereira Monteiro
Cap. Adger de Cunha Mendes Barreto
1º Ten. Armando Lopes Fontenelle Bezerril
2º Ten. Cleber Bonecker
2º Ten. Jorge Nazad
Asp. Israel Rosenthal
2º Ten. Luciano E. Pinto
Cap. José Rabelo Machado
2º Ten. Tarcísio Monteiro Sampaio
Asp. Luiz P. Bonfim
Asp. Roberto Benjamim Fernandes Moss
Asp. Ayrton Vasconcelos Teixeira
Maj. Joaquim Innocêncio de Oliveira Paredes
Ten. Ernani Marones
2º Ten. Dalton Santos Martins da Costa
2º Ten. Fernando de Albuquerque Bastos
2º Ten. Guilherme Dourado de Barros
2º Ten. José Feijó da Rosa
2º Ten. Paulo M. de Lacerda
2º Ten. João Guilherme Schultz Marques
Cap. Antonio Ferreira Marques
1º Ten. Cid Silveiro Pacheco
1º Ten. Med. Luiz Gonzaga Ribeiro
1º Ten. Walter Monteiro de Oliveira
Cap. José Raul Guimarães
Cap. Milton Luiz Kluge
1º Ten. Agberto de Miranda

1º Ten. José Ribeiro Dias
2º Ten. José Carvalho Figueiredo
1º Ten. Nilton Ferreira de Freitas
Cap. Celestino Nunes de Oliveira
2º Ten. Moacir Alves de Mendonça
1º Ten. Ayres Tovar Bicudo de Castro
Asp. Evilásio Lopes
Cap. Marcos de Souza Vargas
2º Ten. João Eduardo Goulart
1º Ten. Antonio de Almeida Rosa
1º Ten. Murilo Queiroz
2º Ten. Joaquim Thiago Fonseca
Cap. Heitor Furtado Arnizaut de Matos
Cap. Kardec Lemme
2º Ten. Benedito Rodrigues
1º Ten. Humberto Amorim
Cap. Nelson M. Da Rocha
1º Ten. Paulo Avila Da Costa
2º Ten. Hélio Nazário Severo Leal
Cap. Antonio Adolfo Manta
Cap. Manoel Da Graça Lessa
2º Ten. Miguel Marcondes Armando
Asp. Jesus José Ferreira
Cap. Paulo Braga da Rocha Lima
Cap. Walter Fernandes de Almeida
1º Ten. Med. Antonio Samuel Baptista
2º Ten. Temístocles Navarro Dias de Macedo
Maj. Aristóbulo Codevilla Rocha
1º Ten. José Ribamar Goulart de Carvalho
1º Ten. Nicolau José de Seixas
2º Ten. Agostinho José Rodrigues
1º Ten. Med. Pedro Andrade
Maj. Candido Alves Da Silva
1º Ten. Mauricio Leal e Silva

1º Ten. Francisco Alberto Moreno Maia
Asp. Salomão Maline
Cap. Sidney Teixeira Álvares
1º Ten. Floresmundo Zaragosa
2º Ten. Arlindo Ferreira
2º Ten. Marcial de Oliveira
2º Ten. Iporan Nunes de Oliveira
1º Ten. José Aguiar Corrêa
Cap. Adhemar Rivermar de Almeida
Cap. Dilson Siciliano Loureiro
Cap. Av. Fortunato Câmara Oliveira
Cel. Fernando Lavaquiel Biosca
Ten. Cel. Pedro Paulo Sampaio de Lacerda
1º Ten. José Pinto de Carvalho
Cap. João Alvarenga Soutto Mayor
1º Ten. Waldemar Rangel Bonfim
Cap. Florimar Campelo
Cap. Mario Fernandes
Cap. Renato de Paiva Rios
Cap. Carlos F. Da Motta E Albuquerque
Cap. Antonio Saraiva Martins
1º Ten. Thomas Walter Inversen
Cap. José Faria de Andrade Serpa
1º Ten. Celso Rosa
Cap. Antonio Barcellos Borges Filho
1º Ten. Paulo de Andrade Carqueja
Cap. Tiago Cristiano Bevilaqua
2º Ten. Omar Dantas Moura
1º Ten. Mario J. A. Pernambuco Filho
1º Ten. Marcello Pires Cerveira Junior
2º Ten. de Cav. George F. Paes Leme
2º Ten. Heitor de Carvalho França
1º Ten. Mario Ernesto de Souza Junior
1º Ten. Paulo Nunes Leal

Cap. Octavio Ferreira Queiroz
1º Ten. Asdrubal Esteves
1º Ten. Edison Medeiros
Danilo Elmeyer Filho
1º Ten. A. M. Linhares
1º Ten. Domingos Sá Reis Filho
1º Ten. Darcidio de Oliveira
1º Ten. Walter Pereira Nunes
1º Ten. Hugo Xavier Pinto Homem
1º Ten. Wilson A. Fontoura
1º Ten. Roberto Netto
Cap. Paulo Fernandes de Freitas
Asp. Góes de Andrade
1º Ten. Djalma de Paula Machado
Cap. Hilnor Canguçu de Mesquita
Cel. Gastão Luiz Detz
Ten. Luiz Leivas Otero
Cap. Carlos Marques De Oliveira
Raymundo Mendes da Costa
Ernesto Varega
1º Ten. Ney Modesto
Ten. Fabio d'Albuquerque Camanho
Cap. Dent. Ennio Villela
Cap. Av. Lafayette Cantarino Rodrigues de Souza
Cap. Giordano Rodrigues Mochel
Ten. Antonio Potí
Ten. Av. Ismar Ferreira da Costa

Capítulo 7

Brigas nas associações e o grande protesto de 1947¹⁰⁵

Terminada a guerra, o soldado mandado para casa começou a notar que sua vida não estava boa, aliás, que não se readaptara àquele mundo agora em paz. Alguns já tinham gastado o dinheiro que haviam recebido nos campos de combate:

(...) O grosso do contingente expedicionário deparou-se com o medo do desemprego (os patrões eram obrigados a readmitir seus empregados que foram para a guerra, mas em seguida, sob alegação de desajustamento e neurose demitiam esses funcionários). As dificuldades de conseguir emprego cresciam pelo fato de a maioria dos expedicionários terem sido recrutados justamente na idade de aprender uma profissão; sem capacitação profissional definida, tinham que enfrentar um mercado de trabalho em desigualdades de condições com os demais candidatos. Muitos ex-combatentes, portadores de ferimentos ou doenças contraídas na guerra, tinham que enfrentar toda a má vontade burocrática para receberem ajuda e provar sua incapacidade. Histórias de veteranos reduzidos à mendicância ou vivendo de favores da família, enfrentando a incompreensão dos desajustes de sua sociabilidade, eram comuns, e foram relatadas nas memórias dos ex-combatentes e por alguns jornalistas. (FERRAZ, 2003)¹⁰⁶

No caso de Mato Grosso do Sul, por exemplo, a maioria dos ex-combatentes saiu da “roça”¹⁰⁷, e quando retornaram, já não queriam mais voltar a trabalhar na lavoura:

Criou-se um clima muito pesado, pois, havia sido gerado um problema social. Sem pretensão de retomar para suas atividades na agricultura, permaneciam perambulando nos arredores das cidades em busca de emprego e melhores condições de vida, conforme abordagem anterior. Mas, como conseguiriam emprego se não possuíam especialização em nenhuma atividade desempenhada dentro dos centros urbanos? Quem empregaria em um estabelecimento comercial uma pessoa que não sabia nem ler e escrever, completamente analfabeta? Quem disponibilizaria uma vaga para um ex-combatente recentemente chegado dos campos de batalha? (ROSA, 2010, p. 69)¹⁰⁸.

Os febianos começaram a se organizar e essa organização chamou a atenção do PCB, que via no descaso do Estado e na organização dos próprios ex-soldados, uma chance de expansão ideológica e uma forma de reatar laços de companheirismo entre os irmãos de armas que haviam sobrevivido ao caos dos combates:

¹⁰⁵ Contém trechos publicados anteriormente em *Confissões do front: soldados do Mato Grosso do Sul na II Guerra Mundial* (2013, Arandu), de Helton Costa.

¹⁰⁶ FERRAZ, Francisco César Alves. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000. São Paulo. Tese- Doutorado em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001295507>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

¹⁰⁷ Ver o livro citado acima, de autoria de Helton Costa.

¹⁰⁸ ROSA, Alessandro dos Santos. *Reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (1946-1988)*. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, pelo Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010, p. 69. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/60137>. Acesso em 28/09/2022.

Esse envolvimento ‘comunista’ foi recebido com extrema preocupação por setores à direita das associações e até fora delas. A ‘politização’ das questões sociais dos veteranos acarretou uma crise interna nas associações, causando uma divisão política que, no futuro, definiria o papel político das associações e seus posicionamentos. Os setores anticomunistas usaram essa crítica, para atacar e acusar os veteranos de esquerda dentro das associações e também através da imprensa, alegando que as associações não eram lugares de política e que essa tentativa, por parte dos comunistas, de usar a associação para fins partidários, provocava a desagregação dos companheiros. (PIMENTEL, 2012, p. 91)¹⁰⁹

Os comunistas acreditavam que a luta pelos direitos dos soldados, era também uma luta política. Por outro lado, havia o grupo anticomunista dentro do Exército, e fora dele também, que trazia rancores contra o comunismo desde sempre e, principalmente, depois década de 30, quando houve levante de militares comunistas. Esse grupo defendia que a obrigação das associações era essencialmente zelar pela memória e bem-estar dos veteranos, e só isso, sem falar de política partidária. Nada de ficar cobrando o Estado e nem de ficar mostrando as falhas da readaptação ao mundo civil.

O fato é que, em 1946, já existia a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – AECB¹¹⁰, com comunistas e não comunistas. Os posicionamentos políticos faziam parte dos debates:

Apesar dos estatutos da AECB vedarem as atitudes dos associados que pudessem ser interpretadas como de cunho político-partidário, o fato é que a política sempre esteve presente nas associações, seja de maneira aberta, seja velada. Desde os primeiros dias de seu funcionamento, suas atividades eram essencialmente políticas (mesmo assistenciais), não apenas porque seus dirigentes necessitavam do relacionamento com os poderes Executivo e Legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para intermediar benefícios e amparo aos associados, mas também porque sua razão de existência era ser um grupo de pessoas que arriscaram sua vida, conscientemente ou não, em nome de valores políticos, como a defesa da democracia e a rejeição dos totalitarismos. (FERRAZ, 2012, p. 260-261)¹¹¹

Para tentar desarmar os oponentes, já que as coisas estavam indo para um lado perigoso, com trocas de acusações mútuas, foi criado um Conselho Nacional. Não adiantou. Em 1947, os comunistas estavam mais fortes nas sedes da AECB¹¹² e dentro do próprio Conselho, conforme observou Carlos Henrique Lopes Pimentel, que também assina este livro:

¹⁰⁹ PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. *A Força Expedicionária Brasileira: um olhar à esquerda, 1942-1952*. Orientador: Francisco César Alves Ferraz, UEL, CCH, PPGHS, Londrina, 2012. Dissertação em História. Disponível em <https://uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/14509>. Acesso em 28/09/2022.

¹¹⁰ Fundada em 01 de outubro de 1945, no Rio de Janeiro. Depois foram surgindo outras associações em outras cidades do país, que, por sua vez, se reuniram no Conselho Nacional da AECB. Francisco Ferraz constatou que não há como dizer exatamente quantos membros essas associações congregaram, mas que foram milhares, pois podia acontecer de a mesma pessoa se associar em mais de uma célula da organização. Mais tarde, seriam substituídos pela Associação Nacional dos Veteranos da FEB - ANVEFB (1972). A AECB reunia quem tivesse participado da guerra, independente da Arma, e do teatro de operações, o qual incluía o litoral brasileiro, por exemplo. Já a segunda, só permitia quem possuía a medalha de Campanha. A ANVEFB existe até os dias atuais, e há algumas poucas representações da AECB.

¹¹¹ FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012.

¹¹² Uma exceção que mostra o melindre que o assunto “comunismo” causava nas associações, é que no Paraná, mesmo ajudada na fundação e organização por um comunista, Carlos Scliar, do Rio Grande do Sul, a AECB de Curitiba levou o afastamento das questões políticas de esquerda até as últimas consequências, tendo deixado de aderir ao Conselho Nacional e fundando a Legião Paranaense do Expedicionário, que, por conseguinte, foi acompanhada pelas autoridades policiais daquele estado, por medo que, ainda assim, comunistas se infiltrassem nas fileiras da Instituição. Segundo o professor Francisco Ferraz, foi uma postura exagerada por parte das autoridades, afinal, até protesto contra Luís Carlos Prestes foi realizado. (Ibid., p. 226-227).

O conflito dentro das associações atingiu extremos. Um dos diretores da AECB-DF¹¹³, e membro do Conselho Nacional, Salomão Malina, havia sido preso, por resistir ao fechamento do jornal comunista que dirigia. Eleições foram feitas sob forte pressão em 1947 e por uma margem mínima os comunistas (Henrique Oest e Jacob Gorender) foram derrotados¹¹⁴. O fato foi que as pressões e embates políticos nas associações não diminuíram, e a tensão entre os dois lados já era irreversível, tanto na principal seção da AECB do país, que era a do Distrito Federal, como no Conselho Nacional. (PIMENTEL, 2010, p. 346)¹¹⁵

Em 1948, os comunistas foram derrotados na eleição extraordinária no Distrito Federal, após a destituição do dirigente Sampaio de Lacerda. Em seguida, o grupo político se afastou da entidade, como conta Jacob Gorender, soldado da FEB e ativo participante da ala comunista nas lutas da AECB. “Foi uma ação mais ou menos concertada. Eles (os oficiais superiores anticomunistas) tomaram conta das diretorias. Desde então, as associações de veteranos se tornaram apêndices das Forças Armadas¹¹⁶;

O isolamento e afastamento dos veteranos de esquerda ficou nítido nas gestões seguintes, no jornal o Ex-Combatente, a linha editorial mudou completamente, tornando-se comuns artigos que atacavam os veteranos de esquerda e suas práticas. Os comunistas se afastaram das atividades dirigentes das associações, alguns voluntariamente, outros de maneira compulsória, a partir de então, alguns continuavam frequentando as seções, outros se desligaram. Após 1950 não se registrou mais nenhum conflito entre esquerda e direita nas associações. A partir desse período, a Associação de Ex-Combatentes do Brasil assumiu posturas conservadoras. (PIMENTEL, 2010, p. 347)¹¹⁷

O grande protesto de 1947

Foi em meio a esse clima de “Guerra Fria” dentro das próprias associações, que em 1947, após intenso debate, ficou decidido que haveria um grande protesto pelas ruas da Capital Federal, no Rio de Janeiro. Em 12 de março daquele ano, Harry Truman, presidente americano, havia discursado e atacado o comunismo, puxando para os Estados Unidos o dever de impedir o avanço da ideologia na Europa, anunciado o que ficou na história como o Plano Marshall.

No Brasil, as associações eram o bastião legal e moral na luta incessante pelos direitos dos combatentes, fazendo trabalho de assistência social, no encaminhamento para empregos e pedido de tratamento para aqueles homens que tinham voltado da guerra com cicatrizes e ferimentos no corpo e na alma. Dois anos depois do retorno, havia pracinhas enfrentando todo tipo de dificuldades

¹¹³ Distrito Federal, capital do Brasil, na época, o Rio de Janeiro.

¹¹⁴ No final de 1947, após renúncia de Oswaldo Gudolle Aranha, que tinha assumido exatamente para evitar conflitos de cunho político-partidário (mas que tinha uma diretoria formada por socialistas e comunistas nos principais cargos), o grupo que venceu aquelas eleições tinha à frente o comandante do 11º Regimento de Infantaria na FEB, coronel Delmiro Pereira de Andrade, conservador que defendia o fim total dos debates políticos.

¹¹⁵ PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. *A Esquerda Militar no Brasil: os veteranos comunistas da FEB. (1945–1950)*. Veredas da História. Ano III. Ed. 2. 2010. Disponível em: <https://issu-u.com/policialbr/docs/esquerda_militar>. Acesso em: 20 abr. 2021.

¹¹⁶ GORENDER, Jacob. Entrevista, 30 de novembro de 1999, São Paulo In: FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012. p. 267.

¹¹⁷ *Ibidem*.

imagináveis. O assunto precisava ser exposto para a sociedade, e a AECB, por meio do Conselho, com apoio da seção do Distrito Federal, debateu o assunto em Assembleia.

Após muitos discursos e alguns bate-bocas, alguns contrários e outros favoráveis, ficou marcado para 23 de junho de 1947, uma passeata simbólica que iria à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e à Câmara dos Deputados, em que entregariam uma pauta de reivindicações nas duas Casas de Lei.

Em 20 de junho de 1947, O Diário de Notícias trazia como destaque, na segunda sessão, a seguinte manchete: “Vão desfilar os combatentes da FEB, Marinha e Aeronáutica”. Logo abaixo, os dizeres: “Grande passeata de segunda-feira próxima, quando visitarão as Câmaras Federal e Municipal; um apelo aos empregadores e chefes de repartições”.

Conforme o comunicado, assinado pela direção do Conselho Nacional da AECB, a visita aos órgãos públicos tinha como objetivo “demonstrar a confiança dos ex-combatentes nos representantes do povo, para a urgente solução dos seus problemas, uma vez que a Câmara Federal designou uma comissão de oito deputados especialmente para estudar e solucionar a situação difícil em que muitos se encontram”.

O cortejo silencioso previa sair às 14h da associação, que ficava na Avenida Augusto Severo 4, passando pela Rua do Passeio, Praça Floriano e Câmara Municipal, daí, seguindo pela Avenida Rio Branco e entrando na Rua da Assembleia, onde chegariam à Câmara Federal. “Os combatentes ostentarão em seus peitos as condecorações às quais fizeram jus, bem como empunharão cartazes alusivos aos feitos da FEB, e à situação em que se encontram muitos de seus componentes.”, explicava o texto.

A polícia foi avisada para garantir a segurança do evento e fazer com que o trânsito fluísse sem interrupções. A direção do Conselho pedia para que os chefes de repartições, diretores de autarquias públicas, comerciantes e industriais dispensassem os combatentes que trabalhassem sob suas ordens “para que eles pudessem reencontrar os companheiros e fazer suas reivindicações”. O mesmo comunicado pedia que a imprensa abraçasse a luta e que fizesse a cobertura presencialmente. Também chamava representantes de outras classes, de sindicatos de “empregadores e empregados, de movimentos estudantis e do povo em geral”, para que também acompanhassem o cortejo.

Na Câmara Federal, o orador designado foi Osvaldo Gudolle Aranha, que era o Presidente do Conselho Nacional (e filho do ex-chanceler Osvaldo Aranha), e na Câmara Municipal, Pedro Paulo Sampaio de Lacerda, presidente da Associação na seção do Distrito Federal.

Para legitimar suas aspirações, os associados diziam que o Conselho Nacional reunia nada menos que 30 associações distribuídas em todo território nacional. Assinavam o documento, datado de 19 de junho de 1947, Osvaldo Gudolle Aranha, Neltair Pithan e Silva, que era 1º vice-presidente;

Cléo Bernardo, que era segundo vice-presidente; Salomão Malina, 3º vice-presidente; Wilson Carneiro da Silveira, secretário; e Jamil Amiden, tesoureiro. Todos da diretoria eram de esquerda. O mais “neutro” era o presidente.

No dia 22 de junho de 1947, véspera da passeata, um novo resumo foi publicado na oitava página do Diário de Notícias, dessa vez em forma de manifesto que dizia o seguinte:

O nosso pessoal esteve presente em todos os momentos da guerra, acompanhando com todo o carinho os nossos passos, que foram os passos do Brasil por sobre a terra italiana. A luta do soldado brasileiro, que ultrapassou os limites de simples cumprimento do dever, foi, todos o afirmam, épica e renovou a paisagem heróica da história brasileira.

Atualmente, porém, este punhado de bravos se encontra em situação precária. Di-lo a enorme remessa de cartas, vindas de todo o país. Eles são apenas 0,1% da nossa população total, e por que foram tão depressa esquecidos e abandonados? A mudança do governo e conseqüente as eleições, instalação do Legislativo com todos os trabalhos e reivindicações surgidas logo de início, deixaram, por culpa de todos nós, os combatentes entregues ao seu destino.

Agora, a guerra mostra seus efeitos, nos nervos, nos pulmões, no físico e no moral desses homens, antes julgados entre os mais saudáveis dos filhos do Brasil. A Associação dos Ex-combatentes do Brasil, seção Distrito Federal, refletindo as aspirações dos Expedicionários do Brasil, enviou um memorial às Câmaras Federal e Municipal. A Câmara Federal nomeou uma comissão para estudar uma forma prática de amparar esses homens, dar-lhes assistência, escolas, colocações, etc.

Em homenagem, pois, às Câmaras e para avivar a lembrança do povo que parece esquecer seus heróis, Associação promoverá amanhã, segunda-feira, 23, às 14h, uma visita ao legislativo, por parte dos ex-combatentes que sairão incorporados de sua sede provisória, na rua Avenida Augusto Severo, 4, conduzindo cartazes e painéis pintados por artistas da escola de Belas Artes. (AECB, 1947, p. 8)¹¹⁸

Mais uma vez eles pediram que os empregadores liberassem os seus servidores para que pudessem participar, e para que as entidades organizadas da sociedade também os apoiassem, que estivessem presentes. Outro ponto afirmava que os combatentes que mais duramente sofreram os efeitos da guerra, ficando mutilados, participariam do desfile em jipes que foram postos à disposição pelos representantes desses carros da capital.

No dia seguinte ao desfile, o Diário de Notícias que entrou de cabeça na cobertura, relatava que “o desfile decorreu na mais perfeita ordem, tendo causado impressão, a série de grandes painéis pintados pelos alunos da Escola Nacional de Belas Artes, representando a chegada triunfal dos expedicionários, uma cena de combate sobre o campo de neve e o cemitério de Pistoia”. “Viam-se faixas e cartazes com os seguintes dizeres: famílias de pracinhas desamparados; pracinhas tuberculosos; pracinhas se suicidaram; queremos o cumprimento da Constituição em defesa dos ex-combatentes; queremos as quatro liberdades de Roosevelt”. As palavras do último cartaz sobre Roosevelt lembram o manifesto feito, ainda na guerra, quando foi recordada a Carta do Atlântico, mostrando mais uma vez a influência da esquerda na narrativa da Associação.

¹¹⁸ AECB. *Desfile dos ex-combatentes até as Câmaras Federal e Municipal*. Diário de Notícias, 22 de junho de 1947, Edição 8.326, p. 8.

Outra parte da notícia dizia o seguinte: “constitui motivo de emoção a presença de numerosos feridos inválidos, que desfilaram em automóveis. Eram numerosos os que ostentavam, com legítimo orgulho, as condecorações de campanha, como a Medalha de Campanha, a Cruz de Combate, a Silver Star do exército norte-americano, a Medalha de Ferimento, etc. Os carros conduzindo os feridos estavam precedidos de faixas com os seguintes dizeres: estes são os heróis da Pátria, merecem a gratidão do povo brasileiro”.

O texto da Associação dizia que muitos pracinhas estavam se suicidando. E não era exagero. Em 4 de junho, ou seja, 19 dias antes da manifestação no centro do Rio de Janeiro, o soldado Edvaldo Mendonça de Souza, de 23 anos, que morava em uma pensão no Rio de Janeiro e que estava procurando emprego, ao visitar um sentinela, próximo da pensão, pediu para ver a sua pistola.

A sentinela, sabendo se tratar de um ex-combatente, entregou sua arma para que ele desse uma olhada, momento em que Edvaldo a pegou e atirou no seu próprio peito. Ele foi socorrido, e quando o delegado foi ouvi-lo, ele confessou que tinha tentado tirar a própria vida, entretanto não deu o motivo para isso.

A reportagem do jornal *A noite* tentou entrevistar Edvaldo, todavia ele não quis falar no assunto. Já, a dona da pensão onde ele morava, disse que ficou surpresa, porque ele era uma pessoa positiva, alegre e só ficava triste quando lembrava dos amigos mortos na Itália. Ela também disse que às vezes ele ficava dançando e cantando sozinho, parecendo estar com algum problema, mas nunca foi uma pessoa violenta. Edvaldo sobreviveu¹¹⁹.

Edvaldo havia partido para a Itália no 4º Escalão e serviu a guerra toda no Depósito de Pessoal da FEB, em serviços de retaguarda. Em 1953, estava empregado da Companhia de Trânsito do Distrito Federal, depois de ter sido demitido do serviço público federal, em 1951, e ter passado por outras pastas como servidor federal.

As visitas durante a passeata

Na primeira parada, na Câmara Municipal, Paulo Sampaio de Lacerda fez o seguinte discurso:

Excelentíssimo presidente, excelentíssimos senhores vereadores,
Aqui estamos interpretando o sentimento dos ex-combatentes do Brasil, para saudar os ilustres representantes do povo da capital da República, que os combatentes, com orgulho e satisfação, reconhecem ser os continuadores da paz, da luta sangrenta que mantiveram contra os inimigos da civilização.
Ex-combatentes, tendo contribuído para que a voz dos cidadãos brasileiros fosse livremente manifestada e ouvida, verificam que os ilustres vereadores vêm fazendo da tribuna desta casa, uma verdadeira trincheira em defesa dos interesses do povo e dos

¹¹⁹ Jornal *A Noite*, de 04 de junho de 1947, p. 2.

princípios democráticos. Por isso, ao agradecermos de coração, a maneira como estamos sendo recebidos, podemos assegurar aos ilustres vereadores que os ex-combatentes continuam vigilantes e sentinelas da existência desta Câmara, que é a representação democrática do povo carioca.

Senhor presidente, senhores vereadores, a Associação dos Ex-combatentes do Brasil foi criada pelos antigos integrantes das Forças Armadas que se bateram em defesa da pátria contra o agressor nazifascista. A nossa Associação preserva, por isso, o espírito da união que permitiu tão grandes vitórias, que encheu de glórias as páginas da história do povo brasileiro. Somente este espírito, acima das opiniões político-partidárias, filosóficas ou religiosas, como sucedeu diante do perigo da morte nos campos de batalha, somente este espírito de união, é que nos dá hoje forças para manter viva a chama da FEB, símbolo da luta pelos princípios democráticos.

Dentro desta sólida, inquebrantável e consciente união, a Associação dos Ex-combatentes do Brasil, apesar das inúmeras dificuldades, tem sido um verdadeiro “fox hole”, uma trincheira avançada, na sagrada defesa dos direitos e interesses dos Pracinhas. Por tal razão é que é cada vez maior o número de combatentes que se congregam em torno da nossa querida entidade, que é uma verdadeira continuação da FEB.

Não fora o estado real de abandono e de miséria em que se encontram os ex-combatentes, passando as mais tristes humilhações, as mais duras dificuldades e privações de toda espécie, não fora constante apelo que as 30 associações distribuídas pelo imenso território brasileiro, têm dirigido, durante dois longos anos às autoridades competentes, sem o menor resultado, não viria a Associação dos Ex-combatentes do Brasil ocupar o precioso tempo de vossas excelências, dedicando a consolidar na paz, as conquistas, pelas armas, dos Soldados do Brasil e das Nações Unidas.

Já é do conhecimento público que não há exagero, da nossa parte, quando afirmamos que os ex-combatentes encontram-se no maior abandono e é para comprovar esta nossa afirmativa, que por sinal vem de todos os recantos do Brasil, é que entregamos hoje, a esta casa, uma relação de, apenas alguns casos dolorosos, constantes do fichário da nossa Secretaria de Assistência que, infelizmente, é um fichário de miséria e de tristeza. A Associação dos Ex-combatentes do Brasil, promovendo esta visita manifesta sua confiança nos legítimos representantes do povo para a solução urgente dos aflitivos problemas.

Os ex-combatentes não vêm aqui pleitear privilégios. Não querem os títulos de heróis, nem de mártires ou de vítimas, pelo fato de terem cumprido o sagrado dever de defender a pátria agredida pelo inimigo nazista.

Não querem tão um pouco alegar o sacrifício feito, para usufruir vantagens. Não querem alegar os horrores da guerra, estes quadros que ainda conservam em sua retina em sua memória, para que possam ser beneficiados.

Não! Os ex-combatentes são homens conscientes! São homens que sabem o papel representado por sua pátria para restauração da liberdade no mundo! Os ex-combatentes sentem-se orgulhosos por terem tido a aventura de representar o Brasil na luta que o mundo gravou para a vitória dos sagrados direitos do homem!

Não, senhor presidente e senhores vereadores, combatentes não querem privilégios, mesmo porque têm a nítida consciência de que foi contra os privilégios de toda espécie que arriscaram suas vidas.

Diante da situação angustiosa em que se encontram, dos fatos que se sucedem quase que diariamente, provocadas pelas consequências da guerra, que se manifesta pela neurose, tuberculose e pelo desajustamento de muitos de seus companheiros, muitos dos quais, menos fortes de espírito ou em virtude do mal adquirido, tem sido levados até o suicídio, é que os ex-combatentes vêm bater as portas da casa dos representantes do povo, para dizer o quanto é urgente a solução das indicações contidas no memorial já em poder de vossas excelências.

A urgência que reclamamos, senhor presidente e senhores vereadores, é de vida ou morte! Da rapidez com que forem atendidas as nossas justas e singelas indicações, depende a salvação da preciosa vida de muitos Pracinha. Precisam ser atendidas com maior urgência, as necessidades de muitos de nossos companheiros, tuberculosos, neuróticos e desempregados, sem o menor amparo, dormindo até mesmo nos bancos do jardim.

Os ex-combatentes pleiteiam, portanto, com urgência única e exclusivamente, o DIREITO DE VIVER!

Senhor presidente E senhores vereadores, durante o mais ardoroso momento da luta nos campos de batalha, combatentes tiveram sempre diante de si a imagem da pátria distante e também a figura inconfundível do presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Franklin Delano Roosevelt, que, conduzindo os povos à guerra contra nazismo, tinha em vista a construção de um mundo de paz e felicidade, de um mundo em que fosse assegurado o bem-estar de todos e onde não pairasse a ameaça de novas hecatombes e carnificinas guerreiras

Honrando a memória dos saudosos companheiros furtados ao nosso convívio e ao de suas famílias, aqueles que hoje jazem no cemitério de Pistoia ou que foram tragados as profundezas do oceano, e honrando as cicatrizes desses que nos acompanham a esta casa, a Associação dos Ex-combatentes do Brasil continua empunhando a bandeira das quatro liberdades desfraldadas pelo Presidente Roosevelt: liberdade de pensamento e expressão; liberdade de religião; liberdade de não ter medo e Liberdade não passar fome. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1947, p. 1)¹²⁰

Na Câmara Municipal, os comunistas representavam 18 de 50 eleitos, sendo o partido com mais assentos na Casa. Na Câmara dos Deputados, o discurso foi semelhante e se pronunciaram favoráveis e fizeram a defesa, o general Euclides Figueiredo, Flores da Cunha, o major Henrique Oest e Benício Fontenelle. O desfile mereceu uma nota também na edição do dia 24, em *A noite*, outro jornal bastante lido na Capital Federal.

No dia 25 de junho, ainda repercutindo o ocorrido no dia 23, no *Correio Paulistano*, na coluna que mantinha, José Lins do Rego escreveu:

Lembro-me da Avenida no dia da chegada heróica dos rapazes da FEB. Nunca vi tanta gente, tantas Palmas, tantas festas. Hoje vejo um grupo de homens com faixas, pela avenida, como se fosse uma turma de grevistas em passeata de protesto contra a miséria dos salários, sem que a população da cidade tome conhecimento do fato. Vejo a coluna triste, no passo das manifestações coletivas, e fico sabendo que se trata de Pracinhas que se reuniram para mostrar os brasileiros, que estão vivos.

A tarde de chuva não deu oportunidade a uma demonstração numerosa. Andaram os rapazes em marcha morosa, debaixo da indiferença de um público que não as conhecia. E eram heróis e tinham sido recebidos como heróis, com as aclamações de toda uma cidade jubilosa.

Vi-os transformados em veteranos de uma guerra que ajudaram a vencer. E vi-os melancólicos, desprotegidos, a exigir do governo que lhe fizesse justiça. Acredito que, para muitos serão tomados como impertinentes, perigosos, sujeitos que não querem trabalhar, inimigos da ordem e etc. No entanto, são os brasileiros mais dignos do nosso respeito, da nossa admiração, do nosso reconhecimento. Foram eles que estiveram em campo de batalha, a tecerem armas com os maiores guerreiros do mundo. Foram eles que deram mortos e sangue para que o mundo de nossos dias não fosse uma cubata de escravos, com o senhor alemão a mandar em todos nós, como donos de negros cativos.

Aqueles homens tristes a carregarem faixas, em dias perigosos do século, carregaram em seus ombros, responsabilidades de libertadores. (LINS DO REGO, 1947, p. 3)¹²¹

Ainda repercutindo os protestos do dia 23 de junho de 1947, o jornal *A noite* trouxe uma pequena entrevista com o pracinha Sebastião Cirilo da Costa, natural de Parati¹²², Santa Catarina. Ele

¹²⁰ Diário de Notícias. *Pleiteiam os ex-combatentes o apoio dos poderes públicos*. Segunda Secção, 24 de junho de 1947, p.1.

¹²¹ LINS DO REGO, José. *Vida no Rio*. Correio Paulistano, 25 de junho de 1947, p. 3.

serviu na Companhia de Comando do II Batalhão do 11º Regimento de Infantaria e foi ferido em combate algumas vezes. Em virtude de explosões de bombas, perdeu completamente a voz, ficou mudo. “Imagine-se a angústia desse bravo soldado brasileiro, que, antes, falava cinco idiomas e que possui regular cultura”. “Tem Cirilo a profissão de mecânico, e tendo lar em Santa Catarina, lá voltou na esperança de, mesmo mudo, arranjar uma colocação. Tudo em vão, porém, casado com filho e com 30 anos de idade, o desventurado pracinha vive por aí ao deus-dará, desesperado. Veio ele à redação de ‘A Noite’, fazer um apelo aos seus patrícios brasileiros, no sentido de ser arranjar uma colocação de mecânico, profissão em que é hábil”.

Na época, Cirilo estava na casa de um amigo que o tinha tirado da rua, onde dormira por vários dias, e pedia que, se houvesse alguma vaga, o avisassem na rua Duvivier, no número 28, em Copacabana¹²³.

Por uma infeliz ironia do destino, naquela mesma semana, no dia 28 de junho de 1947, o Exército promovia uma festa de entrega de medalhas para senhoras, civis e oficiais pelo serviço prestado durante a organização da FEB, para a campanha da Itália. Ou seja, enquanto os pracinhas pediam um mínimo, o exército beneficiava outras pessoas que não estiveram nos campos de batalha, ainda que tivessem desempenhado grande papel na organização FEB. Para os ricos e influentes, houve festa e coquetel.

Também naquela semana, no dia 27 de junho de 1947, o Banco do Brasil chamava vários expedicionários para receberem as quantias que mandaram para o Brasil na época da guerra e que até aquela data não haviam sido retiradas, devendo fazê-lo com urgência.

Tal fato mostra que muitos dos pracinhas sequer conheciam os seus direitos e, de fato, estavam desamparados. Logo, as associações, independente da bandeira partidária de seus presidentes, eram os únicos locais de amparo e de ajuda para aqueles homens pouco instruídos ou sem oportunidades na vida.

Provocando o governo

O governo federal não se pronunciou sobre a passeata e foi preciso uma matéria mais contundente, dessa vez em 12 de julho de 1947, na revista *O Cruzeiro*, trazendo fotos chocantes com cartazes dos pracinhas e assinadas por Davi Nasser com imagens de Jean Manzon, ambos profissionais consagrados já naqueles dias e dupla temida exatamente pela assertividade com que se pronunciavam.

¹²² Atual Araquari.

¹²³ Jornal *A Noite*, 25 de junho de 1947, p. 8.

Nasser foi bastante crítico, fazendo um paralelo entre as carreiras dos pracinhas que continuaram no exército e as dos que saíram, acusando que os militares de carreira recebiam “cifras astronômicas”. No texto, ainda falava abertamente que existiam 300 mil tuberculosos no país e que, da mesma forma que os pracinhas, eles também não eram atendidos.

Em outro trecho, lembrava do sofrimento dos ex-combatentes, dizendo que nem as noivas, nem a pátria os aceitaram de volta. Em seguida citou vários nomes de pracinhas internados, abandonados e mortos como indigentes, como forma de legitimar o que tinha escrito:

De quem é a culpa? O Brasil quer saber. A culpa é do Brasil. Nem mesmo o povo escapa dessa parcela de responsabilidade. (...) Os representantes do povo, senadores, deputados e vereadores, os ministros, os prefeitos, o presidente da República, os jornalistas e os cidadãos deste país devem ser responsabilizados por tudo isto. Os homens do governo não criam medidas capazes a pôr fim imediatamente à situação do numeroso grupo de veteranos enfermos ou em miséria.

Nós, jornalistas, não temos gritado tanto quanto devemos gritar. Nós que gritamos tanto para que eles fossem para a campanha. E o povo não tem de maneira alguma, cerrado fileira em torno dos Pracinhas desamparados. Só um movimento de protesto e de apelo em larga escala poderia obter, do Parlamento e do Poder Executivo, medidas urgentes que não os deixassem morrer assim como mendigos.

É preciso que se atente para isto: não foi a primeira e talvez ainda não seja a última guerra desta geração. Imaginem quais as frases, qual a base de uma propaganda de alistamento em outra mobilização. O que diremos aos moços que assistem isso com seus próprios olhos, que vêm os Pracinhas, voltados a dois anos da guerra, desfilar com bandeira de protestos pelas ruas, tuberculosos, mutilados, e com fome, heróis com fome?

Hitler não prestava. Nós, porém, estamos sendo dignos dele. Cada pracinha que morre dessa forma é uma cutelada que se dá na Democracia, e a Democracia é o único regime que nos serve. Se a democracia deixa os seus veteranos de guerra morrerem assim, por medida de economia, está fazendo uma bela propaganda contra si.

Haja templos para as mães dos Pracinhas mortos rezarem pelas almas de seus filhos, mas, haja leitões para os Pracinhas que sobraram, morrerem decentemente. (NASSER, 1947, p. 55-56)¹²⁴

Depois, David citou uma lista que Osvaldo Gudolle Aranha havia passado para a imprensa, a mesma que estava nos órgãos públicos, com o nome dos pracinhas mortos, doentes, abandonados de toda forma e que passavam fome. Só na notícia, eram 45 exemplos de ex-soldados em estado precário, baixas da FEB no pós-guerra.

A resposta do governo federal tardou, mas veio. Em 03 de agosto de 1947, em espaço destinado a notícias do exército, o *Diário de Notícias* trazia a seguinte manchete: *Esclarecimentos da Sessão Especial da Força Expedicionária Brasileira*. Dirigindo-se diretamente à revista *O Cruzeiro*, que pareceu ter causado maior impacto do que o protesto em si, mais de um mês antes, a assessoria do exército respondeu em tom de desmentido, como que para desqualificar o texto de Nasser, que alguns casos já haviam sido atendidos, e que, em outros, as pessoas que pediam os benefícios, como pais, e viúvas, não tinham comprovado o direito que mereciam. Além do mais, segundo o Exército,

¹²⁴ NASSER, David. *Heróis com fome*. Revista *O Cruzeiro*, de julho de 1947, p. 55-59.

alguns nomes não constavam na lista da FEB ou de qualquer das forças. Ou seja, a culpa era das próprias vítimas, dos próprios pracinhas.

Depois, finalizava dizendo que “como se vê, 21 casos já estão resolvidos e seis continuam dependendo dos interessados; oito processos estão em andamento, quatro dependem da Lei Especial em estudo, e finalmente, seis são casos que fogem à alçada do Ministério”. Finalizaram o texto dizendo que os interessados deveriam ligar no telefone citado no texto ou se dirigir ao endereço da Sessão Especial, que funcionava junto ao Ministério de Guerra.

Com a resposta, o governo buscava amenizar suas responsabilidades e mostrar que, de certa forma, a passeata havia sido em vão, o que residia na interpretação das entrelinhas. Para as autoridades militares, havia sido um protesto desnecessário, talvez, inútil.

A derrota dos comunistas

No final de 1947, não conseguindo mais conciliar os lados conflitantes dentro do Conselho, Osvaldo Gudolle Aranha simplesmente deixou o cargo, renunciou. Na eleição de 1948, o comandante do 11º Regimento de Infantaria, na Itália, Coronel Delmiro Pereira de Andrade, venceu a chapa dos comunistas liderada pelo Henrique Oest, recém-destituído do cargo de deputados, meses antes:

No Manifesto da chapa vencedora, um dos principais pontos programáticos era ‘conservar Associação fora do plano político-partidário e acima da ideologia dos opositores dos combatentes dissimulados em seus defensores e de exploradores de suas glórias dissimulados em seus amigos’. (FERRAZ, 2012, p. 266)¹²⁵

Agora, os comunistas estavam fora do Conselho Nacional e nas eleições na seção do Distrito Federal, capital do Brasil, eles também perderam, sendo Sampaio de Lacerda destituído do cargo:

A maioria dos delegados das sessões de todo o país condenou o apoio do Conselho Nacional a um Congresso Pela Paz, que teria sido organizado pelos comunistas, devolvidos a ilegalidade no início de 1948. O presidente Pedro Paulo Sampaio de Lacerda recebeu ‘voto de desconfiança’ dos delegados do Conselho Nacional e foi afastado. (FERRAZ, 2012, p. 266)¹²⁶

O professor Francisco Ferraz comenta ainda que Sampaio Lacerda tinha sido estigmatizado como saco B, pois não tinha estado na infantaria do front, tendo servido na retaguarda. O próprio general Mascarenhas de Moraes escreveu uma carta em que era contra o Congresso pela Paz e na qual dava apoio, ainda que indiretamente, para destituição de Sampaio de Lacerda. Dificilmente,

¹²⁵ FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012, p. 266.

¹²⁶ Ibid.

Mascarenhas se pronunciava sobre as questões da FEB no pós-guerra, então, havia um peso político maior na carta.

No estudo que conduziu, Ferraz disse ainda que:

(...) segundo alguns depoimentos, vários combatentes deixaram de frequentar a associação, desgostosos com as práticas políticas da cúpula do Conselho Nacional e de algumas sessões, por temerem ser confundidos com comunistas. Mesmos os combatentes que não eram comunistas, recordavam que havia muito sectarismo por parte dos dirigentes, e que estes procedimentos podem ter afugentado muitos associados. (FERRAZ, 2012, p. 268)¹²⁷

De fato, as pessoas, em alguns casos, não eram comunistas, como o cabo Elias Miguel Cerqueira, que foi voluntário para a guerra, já na casa dos quarenta anos, para servir especificamente como corneteiro. Ele dava o toque de alvorada e de recolher no quartel-general e foi ele quem deu o toque de fim da guerra. Era casado e tinha somente uma filha adotiva, era adepto do espiritismo e gostava de ajudar as pessoas, com ações individuais e no centro que frequentava, na cidade de Caçapava. Um dia, segundo o sobrinho neto da esposa dele (chamado Jefferson Dias de Souza), a senhora Lica, esposa de Elias, chegou à casa da irmã desesperada, porque haviam ameaçado prendê-lo, por subversão, acusado de ser comunista, exatamente por estar ajudando as pessoas menos favorecidas e socialmente discriminadas, o que é comum na filosofia espírita.

Ficou mesmo só na ameaça e ele permaneceu livre. Foi uma memória que ficou na família, de modo que, mesmo depois da morte dele, em 1964, ainda perdura, já que Elias não tinha aspirações políticas nem nada do tipo, era somente uma pessoa querendo ajudar os mais pobres.

Nas associações, nem todos tomavam partido

Em outro trecho do estudo que conduziu, Ferraz (2012) diz que o resultado das eleições nas associações, em 1948, servia para mostrar que a maioria queria uma associação colaborativa e assistencial, longe de brigas partidárias. Com os comunistas fora do poder, a gestão que assumiu tratou de colocá-los como elementos negativos, usando para isso o jornal *Ex-combatente*, transformado em instrumento de propaganda anticomunista, chegando a publicar que a “antiga diretoria confunde os problemas dos nossos pracinhas com os objetivos políticos de seu partido¹²⁸”.

Em outra edição de 1949, que foi encontrada por Ferraz, eles parabenizavam a si próprios, por não:

¹²⁷ FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012, p. 268.

¹²⁸ FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012, p. 267-269.

explorar as suas chagas gloriosas [dos ex-combatente], e suas misérias em benefício de um partido (...), sem distribuir volantes de propaganda, sem passeatas para obrigar nossos mutilados e exporem suas feridas em público, sem cartazes em que se misturavam o nome dos combatentes com as reivindicações de um partido político. (FERRAZ, 2012, p. 269)¹²⁹

Uma vez derrotados no Conselho Nacional, na associação do Distrito Federal e em outras associações pelo país, os grupos mais à esquerda ainda tinham mais um campo de batalha em que entrariam em choque contra as forças mais conservadoras, dessa vez, o Clube Militar, assunto do próximo capítulo.

¹²⁹ Ibid., p. 269.

Capítulo 8

1952

A questão do petróleo, se seria explorado pelo Brasil ou entregue para empresas estrangeiras, vinha sendo debatida desde 1938, tanto no meio social como entre os militares. No governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), um projeto de lei enviado para a apreciação do Legislativo deixava brechas para que o combustível fóssil pudesse ser empreendido pela iniciativa privada estrangeira.

No Clube Militar, entidade que existe desde 1887, debates sobre o tema eram acalorados, com uma ala nacionalista claramente defensora da exploração por meios nacionais e uma ala mais aberta, já alinhada aos Estados Unidos, que defendia a entrada de capital estrangeiro, usando o argumento de que o Brasil não possuía capacidade técnica e viabilidade econômica para tal feito. O tempo mostraria que o segundo estava errado e a Petrobras está aí para provar.

Nesse embate de opiniões, a ala da esquerda das Forças Armadas se uniu aos nacionalistas e, por conta disso, passou a defender que o petróleo deveria ter exclusividade de exploração brasileira, campanha que ficou conhecida como *O petróleo é nosso*, principal promessa de campanha de Getúlio Vargas, que voltou à presidência, dessa vez pelo voto popular em 1952.

Pré-1952

Nas eleições de 1950 no Clube Militar, que daria o rumo da Instituição pelos próximos dois anos, concorreram o general Newton Estillac Leal contra o general Cordeiro de Farias. Estillac era nacionalista e para compor a chapa dele, convidou e fez acordos com setores à esquerda. Já Cordeiro, era da ala internacionalista e não escondia a insatisfação e o incômodo de saber da existência da união entre os dois lados opostos a ele e às ideias de seu grupo.

Fechadas as urnas, Estillac, tendo como vice Júlio Caetano Horta Barbosa, venceu a chapa de Cordeiro de Farias. Agora, diferente de 1948, as esquerdas das Forças Armadas tinham aprendido que, em alguns momentos, era preciso unir-se aos grupos divergentes e encontrar nas similaridades, nos pontos em comum, os elos para alcançar a vitória. Apesar disso, nem tudo eram flores. Derrotados nas urnas, mas com muito poder dentro dos quartéis, os internacionalistas começaram a movimentar-se.

Nelson Werneck Sodré, conhecido militar e historiador brasileiro, vivenciou o tumultuado processo eleitoral no Clube Militar em 1950. Segundo ele¹³⁰, naquele pleito, o major Tácito Lívio

¹³⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um Soldado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

Reis de Freitas, que fora capitão no Depósito de Pessoal da FEB e o capitão Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, que fora soldado do 1º Regimento de Infantaria, estavam fazendo campanha para Estillac e compunham cargos na chapa. Além deles, nos conselhos estavam o major Luiz Tavares da Cunha Melo (fez parte do quartel-general dos Órgãos não-divisionários da FEB) e capitães Gustavo Nilo Bandeira de Mello (que fora tenente do I Grupo do 1º Regimento de Artilharia Pesada Curta da FEB) e Donato Ferreira Machado (que serviu como tenente no II Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto-Rebocados da FEB).

Do outro lado, na chapa de Cordeiro, se destacavam como ex-integrantes da FEB, o tenente-coronel Jurandir de Bizarria Mamede (que foi major no 11º Regimento) e o major Walter de Menezes Paes (que fora capitão no 1º Regimento), além dos coronéis Humberto de Alencar Castelo Branco (tenente-coronel e chefe do setor de operações na Itália), Ademar de Queiroz (tenente-coronel do quartel-general de Mascarenhas de Moraes), Nelson de Mello (que comandou o 6º Regimento e recebeu a rendição da 148ª Divisão alemã), o tenente-coronel Syzeno Sarmiento (major do 1º Regimento); majores Newton Fontoura de Oliveira Reis (capitão no 6º Regimento) e João Bina Machado (capitão do quartel-general).

Desde o começo, a chapa Estillac/Horta foi apelidada de “esquerdista” e tentaram desacreditá-la de toda forma. A aposta da chapa de Cordeiro era justamente se aproveitar da onda de anticomunismo inerente do período de Guerra Fria e muito em voga por conta da Guerra da Coreia, para conseguir votos entre os militares, inclusive usando a autoridade moral dos oficiais da FEB. No fundo, eles sabiam que a eleição do Clube Militar acabaria por influenciar nas eleições presidenciais do final de 1951. Daí, a importância de vencer aquele pleito.

O fundo político da sucessão presidencial que se aproximava chamou a atenção da imprensa e das entidades de classe. Foram comuns as manchetes dos jornais com notícias sobre a eleição no Clube Militar. No dia 17 de maio, Estillac e Horta Barbosa venceram as eleições e os derrotados viram o fato como uma afronta de invasão e cunho comunista e/ou militante de esquerda.

Cordeiro de Farias conta a versão dele

Na versão de Cordeiro de Farias¹³¹, ele não perdeu a eleição para Vargas ou para grupos de esquerda e nacionalistas. Segundo ele, a derrota deveu-se ao fato de os partidários de Estillac terem conseguido filiar aproximadamente mil novos sargentos nos meses que antecederam a votação. Tanto foi assim, que ele e Estillac teriam, segundo o general, feito uma série de compromissos entre as partes, para manter a convivência amistosa entre ambos. Sem embargo, ele admite que foi

¹³¹ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de (autor); CAMARGO, Aspásia; GOES, Walder (orgs.). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

“incrivelmente surpreendido pelos resultados, determinados pela avalanche de eleitores novos que votaram nele [Estillac]”. “A manobra foi organizada por militares de tendência socialista, para não dizer comunista”, concluiu.

Reviravolta na revista do Clube

Para completar, a revista do Clube Militar publicou uma crônica assinada pelo novo presidente (Estillac), contra um possível alinhamento brasileiro em favor da Guerra da Coreia e contra o envio de tropas nacionais para o Oriente. Isso gerou uma troca de respostas entre favoráveis e contrários, via imprensa convencional, em forma de artigos de opinião.

Para a revista do Clube, acabou por gerar protestos por meio de cartas de oficiais associados, que reclamaram da linha editorial adotada. Foram centenas de assinaturas. Acuado, Estillac usou a tática de assumir sozinho a culpa pelos escritos. Assim, tentava livrar os conselheiros e demais membros da publicação dos ataques vindos dos quartéis, que acusavam uma infiltração comunista disfarçada na revista. As reclamações tratavam-se, na realidade, de uma desculpa pelo não alinhamento internacionalista em questões como o petróleo e a própria guerra da Coreia em si, e, também, pela derrota mal digerida.

Dois membros do conselho deliberativo da publicação eram o major Euler Bentes Monteiro e o capitão Francisco Boaventura Cavalcante Júnior, que pressionados pelos dois lados, renunciaram aos cargos que ocupavam na revista. Mais tarde, 12 anos depois, Euler e Francisco se aliariam com o lado golpista de 1964, que reunia justamente boa parte dos internacionalistas de 1952.

Os internacionalistas pediam a cabeça de Estillac, queriam a sua renúncia, o que não conseguiram. Foi então, que apelaram para uma técnica de desgaste, em que toda a diretoria do Clube se tornou suspeita de conluio com o presidente e, mesmo com espaço disponível para publicação do contraditório na revista do Clube, os opositores não quiseram e usaram os jornais mais tradicionais do Distrito Federal para atacar os “líderes” do Clube Militar.

Quando os diretores também usaram a mesma imprensa para se defender, apareceu um documento com 555 assinaturas desagravando tal medida, pois segundo os internacionalistas, aquele era um assunto privado e os diretores, ao se defenderem, o haviam tornado público, o que se constituía em algo reprovável.

Em resposta, 705 militares oficiais assinaram um agradecimento, um “parabéns”, para os diretores do Clube Militar, por estarem ajudando no anteprojeto do Código de Vencimentos e Vantagens, que foi elaborado pelo grupo. Tal projeto tinha sido aprovado em primeira votação na Câmara. Foi esse ponto específico, no entendimento de Sodré, que garantiu a vitória para a chapa Estillac e não a filiação em massa, da qual falou Cordeiro de Farias.

Na opinião de Sodré¹³², boa parte da esquerda dos anos 50 acreditava que havia chegado o momento de tomar o poder no país, não tendo feito a leitura correta do momento, não medindo a correlação de forças internas e externas que faziam, daquela, uma época pouco favorável a tal medida. Essa falta de percepção da realidade, às vistas de Sodré, vinha bastante das forças pequeno burguesas de esquerda, grupo que hoje poderia ser colocado próximo do que chamamos de classe média. Também não havia uma grande mobilização do proletariado, exatamente porque o “meio” da pirâmide (pequeno burguesa), acabava por impedir uma ascensão desse grupo, que também não tinha movimentação no campesinato. Os militares, de modo geral, tradicionalmente acabam por fazer parte dessa camada pequeno burguesa. Naquela época, não era diferente¹³³.

Quando Vargas começou a cogitar ser o candidato de 1952, Estillac começou a ser sondado como Ministro da Guerra. Logo, a oposição ao Clube começou também a associá-lo com o PTB de Vargas, às esquerdas e aos nacionalistas, a enxergá-lo como ameaça aos valores que defendiam ou como um retorno ao Estado Novo:

Mais grave do que isso: o próprio General Estillac era visto com desconfiança, como homem incerto, de ideologia vaga, oportunista, capaz de passar ao outro lado, pretendendo apenas tirar proveito de sua eleição para a presidência do Clube Militar, fazendo dela uma etapa para conquista das funções de Ministro de Guerra. (SODRÉ, 1988, p. 347-349)¹³⁴

Com isso, os nacionalistas foram se isolando do Clube, como se quisessem não ser usados com a finalidade dos intuítos que pressupunham sobre Estillac. Queriam combater o varguismo, defender seus ideais e ao mesmo tempo, não serem confundidos com a esquerda ou com comunistas. Com Vargas eleito, Estillac se esforçou para garantir que tomaria posse como ministro.

Foi nessa época, vendo que o Clube Militar perderia seu presidente, que os internacionalistas em cargos de chefia no Exército começaram a tentar desmontar, também, a diretoria da entidade, a fim de que do meio dela não surgisse nenhuma outra ameaça, principalmente de esquerda, para os planos de assalto deles à Instituição. Tácito Lívio Reis de Freitas, por exemplo, foi transferido para São Luís do Maranhão e o próprio Sodré foi para Cruz Alta, no Rio Grande do Sul¹³⁵.

Estillac, agora ministro, poderia revogar tais afastamentos, porém isso causaria revolta no meio militar. Até porque, muitos dos transferidos tinham a pecha de comunistas. Se o ministro os protegesse, estaria sinalizando que também era comunista. Hoje, pode parecer uma ideia sem sentido

¹³² SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um Soldado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

¹³³ *Ibid.*, p. 336.

¹³⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um Soldado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, p. 347-349.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 348.

tachar, de forma generalizante, os militares de oposição aos internacionalistas como comunistas, mas, naquela época, era possível fazer tal ilação, inclusive para e pela imprensa¹³⁶.

Sodré diz que ali começou o fim da vida pública e do governo Vargas. Foi um confronto de autoridade e uma armadilha para o governo recém-empossado.

Tratava-se de teste decisivo, apesar de sua aparência quase inocente e de seus aspectos meramente formais. Tratava-se de uma dessas questões de princípios em que a mais leve dúvida, a menor hesitação, o maior o mais rápido desejo de fuga, denuncia a derrota. Tratava-se de um instante em que era preciso perder com dignidade e não ganhar com solércia. Até a posse de Vargas, como todas as suas atenções estavam concentrados em fazer gorar o golpe que pretendia impedi-lo e que se sabia em desenvolvimento, [Estillac] não concedeu maior importância ao caso. (SODRÉ, 1988, p. 351-52)¹³⁷

Para completar, Estillac cedeu aos grupos políticos em torno de Vargas e ao invés de colocar pessoas de sua confiança no Ministério, atendeu a pedidos de nomeações políticas, o que fez com que ele se enfraquecesse ao longo do tempo. Ainda em seu tempo como ministro, recusou o convite dos americanos para que ele fosse visitar o país e, assim, naquele contexto geopolítico, despertou mais suspeitas sobre sua visão política de mundo¹³⁸.

Por outro lado, mesmo com a tentativa de desmanche da diretoria e do próprio conselho editorial da revista do Clube Militar, o órgão de comunicação não mudou sua linha editorial, permanecendo contrária à Guerra da Coreia e favorável à exploração nacional do petróleo, o que possibilitou que a aproximação entre nacionalistas e militantes de esquerda fosse retomada e se mantivesse¹³⁹.

Uma nova ofensiva foi tramada pelos internacionalistas. Dessa vez a ideia era chamar uma Assembleia, na qual se discutiriam várias questões em que os grupos divergiam, mas, principalmente, os assuntos “Coreia” e “petróleo”. Não obstante, após sondagens, vendo que poderiam ser derrotados no voto e que tal derrota legitimaria os pontos de vista da diretoria do Clube, simplesmente retiraram o pedido de Assembleia. O ano era 1951, segundo semestre e já havia uma preparação para as próximas eleições no Clube, no final daquele ano¹⁴⁰. Os internacionalistas começaram, então, a visitar quartéis e buscar convencer os colegas dos propósitos “comunistas” dos então membros da diretoria do Clube e, em especial, do conselho editorial da revista¹⁴¹.

Foi nesse contexto que nasceu a *Cruzada Democrática*, uma união de militares anticomunistas que prometia fazer “uma limpeza” da ideologia nos quartéis. As caras do movimento

¹³⁶ Ibid., p. 349.

¹³⁷ Ibid., p. 351-352.

¹³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um Soldado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, p. 356-359.

¹³⁹ Ibid., p. 362.

¹⁴⁰ Ibid., p. 364.

¹⁴¹ Ibid., p. 383.

eram o coronel José Sinval Monteiro Lindenberg e os tenentes-coronéis Syzeno Sarmiento e João Bina Machado, além dos majores Ovídio Saraiva de Carvalho Neiva e Edson Figueiredo (que tinha servido com Bina Machado no quartel-general da FEB). Também fazia parte, o capitão Mário David Andrezza. Como medida mais extrema, eles propunham o fechamento da revista do Clube Militar¹⁴².

Na imprensa comercial, a luta continuava e Estillac defendia o Clube, ao mesmo tempo em que deixava transparecer nas entrelinhas que havia um golpe sendo tramado sem motivo aparente.

A crise de Estillac com Zenóbio¹⁴³

Enquanto tudo isso acontecia, Zenóbio da Costa, general que havia comandado a infantaria da FEB, na Itália, era agora o comandante da 1ª Região Militar no Distrito Federal. Em 19 de março de 1952, ele entregou o cargo a Vargas, por não concordar com as posturas de Estillac. Na época, a revista *O Cruzeiro*, sempre em tom sensacionalista, publicou que ele saiu “porque considerava que no exército havia muitos comunistas, e que isso era uma safadeza, pois, não podia prestar-se um juramento ao Brasil e acender uma vela para Stalin”.

O ponto final da relação teria sido um suposto mau tratamento do chefe de gabinete do Ministro da Guerra, que ao invés de solicitar os pedidos ao general Zenóbio, lhe ordenava, causando-lhe incômodo e ferindo seu orgulho. A patente desse chefe de gabinete era a de coronel, ou seja, menor que a de Zenóbio, que queria o contato do próprio ministro e não de um subordinado.

Cabia a Vargas aceitar ou não a renúncia. Estillac foi procurado pela imprensa para comentar o fato, ao que teria respondido que a história da infiltração comunista no Exército era exagero, era mentira, contudo não negava que houvesse pessoas simpatizantes à ideologia nas fileiras das Forças Armadas. Sobre Zenóbio, disse que independente do que acontecesse, continuariam amigos.

Como o presidente não se pronunciava, Zenóbio, ainda no poder, começou a emitir mandados de prisão contra supostos militares comunistas. Estava aberta a caixa de pandora da caça às bruxas contra supostos subversivos. Iniciou pelo Exército, e a Marinha e a Aeronáutica seguiram o exemplo.

Vargas, pressionado, aceitou a demissão de Zenóbio e, nos bastidores, Estillac também se viu obrigado a entregar o cargo. Assumiu, no lugar de Estillac, o general Ciro do Espírito Santo Cardoso. O novo ministro nutria simpatia pelos oficiais internacionalistas...

Coincidentemente, ou não, começava naquela mesma época a campanha para a nova diretoria do Clube Militar. Estillac, agora fora do Ministério, se lançou novamente com Horta Barbosa.

¹⁴² Ibid., p. 386.

¹⁴³ Relatada na revista *O Cruzeiro*, de 12 de abril de 1952, p. 109-120.

Primeiro, haveria uma votação no interior do Brasil, em abril, e depois, no Distrito Federal, maior colégio eleitoral.

As prisões, ordenadas por Zenóbio, continuavam, e até quem nem era comunista ou de esquerda, começou a ser preso também, sob acusação pura e simples de subversão. Até que os encarceramentos cessassem, já em 1953, foram presos mais de 200 militares das Forças Armadas e mesmo de polícias militares e alguns civis.

Os nacionalistas não se conformaram com tais atos, que afetavam diretamente as eleições, instalando um clima de medo e apreensão entre os eleitores, afinal, aqueles que expusessem apoio aos próprios ideais nacionalistas e mesmo aos de esquerda, poderiam ser presos por subversão!

A Cruzada Democrática tinha feito a lição de casa: visitado quartéis, ajudado a “derrubar” o ministro e a enfraquecê-lo fora do poder, além de usar o aparato do Estado, o poder que possuía em cargos estratégicos, para tentar desmobilizar a diretoria em exercício, com transferências e agora com a prisão de supostos subversivos, ou seja, daqueles que de alguma forma lhes pareciam intimidadores. Ainda lançaram a chapa Nelson de Mello com o general Alcides Etchegoyen de vice.

A eleição ressoou nos Estados Unidos, de modo que o *The New York Times* chegou a publicar que os resultados poderiam definir se haveria perturbação da ordem no Brasil¹⁴⁴. Os americanos tiveram especial interesse naquela eleição.

No dia das eleições, foram montadas cabines separadas para quem votaria em um ou em outro candidato, ou seja, era possível identificar a intenção de voto dos eleitores. Por todo o cenário que havia sido montado em torno da negatividade que a reeleição de Estillac representaria, e por todas as arbitrariedades que estavam passando os militares presos na caça aos comunistas, na contagem dos votos, não deu outra: internacionalistas com 7.288 contra 4.489 dos nacionalistas. “Nosso primeiro cuidado seria, nos dias seguintes, incinerar os votos, para impedir que fossem fichados como comunistas os que haviam tido essa atitude [de votar nos nacionalistas]”, assevera Sodré¹⁴⁵.

Mascarenhas de Moraes, o antigo comandante da FEB, Eurico Gaspar Dutra, o general Conrobert da Costa, o general Cordeiro de Farias, o general Zenóbio da Costa e o general Juarez Távora fizeram campanha para a Cruzada Democrática.

Para consolidar a vitória, foram abertos Inquéritos Policiais Militares – IPMs, para investigar os presos, trabalho este diversionário, que demandaria quase dois anos para ser concluído, chegando ao veredicto de que nenhum dos acusados tinha culpa, de que eram todos inocentes.

¹⁴⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um Soldado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, p. 393.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 400.

Nesse interlúdio, Amador Cysneiros, que havia sido da Justiça Militar na Itália, julgou que não havia crime para ser punido na esfera militar. Por conta disso, também passou a ser suspeito e foi substituído por outro promotor que não tivesse esse tipo de pensamento e que concordasse com o pessoal da Cruzada Democrática. Foi um julgamento em que o que menos importava era a justiça.

A “cereja do bolo” foi jogar a culpa das arbitrariedades no governo Vargas como um todo, e, quando muito, em um ou outro oficial ou suboficial de algum quartel do país, em que as vítimas lembravam o nome dos algozes¹⁴⁶.

Uma dessas vítimas foi o major Leandro José de Figueiredo Junior, o mesmo já citado como capitão do 11º Regimento de Infantaria na FEB. No caso dele, coube à esposa denunciar as atrocidades e os desrespeitos ao código penal e às leis marciais. Leandro foi trancado em uma cela que era fechada com cadeados e as janelas bloqueadas com madeiras pregadas, de modo que ele não pudesse observar o que se passava do outro lado. Também ficou incomunicável, sem direito à defesa e sem saber o crime pelo qual estava sendo acusado. Ficou 20 dias sem sair e sem ver a luz do sol. Passava 24h no escuro ou no breu¹⁴⁷.

O mesmo ocorria com o capitão Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, que havia lutado como soldado em Monte Castello. Ficou nas mesmas condições desumanas do colega. Em outra prisão, isolado do mundo, também se encontrava aprisionado, Fortunato Câmara de Oliveira, piloto da FAB, do Esquadrão *Senta a Pua*, com 56 missões de voo¹⁴⁸.

Cordeiro foi chefe de campanha

Comentando sobre as eleições de 1952, Cordeiro de Farias disse que perder em 1950 foi um “ânimo muito momentâneo”. “(...) Tanto assim que, esgotado seu mandato, Estillac não conseguiu se reeleger. Candidatou-se novamente, mas nós resolvemos eleger o Etchegoyen. Eu assumi o comando da campanha, liderando inclusive a coleta de fundos. Obtivemos tanto dinheiro através de amigos, que o pessoal do comitê disse: não precisamos mais. E chegou e venceu por uma larga maioria, e o Clube Militar voltou ao seu leito normal¹⁴⁹”.

Segundo Cordeiro, ele até propôs a Estillac retirar o nome de ambos para concorrer em favor de um candidato de conciliação, entretanto Estillac não quis. No entendimento de Cordeiro, Estillac era inteligente, mas pouco afeito a assuntos militares, e quando ministro, “não desenvolveu o máximo sua capacidade e inteligência”, o que motivou sua substituição. “(...) Estillac, embora com

¹⁴⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Tenentismo ao Estado Novo*: memórias de um Soldado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, p. 402.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 402.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 403.

¹⁴⁹ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de (autor); CAMARGO, Aspásia; GOES, Walder (orgs.). *Meio século de combate*: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 436.

ideias socialistas, não tinha uma posição ideológica firme, foi levado pela maré, permitindo que o Clube Militar se transformasse num centro de agitação socialista¹⁵⁰”.

A culpa pela agitação no Clube, pela óptica de Cordeiro, era dos auxiliares de Estillac e não do general em si. Em suas memórias, o ex-comandante da Artilharia da FEB não citou os abusos e nem as articulações do grupo ao qual fazia parte, para derrubar Estillac do poder e tomar junto o Clube Militar.

No entanto, na questão do petróleo, ele diz que não se envolvia, visto que não tinha uma opinião formada, tendo dúvidas sobre as vantagens e desvantagens. Mais tarde, seguindo a tendência nacional, se mostrou favorável ao monopólio estatal¹⁵¹.

Um pouco sobre as prisões

As aflições eram diversas, desde espancamentos, até interrogatório sob torturas físicas e psicológicas, para que houvesse confissão da vítima, inclusive com papéis assinados pelos angustiados. Em 1953, as dezenas de abusos estavam reunidas em um livro de direitos humanos¹⁵².

Havia de tudo, desde barba arrancada à unha, até ameaça de espancamento da família e mesmo inserção de objetos no ânus dos acusados. A esposa de Manfredo Palma da Silveira foi maltratada e insultada. Homens foram jogados em celas sujas e úmidas, sem colchão, tendo que dormir no cimento; o terceiro sargento da Aeronáutica, Lourival Fernandes, teve o corpo queimado com bitucas de cigarro, apanhou muito e ainda foi colocado em uma cela com um alto-falante ensurdecedor que não o deixava dormir. Ficou assim durante dezenas de dias.

Relatos de homens ajoelhados até sangrar, vítimas de humilhações de toda espécie, tendo que ficar em meio a estrume e fezes em locais sem banheiro; as surras contínuas e mesmo choques, eram rotina, um ensaio para o que seria feito também em 1964.

As arbitrariedades chegaram a um ponto tão inaceitável, que vários militares se uniram e escreveram uma carta para ONU, redigida pelas mães e esposas dos presos. Afinal, mais do que crimes de Estado no Brasil, eram claras violações a leis internacionais, entre elas, leis de guerra, como a Convenção de Genebra, em vigor desde 1949, desrespeitada no Brasil com mais frequência em 1952, e depois, a partir de 1964. Nem os alemães e nazistas feitos prisioneiros pelos brasileiros no front italiano sofreram tanto quanto os ex-combatentes feitos prisioneiros pelas Forças Armadas do Brasil nos períodos citados.

¹⁵⁰ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de (autor); CAMARGO, Aspásia; GOES, Walder (orgs.). *Meio século de combate*: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 437.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 439-440.

¹⁵² *Depoimentos esclarecedores*: sobre os processos dos militares. v. II. Rio de Janeiro: Editora Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953. Disponível em http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/00092_001702_2014_32_compressed.pdf. Acesso em 18/10/2022.

Em entrevista para a revista *O Cruzeiro*, em 07 de junho de 1952¹⁵³, logo após a contagem das eleições que deu a vitória a Etchegoyen, o eleito foi ouvido a contragosto, pois disse ao jornalista que não esperava perguntas, que pensava que ele estava ali apenas para ser fotografado. Disse que responderia “apenas perguntas que versarem sobre assuntos posteriores a eleições”. “Eu esqueci tudo o que aconteceu antes do pleito. Tenho memória fraca”, disse o militar em tom irônico.

Disse ainda que não sabia de nenhuma infiltração comunista no Clube Militar e que se tivesse havido, era para ter sido antes das eleições. “Por falar nisso, você conhece algum comunista no Clube?”, ironizou mais uma vez. O repórter não se intimidou e respondeu que havia vários, ao que o general pediu então que o jornalista lhe dissesse os nomes. “Basta folhear os números da revista, de uns quatro ou cinco meses atrás”, retrucou o jornalista mais uma vez. Etchegoyen apenas disse que era uma pena não ter em mãos nenhum exemplar dos meses anteriores e encerrou a conversa.

Antes de sair, o novo presidente disse que tudo que tinha que comentar sobre os assuntos espinhosos do Clube, já estava dito nos documentos da Cruzada Democrática e que dali em diante não haveria espaço para política dentro do órgão representativo, uma vez que esta era a vontade de seus eleitores. Nem sobre o petróleo ele comentaria.

A Petrobras foi criada em 1953, e, pelo menos neste ponto, os nacionalistas saíram vitoriosos, com apoio da esquerda e até do partido comunista, que mesmo na ilegalidade, continuava agindo às escondidas nos bastidores da sociedade, como já bem disse Samuel Malina ao falar sobre o setor militar do PCB, nas páginas anteriores.

Nas eleições seguintes, de 1954, mais uma vez os nacionalistas tentaram encarar a Cruzada Democrática, contudo sem a articulação com setores de esquerda, desmobilizados pela perseguição a qual tinham sido e estavam sendo expostos, lutaram sozinhos contra um gigante que tinha o Clube, a Escola Superior de Guerra, o Ministério de Guerra, várias associações de ex-combatentes e o poder em cargos-chaves nos quartéis. O resultado foi que perderam, e a Cruzada se manteve no poder.

Nos meses seguintes de 1952, pós-eleições, a Cruzada se uniu à União Democrática Nacional - UDN e montaram uma trincheira anti-Vargas, inclusive com apoio de boa parte da imprensa nacional e do empresariado interessado na queda do presidente.

No Clube, a Cruzada Democrática saiu do poder em 1955, quando foi eleito o general João de Segadas Viana, que havia comandado o 6º Regimento de Infantaria na Itália. Viana era legalista e evitou o quanto pôde envolver política com assuntos militares, o que o aproximava do general Henrique Teixeira Lott, que havia neutralizado a ação de militares que haviam se oposto a posse de Juscelino Kubitschek, usando a mesma estratégia que a Cruzada Democrática havia feito em anos

¹⁵³ Revista *O Cruzeiro*, p.108, 118 e 120.

anteriores, quando transferiu militares para o interior do Brasil, a fim de desmobilizar qualquer tipo de movimento.

Depois de Segadas Viana, veio o general Justino Alves Bastos, que também optou pela legalidade, ao derrotar o general Humberto Castelo Branco. Justino ficou dois mandatos e só saiu em 1962, quando, quem assumiu o poder foi o marechal Augusto da Cunha Maggesi Pereira, que já estava planejando, junto com setores militares e civis, a deposição de João Goulart.

Para evitar infiltrações de esquerda, em 1963, a diretoria do Clube Militar modificou o sistema eleitoral e passou a exigir um atestado de ideologia aos candidatos a cargos eletivos. Quem quisesse concorrer ou ocupar cargos, deveria registrar qual filiação partidária/ideológica seguia. Em 1964, veio a ditadura e o Clube foi ativo em sua instalação, mas este é um outro assunto.

O marechal Lott, um caso interessante¹⁵⁴

Henrique Batista Duffles Teixeira Lott nasceu na antiga Sítio/MG (hoje município de Antônio Carlos). Entrou para a vida militar muito cedo, sendo matriculado no Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1905, aos nove anos de idade. Em 1911, assentou praça, tornando-se tenente em 1920. Fez curso de Estado-maior em 1925 e concluiu em 1927. Era instrutor na Escola Militar quando Vargas assumiu o poder.

No período da Segunda Guerra, Lott ajudou na preparação da FEB, ainda no Brasil, como subchefe de uma comissão que cuidava da parte mais burocrática. Foi para a Itália com o segundo escalão da tropa, como membro do quartel-general dos órgãos não-divisionários. Nessas alturas, era coronel. Como não havia vaga de comando para a hierarquia dele, assim que o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, esteve em visita à FEB, foi ordenado que Lott retornasse ao Brasil. Veio por via aérea em 19 de outubro de 1944, menos de um mês após ter desembarcado.

No mês seguinte à sua chegada ao Brasil, foi nomeado general de brigada e destacado para comandar em Santa Maria/RS. Teve passagem por São Paulo e foi parar de volta no Rio de Janeiro. Em 1946, estava em Washington como adido militar e, em 1948, saiu general de divisão.

Exerceu funções de comando em São Paulo e no Distrito Federal até 1954 e, em 1955, tendo usado estratégia de “golpe preventivo”, garantiu a posse de Juscelino Kubitschek. Em 1960, foi candidato a presidente, todavia não venceu.

Em 1964, pegou 15 dias de cadeia por ter se aliado a Brizola contra o golpe em 1961-1962. Com os militares golpistas no poder, entre 1965 e 1975, Lott se retirou da vida pública. Era um

¹⁵⁴ COSTA, Joffre Gomes da. Marechal Henrique Lott. Rio de Janeiro: [s. n.], 1960. In: Coordenação de Documentos Escritos: Documentos do Executivo e do Legislativo, documento BR JANRIO.TT.0.IRR.AVU.218, 753 páginas.

nacionalista convicto e sempre defendeu seu grupo. Faleceu em 1984, sem ver o Brasil livre da ditadura.

Capítulo 9

1964

Em 1962, a Cruzada Democrática voltou ao comando do Clube Militar. Como já foi dito, uniu-se à UDN e o novo plano era mais ousado: tomar a presidência da República, que desde 1951, quando Eurico Gaspar Dutra, membro do grupo na parte político-ideológica, havia saído, tinha lhes sido impossibilitado. Não que eles não tivessem tentado.

Primeiro, os resultados das eleições foram contestados em 1955, e depois, em 1961, contudo por conta da atuação rápida e eficaz de grupos legalistas, dentro das próprias Forças Armadas, não houve espaço para golpes.

Sem embargo, em 1962, o grupo voltou à cena política nacional e com chances de vitória na presidência, devido à chamada crise de legalidade, gerada em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros.

Militares como o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, diziam que era inconveniente que o vice-presidente, João Goulart, que estava fora do país em viagem comercial à China, retornasse e assumisse o cargo de presidente, conforme mandava a Constituição.

Foi o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, quem tentou desfazer a crise. Mas, a essas alturas, o Exército, com seus muitos membros na Cruzada, em setores não legalistas do Clube Militar e da UDN, já não apoiava a posse de Goulart. Apesar disso, o marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, legalista de sempre, publicou, via imprensa, um manifesto em que convocava toda a população a resistir contra um possível golpe. Ele foi preso em seguida, entretanto a estratégia deu certo e Goulart assumiu.

A rede de legalidade de Brizola

Brizola usou todos os meios possíveis para garantir a posse de João Goulart. Como meio de comunicação oficial, foi utilizada a *Rádio Guaíba* para manter acesa a chama do movimento. Ao mesmo tempo, blindou-se no Palácio Piratini, que foi guardado por tropas militares legalistas. A população foi convocada para impedir qualquer tipo de ação contra Brizola e, em frente ao palácio do Piratini, o exército se postou para enfrentar o povo.

Havia ordem do marechal Odílio Denys para que Brizola e seus apoiadores fossem presos. Porém, a ordem não foi cumprida pelo comandante do III Exército, um outro ex-combatente da Segunda Guerra Mundial legalista, o general, que na FEB havia sido coronel, José Machado Lopes, ex-comandante do 9º Batalhão de Engenharia da FEB.

Ao contrário do que se esperava, Machado Lopes não combateu os populares e ainda se aliou a Brizola, que depois também recebeu o apoio do governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira, que no estado de igual modo sofreu ameaça de intervenção das Forças Armadas.

Com a recusa de Machado Lopes, foram dadas ordens para que o Palácio do Piratini fosse bombardeado, todavia as tropas de Machado Lopes invadiram o comando da Aeronáutica, em Canoas, e destituíram o brigadeiro Aureliano Passos.

João Goulart chegou da China e desembarcou em Porto Alegre, em 1º de setembro de 1961, tendo entrado clandestinamente pelo Uruguai. Em 5 de setembro, o presidente já estava em Brasília, e no dia 7 do mesmo mês, fez o juramento perante o Congresso que havia imposto o parlamentarismo como condição para que ele assumisse o cargo, reduzindo seus poderes ao máximo possível.

Para que as coisas chegassem a um acerto, houve muita movimentação dos partidos de esquerda e da base operária, de modo que em agosto, em Porto Alegre, pelo menos cinco mil manifestantes saíram às ruas para exigir a posse de João Goulart. Se fosse preciso, enfrentariam o Exército, contudo como Machado Lopes foi sensato e não fez as coisas piorarem ainda mais, os lados se uniram.

Como presidente com poderes reduzidos, houve um plebiscito, em 1963, voltado à escolha de manutenção ou não do regime parlamentarista. O presidencialismo ganhou com mais de três quartos dos votos. João Goulart continuou presidente.

No entanto, essa crise de legalidade que se arrastava desde 1961, com ele sendo contestado publicamente por jornais, por jornalistas de extrema direita (como Carlos Lacerda), por militares descontentes e pela oposição política, foi ocorrendo um desgaste na legitimidade de Goulart no cargo.

Para complicar, houve crise econômica interna que desagradava os trabalhadores, que eram sua principal base de apoio, além de pressão econômica internacional que servia de justificativa para os militares descontentes.

Para tentar contornar a situação, uma aproximação com os partidos tidos como a esquerda da época foi buscada, almejando implantar reformas no país. A essa altura os golpistas já haviam se articulado internacionalmente, com a assinatura por parte do chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, de um Acordo Militar com os Estados Unidos: “para enfrentar ameaças, atos de agressão ou quaisquer outros perigos à paz e à segurança, conforme os compromissos assinalados na carta da Organização dos Estados Americanos (OEA)¹⁵⁵”.

¹⁵⁵ CPDOC. *João Goulart*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/joao_goulart>. Acesso em: 21 abr. 2021.

Outra reunião, em março de 1964, colocou lado a lado o general Artur da Costa e Silva e os generais Castelo Branco e Cordeiro de Farias, para fazerem um balanço da situação dos quartéis do país. Da reunião, no dia 20 de março de 1964, saiu uma “circular reservada aos oficiais do Estado-Maior e das suas organizações dependentes, alertando a oficialidade para as ameaças que as recentes medidas de Goulart traziam”¹⁵⁶:

Os golpistas começaram a movimentar tropas e, em 31 de março, já tinham o controle da situação. João Goulart, ao ser informado, foi para o Rio Grande do Sul, onde pretendia resistir, mas, frente à crise, achou melhor se exilar no Uruguai, entendendo que se ele tentasse se manter no poder, haveria risco de uma guerra civil. Morreu no exílio em 1976. Criou gado no Uruguai, Argentina e Paraguai.

O fato é que com a derrubada de Goulart, em 1964, teve início o regime civil-militar no Brasil, que duraria até 1985. Dados do site colaborativo *Ditadura nunca mais*, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, dão conta que pelo menos 100 mil pessoas tenham sido detidas para “averiguação”; que mais de 1.900 tenham sofrido tortura; que 5.000 a 10.000 foram exiladas; que 6.500 militares foram afastados ou demitidos; que 7.697 civis foram processados por discordar do governo; e que 434 pessoas foram assassinadas durante os 21 anos dos militares no poder¹⁵⁷. Quanto aos desrespeitos aos direitos humanos e convenções de guerra (mesmo sem haver guerra declarada), o Estado brasileiro foi criminoso e omissivo, ficando tudo por isso mesmo, sem culpados, mesmo após identificados muitos dos criminosos. A impunidade se deu graças à Anistia negociada em 1979, quando o regime já mostrava sinais de cansaço e fragmentação e aproveitava para se prevenir de eventuais responsabilizações que poderiam provir de seus atos espúrios.

Uma das primeiras vítimas fatais da ditadura foi o ex-3º sargento da FEB, Dilermano Mello do Nascimento¹⁵⁸, paraibano que combatera na Itália, pelo 11º Regimento de Infantaria, na 4ª Companhia.

Depois da guerra, ele se tornou economista e foi diretor da Divisão de Material do Ministério da Justiça. Foi preso para responder a um Inquérito Policial Militar (IPM) presidido pelo coronel Waldemar Turola, sendo morto em um sábado, dia 15 de agosto, no intervalo do interrogatório a que estava sendo submetido no 4º andar do próprio prédio do Ministério da Justiça. Oficialmente teria se jogado do 4º andar do prédio onde estava no Rio de Janeiro.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ *Ditadura Nunca mais*. Disponível em: <http://ditaduranuncamais.cnte.org.br/materia-1/?fbclid=IwAR11vCKd43WqslmmYXnNHEpDm7zehClgiaKzQHt4YbzIU_0pv62tttADvQ>. Acesso em: 21 abr. 2021.

¹⁵⁸ Terá a história contada de forma mais aprofundada na segunda parte deste livro.

Mais tarde, “o laudo pericial concluiu, por exclusão de provas, que ele foi induzido a saltar da janela do 4º andar, após longo interrogatório, dirigido pelo capitão de Mar e Guerra, Correia Pinto. O laudo, elaborado pelo perito Cosme Sá Antunes, revelou que não houve nenhum elemento que pudesse fundamentar o suicídio. Nem mesmo foram encontradas as marcas no parapeito da janela, de onde saltou a vítima, o que não ocorre em casos de suicídio puro e simples”, aponta o Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Instituto de Estudo da Violência do Estado (RJ) - Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE¹⁵⁹.

Além de Dilermano, dezenas de outros ex-combatentes foram perseguidos, presos e torturados pelo mesmo Exército que tinham vestido a farda na Itália. Seus algozes foram, muitas vezes, outros militares que nem sequer sabiam o que era uma guerra, já que não tinham participado dela. Tudo sob vistas grossas de ex-comandantes e oficiais que tinham lutado lado a lado com eles contra os nazifascistas, a quem agora, tanto se assemelhavam nos métodos de agir contra opositores.

Dos primeiros 510 militares do Exército que foram suspensos, cassados, transferidos para a Reserva e expulsos por serem nacionalistas, contra o golpe ou suspeitos de serem de esquerda/comunistas, pelo menos 49 (9,6%) haviam feito parte da FEB. Seus nomes constam no livro *Atos da Revolução de 1964*, volume 1. São eles:

1. General de divisão SILVINO CASTOR DA NÓBREGA: na guerra, como major, comandou o III Batalhão do 6º Regimento de Infantaria.
2. General LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA LEITE: subcomandante do III Batalhão do 1º Regimento de Infantaria.
3. General de brigada ARNALDO AUGUSTO DA MATTA: major no quartel-general da FEB.
4. General de brigada LUIZ TAVARES DA CUNHA MELO: major no quartel-general dos órgãos não-divisionários.
5. General de brigada ANTÔNIO HENRIQUE ALMEIDA MORAIS: major no quartel-general da FEB. Não completou a campanha, sendo chamado de volta para o Brasil, em janeiro de 1945, para servir no Ministério da Guerra.
6. General de brigada ALFREDO PINHEIRO SOARES FILHO: major no quartel-general da FEB.
7. Coronel JOAQUIM MIRANDA PESSOA DE ANDRADE: foi soldado do 1º Regimento de Infantaria. Já havia sido preso em 1952, quando era capitão, por acusação de subversão.

¹⁵⁹ A história será mais detalhada adiante.

8. Coronel médico MÁRIO VITOR DE ASSIS PACHECO: foi 1º tenente do Batalhão de Saúde da FEB.
9. Médico militar MIGUEL ALFREDO ARRAES ALENCAR: foi 2º tenente no Depósito de Pessoal.
10. Tenente-coronel ALBERTO FIRMO DE ALMEIDA: foi 1º tenente do 1º Regimento de Infantaria.
11. Tenente-coronel EURICO AMÉRICO DA SILVA BASTOS: foi 1º tenente do 1º Regimento de Infantaria. Evacuado de volta ao Brasil, por ter sido ferido em combate.
12. Tenente-coronel WALDEMAR DANTAS BORGES: foi 1º tenente no 6º regimento de Infantaria.
13. Tenente-coronel CARLOS MOLINARI CAIROLI: foi 1º tenente no II Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto-Rebocados.
14. Tenente-coronel MARCELO PIRES CERVEIRA: foi 1º tenente no Esquadrão de Reconhecimento.
15. Tenente-coronel GUSTAVO ALVARES CRUZ: foi 2º tenente no Depósito de Pessoal.
16. Tenente-coronel JOSÉ CARVALHO DE FIGUEIREDO: foi 2º tenente no 1º Regimento de Infantaria
17. Tenente-coronel KARDEC LEMME: foi 1º tenente do Depósito de Pessoal.
18. Tenente-coronel ERNANI FERREIRA LOPES: foi 2º tenente do 11º Regimento de Infantaria. Comandante de Pelotão de Fuzileiros da 7ª Companhia do III Batalhão do 11º Regimento de Infantaria. Ferido em combate.
19. Tenente-coronel DONATO FERREIRA MACHADO: foi 1º tenente no II Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto-Rebocados.
20. Tenente-coronel GUSTAVO NILO ROMERO BANDEIRA DE MELLO: foi 1º tenente do I Grupo do 1º Regimento de Artilharia Pesada Curta.
21. Tenente-coronel GIORDANO RODRIGUES MOCHEL: foi capitão no III Batalhão do 1º Regimento de Infantaria e ferido em combate. Precisou ser evacuado para o Brasil.
22. Tenente-coronel ÉTER NEWTON: foi 1º tenente do 6º Regimento de Infantaria.
23. Tenente-coronel WILSON QUADROS DE OLIVEIRA: foi 2º tenente do 6º Regimento de Infantaria.
24. Tenente-coronel FERNANDO PEREIRA TELLES PIRES: foi 2º tenente do Depósito de Pessoal.
25. Tenente-coronel CÂNDIDO MANOEL RIBEIRO: foi 2º tenente no II Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto-Rebocados.

26. Tenente-coronel ALUISIO CARNEIRO DA ROCHA: foi aspirante a oficial do 1º Regimento de Infantaria.
27. Tenente-coronel JOÃO EVANGELISTA MENDES DA ROCHA: foi 1º tenente do 6º Regimento de Infantaria.
28. Tenente-coronel JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS¹⁶⁰: foi cabo no I Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto-Rebocados.
29. Tenente-coronel ROSEBERY BARROSO SECÁDIO: foi 1º tenente do Depósito de Pessoal.
30. Tenente-coronel NICOLAU JOSÉ DE SEIXAS: foi 1º tenente do 11º Regimento de Infantaria.
31. Tenente-coronel MANOEL INÁCIO DE SOUZA JÚNIOR: foi comandante da Companhia de Obuses do 6º Regimento de Infantaria.
32. Tenente-coronel CARLOS GOMES VILELA: foi 1º tenente do 1º Regimento de Infantaria.
33. Tenente-coronel HERCULANO AUGUSTO VIRMOND: foi 2º tenente do Depósito de Pessoal.
34. Major médico MOACYR PEREIRA LIMA: foi 1º tenente do 6º Regimento de Infantaria.
35. Major CARLOS PINTO DA SILVA: foi 2º tenente do 1º Regimento de Infantaria.
36. Major JOÃO BAPTISTA STAVOLA: foi 2º tenente do quartel-general dos Órgãos não-divisionários.
37. Capitão OSWALDO FURTADO DE CAMPOS: foi capitão do Serviço de Saúde.
38. Capitão AMÉRICO DUARTE: foi 1º sargento no I Grupo do 2º Regimento de Obuses Auto-Rebocados.
39. Capitão ADAUTO AMORIM DOS SANTOS: foi 2º tenente do Depósito de Pessoal.
40. Tenente ALBERTO WEINHARDT BORGES: foi 3º sargento do Depósito de Pessoal.
41. Tenente EWERTON TENORIO DE LIMA: foi 2º sargento do Depósito de Pessoal.
42. Subtenente LOURIVAL ALVES DE SOUZA: foi 3º sargento do Depósito de Pessoal.
43. Sargento JOSÉ ALVES DA SILVA: foi soldado do Depósito de Pessoal.
44. 2º Sargento ALFREDO MARTINS: foi soldado do 1º Regimento de Infantaria.
45. 2º Sargento FRANCISCO DO NASCIMENTO: foi soldado do Esquadrão de Reconhecimento.
46. 3º Sargento LUIZ CARLOS DA SILVA: foi soldado do Batalhão de Saúde.
47. 3º Sargento MANOEL DA SILVA¹⁶¹: foi soldado do Depósito de Pessoal.
48. 3º Sargento ANTONIO DE SOUZA¹⁶²: foi soldado do 1º Regimento de Infantaria.

¹⁶⁰ Havia quatro homônimos, um deles era Cabo e permaneceu no Exército.

¹⁶¹ Havia cinco pracinhas com o mesmo nome. Outros com o mesmo nome estavam no 1º e no 11º Regimento, além do Batalhão de Saúde e Depósito de Pessoal.

49. 3º Sargento MANOEL FRANCISCO DE SOUZA: foi soldado do 6º Regimento de Infantaria.

Havia apoio também entre os antigos oficiais da FEB

Da mesma forma que havia entre os ex-combatentes da FEB aqueles que eram contrários ao golpe de 64, havia também quem parabenizasse o novo regime imposto. O já citado professor Francisco Ferraz pesquisou que, logo após o golpe, a Associação de Ex-combatentes de São Paulo, historicamente anticomunista, saudou e enviou cumprimentos para Humberto Castelo Branco, tendo feito a leitura de que ele ainda era parte daquela mesma FEB dos campos de batalha da Itália, a qual deixou de existir quando o primeiro pracinha pisou no país e deixou de ter o direito de professar a ideologia que bem desejasse.

O manifesto vinha assinado por vários ex-combatentes da FEB, muito dos quais haviam escrito no livro *Depoimento dos oficiais da reserva*, de 1947, que, quando lançado, foi censurado justamente por muitos dos oficiais que ajudaram a instalar a ditadura no país em 1964.

Quase 15 anos depois, a censura havia ficado para trás e se imanavam contra o comunismo (real ou fictício): Demócrito Cavalcanti de Arruda, Emílio Varoli, Paulo Domagin Santos, Túlio Campello de Souza, José Gonçalves, Mário Amaral, Massaki Udihara, entre outros.

O próprio presidente da República respondeu, pouco mais de um mês depois, em uma carta em que se posicionava agradecendo o cumprimento e na qual falava que “na verdade, o povo brasileiro, ao se levantarem armas, procurou restabelecer a autodeterminação e o ambiente de liberdades fundamentais que vinham sendo massacradas pelos comunistas infiltrados em todas as partes do governo brasileiro¹⁶³”.

Como citado em páginas anteriores, após 1964, não havia dentro das associações espaço para oposição ao governo dos militares. Foi assim até depois do fim do regime, em 1985, e muitas das entidades mantiveram o padrão conservador, estático no tempo da Guerra Fria (mesmo após o fim da União Soviética), pelas décadas que se seguiram e até os dias atuais.

Ferraz ainda aponta outros pracinhas como tendo ajudado na ditadura: Osnelli Leite Martinelli (foi 2º tenente do Depósito de Pessoal), Ernani Ayrosa da Silva (foi capitão no 6º Regimento de Infantaria), Hugo de Andrade Abreu (foi capitão do 11º Regimento de Infantaria) e Ednardo D’Ávila Mello (foi capitão no 1º Regimento de Infantaria).

¹⁶² Havia cinco pracinhas com o mesmo nome. Outros com o mesmo nome estavam no Depósito de Pessoal e no Regimento de Obuses Auto-rebocados.

¹⁶³ FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012, p. 280-281.

Já, na lista de Werneck Sodré entram Osvaldo Cordeiro de Farias (foi comandante da Artilharia Divisionária), Jurandir de Bizarria Mamede (foi major no 11º Regimento de Infantaria), Walter de Menezes Paes (foi capitão no 1º Regimento de Infantaria), o próprio presidente, Humberto de Alencar Castelo Branco (foi tenente-coronel do quartel-general, oficial de operações), Ademar de Queiroz (foi tenente-coronel no quartel-general), Nelson de Mello (foi comandante do 6º Regimento de Infantaria), Syzeno Ramos Sarmiento (foi major no 1º Regimento de Infantaria), Newton Fontoura de Oliveira Reis (foi capitão no 6º Regimento de Infantaria) e João Bina Machado (capitão no quartel-general e no 1º Regimento de Infantaria).

Enquanto este livro é redigido, as associações que ainda restam são comandadas, ou possuem na diretoria, oficiais da reserva do Exército que nunca pisaram na Itália ou mesmo em uma guerra; além de filhos de ex-combatentes que compram fácil o discurso anti-esquerda.

Mais comunistas do que os outros¹⁶⁴

Em 1974, o comando de informações do Ministério da Aeronáutica divulgou um documento chamado *O comunismo internacional e suas tentativas de tomada do poder no Brasil*. No documento, eles afirmavam que, desde 1935, os comunistas vinham tentando tomar o poder, relatavam brevemente os ocorridos e culpavam os comunistas pela morte de soldados nos quartéis naquela época, fazendo em seguida uma lista dos principais líderes comunistas que jamais deveriam ser esquecidos pelo levante de 1935.

Antes de fazer o mesmo com os militares que eles consideravam os mais comunistas entre os comunistas e subversivos, eles escreveram um parágrafo em que diziam: Judas foi esquecido? Calabar foi esquecido? Joaquim Silvério dos Reis foi esquecido? Por que iríamos então esquecer estes outros traidores? Cuidado com os seus seguidores!

Em seguida, apresentavam a lista de 30 homens do Exército que eram muito perigosos, dos quais, sete (23%) haviam pertencido à FEB:

1. LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA LEITE.
2. JOAQUIM MIRANDA PESSOA DE ANDRADE.
3. ALBERTO FIRMO DE ALMEIDA.
4. KARDEC LEMME.
5. DONATO FERREIRA MACHADO.
6. MANOEL INÁCIO DE SOUZA JUNIOR.

¹⁶⁴ Tópico produzido totalmente por meio do documento br_dfanbsb_zd_0_0_0005c_0001_d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

7. NICOLAU JOSÉ DE SEIXAS.

A Marinha apresentou outros três nomes, e Aeronáutica mais sete nomes, dos quais, dois haviam estado na Segunda Guerra Mundial. Um era o Brigadeiro Francisco Teixeira, que foi o segundo no comando da Base Aérea de Recife durante a Segunda Guerra Mundial. Lá, funcionava a sede do Comando Militar Aliado no Atlântico Sul. Também esteve em patrulhas e como escolta de comboios. Foi um dos pioneiros na utilização e adaptação dos aviões de caça P-40, comprados dos Estados Unidos.

Além de Teixeira, constava o nome de Fortunato Câmara de Oliveira¹⁶⁵, o criador do símbolo do Senta a Pua, que também aparecia na lista dos “super comunistas”.

Ao final da lista de militares, os golpistas deixaram uma observação: “todos comunistas atuantes, conhecidos no meio militar como adeptos do credo vermelho. Os inqueritos comprovaram suas ideologias. Foram então punidos com a reforma compulsória ou demissão das Forças Armadas, além de responderem penalmente pelos crimes que tivessem praticado”.

Depois, o mesmo documento trazia uma lista extensa de civis comunistas e em um parágrafo lembrava novamente: “os assassinos de 35 foram esquecidos? Por que iríamos então esquecer esses outros discípulos de Moscou? Cuidado com eles e com suas idéias!”. Ao final do documento alertava que “pela classificação – CONFIDENCIAL – está a presente informação vedada a qualquer tipo de imprensa”. Hoje, o documento é público e disponível em uns poucos cliques e, de fato, os supostos comunistas supremos não foram esquecidos, pelo contrário, são lembrados neste livro.

¹⁶⁵ Terá a história contada no decorrer desta obra.

Parte 2
Relatos de vida e honra

Ter sido desligado das forças armadas em 1964, não era garantia de que as coisas se acalmariam. Os indivíduos continuavam tendo suas atividades acompanhadas pelo Estado. Da lista dos afastados em 1964 e durante os 21 anos da ditadura, alguns já tiveram parte de suas fichas divulgadas para domínio público no Arquivo Nacional, com papéis digitalizados.

Nas linhas que seguem, são apresentados casos de ex-combatentes nacionalistas/legalistas e de esquerda, que foram perseguidos ou que tiveram contra si, acusações de subversão. Em alguns casos, os militares golpistas usaram as provas contra os acusados e conseguiram mantê-los presos e, em outros, faltaram provas, entretanto ficaram as acusações, sempre lembradas em relatórios da inteligência. São histórias de vida e honra de quem não concordou com os desmandos de governos ilegítimos¹⁶⁶, autoritários e imorais.

Um caso catarinense¹⁶⁷

Nilson Vasco Godin foi 3º sargento do 6º Regimento de Infantaria. Em 1964, no mês de abril, um desafeto o denunciou como sendo subversivo, por ser contrário ao golpe de 1964. Ele ficou 36 dias preso no quartel da Polícia Militar em Florianópolis. Um IPM¹⁶⁸ foi instalado. “O mal dos regimes totalitários é que seus autores perdem o senso de justiça e avaliação das denúncias. Saem prendendo todo mundo, numa verdadeira caça às bruxas, pouco se incomodando com quem prendem e de quem partem as denúncias”, disse ele, completando que se pesquisassem quem o denunciou, teriam era prendido o denunciante.

A raiva dele se deu porque no dia 08 de maio, os policiais militares homenagearam a FEB, pelo dia da Vitória na Europa, e ele assistiu a tudo pelas grades da cela em que ficou alojado... Depois de 36 dias, o levaram para Itajaí/SC, onde um oficial do Exército, que o interrogou, lhe deu um atestado de que ele era inocente e nada constava contra ele. Como que para amenizar o erro, o documento agradecia pela “calma que manteve durante todos esses dias, cooperando desta forma para que o referido inquérito tivesse andamento satisfatório”. “Solto, liberto, voltei a gerente da Caixa Econômica em Itajaí”, completou.

O prefeito brizolista de Cruz Alta¹⁶⁹

¹⁶⁶ Ainda que tenham tentado dar um ar de legitimidade, com eleições e governadores biônicos.

¹⁶⁷Resumo do que foi publicado por GONDIN, Nilson Vasco. *Liberdade escrita com Sangue: um Manezinho na Segunda. Guerra Mundial*. Florianópolis: Insular, 2001.

¹⁶⁸ Inquérito policial militar.

¹⁶⁹Documentos br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_81003753_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_81003891_d0001de0001 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85011837_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Adauto Amorim dos Santos, em 1981, estava sendo acompanhado quanto a permanecer ou não no PDT de sua cidade, em Cruz Alta/RS, onde havia sido prefeito entre 1959 e 1963. Na FEB, tinha servido no Depósito de Pessoal.

Não era a primeira vez que ficavam de olho nele. Em 1977, houve informe ao Serviço de Segurança Nacional, de que a esposa dele, Juliete, estava trabalhando na prefeitura, mesmo depois de aposentada como professora. Entre parênteses, depois do nome de Adauto, estava escrito “excluído do Exército por ato revolucionário”, uma dica para que os papéis fossem olhados com mais atenção por quem os recebesse.

Juliete estava na lista, porque além de ser esposa de Adauto, em 1961, durante a crise de legalidade e nos anos que se seguiram até 1964, mantinha correspondência com Neusa, a esposa de Leonel Brizola e com Maria Tereza, esposa de João Goulart, sendo apontada como “brizolista fanática” e “ptbista ferrenha”.

Em 1976, até o bispo Dom Jacó Roberto Hilgert, que tomara posse em Cruz Alta, era visto com ressalvas por ser progressista demais e ter pedido intenções para quem estava preso, oprimido e torturado. A carapuça serviu no regime. Em um dos relatórios sobre Dom Jacó, o agente anotou que ele esteve com Adauto durante um encontro de pastorais, como se houvesse ligação uma coisa com a outra.

Em um dos relatórios sobre as movimentações de militantes de esquerda de Cruz Alta, datado de 1972, Adauto lá estava. Nesse documento, é que constava a ficha do ex-pracinha como sendo apoiador de Brizola e um político contra a ditadura: “durante os acontecimentos da revolução de 1964, foi elemento de destaque na tentativa de resistência esboçada na Prefeitura Municipal de Cruz Alta, contra esse movimento, fazendo uso da palavra pelo rádio e conclamando o povo à defesa de Jango e Brizola”.

Adauto foi enquadrado em leis de segurança nacional e denunciado pelo Ministério Público Militar. Foi absolvido em outubro de 1967. “Desde há muito tempo tem apresentado conduta moderada, procurando inclusive uma aproximação mais estreita com meio militar através do Lions Clube, do qual foi presidente do biênio 71/72”, confirmava o documento.

O legalista e amigo de Lott¹⁷⁰

Alberto Weinhardt Borges era 1º tenente em 1964. Antes dos fatos que selariam a sua vida, no pós-guerra ele teve passagens por Lapa/PR, Curitiba/PR, e deveria ter sido transferido para Corumbá, na época Mato Grosso. Apesar disso, em viagem ao Rio de Janeiro, em 1960, encontrou

¹⁷⁰ Documento br_dfanbsb_zd_0_0_0039a_0054_d0001 Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 21 dez. 2020; e DUTRA, José Carlos. *A Revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná*: a visão da caserna. Curitiba: Revista de Sociologia Política, 2004.

um seu antigo comandante, ninguém menos que o general Lott, que o convidou para almoçar. Os dois conversaram sobre os tempos de Itália, sobre a guerra e sobre a situação política do Brasil. Ao final do encontro, Alberto saiu com a promessa de poder retornar para Curitiba. Foi o que ele fez. Também esteve cotado para servir na segurança presencial em Brasília, contudo não seguiu aquele caminho.

Em 1964, ele estava aguardando uma vaga em uma das unidades militares da capital paranaense, provisoriamente ajudando na Companhia de Manutenção. Foi quando irrompeu o golpe. Curitiba era, e ainda é, a sede da 5ª Região Militar, de onde partiam e partem decisões para os estados do sul, os vizinhos Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 1964, havia divisão entre as tropas paranaenses e, mesmo no dia 31 de março, os oficiais de alta patente ainda não haviam fechado posição quanto ao assunto, se apoiariam ou não os golpistas.

Por isso, uma reunião foi marcada na sede da 5ª Região Militar, de modo que a maioria aceitou aderir ao golpe, menos os tenentes-coronéis Paulo de Moraes e Flávio Dias de Castro (servidores administrativos no comando da 5ª Região Militar), o coronel Alcides do Amaral Barcelos e o tenente-coronel Edson Giordano de Medeiros, sendo que os dois últimos foram presos, acusados de serem elementos de esquerda e desobedientes aos superiores.

Alberto havia recebido recomendações do superior e amigo, coronel Alcides do Amaral Barcelos, que caso este não retornasse ao quartel, que tentassem resgatá-lo, pois provavelmente já estaria preso. Uma operação de resgate foi planejada, inclusive com deslocamento de Alberto e homens de confiança para a frente do quartel em que Alcides estava detido, porém a ação ficou nisso e não teve sucesso. Mas, ele havia mostrado lealdade ao colega detido.

Com os desdobramentos daquele dia, coube a Alberto esperar as consequências de ter ficado do lado legalista, o que o fez continuando a trabalhar, como se a rotina não tivesse sido alterada. Foi reformado e processado ainda no segundo semestre de 1964.

Por conta dos contatos com o general Lott, o próprio João Goulart conseguiu uma ocupação para que Alberto pudesse sustentar a família, já que, durante o processo, estava com os vencimentos suspensos. Conforme relatos da família, o próprio João Goulart foi quem conseguiu um advogado para que ele pudesse se defender e o convidou para que se exilasse no Uruguai, o que ele recusou, já que a atitude poderia ser entendida como uma deserção e admissão de culpa.

Legalista ao extremo, ficou em Curitiba e aguentou as consequências, tendo sido inocentado cinco anos depois, mas ficando marcado e vigiado pelo Estado, como mostra um documento de 1981, no qual há as informações do seu endereço e a ocupação que ele exercia, de representante comercial, trabalho que conseguiu também por intermédio do ex-presidente João Goulart. Depois,

houve indenização pelo ocorrido, mas, segundo a família, ele recusou, visto que só queria ser inocentado. Recebeu apenas os salários que o Exército lhe devia.

Edson Giordano Medeiros: nacionalista e destaque da Engenharia¹⁷¹

Edson Giordano de Medeiros era filho de Osman Medeiros e Maria Madalena Giordano Medeiros. Ele nasceu em 19 de fevereiro de 1917, em Curitiba/Paraná. Na Força Expedicionária Brasileira, foi 1º tenente do 9º Batalhão de Engenharia. Inclusive, foi ferido em combate durante o trabalho de sapador. Foi em Monte Castello, onde, mesmo com bombas caindo ao seu redor, após ser atingido por um estilhaço, fez um curativo em si mesmo e continuou trabalhando com a mão machucada.

Outra feita, já em Montese, há uma história interessante, que foi registrada por Agostinho José Rodrigues no livro *O Lapa Azul*. Agostinho, tenente de infantaria do 11º Regimento de Infantaria, avistou Edson de longe, eram do mesmo estado e se conheciam de longa data.

Edson tinha o apelido de Cowboy e estava na 5ª Seção do 9º Batalhão de Engenharia. Entretanto, Edson não vinha sozinho, conduzia um grupo de prisioneiros alemães para a retaguarda. Agostinho quis fazer piada, uma vez que aquela não era uma função usual para alguém que servia na Engenharia:

- Ei, Cowboy, isso é missão para pé-de-poeira! [apelido da Infantaria]

Edson olhou de volta ao colega que estava falando com malícia.

-Ser macho não é privilégio de infante! – e seguiu o Edson com mais um soldado (à direita) a acompanhá-lo. Os prisioneiros andavam rápido com as mãos na cabeça¹⁷².

Porém, naquele ano de 1964, as coisas não foram tão bem quanto em Montese. Ele ficou em prisão domiciliar por não apoiar o golpe. Era legalista e nacionalista. No processo, do qual só se livrou em 1967, ao ser inocentado, a promotoria comandada pelo promotor José Manes Leitão acusava Edson de ter comunicado o general Dário Coelho, comandante da 5ª Região, que “não apoiaria o movimento revolucionário e que aguardaria a chegada do General Silvino”, porque acreditava que com isso ofereceriam resistência aos golpistas. No julgamento em 1967, o procurador-geral da Justiça Militar, Eraldo Gueiros Leite, pediu o arquivamento das acusações, por entender que o indiciado não estaria em condições de, naquele momento, discernir entre ordens legais ou ilegais, já que “só havia inquietação, incerteza e falta de definição. Mais tarde, vitorioso o movimento revolucionário, seu próprio comando tomou a si toda autoridade executiva, contando, a

¹⁷¹ Documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_84005067_d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 10 jan. 2021; *Jornal da Manhã*, 10 de maio de 1966, 1º Caderno, p. 12; *Correio da Manhã*, 19 de janeiro de 1967, 1º Caderno, p. 8; *Correio da Manhã*, 03 de maio de 1964, 1º Caderno, p. 17. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

¹⁷² RODRIGUES, Agostinho José. *O Paraná na FEB*. Curitiba. Imprensa Oficial do Estado, 1954.

seguir, com o agasalho da cúpula dos poderes da Federação. Assim, nada mais autoriza a considerar criminoso o comportamento do então Coronel, hoje general de reserva Edson Giordano de Medeiros”.

O fato é que, até 1967, Edson sofreu com os olhares desconfiados dos demais colegas de quartel, haja vista que depois de liberado da prisão domiciliar, ele foi mantido na ativa, ainda que em cargos diferentes dos que ocupava. Já em maio de 1964, ele foi transferido do CPOR para o Comando Militar da Amazônia e, em setembro, para a Diretoria Geral de Pessoal. Em 1965, foi promovido por antiguidade e, em 1966, tornou-se diretor do Campo de Instrução Marechal Hermes – CIMH. Edson trazia no currículo ter apoiado o general Lott na crise da posse de Goulart e, antes disso, ter participado das campanhas nacionalistas do Clube Militar e do petróleo.

Pessoas ligadas à família de Edson contaram, sob sigilo de fonte, que em 1964, quando ele perdeu o comando do CPOR, foi porque ele de fato era influente entre os sargentos que lá estavam e sobre os alunos, e que caso ele desse uma ordem para sustentar a resistência e esperar por Silvino, assim seria feito. Além disso, os golpistas tentaram humilhá-lo, recolhendo pertences do seu escritório no quartel e deixando, de qualquer jeito, na casa em que ele morava, jogados na calçada. Edson morreu em 13 de abril de 2010, legalista e nacionalista.

Militante e irmão de militante¹⁷³

Gustavo Álvares da Cruz, 2º tenente do Depósito de Pessoal da FEB, foi apontado, em 1979, como sendo um comunista expulso do Exército. O interessante do caso é que ele não aparece na própria ficha individual, e sim na ficha do seu irmão, que também era militar e se chamava Heraldo. Em 1964, Heraldo não foi cassado, uma vez que estava fora do país e porque era amigo de gente que estava envolvida no golpe, como o general Amaury Krueel, por exemplo. Não obstante, Gustavo foi cassado. Heraldo era tido, em 1979, como um comunista infiltrado na função de chefe do Departamento de Organização e Métodos, na Diretoria de Planejamento do governo federal.

Já, no inquérito que condenou Gustavo, consta que ele teria falado com sargentos, com a finalidade de que eles resistissem ao golpe em São Paulo, onde era instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva - CPOR, dando a entender que ele não mandaria nos sargentos, que deixaria a cada um escolher como agiria referente ao golpe, mas que achava correto resistir.

No relatório da acusação, consta que o “tenente-coronel Gustavo Álvares Cruz era um oficial que favorecia diretamente a política subversiva dos sargentos, e, durante o movimento revolucionário, procurou se manter em uma posição de aparente neutralidade e, a fim de diminuir os

¹⁷³ Documentos br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81006328_d0001de0007 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80011522_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

riscos de uma definição apressada, tomando atitudes indefinidas, indiferente às opiniões dos oficiais e sargentos, ao mesmo tempo que procurava saber a posição do II Exército, deixando de tomar providências relativas a um movimento que se processava sobre forma de aliciamento denominado ‘suposta brincadeira de sargentos’”.

Sobrinho do Arraes¹⁷⁴

O governador do Pernambuco, Miguel Arraes, foi resistência ao golpe de 1964. Um sobrinho dele, Miguel Alfredo Arraes de Alencar, do Pará, teve trabalho para explicar que não era comunista ou de esquerda. Cassado em 1964, sofreu com as acusações por um ano, até ser absolvido em abril de 1965. Na FEB, foi 2º tenente do Depósito de Pessoal.

Em 1963, o Miguel do Pará havia recebido o seguinte elogio do tenente-coronel Alberto de Lemos Bastos, chefe de sessão do Conselho de Segurança Nacional: “portador de profundos conhecimentos dos problemas nacionais, de uma inteligência lúcida, de uma grande capacidade de trabalho, o tenente-coronel Arraes tornou-se um excelente oficial de estado-maior e um magnífico adjunto, sendo, pois, com satisfação que o louvo, pela eficiente colaboração”. Depois, ainda recebeu mais um do mesmo oficial, em que constava que ele tinha “competência e zelo demonstrados em todos os trabalhos que teve a seu cargo”.

Todavia, depois de 31 de março, constava na ficha que ele era sobrinho de Miguel Arraes e que era “acusado de subversão, quebra da hierarquia e aliciamento de subalternos da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, onde servia”. Tudo isso, porque ele não concordava com o golpe. Em 1983, fazia parte da Associação Democrática e Nacionalista de Militares, era mais um nacionalista injustiçado.

Um servidor público ameaçador¹⁷⁵

Entre 1960 e 1968, Carlos Molinari Cairoli trabalhou no Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), foi interino no Ministério da Justiça por duas vezes no Governo de João Goulart, membro do Conselho Nacional de Energia Nuclear e, quando veio 1964, foi reformado por constituir ameaça ao regime implantado (sabia demais e poderia ser um infiltrado). Além da reforma, teve os direitos políticos cassados por 10 anos e sempre que queria deixar o país, mesmo que a passeio, precisava pedir autorização ao Estado. O crime foi ser próximo demais do presidente deposto e

¹⁷⁴ Documentos br_dfanbsb_n8_0_pro_css_1757_d0001de0001, br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0180_d0001de000 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83036993_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

¹⁷⁵ Documentos br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_0874_d0001de0001, DOU1_2015_11_18 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73064142_d0002de0004. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

contrário ao golpe. Foi anistiado post mortem em 2015. Na FEB, Cairoli fora 1º tenente do II Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto-Rebocados.

Simpático ao comunismo¹⁷⁶

Em 1973, Cândido Manoel Ribeiro teve negado o pedido de inscrição no curso de comando do Estado-Maior, sob o fundamento de “suspeição de simpatia pelo comunismo”. Quando na FEB, Cândido era 2º tenente do II Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto-Rebocados.

O ex-combatente estava envolvido no movimento sindical em 1983, tendo ido visitar o presidente da companhia de Transportes Coletivos do Rio de Janeiro (um ex-militar também cassado quando era ex-capitão do Exército), que se chamava Altair Lucchesi Campos.

Cândido participou da campanha das *Diretas Já*, entre 1983 e 1984. Em 1985, no dia 8 de maio, que era o Dia da Vitória na Europa, foi com outros militares da FEB e colegas cassados até o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, como forma de protesto pelas injustiças que haviam padecido.

Entre os colegas que estavam com ele no monumento, se encontravam o já citado Miguel Alfredo de Alencar Arraes e o coronel aviador Rui Moreira Lima. Ali, realizaram um protesto exigindo anistia abrangente, com retorno à ativa e ressarcimento das promessas e promoções preteridas em face da cassação. Alegaram que 369 oficiais e 600 praças ainda não haviam sido beneficiados pela anistia do dia 28 de agosto de 1979. Para aqueles homens, os benefícios que teriam direito, se estivessem nas Forças Armadas, foram negados.

O agente do governo destacado para acompanhar as ações do grupo anotou no relatório que produziu, que além dos ex-combatentes, havia outras pessoas que pareciam ou eram fichados como comunistas.

Na época, havia um projeto com a finalidade de contestar os direitos perdidos por conta da cassação. Não foi adiante, e possuía a assinatura de elaboração da Associação Democrática e Nacionalista de Militares, da União dos Militares Cassados, da Comissão Nacional de Defesa da Anistia, do Grupo Tortura Nunca Mais, do Comitê Brasileiro pela Anistia e do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas, que segundo o agente, era uma entidade infiltrada pelo PCB.

Em 26 de agosto de 1985, Manoel foi o autor de murais em que descreveu mortos e desaparecidos da ditadura, os não anistiados e considerados mortos, além dos heróis da FEB (aqueles

¹⁷⁶ Documentos br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73055500_d0003de0006, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83033564_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_85052302_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_85012002_d0001de0002, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_85012002_d0002de0002 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_85012568_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

que tinham sido perseguidos durante o regime, mesmo tendo feito parte da FEB). Outros dois painéis tratavam sobre repressão e torturas, bem como sobre os oficiais e sargentos cassados em 1964.

O pai do marxista¹⁷⁷

Carlos Gomes Vilela teve o filho fichado em 1968, após um ataque do grupo que ele fazia parte, contra uma viatura do Exército, que resultou no ferimento de um sargento. Carlos Gomes Vilela Filho era do movimento Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil - APMML do B. Eles eram paranaenses e Gomes Filho até ficou foragido um tempo. Em 1987, ainda monitorado pelo Estado, Gomes Filho militava no Partido Comunista Revolucionário – PCR. Não dá para saber até onde o seu pai, ex-combatente cassado pelos militares de 1964, influenciou na ideologia do jovem, que tinha nascido em 1948 e contava com 16 anos quando o pai foi reformado do Exército. Seria revolta ou senso de justiça? Na Guerra, o pai, antigo pracinha, havia sido 2º tenente do 1º Regimento de Infantaria.

Cassado e com o irmão assassinado¹⁷⁸

Marcelo Pires Cerveira tinha o mesmo nome que o pai dele. Foi 1º tenente no Esquadrão de Reconhecimento da FEB. Ele tinha outro irmão militar que não foi da FEB, mas, que igual a ele, era comunista. Chamava-se Joaquim. Em 1964, Marcelo e Joaquim foram cassados no Exército.

Joaquim era mais ativo que Marcelo, porém ambos haviam lutado nas grandes campanhas nacionalistas/de esquerda, como a do petróleo, contra o envio de tropas para Coréia, da legalidade de Jânio e depois Goulart, das eleições no Clube Militar e foram contrários ao golpe de 1964.

Joaquim foi para a luta armada, e Marcelo militou e trabalhou em ações clandestinas. O resultado foi que Joaquim acabou preso, torturado e assassinado em 1973, sendo até hoje um dos desaparecidos políticos do Brasil, nem direito a um enterro os militares lhe deram. Na época, o caso repercutiu na ONU, contudo nada foi feito contra o Estado brasileiro. Joaquim tinha 49 anos quando desapareceu. Em 1996, no mês de outubro, a União reconheceu que foi responsável pela sua morte e desaparecimento, e a família recebeu do Estado o valor de R\$ 100 mil. No entanto, a ausência nunca foi preenchida. Os filhos cresceram sem pai e a esposa perdeu o grande amor da sua vida.

¹⁷⁷ Documentos br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0141_d0001de0001, br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0845_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71041102_d0001de0002 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001672_d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

¹⁷⁸ Documentos br_dfanbsb_at0_0_0379_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73054795_d0002de0002, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73054795_d0002de0002, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_75080082_d0001de0001, br_dfanbsb_vaz_0_0_00157_d0001de0001, br_dfanbsb_z4_rex_ips_0145_d0001de0001 e BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.82006575. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

Já, o pracinha Marcelo, que tinha sido do Partido Comunista Revolucionário – PCR, além da dor da perda do irmão, foi perseguido e vigiado pelo Estado, o que o levou a entrar na Associação Democrática e Nacionalista de Militares – ADNAM, na década de 80. Ele era um crítico à forma como a Anistia foi negociada, negando direitos aos militares cassados e não punindo criminosos de Estado.

Ferido em combate e acusado de corrupção¹⁷⁹

Em 14 de setembro de 1976, Ernani Ferreira Lopes, já atuando na vida civil como químico, constava em relatório da inteligência do I Exército, como tendo aceitado suborno do comunista Kardec Lemme para assinar um laudo contra a Coca-Cola, quando Lemme era diretor da Organização de Defesa dos Consumidores do Brasil, uma cópia de uma entidade semelhante dos Estados Unidos. Ernani tinha sido cassado em 1964, acusado de subversão. Na guerra, Ernani fora 2º tenente da 7ª Companhia do 11º Regimento de Infantaria.

A acusação contra a empresa era a de que trabalhadores teriam morrido dentro de um tonel da empresa, e, após uma CPI da Assembleia do Rio de Janeiro sobre o caso, companhia foi julgada culpada. Apesar disso, ninguém queria enfrentar a gigante dos refrigerantes, uma empresa americana, de um governo aliado à ditadura. Foi aí, que Ernani teria aceitado assinar em troca de dinheiro “visto estar necessitando equilibrar seu orçamento”. “Verificou-se, também, que existe uma ligação de amizade entre ambos; entretanto, não foi possível observar se os mesmos possuem relacionamento político. Vale acrescentar que o interesse de Kardec pela Organização de Defesa dos Consumidores do Brasil, tem cunho eminentemente político”, alertava o mesmo relatório.

Não havia como saber se estavam usando-o para desacreditar Kardec (que era comunista) ou se realmente Ernani fez algo de errado. Como ele não foi preso e nem processado, é possível acreditar na hipótese de que o agente que analisou o caso pelo SNI tenha criado a história, tenha mentido para incriminar o pracinha.

Na guerra, Ernani foi ferido em combate no ataque a Monte Castello de 29 de novembro de 1944. Foi próximo à Cota 988, quando os alemães perceberam a movimentação dele com seus comandados e mandaram dezenas de morteiros. Um dos estilhaços pegou na região glútea e outros menores na perna:

Eram dez horas da manhã e o padioleiro me aplicou um analgésico, fazendo com que não sentisse nada... Fui levado ao Lamare, que fazia os primeiros socorros, sendo

¹⁷⁹ LOPES, Ernani Ferreira. 2001. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). *História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 203-205; Documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80004781_d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

operado às dez horas da noite no hospital de campanha em Porreta Terme pelo Dr. Mansur que, pela primeira vez, estava aplicando uma nova anestesia; apaguei logo e não senti nada. No dia seguinte, estava na cama cheio de sangue; chamaram o Dr. Mansur em Pistoia, que veio me atender. Disse-me que ia ligar um vaso que rompeu, mas não podia dar anestesia. Você grita, bota um negócio na boca. Eu resisti e ele rapidamente ligou o vaso. (LOPES, 2001)¹⁸⁰

Dias depois, recebeu alta e tratou de voltar para junto dos colegas da 7ª Companhia, achou que seria mais útil no front. “Eu estava com uma tala na perna, que ainda doía. O Capitão me viu e perguntou: ‘O que você veio fazer aqui?’. Respondi: ‘Eu não quero ficar lá atrás, eu quero ficar aqui se o pessoal precisar de alguma coisa’¹⁸¹”. Ernani foi devolvido para a retaguarda e passou mais alguns meses em tratamento. Os estilhaços na perna foram enterrados com ele, nunca foram retirados. Oficialmente, foi anistiado, com o Estado reconhecendo seus erros em 1964, em 14 de novembro de 2002.

Não quis participar do golpe¹⁸²

Eurico Américo da Silva Bastos foi 1º tenente do 1º Regimento de Infantaria (Companhia de Canhões Anti-carros). Tinha como missão, auxiliar em instalações de minas contra veículos inimigos. Foi ferido em combate e precisou ser evacuado para o Brasil para continuar o tratamento, em janeiro de 1945.

Em 1964, servia no 10º Regimento de Infantaria, de Juiz de Fora/MG. Era contrário ao golpe e tinha a fama de militante de esquerda, conforme declaração de Ítalo Mandarinó, que era coronel e comandante da 2ª Companhia da unidade citada. Naquele 31 de março, Bastos foi se apresentar “ao General Mourão, porque não queria participar de nenhum movimento contra o Ministro do Exército e ele pressentia que isso estava acontecendo¹⁸³”. Foi escoltado até o general, por ordem de um tenente-coronel, mesmo posto que ele ocupava.

Outro oficial, o tenente Reynaldo de Biasi Silva Rocha, diz que também servia no 10º Regimento e confirmou que Bastos era militante de esquerda e que era fiel a Jango. Do outro lado, fazendo política anticomunista no quartel, estava o citado Ítalo Mandarinó. “Nós, sabedores dessas tendências do Coronel Calvão [comandante da unidade] e do Tenente-Coronel Bastos, fingíamos obedecer às ordens, mas, na realidade, fazíamos o que achávamos que tínhamos que fazer, fingindo aceitar. Então, eles não tinham nenhuma ascendência sobre a oficialidade¹⁸⁴”, explicou Reynaldo.

¹⁸⁰ LOPES, Ernani Ferreira. 2001. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 1. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 203-205

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² MOTTA, Aricildes Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Tomo 3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

¹⁸³ MOTTA, Aricildes Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Tomo 3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p.177-178.

¹⁸⁴ Ibid., 307-308.

No momento decisivo em que as tropas marchariam para sair do quartel rumo ao Rio de Janeiro, os comandantes da unidade pediram que quem quisesse fazer parte daquela marcha, desse um passo à frente. “Todos o fizeram, menos o Tenente-Coronel Bastos, seu Subcomandante”, descreveu Reynaldo. Em seguida, recolheram Bastos do pátio e o afastaram da unidade, levado para uma sala do quartel, detido. Não foram oficialmente presos, entretanto foi como se tivessem sido. Foi este o motivo da reforma do antigo 1º tenente da FEB.

Vigiado, marcado como comunista, mas nunca preso¹⁸⁵

Neltair Pithan e Silva foi soldado da FAB, do “Senta a Pua”, e na Itália teve a função de cuidar da parte de controle das missões que saíam e voltavam, fazendo relatórios para o comandante do grupo. Gaúcho da fronteira com o Uruguai, tinha pai militar e foi voluntário para a Itália, tendo tentado entrar na FEB, mas, sendo destacado para a Aeronáutica. Chegou à Itália após insistir com conhecidos para que fosse enviado sem demora, tendo se apresentado em dezembro de 1944, em Tarquinia.

Ao final do conflito, ainda na Itália, começou a pensar na criação de uma associação de ex-combatentes, junto com um grupo mais à esquerda que, no entanto, se assumia “neutro” quanto às ideologias, porém, ativo contra o Estado Novo de Vargas.

Pithan se assumiu, no pós-guerra, como socialista e contrário ao comunismo, um regime que ele definia como autoritário. Em 1947, estava no Conselho que reunia associações da FEB, naquele evento em que paranaenses e paulistas se retiraram por entenderem que a diretoria só tinha “comunistas”. Pithan era o 1º vice-presidente.

Além disso, esteve ao lado de Joel Silveira e Rubem Braga, na fundação do Partido Socialista Brasileiro, em 1947. Segundo ele, na época era complicado, pois, não havia meio termo. Ou era comunista ou era fascista, assim os lados se acusavam. E com Dutra no poder, tudo era comunismo.

Antes da guerra Pithan era jornalista e, inclusive durante o conflito, colaborava com Francis Hallawell, o Chico da BBC e com jornais brasileiros, com crônicas e relatos do cotidiano do front. Quando voltou, continuou jornalista, profissão que deixaria de exercer na década de 60, por ser formado em psicologia, tendo clinicado por mais de 35 anos.

Nos protestos por direitos dos pracinhas, Pithan era figura certa, conhecido das autoridades. Na campanha do petróleo, nas disputas pelo poder no Clube Militar e nos protestos contra as prisões

¹⁸⁵ SILVA, Neltair Pithan e. NEWTAIR PITHAN E SILVA: depoimento [mar.2000]. Entrevistador: Francisco Cesar Alves Ferraz. São Paulo: 2000. 03 cassetes sonoras. Entrevista concedida com o objetivo de produção do trabalho: FERRAZ, Francisco César Alves. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000). 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. . Acesso em: 29 jul. 2023.

arbitrárias dos anos 50, o ex-combatente também se fez presente. Era um militante dos direitos dos soldados que haviam lutado no front italiano.

E tanta atuação política, com convicção partidária em favor de pautas mais à esquerda, porque também discursava em comícios quando convidado, chamou a atenção das alas mais à direita que ocupavam cargos de chefia no Estado. Entrou no radar das autoridades de repressão, passando a ser vigiado por elas e por colegas mais conservadores que achavam que ele era comunista. Por conta disso, segundo ele, nunca era indicado para as medalhas militares às quais a Associação indicava seus membros.

Os comunistas mandavam recados, dizendo que Luis Carlos Prestes queria conhecê-lo e buscavam uma aproximação. “Falavam: olha o Luiz Carlos Prestes admira muito sua atuação e quer te conhecer. E eu dizia: não vou, não sou comunista! Porque senão iam dizer que nós tínhamos se encontrado e que estávamos articulando”, explicou Pithan, ressaltando que respeitava a posição de Prestes, mas, que era contra o comunismo e o stalinismo.

Na campanha vitoriosa de Jânio Quadros para o Governo de São Paulo, em 1954, Pithan estava entre os líderes do comitê do candidato. Ao mesmo tempo, fazia a ponte política entre associações de ex-combatentes e o poder público, para exigir que leis que beneficiavam os colegas de farda da Segunda Guerra, fossem respeitadas. Muitos ex-combatentes conseguiram emprego no serviço público paulista por intermédio dele.

Para completar, Pithan e outros colegas que tinham feito parte do comitê de campanha de Jânio Quadros, haviam montado um Comitê Cívico de Veteranos de Guerra, o que incomodava muito a Associação paulista dos ex-combatentes. Tanto trazia incômodo, que membros da Associação o atacavam com matérias pagas nos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. “Eu nunca respondi”, explicou Pithan.

Porém, os desgastes com algumas diretorias de associações começaram a tornar-se mais visíveis com tempo. Acontece que à medida que os oficiais da FEB iam tomando os postos de comando dentro delas, iam afastando os debates políticos dos membros e com isso, deixando de fazer a crítica ao abandono dos soldados, por exemplo. Eles entendiam que as associações deveriam ser espaços de memória e nada mais do que isso.

Mesmo assim, pelos mais necessitados, o socialista Pithan continuava a fazer parte das organizações de veteranos. Nas vésperas do golpe de 1964, ele participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O detalhe é que ele também esteve ao lado do pessoal que defendeu a posse de João Goulart, porém, com o governo em andamento, mudou de ideia por entender que o Brasil estava deslocando-se rumo ao comunismo, e como ele era anti-comunista, achou que ser contra Jango, era o certo a ser feito.

Instalada a ditadura, com as associações de pracinhas nas mãos da direita, Pithan ainda esteve em alguns desfiles ao lado dos colegas de 1944-45, mas, depois se afastou de vez dos círculos de ex-combatentes, dedicando-se à profissão de psicólogo com muito mais afinco. Vez ou outra escrevia um artigo contendo críticas veladas ao regime instalado e como já estava, havia algum tempo, no radar dos militares, volta e meia era chamado para dar explicações do que queria dizer com o que tinha escrito.

Com o bipartidarismo vigente durante a ditadura civil-militar, aquele comitê cívico da década de 50, que ainda existia, começou a articular candidatos para concorrer pelo MDB. Ao mesmo tempo, Pithan tentava manter boas relações com ex-combatentes que haviam chegado ao poder com o golpe. Ele defendia, por exemplo, que Castelo Branco era democrata, mas que foi levado para outras posições por conta da situação e do contexto em que estava inserido. Pithan até chegou a participar de demonstrações de manobras de aviões a pedido e a convite do presidente Castelo Branco.

Contudo, isso não queria dizer que as autoridades ditatoriais o haviam deixado de lado quanto às posições políticas pessoais que ele nunca escondeu. “O pessoal não sabia separar bem as coisas, achava que tudo era comunismo”, lembrou.

Outro que ele era próximo, era Reinaldo Ramos Saldanha da Gama, major na FEB, que depois da guerra sempre conversava sobre política com ele. No governo Costa e Silva (1967-1969), tinha audiências com o presidente, oportunidades em que aproveitava para cobrar direitos dos ex-combatentes. Distante do gabinete, continuava conversando com setores de esquerda, quando os assuntos eram os avanços para os pracinhas.

Em certa feita, após publicar um artigo em jornal, requisitaram que ele comparecesse o mais rápido possível ao quartel do Exército, para se explicar o conteúdo de um texto. Ele disse que iria, mas, antes, ligou para Saldanha da Gama e para outros oficiais de reserva que conhecia. O fizeram esperar em uma sala e depois de algum tempo pediram o depoimento. O coronel que o interrogava, alegava que Pithan tinha criticado o governo nas entrelinhas.

Um telefonema interrompeu a seção e o coronel saiu da sala. Voltou pedindo desculpas e dizendo que ele poderia se retirar, que havia sido um equívoco. Do outro lado da linha era o general Sizeno Sarmiento, do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), antigo veterano da FEB.

No entanto, deram um “conselho” para Pithan, para que sempre que fosse falar em público, fizesse uma cópia para que os militares pudessem ler antes o discurso. Era uma forma de intimidação e de aviso. “Faziam confusão que nós éramos comunistas (...) Eu sou socialista, não tem nada a ver

com comunismo, que é um totalitarismo, e o socialismo quer atingir o socialismo através das vias democráticas”.

Documentos mostram¹⁸⁶ que Pithan esteve junto aos militares golpistas em alguns momentos da vida e em outros se afastou, mantendo uma proximidade dupla. Em 1978, por exemplo, ele tentou assumir a presidência da Embrafilme, defendendo valores da ditadura como justificativa para receber o cargo. Não obteve sucesso.

O que não se pode negar é que ele nunca escondeu ser socialista, que os militares sabiam disso e, aparentemente, ignoravam o fato, não o tendo prendido em momento algum. O vigiavam, mas, não o prendiam. Pithan morreu aos 88 anos em São Paulo, no ano de 2010.

Vigiado 10 anos depois¹⁸⁷

Giordano Rodrigues Mochel, em 1975, 10 anos depois de sido tirado do Exército, ocupou o cargo do diretor financeiro da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão, sendo que um irmão dele, de nome Joaquim, tinha cargo no Ministério da Agricultura, e uma outra parente era professora naquele mesmo estado.

Pois, exatamente em 1975, o SNI informava que havia dezenas de infiltrações comunistas em órgãos públicos do Maranhão e em outros estados nordestinos. Os irmãos Mochels estavam entre os acusados de serem comunistas infiltrados, tudo por conta das cassações da década anterior.

Giordano, antes de ser demitido do Exército, fora comandante do 24º Batalhão de Caçadores em 1949 e, em 1951, era o comandante da Polícia Militar do Maranhão. Também foi deputado estadual entre 1955 e 1959. Foi eleito pelo Partido Social Progressista, e sua eleição muito se deveu ao fato de seu comando militar e de ter fundado um time, o *General Sampaio Atlético Clube* em 1949. O time de futebol se destacou nas categorias amadoras maranhenses, sendo vice-campeão já no ano de nascimento, ficando em segundo no ano seguinte e, em primeiro, em 1951. Mochel era o presidente da equipe, que também competia em outras modalidades. Em 1953, chegou à elite do esporte estadual, que corresponderia atualmente à série A, todavia, em 1954, preferiu voltar para o amador. Mochel era bastante conhecido em São Luís e cidades vizinhas, tanto por ser bom militar quanto por ser bom dirigente esportivo.

Ao entrar na política, ficou visado pelos conservadores, após assinar o *Manifesto do Povo Maranhense*, em 1956, em favor da anistia a todos os presos políticos do país. Durante a ditadura, foi vigiado pelo Estado até o fim do regime. Na FEB, Mochel serviu como capitão no 1º Regimento de

¹⁸⁶ Documentos br_dfanbsb_jf_jbf_0_0222_d0001de0001 e br_rjanrio_cnv_0_cve_00092_003326_2014_11. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em 23 de jul. de 2023.

¹⁸⁷ Documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_qqq_79000373_d0001de0003. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Infantaria, onde, inclusive, foi ferido em combate e precisou voltar para o Brasil para continuar o tratamento.

Exilado no Uruguai¹⁸⁸

José Alves da Silva, nascido em 1926, no Maranhão, era 3º sargento quando foi reformado em 1964. Em 1965, ele sofreu um processo militar por acusação de subversão. O inquérito dizia que ele tinha mantido contato com pessoas que haviam planejado um atentado ao *Trem da Esperança*, onde viajava o governador da Guanabara. José foi indiciado e denunciado. O processo demorou quatro anos e, em 1969, ele solicitou asilo político na Embaixada do Uruguai, para onde se transferiu no ano seguinte. O ex-militar era acusado de ser um aliado do grupo de Leonel Brizola.

Médico comunista¹⁸⁹

Mário Vitor de Assis Pacheco era médico, e na FEB, foi 1º Tenente do Batalhão de Saúde. Ele foi vigiado, não só por ser amigo de comunistas (segundo o SNI, tinha ligações com comunistas famosos, como Kardec Lemme, Nelson Werneck Sodré e Tácito Lívio, por exemplo), mas porque defendia o abandono do uso da pílula contraceptiva, nos anos 70. Na opinião clínica dele, com o tempo, a pílula causaria mais mal do que bem para o organismo feminino.

Em 1979, ele atuava como secretário-geral da Associação de Saúde Pública do Rio de Janeiro. Em 1982, era apontado como um dos líderes de um grupo de médicos militantes de esquerda. Em 1980, por exemplo, participava de debates públicos sobre a existência de cartéis internacionais para produção de medicamentos e sobre o controle de medicamentos. Ele também condenava o uso de medicamentos que já estavam proibidos em seus países de origem, e que mesmo assim continuaram sendo receitados no Brasil em “doses pelo menos centenas de vezes superiores às necessidades do organismo”. Mário morreu em 1987, e hoje há unidades de saúde com o seu nome no Rio de Janeiro.

Preso em um navio

Waldemar Dantas Borges, que foi 1º tenente no 6º Regimento de Infantaria da FEB, em 1964, foi preso por oficiais subalternos no navio Princesa Leopoldina, que servia como cadeia para

¹⁸⁸ Documentos br_dfanbsb_z4_rex_apd_0087_d0001de0001 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70015114_d0001de0002. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

¹⁸⁹ Documentos br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77109033_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_79001512_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82025000_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_87014527_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001037_d0001de0001 e br_dfanbsb_vaz_0_0_01962_d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

militares que resistiam ao golpe, que eram nacionalistas. Em depoimento à Comissão da Verdade ele disse:

Conto meu caso: fui escoltado por um capitão de corveta (equivalente a major), um tenente e um sargento - os dois fuzileiros -, todos armados de metralhadora de mão. Abriram o camarote, eu entrei. O corveta me disse:
- Coronel, tenho ordens para lhe revistar.
Controlei a raiva, olhei para aqueles três jovens, vítimas da insensatez, da mesquinhez de seus chefes golpistas e tive pena. Disse-lhe:
- Comandante, você é meu subordinado, o fato de estar preso não me tira as prerrogativas hierárquicas.
- Mas coronel - disse-me - sou obrigado e gostaria que o senhor facilitasse.
Tive sorte ser aquele moço menos petulante do que seus colegas.
- Pois bem - disse-lhe - vocês fiquem aí na porta.
Afastei-me para o fundo do cubículo, tirei a túnica e joguei-lhe aos pés, depois joguei a camisa e a gravata, depois as calças, os sapatos -ele já dizia "basta", mas eu continuava -, joguei a cueca e, finalmente, as meias. Inteiramente nu, lhe disse:
- Vocês, companheiros, não humilharam a mim e sim ao Exército, em particular, às Forças Armadas em geral, e acima de tudo, a vocês próprios. Guardem por toda a vida este degradante quadro e a lição que ele representa. Os golpistas estão espancando a nobreza dos nossos mais caros e sagrados princípios, os quais relembro: prerrogativas do posto, hierarquia, respeito mútuo, espírito de corpo e a camaradagem. (BORGES, 2014, p. 26-27)¹⁹⁰

Em longa entrevista que deu no volume 4 da *História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*, Borges se mostrou um bom tenente, tendo passado todas as fases da campanha da FEB na Itália, junto ao 6º Regimento de Infantaria. Esteve em todas as batalhas do III Batalhão, no vale do Serchio até Sommocolonia; em Monte Castello, Casa Guanella e mesmo em Montese, onde por muito pouco não foram aniquilados. Na rendição, se assustou quando um alemão o presenteou com uma pistola Walther:

Eu fiquei na frente. Mal comecei a me movimentar senti a mão batendo no meu ombro. Olhei, ele estava com uma pistola Walther na mão. Eu pensei: puxa! Na hora da guerra acabar, quando tudo já acabou, é que vou morrer? Quando olhei para ele, meio assustado, disse-me: presente para você. Ele estava agradecido e me dando sua pistola de presente e ainda de algumas caixas das excelentes balas alemãs (BORGES, 2001, p. 203-204)¹⁹¹.

Em 1964, estava ali, como ex-comandante na FEB, sendo humilhado por oficiais hierarquicamente inferiores, que sequer tinham pisado em um campo de batalha. Ele foi reintegrado em 1980 ao Exército, após a Anistia. Na década de 90 ainda estava vivo, porém, desde então, não conseguimos mais informações.

¹⁹⁰ BORGES, Waldemar Dantas. In: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 10/10/2022.

¹⁹¹ BORGES, Waldemar Dantas. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). *História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo: 4. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 203-204.

Subversivos

Outros nomes de militares cassados não constam em documentos públicos no pós-cassação. José Pereira dos Santos aparece apenas como subversivo, elemento ligado ao comunismo, nada mais constando nos registros tornados públicos pela Biblioteca Nacional¹⁹².

O mesmo ocorreu com o subtenente Lourival Alves de Souza, com o 3º sargento Luiz Carlos da Silva¹⁹³, Manoel da Silva¹⁹⁴, Manoel Francisco de Souza, major Arnaldo Augusto da Matta, coronel Moacyr Pereira Lima¹⁹⁵, Gustavo Nilo Romero Bandeira Mello¹⁹⁶, Oswaldo Furtado de Campos¹⁹⁷, Rosebery Barroso Secadio¹⁹⁸, João Baptista Stavola¹⁹⁹, Fernando Pereira Teles Pires²⁰⁰, Herculano Augusto Virmond²⁰¹ e Wilson Quadros de Oliveira²⁰² (este, acusado de ser petebista, brizolista e comunista, tudo ao mesmo tempo).

Em comum, traziam o fato de terem participado das grandes campanhas do petróleo, contra golpes e pela democracia.

Outros nomes “subversivos”

Aluísio Carneiro da Rocha²⁰³: militava em 1983 como parte do Conselho Fiscal da ADNAM, que reunia militares cassados e perseguidos durante a ditadura militar no Brasil.

Carlos Pinto da Silva²⁰⁴: em 1960, trabalhava como diretor da Divisão de Polícia Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública, que cuidava de investigar cidadãos suspeitos de subversão. Quatro anos depois, ele é quem perderia direitos, investigado pelo Estado.

Eter Newton²⁰⁵: subcomandante da 7ª Companhia do 6º Regimento de Infantaria e depois, em 14 de abril de 1945, após o comandante Hélio Portocarrero de Castro ser ferido, assumiu a liderança da unidade. Faleceu em 29 de setembro de 1979, pouco mais de um mês após ter sido anistiado do “crime” de subversão, do qual foi acusado pela ditadura.

¹⁹² Documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_69005106_d0001de0002. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹⁹³ Documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70012961_d0001de0002. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

¹⁹⁴ Documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_65096753_d0001de0002. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹⁹⁵ Tinha um irmão de nome Jacy, jornalista, que era perseguido pelas autoridades acusado de ligações comunistas e que teve que se exilar no Uruguai. Entre os refugiados políticos, o irmão de Moacyr era conhecido como Jacy Barbudo.

¹⁹⁶ Documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77109491_d0003de0007. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹⁹⁷ Documento br_dfanbsb_zd_0_0_0005c_0001_d0030. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹⁹⁸ Documento br_dfanbsb_zd_0_0_0005c_0001_d0015. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹⁹⁹ Documento br_dfanbsb_zd_0_0_0005c_0001_d0022. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

²⁰⁰ Documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81007525_d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

²⁰¹ Documento br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0141_d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

²⁰² Documentos br_dfanbsb_n8_0_psn_ivt_0025_d0001de0001 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_69021163_d0001de0002. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

²⁰³ Documento br_dfanbsb_vaz_0_0_34720_d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

²⁰⁴ Documentos br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85011327_d0001de0001 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85011327_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

²⁰⁵ Documentos br_rjanrio_cnv_0_vdh_00092001498201379_v_03_0083_d0001de0001 e br_dfanbsb_2m_0_0_0453_v_01_d0012de0058. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

Ewerton Tenório de Lima²⁰⁶: não foram encontradas informações públicas disponíveis, exceto que foi anistiado em 1979.

José Carvalho Figueiredo²⁰⁷: foi elogiado em 1954, por ter se tornado “credor pelo interesse, garbo e polimento, atestados na parada de 7 de Setembro, concorrendo para que, mais uma vez, as classes armadas merecessem referências elogiosas e fossem calorosamente aplaudidas pelo povo do Distrito Federal, numa demonstração justa de sua confiança”. Assinava o documento, o Coronel Comandante, Agenor de Andrade.

Nove anos após a cassação e reforma, o Estado pedia que ficassem de olho nas suas ações, uma vez que ele estava como superintendente de policiamento e operações da Empresa de Segurança Bancária. O documento destacava que ele realmente vinha desempenhando a função de assessor direto do coronel Ney Carvalho Martins, superintendente daquela empresa. Tal fato constata, mais uma vez, que quem tinha direitos retirados, jamais era esquecido pela ditadura.

Francisco do Nascimento²⁰⁸: foi anistiado em 1979.

João da Silva²⁰⁹: foi anistiado em 1979.

João Evangelista Mendes da Rocha²¹⁰: acusado de ser militante de esquerda por não ter apoiado o golpe de 1964. Teve um filho que era da resistência contra a ditadura. Tratava-se de Marlo Bessa Mendes Rocha, fichado como subversivo ativo na UNE. No pós-ditadura, João Evangelista militou na ADNAM. Em 1985, ele estava no protesto por direitos perdidos por conta da cassação, no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, ao lado do colega Cândido Manoel Ribeiro da Rocha. Em 1988, era subgerente da Mesbla Náutica, no Rio de Janeiro, onde morava na Barra.

Um dos melhores comandantes da FEB foi aposentado por discordar

Silvino Castor de Nóbrega era paraibano de Soledade. Ele nasceu em 1897 e faleceu em 17 de agosto de 1984. Vinha de família de militar, era filho do tenente-coronel Carlos Castor de Araújo e a sua mãe se chamava Francisca Nóbrega de Araújo. Começou cedo na vida militar, tendo se formado oficial do Exército ainda jovem e, na época da Segunda Guerra Mundial, foi nomeado comandante do III Batalhão do 6º Regimento de Infantaria, que na campanha era conhecido como o *Batalhão Navalha*, devido à precisão de suas ações em combate.

²⁰⁶ Documento br_dfanbsb_zd_0_0_0005c_0001_d0032. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

²⁰⁷ Documentos br_dfanbsb_n8_0_bnt_0011_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ppp_82003313_d0001de0001, br_dfanbsb_vaz_0_0_27689_d0001de0001 e br_dfanbsb_vaz_0_0_29112_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

²⁰⁸ Documento br_rjanrio_pe_0_0_0056_d0002de0003. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ Documentos br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77111058_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82024339_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84046670_d0004de0005, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84046670_d0004de0005 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_85051281_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

Silvino foi bastante condecorado na época da guerra, tendo recebido a Cruz de Combate de 1ª Classe, que era dada para atos individuais de bravura e a Bronze Star, dos Estados Unidos. No pós-guerra, ele comandou o Batalhão de Guardas do Rio de Janeiro e o Regimento Sampaio. Já como coronel, comandou o 5º Regimento de Infantaria em Lorena, no interior de São Paulo.

Foi no ano de 1958, que ele chegou ao posto de general, sendo escalado para a 6ª Região Militar, com sede na capital gaúcha, Porto Alegre. Depois da passagem pelo sul do país, regressou para a Capital Federal, tendo-a servido no Rio de Janeiro entre 1961 e 1963, comandando uma divisão blindada.

Em setembro de 1963, como general de divisão, foi designado para servir na sede da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba no Paraná. Era ali que ele estava designado quando houve o golpe de 1964.

Dentro do exército, Silvino era conhecido como um legalista que não tinha interesse em movimentações políticas. Ele tinha as suas aspirações, todavia não costumava compartilhá-las em público, “não pregava abertamente, [mas] de maneira velada defendia as posições do Presidente da República²¹¹”, definiu o pesquisador José Carlos Dutra:

O General Silvino, Comandante efetivo da Região Militar, dividia opiniões: alguns consideravam-no muito próximo das esquerdas e defensor das reformas propostas pelo governo; outros consideravam-no um militar extremamente profissional, disciplinado e legalista. Era ex-combatente da 2ª Guerra Mundial e, segundo algumas opiniões, não muito dado às questões políticas. (DUTRA, 2004, p. 198)²¹²

O fato é, que naquele 31 de março de 1964, Silvino estava gozando de férias no Rio de Janeiro e tinha deixado em seu lugar o general Dario Coelho, que foi quem articulou o golpe e o apoio dos militares em Curitiba. Ainda que alguns tenham ficado contrários a Dario, a maior parte foi favorável, e os contrários, mais tarde, foram convencidos, não só pelos argumentos, mas pela prisão de superiores, que serviu de recado à tropa. Foi nesse cenário que o já citado Edson Giordano Medeiros²¹³ exigiu satisfações sobre o golpe em andamento e foi preso:

Já nas primeiras horas da manhã, foram ocupado o aeroporto Afonso Pena, para impedir que os generais Silvino e Chrisantho assumirem suas funções; ordens de deslocamento de tropas, enviadas de Porto Alegre no dia 1º pelo general Silvino aos comandantes dos Batalhões de Caçadores de Florianópolis, Blumenau e Joinville, não foram obedecidas. Dada a indefinição do comandante do CPOR²¹⁴, e à vista de informes recebidos da movimentação de elementos suspeitos naquele estabelecimento, de telefonemas frequentes, de atendimento do grupo de oficiais

²¹¹ DUTRA, José Carlos. *A Revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 2004. p.197.

²¹² Ibid.

²¹³ O processo dele foi arquivado somente em 1967, e ele pôde voltar às atividades militares, ainda que visto com certa desconfiança por militares golpistas mais extremistas.

²¹⁴ Centro de Preparação de Oficiais da Reserva.

‘nacionalistas’ com exclusão dos demais, o general Dario Coelho chamou o coronel Alcides Amaral Barcellos ao quartel general, e depois de um último apelo não atendido²¹⁵, destituiu do comando e prendeu, sob palavra, em sua residência, afastando pouco depois das funções, o subcomandante, a tenente-coronel Edson Giordano Medeiros. (COUTO, 1964, p. 14)²¹⁶

Quando Dario soube que o golpe já era inevitável, mandou um oficial para o Rio de Janeiro, a fim de que dissesse para Silvino não voltar para Curitiba. Apesar disso, a pessoa chegou tarde e, quando se encontrava na Capital Federal, Silvino já estava a caminho de Curitiba. Foi então que aconteceu o grande golpe: dizer que não havia como pousar o seu avião na capital paranaense, obrigando o voo a ser desviado para Porto Alegre.

Tal fato foi confirmado em 2009, em entrevista à *Gazeta do Povo*²¹⁷, por Ítalo Conti, secretário de Segurança de Ney Braga, governador do Paraná entre 1961 e 1965:

O piloto do avião recebeu ordens de um tenente que era ligado a nós²¹⁸, que havia recebido ordens para levar o comandante (Silvino da Nóbrega) a Porto Alegre. Conti afirma que foi dito a Silvino da Nóbrega que a neblina impedia a aterrissagem. (...) “Quando ele chegou no Rio Grande, já estava tudo dominado”. (CONTI, 2009)²¹⁹

Conti ainda disse que o governador do Paraná vinha conspirando desde 1962 contra Goulart e que, em nome da governabilidade, teria agido dessa maneira traiçoeira. Ele disse também que a única pessoa que poderia acabar com o plano dos militares golpistas no Paraná, era o próprio general Silvino Castor de Nóbrega, que segundo ele, era apoiador de João Goulart.

Na versão de Conti, as ordens dadas por Silvino desde Porto Alegre foram simplesmente ignoradas. “Tal ordem não foi cumprida e o general foi destituído do comando, acusado de apoiar os comunistas. Respondeu a inquérito policial-militar e, posteriormente, foi transferido para a reserva remunerada”, diz Dutra, em um de seus estudos²²⁰.

Silvino era militante de esquerda?

O general de exército Sebastião José Ramos de Castro, que, em 1964, era Coronel Chefe da 3ª Seção da 6ª Região Militar, em Salvador/BA, em entrevista que deu a uma coleção do próprio Exército, editada em 2003 para “relembrar” o que eles ainda chamam de *Movimento Revolucionário*, foi mais contundente quanto a Silvino. “(...) A 5ª RM/DI, que era comandada pelo general Silvino

²¹⁵ Para adesão ao golpe.

²¹⁶ COUTO, João Francisco Moreira, coronel responsável pelo IPM de Curitiba. Documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_84005067_d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

²¹⁷ CONTI, Ítalo. *Ney Braga conspirou contra Jango em 1964, diz general da reserva*. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/ney-braga-conspirou-contra-jango-em-1964-diz-general-da-reserva-bi6flt5r0m3bjz8bjxymha/>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

²¹⁸ *Os golpistas*. Ítalo foi no 4º escalão da FEB e, no posto de capitão serviu como observador avançado no 1º Grupo de Artilharia. Morreu em 2012.

²¹⁹ Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/ney-braga-conspirou-contra-jango-em-1964-diz-general-da-reserva-bi6flt5r0m3bjz8bjxymha/>. Acesso em 10/10/2022.

²²⁰ DUTRA, José Carlos. *A Revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 2004. p. 199.

Castor da Nóbrega, simpatizante do PCB e fiel a Goulart”, declarou²²¹. Tal declaração evidencia que se Silvino não era de esquerda, passou a ser tachado como tal, após não aderir ao golpe.

Já o general de Divisão, Raymundo Maximiano Negrão Torres, que, em 1964, era capitão e fazia o estágio de Estado-Maior no Quartel-general da 5ª Região Militar, acompanhando de perto os acontecimentos de 31 de março daquele ano, afirma que quem era comunista era o general Chrysantho de Miranda Figueiredo, “um esquerdista notório e que, durante o tempo em que esteve no comando, fez proselitismo esquerdista²²²”. Todos teriam alertado Silvino, que simplesmente disse não ver problema algum, ignorando tal posicionamento político. Além disso, segundo Negrão, Silvino, assim que assumiu o poder, “declarou-se um nacionalista verde-amarelo”. “(...) Havia elementos ligados aos chamados grupos nacionalistas que a verve da Caserna chamava de melancias (verde por fora e vermelho por dentro)²²³”.

Na mesma entrevista, Negrão disse que o desvio de voo de Silvino poderia ter alterado o golpe, pelo menos no Paraná. “Foi um momento crucial. Se os referidos generais²²⁴ tivessem tido oportunidade de descer no aeroporto, a história teria sido diferente, talvez até com situações lamentáveis e mortes²²⁵”. Negrão recordou que, em 1º de abril, tentaram convencer Silvino a apoiar a ilegalidade, mas ele não mudou de ideia, momento que foi destituído do comando da 5ª Região Militar.

Em 1º de abril, com Silvino fora do “jogo”, o então comandante da 5ª Região Militar em substituição ao ex-pracinha, remeteu o seguinte comunicado para a sociedade:

PROCLAMAÇÃO DO COMANDANTE DA 5ª REGIÃO MILITAR

No Exercício do comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria, em decorrência da ausência do Exmo. Senhor General-de-Divisão Silvino Castor da Nóbrega, na oportunidade em que os altos destinos de nossa Pátria se vêm ameaçados por inimigos do regime democrático e das liberdades conquistadas pelo povo brasileiro, amparados e estimulados por aqueles que deveriam ser os primeiros a defendê-los, e em perfeita harmonia com o Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná, vejo chegado o momento em que as Forças Armadas não se podem furtar aos sagrados compromissos para com o povo brasileiro.

Sob a proteção do primeiro magistrado do País, envolvido pelas mais torpes manobras, inescrupulosos profissionais da agitação vinham operando a desagregação da estrutura hierárquica e funcional das Forças Armadas, para posteriormente apoderar-se do Poder. Em seus desígnios não hesitaram em sucessivas tentativas de cindir e solapar as organizações militares, criando um clima artificial de rivalidade entre os diversos círculos hierárquicos.

A desmoralização e a humilhação das Forças Armadas, feridas em suas mais caras tradições, conduziria inevitavelmente à derrocada do regime democrático pela

²²¹ MOTTA, Aricildes Moraes. *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 128.

²²² MOTTA, Aricildes Moraes. *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Tomo 8. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 92.

²²³ *Ibid.*

²²⁴ Silvino e Chrysantho.

²²⁵ *Idem.*

instauração da mais obscura das ditaduras, reduzindo nossa Pátria a mais um títere de Moscou ou Pequim.

Consciente da alta responsabilidade do momento histórico que ora atravessamos, em consonância com o Congresso Nacional, órgão representativo da vontade política do povo brasileiro, estou seguro de que o patriotismo dos brasileiros saberá definir e encontrar o caminho da compreensão, da ordem e do progresso, dentro do espírito e da letra da Constituição Nacional, pois somente aqueles que cumprem a lei têm o direito de cobrir-se sob sua proteção.

Nossos irmãos de Minas Gerais ergueram a bandeira da restauração do império da lei. Soldados que somos desta mesma lei, e não de interesses espúrios comandados pelo comunismo internacional, sem pátria e sem religião, não se nos abre outro caminho senão prestigiá-la.

Reformas, as faremos à mercê de Deus e das liberdades que nos são tão caras e que por isso mesmo queremos conservar e passar aos nossos filhos. Mas não admitimos que o processo evolutivo natural de um país em desenvolvimento, sirva de pretexto para o triunfo da desordem e da subversão da lei.

Unidos Exército, Marinha e Aeronáutica em torno da defesa do mais puro ideal, sintetizado no lema da nossa bandeira – ORDEM E PROGRESSO – alicerçados na lei e no anseio de todos os brasileiros por um clima salutar de respeito às instituições, confio em que o regime democrático nada tem a temer de seus inimigos, por mais solertes e inescrupulosos que sejam.

(a) General-de-Brigada DARIO COELHO

Comandante da 5ª RM e 5a DI²²⁶

Um dos primeiros assassinados pela ditadura foi um pracinha²²⁷

Dilermano Mello do Nascimento nasceu em 9 de fevereiro de 1920, no estado da Paraíba. Ele pertenceu a FEB, tendo servido como 3º Sargento no 11º Regimento de Infantaria, na 4ª Companhia do II Batalhão, onde foi líder de grupo de combate.

No pós-guerra, em 1950, já com 30 anos de idade, ele ingressou no curso de Economia da Universidade do Distrito Federal. Formou-se em 1954.

Após, ainda estudou Análise Econômica, entre abril e dezembro de 1957, e participou do curso organizado pela Comissão Econômica para a América Latina da ONU, em 1959, em Pernambuco. Os temas de suas pesquisas giravam em torno de projetos nos países subdesenvolvidos, principalmente aplicado no nordeste brasileiro.

Havia sido estagiário no serviço de planejamento para engenheiros economistas no Rio de Janeiro, no Conselho Nacional de Economia, entre 1959-1960, e foi componente da equipe de economistas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.

Como membro da Sudene, foi ainda assessor em Teresina no Piauí e participou diretamente nos levantamentos artesanais, agrícolas e de hidrografia no Vale do Cariri no Ceará.

Também realizou pesquisas no Maranhão, no sentido de aproveitamento da planta Babaçu, tendo também viajado por todo Nordeste para fazer um estudo total na rede de armazéns gerais. Ainda no Maranhão, realizava pesquisa sobre a viabilidade da plantação de arroz, principalmente na

²²⁶ MOTTA, Aricildes Moraes. *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Tomo 8. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 114-115.

²²⁷ Documento SENAPRO 0188/96; Brasil. *Comissão Nacional da Verdade*. Textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, p. 166-169.

região do Rio Mearim. Deixou a equipe da Sudene apenas para retornar ao cargo de origem, por conta de um decreto que pedia o retorno dos servidores aos seus locais de concurso primário.

Ele era casado com Natália Oliveira do Nascimento e tinha dois filhos. Em 1964, ele foi chamado para explicar por qual motivo somente ele poderia receber a quantia de 9.400 Cruzeiros, que seriam pagos em três parcelas e que seriam destinados a equipar as forças militares do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar. A suspeita dos investigadores era a de que a grande quantia seria utilizada para aparelhar militares descontentes contra o golpe de 1964. Quem mandou prendê-lo foi o coronel Valdemar Turola, que era chefe do Inquérito Policial Militar do Ministério da Justiça.

Interrogaram-no durante o dia todo, e entraram pela madrugada de 13 de agosto de 1964. Como não acharam culpa alguma, e ele também não confessou, na manhã de 14 de agosto, ele foi induzido a se jogar pela janela do quarto andar do prédio do Ministério da Justiça, caindo no pátio interno e tendo morte instantânea. Os militares chegaram a forjar um bilhete no qual ele teria escrito "basta de tortura mental e desmoralização". A intenção dos militares era parecer um suicídio e não uma morte provocada.

Na época, Dilermano já não estava mais na Sudene, e como dito anteriormente, havia retornado para ser diretor da Divisão de Materiais do Ministério da Justiça.

Cinco dias após a morte de Dilermano, uma perícia demonstrou que não havia como ele ter se jogado do quarto andar. Isso, porque, para que houvesse o suicídio, a vítima precisaria ter fechado a porta; aberto a janela; redigido o bilhete; dobrado; guardado no bolso; colocado a caneta no bolso; subido na janela olhando para baixo, e escolhido o local onde gostaria de cair; para, somente depois, pular para a morte. Tais fatos eram impossíveis de ocorrer, ainda mais simultaneamente.

A perícia concluiu, de igual modo, que não havia marcas no parapeito da janela de onde a vítima saltou; que o impulso inicial do corpo não foi idêntico à linha de partida da janela; que não havia como o suposto suicida escolher o local em que cairia; que o corpo caiu para a direita e não na trajetória que deveria seguir; que coincidiria com uma sobreloja que havia embaixo, sendo que ele caiu sem bater na sobreloja.

Na época, o Marechal Mascarenhas de Moraes, que teria intercedido para que libertassem Dilermano, foi procurado pela reportagem para comentar sobre o assunto. “Soube do caso pelos jornais, não tenho comentários a fazer”, disse ele sobre o tema.

O presidente da associação dos ex-combatentes do Brasil, tenente Joaquim Caetano da Silva, descreveu o amigo como: elemento 100%, de conduta ilibada com as melhores referências no teatro de operações, onde se portou com bravura sem par, que lhe valeram vários elogios e condecorações.

O jornal *Última Hora* consultou as folhas do Exército e descobriu que Dilermano fora comandante de grupo de combate, e que recebera o batismo de fogo em Monte Castello, tendo

combatido ainda em Castelnuovo e em Montese. Também era um dos soldados que chegaram à fronteira com a França, em Sussa, onde a FEB estabeleceu ligação com o exército de Charles de Gaulle. O coronel Waldemar Turola, que presidiu o inquérito que resultou na morte de Dilermano, não participou da campanha da Itália.

Depois da morte de Dilermano, o Ministério da Justiça parou de ser usado como prisão/local de detenção de interrogatório para prisioneiros suspeitos de subversão ou de qualquer outro crime. Aos jornais da época, o Ministro da Justiça, Milton Campos disse que nada tinha a ver com a morte do ex-pracinha, e que quem deveria se explicar era o presidente do IPM.

Na guia preenchida pelo IML, assinada pelos médicos Ciriaco Bernardino Pereira de Almeida Brandão e Mário Martins Rodrigues, a causa foi esmagamento de crânio, sendo que ambos os médicos confirmaram ser suicídio.

O corpo de Dilermano foi reconhecido e entregue ao seu irmão, Paulo Mello de Nascimento, sendo sepultado pela família no cemitério São João Batista. Quem primeiro levantou suspeita em relação ao inquérito foi a sua viúva, Natália de Oliveira Nascimento. Ela alegou que a letra não era do marido, porque o bilhete era falso.

Foi então, que o laudo pericial foi conclusivo em dizer que não havia como ele ter se jogado pela janela pelos motivos já elencados. O documento médico foi elaborado pelo perito Cosme Sá Antunes, que revelou que não houve nenhum elemento que pudesse fundamentar o suicídio ou que houvesse elementos mínimos que confirmassem que o homem se jogou pela janela. Ou seja, o laudo anterior de Ciriaco e Mário havia sido forjado.

O filho de Dilermano, Jorge Tadeu Mello de Nascimento, quando prestou depoimento sobre o caso, em 1995, disse que tinha 15 anos na época da morte do pai e que, no dia 14 de agosto de 1964, às 20h, militares disseram-lhe que poderia ver seu pai e que, por isso, ele foi até o prédio. Quando chegou lá, o Capitão de Mar e Guerra, Correia Pinto, que ajudava Turola no interrogatório, fez com que ele se sentasse em uma cadeira e o ameaçou dizendo: “se seu pai não confessar, não sairá vivo daqui. Se ele não confessar, quem vai pagar tudo é a família”. Na opinião de Jorge, o seu pai estava escutando tudo aquilo, e pelo tom de voz ameaçador, a ideia era fazer tortura psicológica com Dilermano, dizendo que a família é que pagaria pela "falta de colaboração dele". No dia seguinte, às 9h30, Jorge foi informado de que o pai havia morrido.

O ano de 1995 serviu para trazer o caso novamente à tona, e a Comissão Especial do Serviço Público Federal acabou por responsabilizar o Estado pela morte de Dilermano, admitindo a culpa da ditadura. Sem embargo, alegou que ele não poderia ter sido jogado da janela por alguém, afinal “isso é absurdo, no local, nas circunstâncias e tratando-se de uma pessoa forte e experiente em combate” O

documento foi assinado por Cristiano Moline, que era assistente da Comissão. O que se constatou foi que ele foi induzido a se jogar, mas não jogado por terceiros.

No mês de novembro de 1964, a viúva de Dilermano, Natália, procurou o jornal *Diário de Notícias* e deu a seguinte declaração:

Por muito menos, eu tenho visto gente importante manifestar-se insatisfeita com a atual situação. No entanto, o povo brasileiro desconhece o que se passou e ainda se passa com os que, de uma forma ou de outra, foram perseguidos pela Revolução. Posso afirmar que houve muita injustiça, muito ódio e muita covardia (...) isso tudo, é uma coisa que marca a vida da gente e nos faz adquirir um nojo dos atos dos que foram praticados em nome da Democracia. Eu sei quanta miséria foi cometida (...). Até mesmo os advogados, tinham receio de patrocinar a defesa do meu marido para não se envolver com as autoridades militares. Ninguém pode imaginar sequer o que significa o sofrimento de uma injustiça. É preciso senti-la na própria carne. (...) Só desejava ter pelo menos o direito de ser ouvida pelas autoridades, sem constrangimento, e de merecer o respeito e as atenções que devem ser dados a qualquer cidadão. Pois, até agora eu somente fui humilhada, injuriada e maltratada moralmente. E tudo isto para justificar uma revolução, quando nem importante eu sou. Não passo de uma pobre mulher e meu marido nada mais era do que um modesto funcionário público que acidentalmente dirigiu uma divisão do Ministério da Justiça. Era um homem como qualquer outro, dedicado ao lar e aos filhos. (...) Dilermano era conterrâneo do senhor Abelardo Jurema, daí a razão do convite para o cargo. Veio a Revolução e tinha que prender alguém. Prenderam o Dilermano, como poderiam ter prendido qualquer outro. (...) Meu marido não se suicidou. O próprio Major Hamilton Dantas Micheletti, que o conhecia desde quando foram Expedicionários na Itália, confirma esta versão. O que houve foi um crime que deve ser apurado. Por que é tão difícil encontrarmos a justiça? Por que o que é errado e o que é mal está sempre levando vantagem sobre o que é certo e direito?²²⁸

Em 1996, o filho de Dilermano, Jorge, foi indenizado pelo Estado no valor R\$ 100 mil.

O Coronel Turola foi ouvido pelo jornal *Última Hora*, no dia do enterro de Dilermano, em 17 de agosto de 1964:

Dormia na sala, porque não queria ir para casa. Até aparelho de barbear tinha à mão. Na manhã de hoje, sábado, saí acompanhado por policiais para tomar café e comprar jornais, voltando normalmente à sala onde dormia. Após bater à porta, cuja maçaneta emperrada torna difícil abri-la pelo lado de fora, jogou-se pela janela, estatelando-se na área interna do edifício. Na ante-sala encontravam-se quase todos os membros do IPM e da comissão especial de inquérito, que nada, entretanto, puderam fazer para salvá-lo.

O Coronel ainda teve o atrevimento de dizer que Dilermano “não estava preso e nem havia pedido de prisão preventiva para ele”, embora, desde o dia 11 de agosto de 1964, estivesse dormindo em uma das salas do IPM e só saísse com autorização, e, assim mesmo, acompanhado por escolta militar.

²²⁸ Diário de Notícias, 11/11/1964.

Natália e seu filho de 15 anos também foram ouvidos no Ministério da Justiça, e, segundo ela, o interrogatório com eles servia para que Dilermano ouvisse e ficasse com medo de que pudesse acontecer algo com os dois.

Os militares também mentiram para ela, dizendo que o seu marido havia confessado e que só precisava saber dela onde estava o dinheiro. Para completar, levaram a esposa até Dilermano, e ela questionou o marido do porquê confessar algo que não fez:

Nesse momento, nosso diálogo foi interrompido bruscamente pelo coronel, que de repente avançou para meu marido disse: “você fica aqui até morrer, mais vai confessar tudo de qualquer maneira. E não vou escolher métodos”²²⁹.

Depois disso, mandaram a esposa para casa e no dia seguinte avisaram que o marido dela estava morto.

O general que mudou de ideia²³⁰

Antônio Carlos de Andrade Serpa foi um capitão da FEB no 1º Regimento de Infantaria, onde trabalhava com desarme de minas. Participou da ditadura como membro das Forças Armadas sem questionar ordens, mas, em 1983, parecia já estar cansado de apoiar o regime e deu declarações contundentes à imprensa, de modo que foi investigado pelo SNI.

Ele disse frases como “o Brasil vive sua maior crise, desde a independência”, “na Segunda Guerra lutou-se, na Itália, pela democracia e hoje, luta-se pela sobrevivência”, “a salvação do Brasil, para sua crise, são as eleições diretas” e “a única saída para a crise é lutar pela soberania e independência do país sem fazer o jogo da Cia ou da KGB”.

Quando os jornalistas perguntaram se ele não tinha medo de represálias por estar defendendo aquelas posições, ele disse:

(...) Absolutamente. As represálias tem havido e as brigas tem acontecido na intimidade do poder. Não faço campanha contra ninguém. Eu faço campanha a favor do Brasil, em jogo que é necessário imobilizar o povo brasileiro e, a imprensa tem um papel fundamental nisso, assim como a igreja, os partidos políticos, sindicatos e as universidades, tendo como fundamento um pacto social mais justo e não excludente, em defesa da soberania e da integridade do Brasil²³¹.

Em dezembro de 1983, Serpa foi um dos convidados para compor mesa em um encontro de lançamento do Movimento Nacionalista Democrático, em Curitiba. Pelo menos, 2.000 pessoas

²²⁹ Diário de Notícias, 11/11/1964.

²³⁰ Informação nº 170/16/ACT/83; *Documentos liberados nos EUA revelam a trama do golpe*: Os papéis da Cia. Jornal do país, edição 11 a 22 de abril de 1984. Informe nº 189/16/AC/83; SERPA, ANTONIO CARLOS DE ANDRADA, CPDOC. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

²³¹ Jornal do País, edição de 11 a 22 de abril de 1983.

participaram, entre políticos, principalmente do partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), além de estudantes, militantes de organizações, que o estado considerava subversivas (como o Partido Comunista do Brasil) e alguns militares da reserva. O encontro foi monitorado pelo Serviço de Informações, e Serpa foi apontado como uma das pessoas que compuseram mesa.

Em entrevista ao *Jornal do País*, de 11 a 22 de abril de 1983, Serpa, que havia concorrido à presidência do Clube Militar, criticava ainda mais a ditadura em andamento, mas já cambaleante, prestes a sucumbir. Ele considerava que 1964 fora uma continuação de uma geração que acreditava que havia nascido para servir. Em um dos trechos, ele disse que “queiramos ou não, nós militares, temos a responsabilidade pelos erros e pelos acertos cometidos, mas sobretudo pelos erros”:

Evidentemente, não há nenhuma revolução permanente. A única tentativa que conhecemos é a de Revolução Russa. Hoje, decorridos 20 anos, a revolução de 1964 pertence hoje a história, pode ser julgada pela história. Constitui grave injustiça aos idealistas que a fizeram, a maior parte deles mortos, dizer que isso que aí está, esse status quo de incompetência e corrupção, representa os ideais daqueles que se bateram na Revolução de 64²³².

O General disse ainda que o que prejudicou os rumos da “Revolução” foi a crise do petróleo de 1973, além da falta de estadistas para conduzi-la no Brasil.

Serpa foi instrutor na Companhia de Obuses do Regimento Sampaio. Ele também havia apoiado Café Filho, na época em que se desenrolaram os acontecimentos que se sucederam a posse de Juscelino Kubitschek, e chegou a ser preso por críticas à forma como o processo de contragolpe foi conduzido. Em 1964, estava servindo na França, como adido militar. Tornou-se general em 1969. Foi elevado a general de divisão em 1974. Defendeu em várias ocasiões a ditadura e atos institucionais e decretos antidemocráticos. Em 1978 tornou-se general de exército.

A mudança de opinião se deu a partir de 1982, por discordar, principalmente, da política econômica em relação a combustíveis. Foi somente aí, que ele começou a falar mais abertamente de temas referentes à democracia e a defender eleições diretas, em um movimento que se dava dentro e fora das Forças Armadas, em um regime já agonizante.

Em 1983, ficou 10 dias em prisão domiciliar por ter feito ataques à atuação do governo federal. No ano seguinte, ele disputou as eleições do Clube Militar, entretanto foi derrotado.

Em 1985, criticava José Sarney, por falta de ter uma eleição direta. Em 1988, chegou a ser cogitado como candidato a presidente pelo Partido da Mobilização Nacional – PMN, porém a candidatura não foi adiante, e, no primeiro turno, ele votou com Leonel Brizola do PDT, sendo que, no segundo turno, foi com Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

²³² *Jornal do País*, de 11 a 22 de abril de 1983.

Collor foi eleito, e ele virou um crítico do presidente por não concordar com as privatizações. Também não concordava com o sistema de vigilância da Amazônia e lutou, até os últimos dias de vida, em defesa da Petrobras e da Companhia Vale do Rio Doce. Faleceu na cidade de Antônio Carlos/MG, em 17 de outubro de 1996, deixando quatro filhos e muitos netos. Era casado com Maria José Lamartine.

Monitorado nos EUA²³³

Em 1974-1975, o Serviço de Informações da Aeronáutica estava monitorando o tenente-coronel da reserva, Jorge Augusto Vidal. O motivo é que ele estava publicando, nos Estados Unidos, um jornal chamado *The Brazilians*. Acontece que o militar, que na FEB foi tenente do Quartel-general da Artilharia Divisionária, havia sido contratado para escrever uma coluna no jornal. Os militares pediram informações sobre as suas qualificações, uma vez que queriam saber se ele era comunista ou não. Naquele ano e no ano anterior, haviam aumentado os protestos de brasileiros que moravam no exterior contra a ditadura. O medo dos militares era que o ex-pracinha também fizesse parte do grupo de manifestantes.

O ex-tenente trazia no currículo o mérito de ter sido o primeiro oficial brasileiro a dar aulas na Academia Militar de West Point. Ele também havia sido engenheiro superintendente assistente da Companhia Siderúrgica Nacional, e um dos coordenadores da política de planejamento e construção da Companhia Nacional de Aço de São Paulo. Além disso, foi fundador do Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Sociais, bem como havia trabalhado para a General Electric Corporation.

A resposta ao Ministério das Relações Exteriores foi de que ele não era comunista e nem uma ameaça ao regime. Também deixavam claro que não tinham “qualquer tipo de relação” com o jornal *The Brazilians*. O documento foi assinado em 28 de dezembro de 1974 e tinha como origem o consulado brasileiro em Nova York.

O ex-combatente que salvou amigos perseguidos²³⁴

O caso do soldado Pedro Hilário dos Santos, de Sergipe, é bastante interessante. Durante a operação Cajueiro, em 20 de abril de 1976, tropas do Exército foram mandadas para apreender comunistas de Aracaju. Foram presos 25 civis, processados 18 soldados e um deputado estadual.

Na guerra, Pedro Hilário serviu no 6º Regimento de Infantaria, tendo chegado no quinto escalão e já sido colocado como substituto em uma das companhias. Na época da operação, era um

²³³ Notação DPN.PES.606, P 1/200. Fundo MRE - Caixa 84. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

²³⁴ NOGUEIRA, André. Aracaju, 1976: Conheça Pedro Hilário dos Santos, preso em uma das mais violentas ofensivas da Ditadura Militar. Revista Aventuras na História, São Paulo, p. 1, 30 mar. 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/aracaju-1976-conheca-pedro-hilario-dos-santos-presos-em-uma-das-mais-violentas-ofensivas-da-ditadura-militar.phtml>>. Acesso em: 9 abr. 2022; Documento ACE 3802/82 (ACE original, 532); ACE 913665/76 (Informação 0215/116/ASV/76).

trabalhador ferroviário e quando percebeu que prenderiam pessoas que trabalhavam com ele, quando viu o Exército cercando o escritório em que estava, avisou os colegas e eles fugiram. Enquanto isso, Pedro Hilário travou a porta para que os militares não pudessem passar e, por isso, foi preso. No entendimento dos militares, ele teria ajudado comunistas a fugir, teria acobertado e sido cúmplice.

Pedro fazia parte do PCB desde 1962 e, em 1964, foi aposentado da Estrada de Ferro Leste Brasileira, por atos subversivos (não concordar com o golpe). Também pesava contra ele ter recebido uma reunião de comunistas na residência em que morava, onde teriam tratado a reorganização do partido em 1968. Diziam os agentes do Estado que Pedro era um militante antigo do partido, que se encontrava “desligado” e que foi recrutado novamente desde 1972, para promover doutrinações entre os ferroviários.

Pedro foi preso, processado e teve um derrame, o que o impediu de ser interrogado, cabendo a outros dois presos as confirmações de que o ex-precinha era mesmo integrante do PCB. O fato é que, dois anos depois da prisão, a qual respondia em liberdade, por problemas de saúde, Pedro faleceu. Hoje, uma rua de São Conrado, bairro da capital sergipana, homenageia o precinha que se ergueu para proteger os colegas perseguidos.

Pracinha reclamou de abandono em plena ditadura²³⁵

José Natal Arantes foi um 3º sargento enviado no 5º escalão da FEB, ficou no Depósito de Pessoal, onde exercia funções de logística e de retaguarda.

Em 1977, ele foi aos jornais denunciar a falta de atenção do poder público para com ele, que estava internado em um hospital e ainda não tinha recebido nenhum tipo de benefício por ter pertencido à FEB. Segundo ele, desde alguns meses antes, ele já tinha escrito cartas endereçadas ao presidente da República, o general Ernesto Geisel, para que intermediassem uma pensão, pois ele estava passando fome e doente.

A resposta foi protocolar, assinada pelo assessor-chefe de relações públicas da presidência, Luiz da Silva Vasconcellos, que era coronel do Exército. Na resposta, o coronel pedia que Natal fosse até a seção de inativos e pensionistas da 2ª Região Militar, munido de documentos comprobatórios de sua condição de ex-combatente “a fim de obter esclarecimentos e orientações de como proceder para usufruir dos possíveis benefícios que tenha direito”.

Tal resposta deixou José revoltado. Ele pegou o mesmo documento que havia recebido e escreveu no verso da folha: “estou devolvendo estes papéis que me mandaram. Eu teria vergonha de mandar uma resposta dessas, porque sequer os senhores querem atender o meu pedido! Além disso,

²³⁵ Documentos SECOR 00231 de 04 de janeiro de 1979; e resumo dos boletins da Delegacia Especializada de Ordem Pública, contendo notícias e informações de seu interesse, de 1 a 15 de março de 1953: confidencial, p. 20. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

toda a minha vida eu tenho pedido toda minha documentação que tenha mandado em minhas cartas. Mas, estou conformado com todo esse desprezo”. O documento de Brasília era datado de 20 de julho de 1977.

Arantes não desistiu e continuou escrevendo. O mesmo Coronel Vasconcelos respondeu quase que o mesmo texto anterior e pediu para que ele se dirigisse até a 2ª Região Militar. Novamente, José usou a mesma técnica de devolver o documento com a resposta escrita de próprio punho. Desta vez ele argumentou:

(...) Escrevi para o presidente da República no ano de 1978, 421 cartas. Todas as minhas cartas foram registradas, algumas foram cartas simples e não tive uma resposta favorável. Me desconsola que de 421, nenhuma chegou ao palácio do presidente. Eu acho que essa “casca de ferida” não quer atender as cartas que escrevi. Aqui quem escreve é José Natal, ex-soldado da Força Expedicionária do Brasil, que a consideração que tiveram comigo foi que nem um pedaço de papel jogado no lixo. O mundo é assim mesmo, quem está com a barriga cheia não pensa nos outros que estão com a barriga vazia. Enquanto vocês estão comendo frango assado, bebendo um bom vinho e têm avião para levar onde querem, de graça, eu estou em cima de uma cama sofrendo dores e tristezas. Com a minha doença e comendo essa comida tão triste do hospital, que não passa de uma água choca. O senhor não tem amor nem a sua própria mãe, quanto mais ao seu semelhante.²³⁶

Como o Palácio do Planalto não respondeu aos pedidos de José Natal, ele escreveu para o *Jornal do Brasil* pedindo que fosse publicado, e o periódico, ainda que durante a ditadura, publicou o apelo que dizia:

Quem escreve esta é José Natal, ex-soldado da Força Expedicionária Brasileira. Pensava eu que com isto, eu tivesse uma certa consideração dos poderes públicos ou então do governo federal. A consideração que tive foi igual uma folha de papel jogado em lata de lixo. Agora, não me resta mais nada se não bater as portas dos jornais e apelar à sua misericórdia, para que faça um apelo em meu benefício. Podem publicar em meu endereço. Junto com esta segue meu retrato e uma declaração do Hospital de Clínicas de São Paulo, comprovando que sou portador de tuberculose e canceroso. Tenho uma operação do lado esquerdo que vaza e provoca outras complicações. Conforme a declaração anexa, do Dr. Carlos Martins, o Hospital das Clínicas não permite internações dessa natureza. Apesar disso, eu continuo recebendo seus cuidados. O Dr. Carlos Martins comprova na declaração que sou pobre e mereço um amparo, devido ao estado de saúde. Eu acredito neste jornal porque é um jornal de muito prestígio no Brasil. Eu desejo que apareçam pessoas capazes de me ajudar²³⁷.

Arantes redigiu um bilhete após a publicação do jornal e anexou no texto, enviando para a presidência da República. Ele escreveu:

²³⁶ Documentos SECOR 00231 de 04 de janeiro de 1979; e resumo dos boletins da Delegacia Especializada de Ordem Pública, contendo notícias e informações de seu interesse, de 1 a 15 de março de 1953: confidencial, p. 20. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

²³⁷ Ibidem.

Aqui está o jornal que foi publicado a minha situação, dizendo a pouca vergonha que fizeram comigo em estar doente. Mas, estou conformado porque eu sei que um dia ou outro eu deixarei este mundo. Ninguém saberá o sofrimento dos outros. E quem sabe se vocês ainda não vão morrer antes que eu que estou doente? Porque a justiça de Deus tarda, mas não falha. Muitos que viraram as costas para mim já foram e eu, com a graça de Deus, estou ainda vivo²³⁸.

José Natal Arantes nunca foi comunista. Era apenas uma pessoa revoltada por estar doente e sem assistência, contudo nem de esquerda era. Décadas antes, em 1953, ele e o Vigário de Paredes, Município de Sapucaí, tinham se acusado mutuamente de comunismo, de modo que a Polícia Militar abriu procedimento, mas disse não ter ficado provado nada. Talvez, daí, a desconfiança do governo federal e a má vontade.

Quanto ao que escreveu sobre quem lhe virasse as costas morreria primeiro, Arantes foi certo. Ernesto Geisel morreu em 1996, e o pracinha, se recuperou da doença, cuidou da família, dos filhos e morreu em janeiro de 2001, aos 77 anos de idade.

Um ex-pracinha que ajudou a pensar o Brasil e foi destaque internacional²³⁹

Celso Furtado foi um dos maiores pensadores do Brasil e com reconhecimento internacional. Na FEB, ele foi aspirante a oficial e serviu no Depósito de Pessoal, em funções práticas de tradução de documentos. Nascido em Pombal, na Paraíba, em 1920, era formado em Direito, em 1944, quando embarcou para Itália.

Depois de voltar ao Brasil, em 1945, ficou um ano no país e, em 1947, foi se especializar na London School of Economics, retornando diretamente para um cargo na Fundação Getúlio Vargas. Dali, nos anos seguintes, exerceu pesquisa sobre economia, até transferir-se para Santiago no Chile, em 1949, para desempenhar uma função dentro da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL. O trabalho agradou o pessoal e, em 1950, ele foi nomeado diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico da CEPAL.

Voltou ao Brasil em 1953, indo morar no Rio de Janeiro, onde participava como presidente do Grupo Misto de Estudos, entidade ligada à CEPAL e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE. Ali, viveu por dois anos, até retornar ao Chile (1955) e depois para o México (1956).

Com a vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições, ele foi convidado a voltar ao país e atuar, junto com um grupo de trabalho, para o desenvolvimento do Nordeste, o que fez com prazer.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Do livro *Celso Furtado: a esperança militante (Depoimentos)*. Cidival Moraes de Souza, Ivo Marcos Theis e José Luciano Albino Barbosa (org.). Campina Grande: EDUEPB, 2020; Documento br_rjanrio_pe_0_0_0105_d0001de0005. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 16 jan. 2020, e Celso Furtado. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/celso_furtado>. Acesso em: 16 jan. 2020.

Em 1959, ele já possuía um relatório das problemáticas nordestinas e algumas sugestões de como resolvê-las. Juscelino Kubitschek comprou a ideia, e nasceu ali o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste - Codeno, que mais tarde daria origem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.

O papel da Sudene foi debatido até 1960, e muitas das oligarquias nordestinas se recusavam a perder o prestígio que tinham para o próprio governo. Quando tudo parecia que ia caminhar bem, Jânio Quadros renunciou à presidência e começou a crise no país, que se estenderia para além de 1962, já no governo João Goulart.

Nessa época, Celso Furtado foi chamado para ser Ministro do Planejamento. Foi de Celso Furtado e de Santiago Dantas a ideia do plano trienal de desenvolvimento econômico e social, porém o plano não deslanchou, e foi aí que João Goulart fez uma reforma ministerial, rifando Celso Furtado, que voltou à Sudene. A primeira legislação de incentivo à cultura do Brasil foi obra dele.

Foi justamente nessa virada, que João Goulart acabou falando de reformas estruturais mais profundas, desagradando os próprios militares, abrindo, assim, a caixa de pandora do golpe de 1964.

Por conta das opiniões mais à esquerda, de ideais que muito se assemelhavam com a ideologia comunista e socialista, Celso Furtado já era visto como um comunista/subversivo pelos militares e, por isso, quando veio o golpe de 31 de março de 1964, teve seu nome incluído no primeiro ato institucional que caçava autoridades civis e militares do país.

Antes que fosse preso, em abril de 1964, ele recebeu um convite da CEPAL, onde já servira. Ele não pensou duas vezes e transferiu-se para a capital chilena. Depois de cinco meses morando ali, mudou-se para os Estados Unidos, para a cidade de New Haven, onde assumiu o cargo de pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale.

Nos anos seguintes, passou também por Harvard e Columbia, além de Cambridge na Inglaterra e Sorbonne na França, onde trabalhou na faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris.

Só voltou ao Brasil em 1979, por conta da anistia, tendo se filiado ao MDB. Com o fim da ditadura se aproximando em 1984, teve participação intensa na campanha de Tancredo Neves e na campanha das Diretas Já. Com a eleição de Tancredo e a sua posterior morte, o vice-presidente, José Sarney assumiu a presidência e Celso Furtado foi indicado para ser embaixador brasileiro junto à comunidade econômica europeia, sediada em Bruxelas, na Bélgica. Deixou o governo de Sarney em 1988.

Dali em diante, moraria seis meses por ano em Paris, onde foi convidado para ser membro permanente da Comissão de Desenvolvimento e Cultura da Organização das Nações Unidas. Em

1997, também foi convidado para ser membro do comitê de bioética da UNESCO. Ademais, em 1997, tomou posse na Academia Brasileira de Letras.

Celso foi casado duas vezes. Do primeiro casamento, com Lúcia Piave Tosi, teve dois filhos. No segundo casamento, com a jornalista Rosa Freire de Aguiar, não teve filhos. Celso Furtado morreu em 20 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro.

Amigo do Celso Furtado²⁴⁰

Osmário Alifait Lacet foi cabo na 4ª Companhia do 11º Regimento de Infantaria. Na década de 60, ele estava trabalhando na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, mais conhecida como Sudene. Ali, ele era auxiliar do responsável pela instituição, Celso Furtado, que também fora da FEB e que era tido pelas autoridades como subversivo, comunista. Osmário era encarregado das relações públicas e propaganda oficial da Sudene.

Quando o golpe foi dado em 1964, começaram a levantar suspeitas sobre a proximidade de Osmário com Furtado. Logo, vieram as investigações a respeito de ele também ser subversivo.

Isso, porque, em 1964, ele se encontrou com o Cônsul francês em Recife, de nome Marcel Morin, e este o convidou para receber uma bolsa de estudos do governo do seu país. Segundo os dados do Serviço Nacional de Informação, a condição seria que Osmário dirigisse um grupo subversivo denominado *Terceira Força*, dentro do estado de Pernambuco, contudo ele não teria aceitado. De qualquer maneira, no começo de 1965, ele viajou para Paris a convite do mesmo Morin.

Como não havia prova de que uma coisa tinha ligação com a outra, passaram a investigar as atividades profissionais deles na Sudene, em que ele teria favorecido a cinematográfica *I. Rosenberg*, com 90 milhões de cruzeiros, para que, uma vez que tivessem ganhado a licitação, fizessem, nas entrelinhas, filmes críticos à ditadura e mostrando que o Nordeste estava se desenvolvendo desde antes do regime.

Também havia acusação de que ele pudesse estar fazendo “caixa 2”, com o que ganhava na Sudene, e mais algum dinheiro que recebia como colaborador dos Diários Associados. De acordo com o Serviço Nacional de Informações, não tinha como Osmário manter o padrão de vida que levava. “Não conseguiu justificar a origem de vários bens particulares, inclusive carro novo e também uma viagem à Europa, por 60 dias e, acompanhado da esposa”, apontava a averiguação.

Morin era “considerado elemento esquerdista e sem compostura diplomática”. Logo, na cabeça dos agentes do Serviço Nacional de Informações, se ele era amigo de Morin e trabalhou com Celso Furtado, então também poderia ser um elemento de esquerda e, ainda por cima, corrupto.

²⁴⁰ Documento Informe nº163/19/ARE/82 do Serviço Nacional de Informações. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 15 jan. 2020; e SOUZA, Cidival Morais de; THEIS, Ivo Marcos; BARBOSA, José Luciano (orgs.). *Celso Furtado: a esperança militante (Depoimentos)*. Campina Grande: EDUEPB, 2020, p. 86-88.

Para desqualificar o pracinha, os militares do governo procuraram a Associação de Ex-combatentes, e lá teriam descoberto que Osmário não era bem-visto pelos outros colegas, e que, por essa razão, quase não aparecia nas reuniões, mas que “não obstante, no desfile da Vitória, com que as Forças Armadas sediadas no Recife comemoraram a vitória da Revolução de 31 de março, desfilou entre os combatentes”.

Por tais motivos, Osmário foi investigado em um IPM que começou em 1966 e que foi até 1967, quando, “por falta de provas hábeis, não foi afinal enquadrado em lei militar ou civil”, com a ressalva que contra “o mesmo pesavam fortes indícios de culpabilidade”.

Nos documentos sobre Osmário, havia uma carta que ele mandou para Dom Hélder Câmara, na qual reclamava que um colega havia morrido e quase não teve direito aos sacramentos por conta de sua visão política, e que somente um Padre Salesiano foi quem topou ajudar o falecido. Também havia um documento de uma aula Magna, intitulada *O administrador, a decisão e o risco*, da Universidade do Rio Grande do Norte, datado de 1977. Essa aula trazia conselho para os alunos e, nas entrelinhas, criticava o regime, mostrando que o Nordeste ainda tinha muito o que se desenvolver.

Em 1968, Osmário escreveu uma série de 11 reportagens, em que juntava relatos de combatentes de todo o Brasil, com ênfase nos nordestinos, que haviam sido publicados em livros sobre o tema. Em uma época em que não havia Internet e que a televisão estava em expansão, os jornais desempenhavam grande função informativa e a coletânea feita por Osmário ajudou as pessoas a lembrarem aqueles dias de luta na Itália.

Em 1974, ele estava trabalhando nos setores de Diretoria da Federação das Indústrias de Pernambuco, e havia integrado o grupo de trabalho que realizou um estudo sobre o Nordeste para o então candidato Ernesto Geisel, tendo recebido elogios pelos bons serviços prestados ao Setor de Informações de Segurança. A aproximação definitiva com o exército acontecera a partir de 1973, quando ele fez uma série de reportagens sobre a FEB. Tudo isso, ao mesmo tempo em que se comunicava com Celso Furtado e Ricardo Noblat, este que na época estava trabalhando na revista *Manchete*.

Ainda em 1974, Osmário levou Celso Furtado para cumprimentar oficiais do Exército, sem avisar ninguém, e conforme documento do Exército “sucedeu-se um grande mal-estar e pouco depois as autoridades presentes, ainda que sem alarde, retiraram-se em sinal de protesto”.

O documento finalizou relatando que Osmário era um oportunista que se aproximava de todos os lados para, em consequência, “angariar prestígio e posição. Suas atitudes imprevisíveis exigem um relacionamento bastante cauteloso”, alertavam.

Em 1984, ele foi agraciado com a concessão do diploma de Colaborador Emérito do Exército, que é conferido para personalidade e instituições civis ou militares da reserva e reformados, ainda que de forças auxiliares, por “possuir elevado conceito na classe e na comunidade a que pertence” ou por haver “praticado ação destacada ou serviço relevante em prol do interesse do bom nome do Exército Brasileiro”. Ou seja, já no final da ditadura, Osmário foi homenageado.

Se ele era agente duplo, se era um infiltrado de esquerda dentro do Exército ou apenas alguém que se relacionava bem com todos, pelos documentos, não dá para saber. O fato é que, quando Celso Furtado precisou dele durante o exílio, lá estava Osmário, nem que fosse para escutá-lo como amigo.

A primeira peça censurada pela ditadura, era sobre a FEB²⁴¹

Em 1964, Dias Gomes escreveu a peça *O berço do herói*. A peça falava sobre um herói da FEB chamado cabo Jorge, desertor, que, por engano, foi considerado morto em combate. No Brasil, segundo o enredo, ele foi homenageado com o nome de uma unidade militar. Com a declaração da anistia, após o conflito, Jorge resolveu voltar ao Brasil. Para não perder o status de herói dado a ele, o que faria o Exército mudar de ideia, foi morto por pessoas que tinham interesse em preservar o mito do herói.

A produção de Dias Gomes foi a primeira peça teatral proibida após 1964. Só pôde ser encenada novamente em 1983, tendo entrado em cartaz no mês de maio daquele ano, no teatro interno do Serviço Social do Comércio, mais conhecido como Sesc, em Campinas

A crítica foi muito favorável à peça, visto que dizia que o trabalho contribuía para "a desmistificação do heroísmo". Quem dirigiu a peça foi Adrian Verdauger, um argentino residindo no Brasil, e a música ficou por conta de Raul do Valle, que era diretor do Instituto de Artes da Universidade de Campinas – Unicamp.

Mais tarde, a peça *O berço do herói* seria aperfeiçoada e daria origem à novela Roque Santeiro, sucesso da década de 80 no Brasil.

²⁴¹ Documento REI n° 08/83-CIE, de 83. Relatório Especial de Informações n°08/83, e RIBEIRO, Rondinele Aparecido. *De o berço do herói a Roque Santeiro: análise da transposição do herói para a teleficação*, 2019. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190956>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Ex-pracinha e assassinado pela ditadura²⁴²

José Mendes de Sá Roriz foi um pracinha, que na guerra foi servir como soldado substituto na Artilharia e sendo ferido em combate, precisou ser evacuado para o Brasil. Depois de recuperado, trabalhou em várias ocupações, se firmando em um emprego na Força Aérea Brasileira. Casou-se em 1949. A sua esposa se chamava Eutentiza.

Ele era natural da cidade de Crato no Ceará e aumentou a própria idade para poder servir às Forças Armadas. Com 15 anos disse que tinha 20, com o intuito de poder entrar na 9ª Companhia de Fuzileiros. Quando estourou a Segunda Guerra Mundial e o Brasil entrou no conflito, ele foi como voluntário para a FEB. O ferimento em combate custou-lhe uma das vistas. Usava um olho de vidro.

Em 1956, ele conseguiu a reforma como 2º sargento e se mudou para o Rio de Janeiro com a família, tornando-se membro bastante participativo da Associação dos Ex-combatentes do Brasil. Ali, se ligou ao PCB e tornou-se um dos membros mais ativos da célula dentro da própria Associação e dentro da comunidade. Por ser um líder, chegou a se candidatar a deputado federal, mas não foi eleito.

Na década de 60, os militares já estavam de olho nas movimentações do ex-pracinha e, em 1964, ele foi preso na Vila Militar, sendo encaminhado, posteriormente, para a Ilha das Flores e, dali, para o Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, no Rio de Janeiro e para Polícia do Exército.

Só foi libertado em 1965. A acusação é que ele tinha participado de uma tentativa de atentado contra o ex-governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, em 1964, junto com mais 28 pessoas. Respondeu em liberdade por falta de provas, e só foi inocentado totalmente de tal acusação em 1971, quando já havia sido preso uma segunda vez (em 1968) e de novo libertado por falta de provas. Em 1971, ele foi julgado à revelia, já que estava escondido, vivendo no Brasil, mas na clandestinidade. Antes disso, estava escondido no México.

Por conta de ele ter saído do país, em 1968, os militares começaram a pressionar a família de Roriz, chegando a mantê-la presa em cárcere privado por três meses, com militares cercando a casa e vigiando qualquer tipo de movimento. Para forçar Roriz a voltar do exílio, os agentes da ditadura prenderam sua filha, de nome Sueli, que tinha só 18 anos. A prisão foi motivada porque ela defendeu o pai em uma entrevista à imprensa.

Preocupado com Sueli e por conta de o filho dele mais novo, Eduardo, estar com meningite, em 1969, Roriz voltou ao Brasil. Ele viveu na clandestinidade, se escondendo aqui e ali para se

²⁴²Comissão Nacional da Verdade. Textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, p. 1178-1179; SILVA, Márcio Aparecido Pinheiro. *Conflitos Políticos nas Associações dos Ex-Combatentes do Brasil* e as perseguições políticas na Ditadura Civil-Militar – 1964-1985. XII Encontro da Associação Nacional de História, Seção Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1408247544_ARQUIVO_Artigo-DoutrinaSegurancaedasAssociacoesdosEx-CombatentesdoBrasilnaDitadura.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

esquivar de uma terceira prisão. Foi assim até 1973, quando, após investigações, ele foi descoberto no esconderijo em que estava.

Apesar disso, Roriz conseguiu fugir do cerco. Então, os militares, já extremamente irritados, prenderam outro filho seu, de 18 anos, e ainda ameaçaram matar a sua neta de apenas sete meses de idade. O filho de Roriz foi bastante torturado, até que o pai se entregasse, o que aconteceu em fevereiro de 1973.

Para evitar um tratamento degradante, Roriz procurou o antigo chefe da Artilharia, onde ele havia servido na guerra, o então Marechal Cordeiro de Farias, que comandou a arma na Itália. Cordeiro intercedeu, e o seu filho foi libertado, entretanto Roriz foi preso e, 17 dias depois de se entregar, foi assassinado. Cordeiro havia recebido a promessa de que os companheiros de farda não o matariam, promessa essa feita no gabinete do chefe do I Exército, general Syzeno Sarmiento, que também ocupou cargos de comando na FEB.

No registro de óbito, não aparecia o motivo da morte de Roriz, um indício claro de que ele foi muito torturado antes de ser morto. A família só conseguiu enterrar o seu corpo no Cemitério Jardim da Saudade, no Rio de Janeiro, após insistir para que pudessem, ao menos, prestar uma última homenagem e dar-lhe um enterro digno.

Os familiares sabiam que ele havia sido torturado e tentaram reclamar para as autoridades, todavia ninguém nem deu satisfações. A morte de Roriz aconteceu dentro do Destacamento de Operações de Informações – DOI, no I Exército, dentro do I Batalhão de Polícia do Exército, localizado na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca, no Rio de Janeiro.

A Comissão da Verdade identificou e responsabilizou as seguintes pessoas pela sua morte: o presidente da República, general de Exército, Emílio Garrastazu Médici; o Ministro do Exército, o general Orlando Beckmann Geisel; o comandante do I Exército, general de divisão, Silvío Couto Coelho de Frota; o chefe do Estado-Maior do I Exército, general de brigada, Bento José Bandeira de Mello e o comandante do DOI, Adyr Fiúza de Castro.

Em 17 de junho de 1997, a família Roriz foi indenizada pelo governo como uma demonstração de que o Estado assumiu a culpa, de que tomara para si a responsabilidade do assassinato sob tortura, desrespeitando cláusulas internacionais de guerra e direitos humanos. De novo, o Exército/Estado havia dado a um ex-combatente, um tratamento que nem os nazistas haviam merecido na Itália e o pior: em um tempo de paz, sem guerra declarada.

Contra a ditadura, perdeu o emprego e foi perseguido²⁴³

Newton de Souza Ortmann foi 2º tenente na Engenharia da FEB. No pós-guerra, ele foi trabalhar como engenheiro na Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa. Ali, foi chefe da Divisão de Terraplanagem, em seguida, chefe do serviço de seleção e treinamento, para mais tarde assumir como chefe de Divisão de Relações Trabalhistas da vice-presidência.

Com o tempo, ele foi mostrando que era mais de esquerda e, quando veio a ditadura, foi acusado de subversão. Como era coronel do Exército, ficou sem poder ser demitido. Até que um dia ele foi advertido por, segundo o Serviço de Inteligência da Aeronáutica, procedimento amoral, fazendo com que ele fosse mais tarde exonerado.

Depois, ele entrou na Prefeitura Municipal de Santos, com o apoio do prefeito. Essa era a preocupação do regime, já que ele poderia estar usando a prefeitura apenas com fins políticos de sair candidato a deputado estadual.

Para justificar tais preocupações, o fato desabonador apontado contra ele era o de ter apoiado Juscelino Kubitschek, o Marechal Lott e João Goulart, porém alertava o documento dos agentes da ditadura, ele não era comunista.

Para completar, na véspera do golpe de 1964, ele mandou uma carta para a “família expedicionária e para o povo em geral”, em que denunciava que estavam armando para tirar João Goulart do poder e que as pessoas que faziam isso eram as mesmas que atacaram Jânio Quadros. “A pretexto de defender a hierarquia, usurpam a hierarquia maior, porque o presidente é o chefe Supremo incontestado das Forças Armadas. Mas desta vez não enganarão nosso povo, que está atento, porque sabe que a intenção deles é apenas manter os seus absurdos privilégios”, escreveu Ortmann na carta.

Com o que escreveu, Ortmann acusou que o golpe estava sendo dado pelas mesmas pessoas que tentaram tramar contra Juscelino e contra Jânio, mostrando ter uma visão clara do momento político brasileiro naqueles dias.

Para finalizar, o último parágrafo dizia:

(...) Assim, resolvemos, salvaguardando a liberdade e a democracia, pela qual derramamos o nosso sangue no campo de batalha da velha Europa, lançar o nosso brado de alertar, para que ao lado dos verdadeiros patriotas, hipotequem, por todos os meios ao seu alcance, a mais restrita solidariedade ao presidente da república,

²⁴³Diário Oficial da União de 06 de junho de 1990, Seção I, p. 1; Informe nº 282/GM-2 BR. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 16 jan. 2021; Newton de Souza Ortman – Miséria da Guerra. Portal FEB. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/newton-de-souza-ortman-miseria-da-guerra/>>. Acesso em: 24 abr. 2021; Newton de Souza Ortman do 9º Batalhão de Engenharia. Portal FEB. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/newton-de-souza-ortman-9o-baralhao-de-engenharia/>>. Acesso em: 24 abr. 2021; Newton de Souza Ortman do Batalhão de Engenharia – Noite de folga. Portal FEB. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/newton-de-souza-ortman-do-batalhao-de-engenharia-noite-de-folga/>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

pedindo a Deus que proteja o grande presidente João Goulart, o presidente das reformas estruturais, que todos os nossos irmãos reclamam.

Quem redigiu o documento foi o próprio Ortmann, com auxílio de Waldemar Neves Guerra, que também foi perseguido durante a ditadura. Waldemar era apontado como comunista e era o vice-presidente da associação, tendo como seu superior, Sebastião dos Santos Godoy.

Dois anos depois, em 1966, Ortmann escreveu diretamente para o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, agora presidente do Brasil. Nesse documento, ele pedia que a Cosipa fosse investigada quanto ao cumprimento das leis de acesso aos Expedicionários no trabalho, dado que muitos pracinhas procuravam emprego lá e não eram sequer atendidos. Por isso, ele pedia que o presidente fizesse uma intervenção, já que a média de idade dos ex-combatentes era de 45 a 50 anos e não arrumariam empregos em outros lugares, caso acabassem demitidos ou se não fossem contratados na empresa.

O documento também explicava que o vice-presidente da Cosipa, general Flávio Ferreira da Silva, e o seu adjunto, engenheiro Milton Faria, precisavam ser repreendidos ou substituídos “por entre outros motivos, não darem o devido apoio aos ex-combatentes empregados e candidatos a emprego naquela usina” e que por essa razão, haviam sido considerados “pessoas não gratas” na seção da Associação de Santos.

A gota d’água havia sido as demissões dos ex-combatentes Júlio Moreira de Oliveira, Francisco Toledo Pacheco, Assis Othon, Ênio Tavares da Silva Ferreira Lima e Leonides Gomes.

No relatório da Aeronáutica, consta ainda que Newton de Souza Ortmann mandou fazer cartões de visita em que colocava a patente militar que tinha com a intenção de ser candidato a deputado estadual, e, ainda ressaltava no material, que era ex-combatente e funcionário da Cosipa, o que, na interpretação dos agentes do governo “dava impressão de apoio dessas entidades ao seu nome como político”.

O documento da Aeronáutica também defendia que Flávio Ferreira da Silva foi colocado pelo alto comando golpista (que eles chamavam de Revolução), para fim de desencadear a operação limpeza na companhia Siderúrgica Paulista, o que vinha sendo feito “segundo as situações que são apresentadas dentro de um clima de segurança e equilibrado teor de Justiça”, portanto as acusações de Ortmann eram falsas e sem nenhum fundamento.

Não foram encontradas outras notícias sobre o que aconteceu com Ortmann depois da década de 60. Apenas que ele tem um filho de nome Márcio e que na década de 90 ainda estava vivo. Nas eleições, ele de fato saiu candidato, mas nunca foi eleito.

O inventor do símbolo do *Senta a Pua* também foi perseguido²⁴⁴

De família militar, inclusive com avô materno que morreu em Canudos, Fortunato de Oliveira não seguiria outro caminho que não o levasse ao militarismo. Por conta disso, desde os 11 anos de idade foi estudar em Colégio Militar em regime de internato, só saindo dali aos 17 anos.

Das lembranças de escola, Fortunato recordava que, em 1934, havia alunos integralistas no Colégio Militar e que quem os protegia era o coronel Mascarenhas de Moraes, mais tarde comandante da FEB. Por conta do pessoal integralista, é que ele simpatizava com o pessoal da Aliança Nacional Libertadora, que reunia comunistas, socialistas e militares que eram antifascistas e anti-integralistas. Fortunato também foi influenciado por alguns professores, visto que ele queria mesmo era acabar com o integralismo, representado, de maneira muito próxima, pelos colegas de escola.

Nascido em 1916, Fortunato possuía apenas 18 anos quando escolheu que iria para a aviação. Segundo ele, depois de 1935, com fracasso da Intentona Comunista, os integralistas ficaram ainda mais fortes, como autênticos representantes do movimento anticomunista.

Foi aí, que os problemas começaram, pois, por ser contrário aos integralistas, quando começaram a investigar sobre quem era próximo das esquerdas, prontamente ele foi lembrado e denunciado pelos próprios colegas integralistas. Foi assim que ele foi preso pela primeira vez e respondeu ao primeiro inquérito, como cadete de aviação, do segundo ano de curso em 1935.

Os colegas de Fortunato foram expulsos, mas ele, talvez por conta do pai militar, ficou. O subcomandante da escola era compadre do seu pai, e, por falta de provas, o deixaram continuar estudando. Mesmo assim, ficou alguns dias preso. Dali em diante, como ele mesmo disse, se tornaria “o suspeito de sempre”. Fortunato tinha noção de que a vida militar depois de 1935 não seria fácil, entretanto decidiu continuar.

Em 1938 ele se casou e, em 1939, foi transferido do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul. No Sul, quem começou a persegui-lo foi um coronel de nome João Adil de Oliveira, que mais tarde cruzaria com ele nos processos de 1964. Qualquer problema que se supusesse ter alguém de esquerda no meio, Fortunato era lembrado.

Devido a isso, foi preso várias vezes. Por qualquer denúncia sem base, o prendiam. Em uma das ocasiões, ele foi preso porque fez versos em que contava o cotidiano do quartel, que sempre era posto em prontidão por qualquer motivo. O seu pai, que era chefe de Estado-Maior na região de Juiz de Fora, e o comandante, general Maurício Cardoso, gostaram dos versos, tendo mostrado para o general Eurico Gaspar Dutra que era Ministro do Exército. Dutra não demonstrou apreço e nenhum

²⁴⁴ SANTOS, Andrea Paula dos; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *À esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

senso de humor. Deu cadeia de 50 dias para Fortunato, dos quais, 30 dias ele passou incomunicável. Dutra entendeu os versos como gozação e desrespeito à vida na caserna.

Depois, Fortunato foi condenado a dois anos por subversão, sendo que nos interrogatórios sempre queriam saber se ele era comunista e como o partido funcionava no Exército. Nesse meio tempo, o seu nome foi parar no gabinete de Segurança Nacional, para que o processo fosse adiante. Então, o brigadeiro Eduardo Gomes assinou um documento em que se responsabilizava por ele. Por conta da interferência de Gomes, Fortunato foi absolvido ao recorrer.

No Rio Grande do Sul, livre, recebeu até elogios, pois era bom oficial e excelente piloto. Voltou para o Rio de Janeiro entre 1942-43. Dali, só sairia para ir para guerra. Fez parte da Liga da Defesa Nacional, sendo entusiasta da entrada do Brasil no conflito.

Fortunato fez curso nos Estados Unidos (na Flórida), depois rumou para o Panamá e para a Itália, onde foi comandante de esquadrilha, tendo realizado 56 missões. Ele voltou para casa antes do final da guerra, uma vez que o comandante da FAB, no Teatro de Operações, Nero Moura estava apreensivo quanto a não reposição de pilotos e, por isso, achou melhor mandar os mais velhos de volta para o Brasil. Fortunato foi o idealizador do símbolo do avestruz do Senta a Pua, foi quem o desenhou.

Anos depois, em 1952, Fortunato participou da campanha *O Petróleo é nosso*. e foi preso por estar ajudando, na mesma época, na revista do Clube Militar, no auge da crise e das eleições. Ele foi um dos incentivadores da criação da Petrobras e fazia desenhos para a campanha. Por conta dessas atividades relatadas, ele foi preso, suspenso e transferido contra a vontade para longe do Rio de Janeiro.

Nas acusações iniciais, não acharam provas contra ele e, mesmo assim, o Supremo Tribunal Militar pediu que o promotor apelasse de qualquer maneira, fosse qual fosse o resultado. O veredicto foi diferente e Fortunato pegou dois anos de cadeia.

Foi assim que ele passou por várias prisões, em Porto Alegre, no Galeão e em Campo dos Afonsos (RJ), sendo, depois, mandado para cumprir pena no depósito da Aeronáutica, na Avenida Brasil. A prisão durou dois anos, porque se demorasse mais, ele poderia perder o concurso e ser expulso da Aeronáutica. Por isso, os juizes do caso fizeram as contas para que Fortunato ficasse o tempo exato que não fizesse ele perder o cargo.

A prisão era um quarto onde morava ele e mais 65 pessoas que também eram acusadas de subversão, por terem participado da campanha do petróleo.

Na ausência dele, para completar a renda em casa, sua esposa fazia costura, encadernação de livros e, depois, trabalhou como professora de Antropologia Social, quando conseguiu emprego dentro da equipe de Darcy Ribeiro. Todo domingo ela levava os filhos para visitá-lo na cadeia.

Por estar preso, Fortunato também não conseguiu mais nenhuma promoção depois que saiu, e teve que entrar na justiça para poder voar novamente, já que não queriam lhe dar avião, alegando que ele poderia sabotar uma aeronave.

Com a morte de Vargas, ele não pensou duas vezes e junto com um colega, um primo e mais um tenente, se apresentou no Palácio do Catete, onde, em busca de romper a cadeia de legalidade, já havia uma movimentação para que nenhum varguista assumisse o poder. Ele foi preso novamente. O próprio Nero Moura também estava preso pelo mesmo motivo, por não concordar com qualquer tipo de golpe que pudesse ser tramado ou dado. Já, Fortunato, permaneceu preso até a época de Juscelino Kubitschek e foi expulso da FAB.

Quando Jânio caiu, ele foi preso novamente, agora em 1964. O motivo foi que, depois de expulso, Fortunato trabalhou no governo de Miguel Arraes. Inclusive, na época do golpe, ele estava como representante do governo Arraes em Brasília, para ajudar em uma negociação de terras que ele queria que o governo desse dinheiro para desapropriar para reforma agrária.

Em 64, ele teve o direito de voar cassado, e a esposa foi quem segurou as pontas com as contas da casa. Volta e meia ele fazia algumas exposições também. O Exército pagava uma pensão para a esposa, porque, segundo Fortunato, ao ser demitido, ele era considerado como um morto e a Edna era a viúva.

Para obter a promoção como brigadeiro, precisou fazer o pedido duas vezes e só conseguiu na segunda tentativa, com a ajuda de Nero Moura, já em 1979, quando houve a anistia.

Na entrevista que deu para Andrea Paula dos Santos²⁴⁵, Fortunato se orgulhava de sempre ter ficado do lado certo, do lado da legalidade e dos juramentos profissionais que fizera. Fortunato morreu no Rio de Janeiro em 2 de abril de 2004.

Um confronto: ex-integralista e líder da ditadura na Câmara x Jamil Amiden²⁴⁶

O pesquisador Diego da Silva Ramos é claro ao definir quem foi Raimundo Delmiriano Padilha: “um advogado, e membro da extinta ação integralista brasileira, funcionário público e fervoroso defensor da causa do Terceiro Reich”. De acordo com Diego, Padilha chegou a sabotar ações de esforço de guerra dentro do Banco do Brasil, e era aliado do capitão Túlio Régis do Nascimento e do jornalista Gerardo Mello Mourão.

Túlio Régis do Nascimento era conhecido por fazer espionagem para os nazistas no Brasil. Já, Padilha entrou na história com a missão de viajar ao Nordeste, e conseguir o maior número

²⁴⁵ SANTOS, Andrea Paula dos; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *À esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

²⁴⁶ RAMOS, Diego da Silva. *Raimundo Padilha: o espião de ontem é o espionado hoje*. XXIX Simpósio Nacional de História. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502290774_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

possível de informações sobre a instalação da base americana em Natal. Em troca, ele ganharia um bom dinheiro e mais o pagamento das despesas, além de armamento alemão que seria colocado em algum local da costa brasileira por submarinos alemães, consistindo-se entre 300 e 1.000 metralhadoras.

No começo, ele recusou, mas depois procurou Mello Mourão e aceitou. Porém, Padilha não foi e mandou no lugar dele, Natal Carlos Astrogildo Correia, oficial de reserva que era homem de sua confiança. O espião foi e fez conforme o combinado, entregando o resultado para Padilha, que, por sua vez, não entregou para Mello Mourão, e mostrou para Túlio Régis.

Na pesquisa de Silva Ramos, ele descobriu pontos interessantes sobre o caso:

(...) O primeiro ponto é o fato de que Raimundo Padilha aceitou, mesmo com relutância, a missão. Mesmo consciente de todas as violações que estava cometendo, o integralista envia seu agente à missão, que retorna com material produzido. Além disso, chama a atenção uma proposta de Túlio Régis que fez Padilha mudar de ideia, quando os onze contos são oferecidos e a disposição das metralhadoras para os integralistas. Na verdade, Padilha não aceita a missão com o primeiro argumento de Túlio, de que seria uma empreitada para barrar os interesses estadunidenses no Brasil. Talvez Padilha tenha avaliado que o risco e o custo eram altos e o retorno, relativamente pequeno. Mas a partir do momento em que foi envolvida a questão da quantia e da disponibilização das armas, Padilha muda de ideia. Outro ponto de inflexão no discurso de Padilha é que o material não foi entregue a Régis Nascimento. Ora, mas do que adiantou o segredo em relação ao material se, depois, ele foi passado à Mello Mourão que o repassou a Régis Nascimento? Ao fim e ao cabo, o material alcançou seu destino final. E sem nenhuma contrapartida aparente, pois de acordo com Hilton, nos autos não constam detalhes sobre. (RAMOS, 2017, p. 12-13)²⁴⁷

Autoridades brasileiras e americanas começaram o serviço de investigação que acabou por culminar na prisão de Gerardo Mello Mourão e Túlio Régis Nascimento. Raimundo foi o próximo a ser preso:

Durante sua detenção, Raimundo Padilha explicou que aceitou a proposta de Régis Nascimento e Mello Mourão para estar a par dos planos dos elementos e, com isso poderia prevenir todos os integralistas sobre as intenções da dupla. Com esta confusa explicação Raimundo Padilha foi liberado após seu depoimento por falta de provas. Já Túlio Régis do Nascimento e Gerardo Mello Mourão receberiam tratamento diferenciado, pois tendo uma quantidade muito maior de provas de sua atuação em favor do eixo e tendo uma rede de contatos menos influente, não conseguem escapar das acusações e amarguraram anos de prisão e processos penais. (RAMOS, 2017, p. 12)²⁴⁸

O tempo passou e a vida foi mais generosa com Padilha:

²⁴⁷ RAMOS, Diego nazistas, Raimundo Padilha da Silva. *Raimundo Padilha: o espião de ontem é o espionado hoje*. XXIX Simpósio Nacional de História. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502290774_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

²⁴⁸ Ibid.

Nos anos de 1950, Padilha passa a atuar como político sendo eleito por partido dos conservadores como o partido da representação Popular PRP União democrática Nacional DN e, chegando aos anos de 1960, Aliança Renovadora Nacional Arena. Com atuação pautada pelo anticomunismo e pela defesa da ditadura, Padilha era sempre confrontado pelos seus opositores devido a sua atuação para o eixo durante a Segunda Guerra. Embora fosse ligado ao regime vigente, Padilha não foi inventado de ter sua vida vasculhada por diversas vezes por órgãos de repressão do regime. Talvez, em sua trajetória, este seja um dos aspectos mais curiosos. (RAMOS, 2017, p.1)²⁴⁹

O fato é que, em 1966, Padilha estava eleito e foi nomeado como líder do Governo da ditadura no Senado.

Na mesma época, o ex-sargento da 5ª Companhia do 6º Regimento da FEB, Jamil Amiden era deputado federal pelo MDB e, também tinha sido dirigente da Associação dos ex-combatentes do Brasil, na sessão Guanabara. Pois bem, Jamil acionou seus contatos de combatentes e conseguiu juntar nada menos que 283 medalhas de campanha em um protesto contra a nomeação do antigo integralista, acusado de proteção e combinação com nazistas.

Jamil levou as 283 medalhas para o plenário como forma de protesto, ameaçando devolvê-las para o então presidente Castelo Branco, que não nos esqueçamos, também era ex-combatente da FEB como tenente-coronel.

A capa do *Jornal do Brasil*, na página 4, uma quinta-feira, de 17 de março de 1966, traz o título destacado como abre de página “Amiden exhibe na Câmara medalhas que 283 devolvem como repúdio a Padilha”.

Jamil usou os microfones da Câmara para mostrar todo o seu repúdio a tal atuação. Ao que os deputados Abel Rafael, Tourinho Dantas e o padre Arruda Câmara defenderam Raimundo Padilha. O deputado Brito Velho, do Arena do Rio Grande do Sul, também discursou e disse que renunciaria ao mandato se persistissem as acusações na Tribuna da Câmara, chegando a dizer que "integralista ou não, ele [Padilha] jamais foi traidor da Pátria, jamais a vendeu a seus inimigos".

O debate tomou grandes proporções, e o deputado João Herculino, de Minas Gerais, do MDB, disse que podiam dizer o que dissessem, mas que ele acreditaria “no livro azul do Departamento de Estado norte-americano que aponta o senhor Raimundo Padilha como elemento que durante a última guerra estava interessado na formação de um governo nazifascista no Brasil”.

João Herculino propôs a criação de uma CPI para apurar a existência ou não da culpa do senhor Raimundo Padilha, e que ele se afastasse do cargo enquanto fossem realizadas as investigações. Nisso, o deputado Brito Velho replicou, ameaçando renunciar se continuassem as acusações contra Raimundo Padilha.

²⁴⁹ Ibid.

Por último, o deputado Oswaldo Lima Filho, do MDB de Pernambuco, estranhou o silêncio de Padilha a respeito das acusações e declarou ainda que ele fora contrário à declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo.

Jamil aproveitou o discurso para dizer que a nação passava por uma crise profunda, que o povo estava inseguro e que havia o fim da liberdade no país, tendo dito, ainda, que o governo se fazia presente na vida do cidadão “exigindo, impondo, violentando, coagindo, expulsando, caçando, alienando, conchavando, revogando e até desmoralizando os nossos líderes, os nossos homens, as nossas lutas e as nossas glórias”.

Feita essa introdução, foi que ele disse que pensava a respeito de Padilha. Depois de cumprimentar a mesa, Jamil começou seu discurso:

Refiro-me, senhor presidente, senhores deputados, a crise sem precedentes na história da Pátria, que o povo brasileiro está vivendo. Custo de vida é absolutamente sem controle. Moeda desvalorizada a todo instante. Indústrias desnacionalizadas ou encerrando atividades. Comércio falido. Empresas mudando seus rumos, numa desesperada tentativa de sobrevivência. Inflação cada vez mais desenfreada. O desemprego aumentando. Operários sofrendo o que nunca imaginaram ser, sequer, concebível. Classe média desaparecendo. Conquistas sociais sendo subestimadas e relegadas a plano inferior, algumas, enquanto outras vão sendo extintas. A segurança do povo quanto ao que lhe é essencial, inteiramente esquecida.

A liberdade - esse bem que não se aliena por nada - também foi poupada e até ela foi reduzida a uma lembrança que - se alguma providência urgente não for tomada - dentro de pouco tempo, será mais um arcaísmo do nosso dicionário. E o governo? Perguntarão alguns, já que a maioria sabe, como nós, que ele só se faz sentir exigindo, se impondo, violentando, coagindo, expulsando, caçando, alienando, conchavando, revogando e até desmoralizando os nossos líderes, os nossos homens, nossas lutas e nossas glórias; indiferente do fato de que o povo já está próximo da fome que incendeia, da fome que desespera, da fome que mata, prossegue dançando no seu festival de atos institucionais e complementares, auto-concedendo-se poderes legislativos que são a demonstração clara, insofismável, indesmentível de que vivemos sob uma ditadura, de que o respeito devido ao povo, de quem emana o poder em todas as democracias, está abolido.

Nisso, o discurso foi interrompido por um aparte do deputado Benjamin Farah (MDB) que discutiu com o deputado Flores Soares (UDN). Benjamin concordou com Jamil, e Flores discordou para tentar desmerecer a fala do ex-combatente. O presidente da Câmara teve que pedir para os deputados pararem de brigar, mesmo quando não estavam mais falando nos microfones. Em seguida, Jamil continuou:

Tenho, como disse no princípio de minhas palavras, o duplo dever de representante do povo e dos combatentes, meus camaradas, que comigo voltaram de um inferno de fogo e morte, pelejando pela liberdade, pela democracia do mundo e nessa qualidade é que venho alcançar meu discurso, quando solicitado por grande número de meus esses camaradas que não concordaram e nem concordam com a escolha que o Presidente da República, também esse camarada nosso, e, portanto, altamente comprometido com a democracia que ajudou a defender ao risco de sua própria vida, fez liderança do governo nesta casa. Aliás, naquela oportunidade, oferecemos a essa

personalidade a ocasião de se pronunciar, desfazendo diante da opinião pública brasileira e mundial, e da posteridade, o estigma que ele pesa sobre os ombros, porque não foi feito, credenciando ainda mais a repulsa que os combatentes lhe votam.

Foi nessa hora que o deputado Brito Velho fez uma intervenção para defender Padilha. Jamil defendeu as palavras que dizia: “tenho impressão de que há equívoco ideológico de parte do deputado Brito Velho, que ficou nervoso, abalado. Não assaquei nenhuma calúnia, nem ataquei ninguém”.

Brito Velho disse que não estava nervoso e sim indignado contra uma ofensa, contra maledicência da parte de Jamil.

Com uma boa percepção da importância histórica do discurso que pronunciava, Jamil ignorou os afrontes, disse que o colega estava equivocando e que estava apenas transpondo para os Anais da Câmara o que já fazia parte da história do país.

Tourinho Dantas, também da UDN, saiu em defesa de Padilha e tentou desqualificar o discurso de Jamil, dizendo que quando Mello Mourão ingressou no PTB e ocupou cargo dentro do Ministério da Agricultura, no governo Juscelino Kubitschek, em 1960, Jamil tinha ficado calado. Nesse momento, começou uma discussão entre deputados do MDB e da UDN, de modo que o presidente precisou pedir ordem na casa e que respeitassem a inscrição de fala de Jamil, que já tinha sido interrompida duas vezes. O pracinha retomou:

Continuo senhor presidente. Não concordaram nem concordam os Pracinhas com o fato de que o povo brasileiro se quede diante esta crise sem par e sem liberdade. Não concordaram e não concordam em que o Presidente da República, a pretexto de defender a pátria, esqueça e renegue seu passado de ex-combatente pela liberdade, pela democracia, abolindo esses dois grandiosos bens que são, para o povo brasileiro, absolutamente inalienáveis. E, por isso mesmo, já que nada podem fazer por si mesmos, por meu intermédio lavram seu veemente protesto de que se simboliza nesse ato grave e solene com a devolução de suas medalhas e diplomas de guerra. Nobre deputado Cardoso de Menezes [da UDN], vossa excelência não deve sorrir, porque estou me referindo a quem teve a atitude, movida pelo idealismo, de jogar sua vida pela liberdade. Muita gente que hoje tanto fala em liberdade, naquela época fugiu para não ir defendê-la.

Em seguida, irromperam aplausos dos deputados do MDB e ouviu-se um grito de “muito bem”. Era um recado claro para os deputados que ali estavam e que não tinham estado na guerra. Nessa hora, Cardoso de Menezes quis pedir novo aparte, já que tinha sido citado. O presidente da Câmara negou e disse que só autorizaria se Jamil deixasse. Jamil ignorou e tentou continuar seu discurso. Antes que o pracinha terminasse a frase, Cardoso de Menezes interrompeu novamente Jamil, na tentativa de desestabilizá-lo.

Outra vez, o presidente da Câmara entrou no meio e ressaltou que Jamil é quem deveria ver se abria para o colega ou não. Jamil concordou, desde que tivesse o tempo de fala do colega

acrescentado ao dele, para não ser prejudicado no tempo. Cardoso Menezes, ao ver que a sua tática não adiantaria, visto que não prejudicaria Jamil, desistiu. Os deputados da UDN, da ditadura e governistas se esforçavam para defender o ex-integralista e amigo de nazistas. E, Jamil continuou:

Senhor presidente, não sabia que o regime estava tão frágil que, quando um humilde combatente, sem nome da vida pública faz um simples discurso, a liderança do governo se abala toda em tumultos e piadas. Não sabia que o regime está tão fraco assim. E vejam, senhor presidente, senhores deputados: as medalhas e os diplomas de guerra, representam para os combatentes a epopéia gloriosa que escreveram nas páginas da história do Brasil e do mundo. Representam o sacrifício de suas próprias vidas, na luta pelos ideais que os animaram a ir pelejar no além-mar. Representam as noites e dias trágicos que viveram dentro do inferno de fogo e morte que foi a guerra. Representam o sangue que viram jorrar de suas feridas abertas na luta. Representam seus companheiros que pereceram no teatro de guerra. Representam, finalmente, a suprema aspiração de suas vidas que é o amor pela liberdade que agora vem conspirada.

E jamais, em tempo algum, um protesto teve tal significado e tal preço. E que os ex-combatentes entendem que, para obter essas medalhas, tiveram que pagar tanto para protestar pela liberdade, nada mais significativo que a sua devolução ponto, num gesto de desprezo para com a pessoa que tanto a subestima e deseja humilhar.

Como soubemos há pouco, seria antirregimental a devolução à Mesa do Congresso, das medalhas que vem recebendo, conforme desejávamos, o que lamento, pois, entendo que o Congresso Nacional, filho direto e mais digno representante da democracia, seria por essa razão o local indicado para esse fato.

Destarte, cabe-me, somente, o caminho de uma carta aberta ao Presidente da República, da qual dou conhecimento à Casa, devolvendo à sua excelência essas medalhas e diplomas, em número de 283. E com esse procedimento, que entendo pleno de legalidade, nós, os combatentes, teremos feito o que podíamos dentro das limitações que nos são impostas. Eis a carta:

Lamentavelmente quis o destino que fosse eu o signatário desta carta, que pensei que jamais assinaria um dia. E isso penso considerando a amizade que nos uniu por tantos anos, no decorrer dos quais fui sincero admirador de sua cultura e do seu espírito de fé e amor a democracia, forjado que foi no sangrentos campos de uma guerra que fizemos juntos na defesa da liberdade. É que vossa excelência parece agora empolgado pelo poder e mergulhado num sonho de quimeras. O bravo soldado cedeu lugar à um mandatário absoluto e sem entranhas [palmas e mais palmas dos presentes], que não hesita no emprego dos meios, pensando atingir fins que não conseguirá atingir.

Todavia, ainda é tempo de despertar desse malfadado sonho, voltar a ser o grande e generoso defensor da liberdade e da democracia, ao invés de ser o algoz do povo bom deste Brasil que se queda às portas da fome a que sua política econômico-financeira o está levando, e sem a liberdade que vossa excelência, aboliu.

Desperte, Presidente, e olhe para Nossa pátria, com o mesmo amor que o levou a guerra por ela; olvide o ódio que seus assessores estão insuflando no seu coração que conheci, antes, vibrante de bondade.

Afaste esses homens que o estão levando a sepultura na história, que lhe guarda, com carinho, uma bela página, e governe com o povo que está sofrendo demais por seus erros.

As medalhas, os diplomas em número de 283, que estão à disposição de Vossa Excelência, inclusive a minha, estão sendo devolvidas às suas mãos pelos antigos comandados que, desconsiderados no amor que devotam à liberdade e à democracia pelos atos de vossa excelência, fizeram de mim o seu portador, e o que é mais grave, o intérprete de sua repulsa.

Rogo a Deus que essa devolução, que não pode ser feita ao Congresso Nacional, tenha o dom de despertá-lo e induzi-lo ao caminho que atrás foi dito.

Melhor que ninguém, Vossa Excelência pode aquilatar o que elas representam, para que as devolvam, e pode calcular o quanto desejaria que Vossa Excelência retomasse

o caminho certo, modificando a malfadada política econômico-financeira do seu governo, devolvendo ao povo o elementar direito de escolher seus dirigentes e revogando os tristes atos institucionais e complementares que enodoam nossas tradições de liberdade, de cultura e democracia.

Creia, senhor presidente, estamos rezando a Deus por isso e nosso gesto não tem outro sentido senão o do legalismo que aprendemos a defender. Está com Vossa Excelência a palavra final. Atenciosamente, Deputado Jamil Amiden. Sala das sessões, 16 de março de 1966 - Jamil Amiden.

Senhor presidente, nesta oportunidade em que faço esse discurso, sereno, humilde quanto ao seu autor, mas dentro do quadro legal e em favor do bem-estar da nossa pátria, nesta oportunidade, para mim talvez a mais difícil de toda minha vida, mais grave que quando no dia 21 de abril, no Vale do Pó, fazendo cerca de uma 20ª Divisão alemã, no comando de uma patrulha de combate, tombei seriamente ferido com 42 tiros espalhados pelo corpo, cujas cicatrizes sangram até hoje; eu não poderia furtar-me de manifestar minha total discordância a tantas coisas que estou ouvindo de homens a quem tenho certo respeito, mas que não encaram a realidade, pois, agem por motivos ideológicos. Agem, talvez, por interesses partidários. Assim como dizia, senhor presidente, esse é o momento mais difícil da minha vida e peço permissão para neste instante exibir as medalhas que vou devolver ao governo [alguém gritou: muito bem!]. Elas aqui estão lacradas. Mas, tive o carinho, o amor de separar três medalhas que foram enviadas por três mães brasileiras que perderam seus filhos na guerra.

Aqui estão as medalhas, senhor presidente. Aqui estão outras medalhas que vão encaminhar ao senhor presidente da República, ainda hoje. Aqui estão senhor presidente, os diplomas que recebi. Não posso citar os nomes; é dever meu para que cidadãos não sofreram perseguição tão comum em nosso país. Aqui estão todos os diplomas, senhor presidente, diplomas de guerra, suas medalhas que endereçarem ainda hoje ao senhor presidente da República, em sinal de protesto, pois, não poderemos mais silenciar.

Talvez, senhor presidente, seja este um dos meus últimos discursos nesta Câmara. Mas, tenho a certeza de que sairei daqui com dignidade maior do que a que possuía quando aqui entrei [alguém gritou: muito bem! Ressoaram aplausos]. Tenho a certeza de que não serei cassado por corrupção, nem subversivo, porque acho, um homem que traz no peito a tese universal, a evocação dos homens que lutaram pelo bem do universo; um homem que traz no seu corpo sofrimento, cicatrizes, este homem não pode ser um negociante, um subversivo. Mas, será sempre um legalista que ama e amará sempre a sua Pátria e o seu povo [alguém de novo gritou: muito bem! E palavras de apoio foram se levantando junto com aplausos, ao que o orador foi cumprimentado].

Depois disso, o presidente da Câmara encerrou a sessão com a chamada dos deputados por estado. Quando a sessão foi retomada, após a chamada, alguns deputados apresentaram projetos, e o deputado Brito Velho usou o expediente que lhe cabia para defender mais uma vez Padilha. Ele revelou que, antes da sessão, havia alertado Jamil sobre o teor do discurso que faria e que, mesmo assim, segundo ele, Jamil negou-se a escutá-lo e passou a “difamar Padilha”. Em seguida, ele passou a falar mais e mais a respeito de como Padilha havia sido envolvido nas acusações de espionagem na época da guerra, ressaltando que ele havia sido inocentado por uma auditoria militar.

Jamil voltou a defender seu ponto de vista, e disse que também possuía documentos que mostravam o desprezo dos pracinhas por Padilha e documentos que mostravam que na época ele foi acusado de colaboracionismo com os alemães. Em um dos momentos da fala, Jamil disse que Brito Velho deveria apresentar documentos que o desmentissem, pois ele possuía documentos do Departamento de Estado americano, publicados em 1948, no chamado *Livro Azul*, no qual Padilha

estava citado como colaboracionista do Eixo. Jamil também tentou mostrar que os documentos que Brito Velho trazia eram assinados por um juiz que era colega de Raimundo Padilha, e que, em alguns momentos, havia manifestado tendências próximas a dos integralistas. Ou seja, o político governista tinha sido inocentado por influência e não por justiça.

Brito Velho não desistiu e tentou fazer com que Jamil dissesse que o documento era forjado, porque então teria que se ver na justiça, e Jamil de forma muito inteligente, disse que não se tratava de documento forjado, e sim assinado em caráter pessoal por alguém próximo a Padilha, logo, seria suspeito, mas não falso. Inclusive, quem assinou em favor de Padilha era ex-combatente também, contudo, ainda assim, pessoa ligada ao grupo de Padilha.

João Herculino saiu em defesa de Jamil e disse que traria documentos na sala dele, bem como mostraria que os documentos trazidos por Brito Velho não se sustentavam. Brito Velho ficou ainda mais nervoso e afirmou que se ele tentasse aquilo, iria impugnar o documento. Herculino, por sua vez, disse simplesmente que responderia quando fosse a sua vez de falar.

Para desmerecer o discurso de Jamil, a estratégia governista foi colocar mais gente da UDN para defender o ex-integralista Padilha, inscrevendo-os para falar. Um deles, Abel Rafael, chegou a falar que Frei Orlando era integralista e que, inclusive, havia sido enterrado com uma camisa verde por baixo da batina²⁵⁰, de tão integralista que era. Também lembrou que o comandante das patrulhas no Atlântico Sul de igual modo era integralista, ao que Jamil simplesmente respondeu que não ouvira isso de ninguém, e que Abel estava mentindo.

Depois, os deputados da UDN passaram a atacar a figura de Jamil e acusaram-no de ter feito o mesmo quando era Juscelino Kubitschek no poder, e quando Mello Mourão se tornou funcionário destacado no Ministério da Agricultura. Jamil, serenamente, respondeu que na época, Mello Mourão era suplente na Câmara e depois exilou-se no Chile, e que, por isso, ele não protestou, portanto, não fazia sentido o que estavam tentando imputar a ele.

Para tentar colocar Jamil contra a parede, tentaram que ele atacasse diretamente Padilha, fazendo-lhe provocações de cunho pessoal. Jamil disse que não atacaria Padilha como os opositores golpistas queriam, já que ele estava atacando o cargo e não a pessoa. Então, Deputado Brito Velho tentou fazer com que ele dissesse que acusava formalmente Padilha de ser integralista e nazista. Jamil respirou e respondeu que Brito Velho não tinha ouvido o seu discurso e que a sessão toda tumultuou e ficou nervoso:

²⁵⁰ De fato, era mentira pesada, pois Frei Orlando foi enterrado com vestes franciscanas, conforme o desejo dele em vida. Ele foi morto em um acidente com arma de fogo nas vésperas do ataque a Monte Castello, em 1945; foi velado na pequena capela de Bombiana e enterrado em Pistoia. Hoje, seus restos mortais estão no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro.

Vossa excelência parece não ter entendido. Eu disse que o protesto que transportei para os anais da Câmara partiu de centenas de combatentes, que não concordaram e não concordam com a atitude do Presidente da República, um homem da FEB, que há 10 ou 15 anos na nossa Associação, protestou contra a figura do atual líder do próprio governo. Estes, que não esqueceram o passado e não esquecem, julgaram que o senhor presidente da República, o marechal Castelo Branco, os esqueceu. Então, o protesto foi feito desta maneira.

Eu não fiz esta acusação, como Vossa Excelência está interpretando. Eu disse que ele era apontado como esse colaborador do nazifascismo. Dessa forma, simplesmente transportei para a Câmara o protesto dos meus companheiros. Disse o senhor Arruda Câmara que as medalhas foram desenvolvidas por intermédio de alguém sobre exaltação política. Não concordo. As medalhas foram entregues dentro de um direito que assiste a cada cidadão de devolver o que recebeu do governo. Eles não concordam com certas coisas e fizeram a devolução. Vou declarar a Vossa Excelência que nesta pasta, há medalha pertencente a um vice-almirante, revolucionário autêntico, que comandava uma unidade de dia no dia da revolução (...). Nesta pasta há medalha de um governador de estado, de oficiais-generais, homens decentes, dignos verdadeiros revolucionários. Então, vou pedir à Vossa Excelência que não leve o problema para este campo, não me confundisse com um delator que queira praticar injustiças. Apenas quero a verdade, tão somente a verdade. Nunca falei aqui em integralismo, nem comunismo, pois, respeito a ideologia de cada um. Quero que Vossa Excelência faça essa ressalva para que conste no meio do seu discurso.

Outro Deputado, Pinheiro Brisolla, tentou inverter a fala de Jamil dizendo que o próprio antigo sargento da FEB já havia sido vítima de uma calúnia em um livro que também de imputava ser uma pessoa suspeita, ao que Jamil respondeu:

O deputado Pinheiro Brisolla se referiu a uma acusação contra mim, inserida num livro. É necessário que isso fique esclarecido. No ano passado, a Editora Civilização Brasileira publicou “Assim marcha da família”, livro com cinco capítulos, que não trata de problema político nem de guerra, apenas aborda o problema social; no final, retrataram em cinco páginas, a vida do ex-combatente, tendo o autor feito referência a minha pessoa, dizendo que os dois combatentes nada tinham porque só havia exploradores: que a Associação nada fazia por eles, que matava os ex-combatentes na rua. Entrei com uma ação na 22ª Vara Criminal e o editor do livro, senhor Ênio da Silveira, procurou-me para propor uma retratação pública. A ação continua. O juiz intimou o jornalista. O Correio da Manhã o expulsou dos seus quadros. Ele não compareceu à justiça. O juiz intimou por edital. Quer dizer, é um livro sem expressão alguma, mas, vossa excelência falou num tom tão empolgante que dava a impressão de que eu figurava no Livro Azul, amarelo, branco ou preto.

Coube ao colega de Jamil, João Herculino, continuar o debate e mostrar que os interlocutores contrários estavam equivocados e que faziam uma defesa eloquente, inclusive, com documentos duvidosos ou politicamente comprometidos, lembrando-os que deveriam respeitar mais Jamil, não só como deputado, mas por ser alguém que tinha lutado e sido ferido na guerra em que eles jamais tinham estado.

Brito Velho então mudou o foco, atacando a publicação americana, o *Livro Azul* e Herculino respondeu que daria uma cópia do livro para Brito, junto com os processos nº 3.293 e 3.093 de 1943, que traziam as acusações contra Padilha. Outro deputado da UDN, Pinto Júnior, disse que se fosse provada a culpa de Padilha, ele renunciaria também. Nesse momento, a UDN atacava com tudo e

pediu a prorrogação da sessão por mais uma hora, para fazer a defesa do líder da ditadura na Casa de Leis. Aproveitaram o tempo para buscar documentos nos arquivos da Câmara para tentar limpar a barra do senador.

O lado do MDB não se intimidou e apareceram trechos do *Livro Azul* e dos processos contra Padilha, lidos na sessão para calar os defensores da UDN. Herculino encerrou dizendo que o que mais importava naquele dia eram os protestos dos pracinhas, que chamavam o governo à realidade e que discordavam de alguém com uma má fama ser chamado para chefiar a Casa de Leis, e que por “A mais B”, o discurso de Jamil já tinha entrado para a história, bem como a atitude dos ex-combatentes.

O que chama a atenção em toda essa situação, é que os deputados governistas se prenderam à defesa de Padilha e deixaram desguarnecido o governo em si, que ficou em segundo plano. Daí ter sido muito acertada a fala de Jamil ao dizer que os opositores não tinham entendido o discurso, porque não era ele falando, e sim os pracinhas por meio dele, protestando contra o governo, usando o caso Padilha como pretexto. Padilha fora uma “metáfora” para atingir a ditadura e os udenistas nem perceberam, rebatendo o discurso em defesa somente de Padilha. Erraram ou não compreenderam o que se passava.

De imediato, não cassaram Jamil, que foi preservado até 1968. Quando reeleito deputado, teve o mandato cassado pelo Ato Institucional nº 5. Também perdeu os direitos políticos por 10 anos. Tinha tomado posse em 1967. O mesmo se deu com o deputado João Herculino, que também foi cassado em 1969. Jamil morreu em 1991 e Herculino em 2003.

Inteligente e perigoso às vistas do Estado²⁵¹

Na Segunda Guerra Mundial, Donato Ferreira Machado foi 1º tenente do II Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto-rebocados. Ele havia chegado no 4º Escalão e sido incorporado na unidade como substituto de alguém que tinha se ferido ou que estava morto.

Em 1960, ele ainda estava no Exército e tinha feito carreira militar. Gozava de conceitos entre excepcional e muito bom. Na Segunda Guerra ele tinha sido primeiro-tenente e agora era major. Antes do embarque para a guerra ele colecionava elogios dos comandantes, principalmente por ser uma pessoa alegre, disciplinada e cumpridora dos deveres. Da Itália, ele trouxe elogios por ser muito

²⁵¹ Documentos br_dfanbsb_n8_0_bnt_0014_d0001de0001, br_dfanbsb_n8_0_bnt_0015_d0001de0001, br_dfanbsb_n8_0_bnt_0016_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70031895_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76096312_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77106815_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83037341_d0001de0001 e br_rjanrio_cnv_0_prg_00092_002197_2014_43. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 08 jan. 2021. *Correio da Manhã*, Edição 21.908, de 04 de setembro de 1964, p. 1; *Correio da Manhã*, 05 de abril de 1964, 1º Caderno, p. 2; *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1961, p.1; *Última Hora*, 26 de abril de 1961, p. 4; *Correio da Manhã*, 11 de dezembro de 1968, 1º Caderno, p.11; *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1992, 1º Caderno, p. 12. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

responsável e prestativo, atendendo o capitão Almir Veloso Soeiro, que era comandante da 2ª Bateria.

Em 1958, ele foi elogiado por colaboração “imprescindível e pela grande cultura geral que é possuidor e, em particular, dos assuntos econômicos”. “Oficial dotado de uma inteligência viva e de um espírito perspicaz, aprende os assuntos que lhe são atribuídos com grande facilidade”, dizia outro trecho da ficha do militar. E os elogios por sua inteligência e clareza eram comuns.

Em 1964, ele estava trabalhando em propriedades de seu filho, no Espírito Santo, e dizia não estar acompanhando a política nacional. Mesmo assim, foi preso na Operação Gaiola, que prendeu mais de 50 pessoas acusadas de subversão por serem contra o regime. Foi cassado e expulso do Exército. A acusação era que ele participava de um esquema de subversão no Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Não obstante, a perseguição era anterior. Donato vinha sendo monitorado desde 1958, quando um suposto membro do PCB teria delatado que ele andava fazendo contatos com o partido. Por conta disso, em 1961, ele já havia sido preso por 48 horas por ter apoiado a política exterior adotada por Jânio Quadros, como membro do Clube Militar. Tratava-se de um telegrama endereçado ao presidente da República, em que eles faziam apoio abertamente a Jânio.

Em 1968, quando estava na faculdade de Filosofia, já afastado do Exército, foi preso, mais uma vez, por dizerem que ele estava fazendo atos de subversão na Faculdade Nacional de Filosofia.

O relatório do serviço informações, em 1976, produzido pela Aeronáutica, tinha o seguinte conceito sobre ele: “comunista militante, é considerado elemento de alta periculosidade”. Os militares ressaltavam ainda que, Donato era pertencente à família de Cachoeiro do Itapemirim, bastante influente, e que, após ser cassado, colaborou por diversas vezes com esquemas fraudulentos na cidade (como forma de desqualificar o acusado). Em 1983, fazia parte da ADNAM, que o homenageou em 1992, por ocasião do falecimento do pracinha. “O querido Donato constituiu para nós um exemplo de firmeza de caráter da mais profunda crença democrática a que se dedicou por inteiro, até o último momento de sua vida”, escreveram os colegas.

O Estado de olho em um comunista²⁵²

Alberto Firmo de Almeida participou do 1º Regimento de Infantaria como 1º tenente. Em 1964, ele já era tenente-coronel. Em 1966, tendo escapado da primeira onda de cassações, foi acusado de agir sob liderança de Leonel Brizola, exilado no Uruguai, com a finalidade de fazer tumultos contra a ditadura, começando pelo Rio Grande do Sul. Ele foi preso para interrogatório. Estaria planejando a ação junto com outros militares e com ajuda de civis.

Alberto negou a participação em tal movimento, apesar disso, para o oficial que o estava interrogando, a sua negativa de participação em reuniões de planejamento, só confirmaram a culpa, porque outras pessoas teriam dito que ele estava lá e que, por isso, estaria mentindo mais uma vez. “Chega-se à conclusão que tenente-coronel Alberto Firmo de Almeida, participou da articulação contra-revolucionária em função de ‘cabeça’ e devendo assim ser enquadrado no item da lei”.

Alberto era casado com Maria Pia Rocha de Almeida. Em 1980, a filha deles, Nina Célia de Almeida de Barros, estava estudando nos Estados Unidos e era monitorada pelo governo brasileiro. Ela recebia bolsa da Capes e morava junto com o marido. Em tese, não havia porque estarem vigiando a filha de Alberto, até porque, em 1966, ele foi liberado por falta de provas, ainda que tenha sido cassado como retaliação.

Além do mais, depois da anistia de 1979, Alberto foi reincorporado ao Exército (em 1980), portanto não havia de fato nenhum motivo para que investigassem sua família.

Não obstante, em 2013, Jacob Gorender, um dos comunistas mais famosos da FEB, declarou abertamente que Alberto era membro da célula comunista da FEB na Itália, e foi um dos poucos com quem ele, de fato, trocou ideias sobre as movimentações do partido, sendo que Gorender trabalhava no setor de transmissões da Artilharia.

Além de Nina, Alberto tinha mais dois filhos: Mauro, que se tornou advogado, e Guilherme, que seguiu carreira como músico. Alberto era comunista, o que não era crime, mas, que para o Exército, era.

²⁵²Documentos br_dfanbsb_2m_0_0_0123_v_03_d0001de0001, br_dfanbsb_n8_0_pro_css_1522_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73078205_d0004de0005, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80002860_d0004de0014, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85012480_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_qqq_80000612_d0001de0001, br_dfanbsb_z4_dpn_pes_bst_0051_d0001de0001 e br_rjanrio_pe_0_0_0056_d0002de0003. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 08 jan. 2021; *Diário do Paraná*, 05 de maio de 1966, p. 2; *Correio Braziliense*, 06 de março de 1980, Política, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 08 jan. 2021; Entrevista à margem esquerda - Jacob Gorender, 2007. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gorender/2007/06/entrevista.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2021; Jacob Gorender: trajetória crítica (entrevista ME#9). Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/11/trajetoria-critica-de-jacob-gorender-entrevista-publicada-na-margem-esquerda-9/>>. Acesso em: 25 abr. 2021; Coronel Firmo de Almeida, uma saudade - James Pizarro. Disponível em: <<http://professorpizarro.blogspot.com/2011/12/cel-firmo-de-almeida-uma-saudade-james.html>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Incriminado por uma carta e por ser nacionalista²⁵³

Em 1952, Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, que foi soldado no 1º Regimento de Infantaria na FEB, foi personagem de uma trama que tentava incriminar o oficial Manoel Inácio de Souza Júnior. Uma carta que o Souza Júnior enviou para Andrade foi interceptada pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, que por conta da disputa do Clube Militar, de 1952, era favorável ao grupo internacionalista e publicou a mensagem no seu jornal, na primeira página. A Carta atacava o pessoal internacionalista e continha a manchete sensacionalista que dizia: “Fundação de uma entidade terrorista”.

Os dois foram ouvidos, sendo que Joaquim foi logo descartado do processo. Souza Júnior precisou se explicar e foi julgado. No julgamento, ele foi inocentado por votação unânime, tendo ficado provado que a carta era direito de liberdade de expressão dele e que o jornal errou ao publicar, já que era uma carta de caráter particular.

Com a derrota nacionalista no Clube Militar, em 1952, as represálias contra Andrade e Souza Júnior vieram, sendo que Inácio e Joaquim foram transferidos para quartéis distantes da Capital Federal e que, coube a Joaquim denunciar no Senado Federal as perseguições, que se davam nos quartéis, contra quem não tinha apoiado os internacionalistas.

O porta-voz dos nacionalistas e militantes de esquerda foi o senador Atilio Vivacqua, relator dos abusos que haviam acontecido durante o processo de votação, findado com a vitória do lado dos internacionalistas. Nenhum dos dois, nem Inácio e nem Joaquim perderam os postos militares, mas ficaram marcados pelos opositores. Em 1964, ambos foram cassados por atos institucionais, por suspeita de subversão. Era uma vingança por 1952.

A situação era tão marcante que, quando prenderam Gilson Ribeiro da Silva, que era poeta, em 1972, disseram que ele tinha conversado com alguém de apelido Almeida ou Coronel, e mostraram fotos de militares cassados para ele. Apontaram que o retrato identificado por Gilson podia ser a foto de Joaquim, pelas características físicas. Não era Joaquim. Ou seja, mesmo oito anos após o golpe, a foto dos fichados ainda era utilizada com intuito de ligá-los às ações “subversivas”.

Em 1972, Joaquim já estava trabalhando na Simplex Engenharia, Indústria e Comércio. Em 1976, atuava na iniciativa privada e ajudava com doações no Lar Fabiano de Cristo, em Fortaleza/Ceará. Joaquim morreu em 2007 em Fortaleza.

²⁵³Documentos br_dfanbsb_2m_0_0_0120_v_02_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72050026_d0001de0001, br_rjanrio_cnv_0_cve_00092000510201590_d0002de0003, br_rjanrio_cnv_0_vdh_00092001498201379_v_11_0121_d0001de0001 e br_dfanbsb_2m_0_0_0010_v_01_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 08 jan. 2021; *Tribuna da Imprensa*, 10 de julho de 1952, p. 1 e 10; *O Jornal do Rio de Janeiro*, 30 de setembro de 1964, p. 1. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

Manoel Inácio, amigo de Joaquim²⁵⁴

Na Segunda Guerra Mundial, o capitão Manoel Inácio de Souza Júnior comandou a 5ª Companhia do II Batalhão do 6º Regimento de Infantaria. Manoel esteve envolvido com o caso da carta de Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, citado anteriormente.

Souza Júnior foi o acusado de ter escrito a carta e enviado a Joaquim, na qual eles comentavam sobre a criação de um grupo terrorista para agir contra o pessoal da Cruzada Democrática. Da mesma forma que Joaquim, Manoel não foi esquecido. Em 1964, ele foi cassado e perdeu os direitos políticos, só sendo anistiado em 1979.

Manoel morou em Mato Grosso do Sul e, em 2012, seus herdeiros disputavam parte de seu espólio na justiça. Uma curiosidade é que parte da área do aeroporto de Campo Grande pertenceu a sua família, tendo sido decretada em 2010 como utilidade pública pela prefeitura daquela capital e pelo Governo do Estado.

Torturaram até o filho de Kardec Lemme²⁵⁵

Kardec Lemme era militar formado na escola do Colégio Militar. Ele afirmou, em entrevista, que havia uma célula dentro da Instituição, em que Nelson Werneck Sodré, um outro aluno de apelido Camarão e ele tentavam sempre recrutar alunos para a causa comunista.

Quando estourou a guerra, ele foi recrutado, como relatado anteriormente, por Apolônio de Carvalho ou um emissário do mesmo, e foi assim que Lemme foi servir na FEB. Depois da guerra, continuou no Exército, participou da campanha do petróleo, da campanha do Clube Militar, da campanha de legalidade para a eleição de Juscelino Kubitschek e foi cassado em 1964, durante a ditadura, tendo, meses antes, defendido a legalidade de Jânio Quadros e João Goulart.

Quando foi preso, afirmou que nunca foi torturado e que o pai do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, chamado Leônidas Fernandes Cardoso, que era general, junto com mais dois amigos também generais, espíritas, pediram que não o torturassem, porque ele só era um idealista e não era nenhuma ameaça. Kardec também disse nunca ter escondido nada dos militares e que dizia tudo que pensava nos interrogatórios, falando a verdade.

²⁵⁴Documentos br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73078205_d0001de0005, br_dfanbsb_vaz_0_0_34013_d0001de0001, br_dfanbsb_2m_0_0_0120_v_02_d0001de0001 e br_dfanbsb_vaz_0_0_34013_d0001de0001. Disponíveis em <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>. Acesso em 08/01/2021; Correio Braziliense, 30 de setembro de 1964, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

²⁵⁵ Documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_83008722_d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 10 jan. 2021; Kardec Lemme. 19/06/2013. Disponível em: <https://cnv.grauna.org.br/images/pdf/depoimentos/Kardec_Lemme_-_RDK_19.06.2013.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021; Rede Brasil Atual. Ditadura: adolescente sofreu nove dias de tortura por ter pai 'comuna safado'. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/03/ditadura-adolescente-sofreu-nove-dias-de-tortura-por-ter-pai-comuna-safado/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Ele sobreviveu, depois de cassado, com o dinheiro da mulher e as economias que tinha no banco, descrevendo a própria vida como sendo pobre. Seus grandes amigos eram Joaquim Miranda de Andrade, citado anteriormente, e Joaquim Inácio Batista Cardoso

O filho de Kardec, Luiz Carlos, que tinha 15 anos em 1964, trazia na memória a lembrança da casa sendo revirada em busca do seu pai. Em 1966, aos 17 anos de idade, quando o pai estava preso pela segunda vez, ele também foi detido, ficando nove dias preso e apanhando na cadeia.

A mãe do jovem foi quem conseguiu contato com o garoto após esses dias preso. O general Peri Bevilacqua foi quem libertou Luiz Carlos, sendo ele, mais tarde, também afastado das funções que exercia no Exército. Kardec ainda seria preso outras duas vezes até 1985, sempre absolvido por falta de provas.

Luiz Carlos, filho de Kardec, não era filiado ao PCB, mas o usaram para atingir o seu pai. Nos dias mais difíceis, eles viveram com o salário da mãe, que era funcionária da Assembleia Legislativa. Em entrevista em 2013, Luiz Carlos contou que ao procurar registro sobre sua prisão, descobriu que este havia sido apagado pela ditadura.

Foi solidário a Cuba²⁵⁶

Luiz Gonzaga de Oliveira Leite foi capitão do 1º Regimento de Infantaria na FEB. Depois da guerra, continuou no Exército e, em 1966, era general de brigada. Contra ele foi instaurado um inquérito policial militar, o popular IPM, que teve como responsável o general de divisão Álvaro Tavares Carmo. Ele foi cassado e mandado para reserva por ter, em 1963, efetivado o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, que foi realizado entre os dias 28 e 30 de março, em Niterói.

Segundo o inquérito conduzido pelo Exército, a “atuação do referido oficial-general, durante o citado Congresso concorreu para pôr em perigo a segurança nacional e nessas condições existiu um crime”.

Ele também teve os direitos políticos suspensos por dez anos. O Congresso em questão foi acompanhado por vários comunistas, que atuavam na clandestinidade e o General foi o presidente do evento. Luiz Gonzaga foi apontado como comunista, não só como subversivo e, por isso, foi demitido:

O general R1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite, de longa data, vem sendo identificado em atividades e ligações com membros do extinto Partido Comunista Brasileiro. A partir de 1961, passou o tenente-general Luiz Gonzaga Leite a agir abertamente, em

²⁵⁶Documentos br_dfanbsb_n8_0_psn_aai_0120_d0002de0002, br_dfanbsb_n8_0_psn_aai_0120_d0002de0002 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77104199_an_01_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 08 jan. 2021; *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1967, 1º Caderno, p. 9; *Correio da Manhã*, 19 de novembro de 1966, 1º Caderno, p. 8; *Correio da Manhã*, 29 de março de 1967, 1º Caderno, p. 8; *O Seminário*, número 257, Semana de 27/04 a 03/05/1961, p. 5. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

íntima ligação com membros do PCB, dando ensejo a que fossem obtidas provas da atuação comunista. A atuação subversiva do General Gonzaga Leite atingiu seu clímax no Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, porém, organizado e presidido, sobre orientação e inspiração do comunismo internacional. No referido Congresso, empolgado pela euforia que animava, que contava como praticamente consumada a tomada do poder, o General Luiz Gonzaga de Oliveira Leite proferiu violento discurso, e eivado de incitamentos à subversão e à violência, enaltecendo a revolução comunista cubana como a solução justa para a questão social.

Face ao exposto e ao constante das provas dos autos do IPM, e na certeza de que General R1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite colocou-se em absoluta incompatibilidade com os objetivos da Revolução, além de constituir-se, por seus atos, como ameaça à segurança nacional, propõe à vossa excelência (...) a suspensão dos direitos políticos do oficial General.

Ele foi cassado pelo ato institucional nº 2. Não foi pelo número 1, porque ainda estava acontecendo o processo na época. Para completar, Gonzaga Leite também tinha escrito um artigo, em 1950, de cunho nacionalista, além de ter se aliado às chapas nacionalista no Clube Militar.

Já na ficha geral do Exército, constava que, entre 1936 e 1946, exerceu atividades comunistas, mantendo ligações com inúmeros membros do PCB, dizendo ser amigo e admirador de Luís Carlos Prestes, sendo sempre visto em “comícios vermelhos”.

Diziam, ainda, que ele pertencia ao departamento militar da Liga da Defesa Nacional; Gonzaga também havia protestado contra a eleição que conduziu à diretoria, Osvaldo Aranha, Juarez Távora e outros, apontando-a como ilegal. Era visto constantemente em companhia dos majores Péricles Vieira de Azevedo e Henrique Cordeiro Oest, bem como dos oficiais Dinarco Reis, Antônio Rolemberg e Ivan Ribeiro, todos militantes do PCB.

Durante o comando de unidade no Rio Grande do Sul, Gonzaga baixou ordem do dia francamente subversiva e foi preso quando servia no 2º Regimento de Infantaria, por atividades comunistas.

Em 1945, não foi aceito no concurso de admissão da Escola de Comando de Exército de Estado-Maior do Exército, por não atender às condições de conduta militar que eles requeriam (não ser suspeito de subversão era uma delas).

Em 1952, foi apontado como “suspeito de ser simpatizante do comunismo”. Era fichado pela Polícia de Minas Gerais como comunista desde 1936. Um informe enviado pela 6ª Região Militar dizia que o “comandante do 19º Batalhão de Combate de Salvador, serve na Guarnição desde 16 de dezembro de 1956. É fato por demais conhecido no Exército que o referido oficial tem ideias comunistas. Particularmente, após seu regresso da FEB, esteve envolvido, na Vila Militar, em atividade de natureza extremista em várias oportunidades”, tendo “revelado simpatia pela causa comunista”.

Em 1957, fez parte do movimento nacionalista da Bahia, em companhia de comunistas. Em 14 de julho de 1962, foi interceptado no avião cubano especial, quando se dirigia para Cuba, a

convite de Fidel Castro. Não tinha a viagem sido autorizada pelo Ministro da Guerra. Na ocasião, ele estava a bordo como vice-presidente da delegação brasileira da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, que fora convidada a visitar Cuba.

No jornal *O Globo*, de 4 de novembro de 1963, saiu notícia de que ele havia visitado a China comunista juntamente com a sua esposa. Em 24 de dezembro, seguiu para o México. Mas, em 3 de janeiro de 1964, o *Correio da Manhã* noticiou que o general Gonzaga Leite estava presente nas comemorações da Revolução Cubana, em Havana, ou seja, não teria ido para o México. Em 26 de maio de 1966, foi interrogado sobre a visita à China. Ele disse que tinha ido apenas com fins turísticos e que não era militante comunista e nem tinha qualquer interpretação ou intenção ideológica.

Em 2006, o general recebia uma pensão, a título de indenização, pelas perseguições que sofrera durante a vida no Exército.

Condecorado por bravura na guerra e processado na ditadura²⁵⁷

Nicolau José Seixas era subcomandante da 8ª Companhia do 3º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria. Logo após o ataque de 29 de novembro de 1944 ao Monte Castello, na região de Falfare/Falfareto, ao observar três civis que se aproximavam com alguns perus, não teve dúvida em pegar suas roupas, colocar uma metralhadora debaixo da asa de uma das aves e se dirigir até as linhas inimigas para coletar informações.

Quando chegou no lado alemão, ele foi falando italiano e os inimigos tiveram que o escutar por alguns minutos, até que o detiveram dizendo que ele deveria voltar para a linha brasileira e lhes trazer informações. Nesse meio tempo, ele observou os armamentos e as posições alemãs em Malandrone e voltou, prometendo que logo retornaria com informações dos brasileiros. Após, ele passou as coordenadas para o observador avançado da Companhia e a Artilharia acertou em cheio os alemães.

Por esse motivo, ele foi condecorado com a Cruz de Combate de 1ª Classe, pelo ato de bravura individual, todavia foi advertido pelo general Mascarenhas de Moraes para que não mais fizesse coisas do tipo e nem tomasse tais decisões sozinho. A história aparece em jornais da década de 60 e no livro *Caçando espiões*, de autoria de Geraldo Batista de Araújo.

Em 1961, quando o marechal Henrique Teixeira Lott foi preso por 30 dias por ter assinado um manifesto em que conclamava as Forças Armadas, estudantes, trabalhadores e o povo em geral a

²⁵⁷Documentos br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dit_0487_d0001de0001, br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0941_d0001de0001 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_65096405_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 08 jan. 2021; *Correio Braziliense*, Edição 912, p. 9; *Correio Braziliense*, 19 de outubro de 1967, p. 6; *Correio Braziliense*, 03 de junho de 1965, p. 1; *Correio Braziliense*, 11 de fevereiro de 1966, p. 5; *Correio Braziliense*, 1964, Edição 1.197, p. 5; *Correio da Manhã*, 29 de agosto de 1961, p.1; *Jornal do Brasil*, 13 de abril de 1974, 1º Caderno, p. 3. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

defenderem a Constituição. Nicolau fazia parte do grupo que assinou o documento junto com Lott. Por conta disso, ele foi preso também. Eles defendiam a posse de João Goulart.

Uma curiosidade é que, em 1960, Nicolau foi o autor de um relatório sobre atividades passivas em território brasileiro com apoio de Cuba. Depois da deposição de João Goulart, acusavam que o relatório estava muito fraco e que João Goulart não tomou providências mesmo com as informações (que por sinal, não estariam completas), por conta de ligações que ele tinha com a esquerda e com o fidelismo.

Voltando a 1964, dias antes do golpe, Nicolau estava como diretor da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do governo João Goulart. Tão logo perdeu o cargo, perdeu o imóvel funcional que dividia com um colega de trabalho.

Ainda em 1964, ele saiu de Brasília em companhia de José Carlos Vidal, e foram presos em Santa Catarina, em Joaçaba, ocasião em que Seixas estava vestido de Padre. O Exército suspeitava que eles estivessem fugindo para o Rio Grande do Sul, onde planejavam fazer algum tipo de resistência.

Seixas respondeu simplesmente que viajar com batina não era crime. Como não havia denúncia contra ele e nem contra José Carlos, que tinha 21 anos e que era filho adotivo do pracinha, os dois foram liberados, mas não puderam seguir viagem, tiveram que voltar para casa. Seixas foi transferido para reserva em 9 de abril de 1964, e no dia 14 de abril, perdeu os direitos políticos.

Já no ano de 1965, Seixas foi expulso da faculdade em que estudava em Brasília, onde frequentava como ouvinte o curso de Medicina Preventiva. Em 1966, estava dirigindo um táxi para complementar a renda. Em 1967, se graduou e foi trabalhar como advogado.

Em 1969, no dia 1º de setembro, ele foi preso novamente, sendo acusado de ser orientador de um grupo subversivo que agia na capital Brasília, e ainda de ser um elemento de ligação com uma organização político-militar, do setor Guanabara.

No seu escritório em Brasília foram encontrados: um aparelho da organização, armamento desviado do Exército e em terrenos próximos, duas espingardas Winchester e peças de fardamento do Exército. Na região de Cercal, no entorno de Brasília, foram encontrados cinco fuzis Mauser e 5.100 cartuchos da referida arma, além de cinco mil cartuchos já deteriorados, para as Winchesters.

Enquanto isso, com Jarbas Silva Marques, em Guanabara/RJ, foram encontrados outros aparelhos, além de duas metralhadoras M3 calibre 45, uma metralhadora Thompson, uma metralhadora MK2, 15 carregadores para M3, oito carregadores para Thompson e 74 cartuchos calibre 45. Seixas e outro homem de nome Flávio Aristides Freitas Tavares foram acusados de serem os donos das armas. Também acusaram que Seixas utilizava a viatura da polícia marítima para transportar armas para o movimento revolucionário.

Sem embargo, Seixas não pôde ser incriminado pelas denúncias, porque Tavares foi banido para o México e só poderiam provar se os dois fossem acariciados. Logo, o crime não foi provado e ele ficou livre, entretanto sempre vigiado de perto pelo Estado.

Em 1974, teve os direitos restabelecidos, mas a anistia veio mesmo somente em 1980. Em 1982, compôs mesa de lançamento de livro sobre a histórica campanha do petróleo. No mesmo ano, estava no evento sobre o livro que inspirava a democracia, e que se chamava *A batalha da Colina*, escrito pelo jornalista Pedro del Picchia, que era candidato a deputado estadual pelo PMDB, com apoio do PCB.

Nas eleições de 1986, Seixas foi candidato a deputado federal do PT, não sendo eleito e ficando como suplente. Em 2012, pessoas próximas e da família disputavam o seu inventário, pois havia falecido.

Artilheiro, intelectual letrado e perseguido na ditadura

Boris Solomônovitch Schneidermann nasceu em 12 de maio de 1917. Era um judeu ucraniano nascido em Uman, refugiado em Odessa e migrado com a família para o Brasil em 1924. Os Schneidermann saíram da Ucrânia, porque não estavam satisfeitos com as condições de vida que o Regime Soviético, então com sete anos de implantação, estava lhes proporcionando.

A Ucrânia foi um dos países que mais sofreu por conta do comunismo (pelo menos 14 milhões de habitantes teriam morrido de inanição entre 1931-33, o chamado período de Holodomor). Boris conseguiu naturalização e, em 1940, trabalhava como engenheiro agrônomo para o Ministério da Agricultura quando foi para a FEB.

Como era um apaixonado pela literatura, produziu, anos depois, um relato autobiográfico que deu origem ao livro *Guerra na Surdina*. Na FEB, foi 3º sargento no II Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto-rebocados. Na época da guerra, era anti-soviéticos por conta do Tratado Germano-Soviético, assinado entre a URSS e Alemanha, principalmente para dividirem a Polônia, detestava os comunistas.

Depois da guerra, mesmo não sendo graduado em Letras, foi convidado para ser professor na Universidade de São Paulo/USP, como o primeiro professor do curso de russo. O professor teve o mérito de ser o tradutor de grandes autores para o português, como Dostoiévski, Tolstói, Tchekhov, Máximo Gorki, Isaac Babel, Boris Pasternak e poetas como Alexandre S. Pushkin e Vladimir Maiakovski.

Durante a ditadura de 1964, foi preso várias vezes por se envolver em protestos contra o regime. Sua condição de ex-combatente lhe garantiu que não sofresse abusos, como outros colegas da mesma universidade haviam sofrido em condições semelhantes.

Nos conflitos de 1968, o professor deu apoio ao movimento estudantil contra os ataques do Comando de Caça aos Comunistas: participou, no prédio da Maria Antônia, de um plantão de professores em solidariedade aos alunos, para evitar que fossem presos. Dormia lá com outros colegas, para proteger quem havia estado em protestos. Adversários chegaram a jogar bombas para tentar intimidar o grupo, mas ficou nisso:

Principalmente a partir do AI-5 houve muitas prisões. Até então, eu não havia sido molestado, mas pouco tempo depois meu filho entrou para a guerrilha e passamos a ter visitas frequentes da polícia em nossa casa. O clima era muito tenso. Em uma ocasião ficaram estacionados em frente ao prédio o dia todo. Fui detido algumas vezes, não posso dizer que fui preso, porque o máximo que passei na cadeia foram duas horas(...) Eu estava dando umas aulas de literatura russa, bastante entusiasmado com conto de Tchekhov, os alunos também estavam entusiasmados, quando ouvimos um homem entrar pela porta do fundo. “Com licença”, pediu. Ele estava armado à procura de alguns estudantes, pediu que todos mostrassem as carteiras de identidade. Atirei a minha mesa e comecei um discurso bravo, violento, mostrando o absurdo daquela situação em que nós, armados com giz de lousa, enfrentávamos homens com metralhadora na mão. O policial deu uma ordem ao outro para que chamasse seu capitão do exército. Depois, o major. Fui levado para o DOPS, perto da Estação da Luz, com alguns estudantes. Após uma conversa tensa, o major que me havia levado da USP disse: “o senhor agora está livre. Vai descer e vai andando junto as paredes, porque se andar no passeio mesmo, o sentinela vai passar fogo. (FIGUEIREDO; LOTIERZO, 2004, p. 94-95)²⁵⁸

Perto dali, no ponto de ônibus, a professora Aurora Bernardini, na época assistente de Boris Schnaiderman, o esperava em um carro. Tinha sido chamada pela polícia para ir buscá-lo.

Schneidermann foi detido ainda outras quatro ou cinco vezes. “É verdade que tinha me aproximado do Partido Comunista anos antes, mas afastei-me depois do informe de Kruschev e da Revolução da Hungria em 1956. Eu não tinha inclinação política (...) Era um opositor passivo: escrevi um ou outro artigo indignado entre aspas, nas brechas possíveis²⁵⁹”.

Em 1983, Boris recebeu o Prêmio Jabuti de Literatura. Em 2003, recebeu o Prêmio de Tradução da Academia Brasileira de Letras. Em 2007, foi agraciado pelo governo da Rússia com a Medalha Púchkin, em reconhecimento por sua contribuição na divulgação da cultura russa no exterior.

Morreu em São Paulo, um dia depois de completar 99 anos, devido a uma pneumonia decorrente de uma internação hospitalar para colocação de uma prótese de fêmur. Seu corpo foi cremado. Era casado com a professora e tradutora Jerusa Pires Ferreira, sua companheira desde 1986.

²⁵⁸ FIGUEIREDO, Cecília; LOTIERZO, Tatiana. *Crônicas de tempos amargos*. Revista Adusp, outubro de 2004, p. 94-95.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 95.

O fotógrafo da FEB olhava à esquerda²⁶⁰

Horácio Gusmão Coelho Sobrinho já era um veterano da imprensa nacional quando partiu para a Itália como membro dos correspondentes oficiais do DIP, pela Agência Nacional. Era assessor e pediu, diretamente, para o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, para que lhe enviassem. Culto e muito inteligente, sabia que cobrir a guerra seria histórico. A sua família tinha raízes nos primeiros administradores da ilha de Fernando de Noronha. Ele nasceu nessa ilha.

Nos levantes tenentistas de 1922 e 1924, esteve ao lado dos revoltosos, inclusive estando junto com colegas militares que fabricavam explosivos para os conflitos que se desenrolavam. Em uma destas visitas a uma fábrica clandestina, já trabalhando como fotógrafo militar contratado, foi ferido por uma explosão. Um amigo dele morreu e ele fugiu para não ser preso. Porém, foi identificado, abriu mão do cargo que ocupava e livrou-se da condenação.

Mais tarde, já com Vargas no poder, foi devolvido ao cargo, recebeu os proventos aos quais tinha direito e com o tempo apenas mudou do Exército, onde servia como fotógrafo do Estado Maior, para o Departamento de Imprensa e Propaganda, onde estava quando foi para a FEB.

No pós-guerra, Gusmão continuou na Agência Nacional, conforme consta no Decreto-lei 9548/1946. Viajou o Brasil todo, documentando as missões de colonização do interior do país, inclusive, esteve nas primeiras expedições que estabeleceram contato com índios no norte do Mato Grosso.

Outro decreto, esse o “nº 40.494, de 5 de Dezembro de 1956”, o aposentou, deixando vago o cargo que ele ocupava desde 1941. Faleceu em 1963, sete anos após a aposentadoria do serviço federal como fotógrafo. O neto, Mário, conta que ele sempre teve uma tendência mais à esquerda no campo político e que isso, às vezes, gerava certos debates com o filho, mais à direita. Sua paixão era reformar a casa que comprara após anos de trabalho. Quando faleceu, estava justamente indo comprar material para uma pequena reforma que estava realizando.

Joel Silveira, um jornalista socialista liberal²⁶¹

Joel Magno Ribeiro Silveira foi correspondente de guerra pelos Diários Associados, junto à FEB. Conforme o pesquisador Danilo Ferrari²⁶², que reconstruiu a trajetória de Joel Silveira até 1944, “entre 1939 e 1940, ele colaborou no suplemento cultural do jornal diário Meio-Dia, periódico de orientação pró-Alemanha liderado por Joaquim Inojosa”. Segundo Danilo, por conta da assinatura do pacto de não agressão entre União Soviética e Alemanha, vigente no período citado, o regime

²⁶⁰ Publicado originalmente pelo pesquisador Helton Costa, no livro de sua autoria, *Crônicas de Guerra*, de 2019.

²⁶¹ *Ibid.*

²⁶² FERRARI, Danilo Wenseslau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. O trabalho de Danilo ajudou a montar o quebra-cabeças que foi contar sobre a vida de Joel Silveira, antes, durante e depois da Guerra.

alemão foi poupado de críticas por Joel, que tinha uma tendência mais à esquerda. “Essa foi a justificativa apresentada por Silveira para sua participação num periódico de orientação nazista. Esse momento da vida do jornalista foi lembrado com muito incômodo num de seus livros de memória”, afirma o professor.

Joel era vigiado pelo Estado desde antes da FEB, pois era crítico a Vargas. Na guerra, relatou o cotidiano em três obras exclusivas dedicadas aos soldados, uma de 1945 (*Histórias de Pracinhas*), outra de 1983 (*A luta dos Pracinhas*, escrito com Thassilo Mitke) e uma última de 2005 (*O inverno da guerra*), que trazia textos selecionados da obra de 1945, de 1983 e outros que ele publicou ao longo dos anos, visto que foram várias crônicas.

Do ano de 1954 até 1964, Joel trabalhou como diretor do Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho. Perdeu o posto após o golpe militar, do qual foi opositor. A partir de 1964, dedicou-se à tradução de obras de escritores como Gabriel Garcia Márquez, Ítalo Calvino e Manuel Puig, entre outros.

Foram cinco as vezes que Joel Silveira foi preso durante a ditadura civil-militar, sendo que em todas, sob suspeita de comunismo nos textos que escrevia. Duas vezes, no governo Castelo Branco (1964-67) e, três, na gestão de Garrastazu Médici (1969-1974):

As perguntas eram sempre as mesmas, uma coisa idiota: ‘Você é comunista?’. Eu dizia: ‘Eu não sou comunista, não pertencço ao Partido Comunista. Os senhores estão cansados de saber que eu sou é socialista, democrático. Socialismo, sim, mas com liberdade: você ter direito de dizer o que quiser, escrever o que quiser, de pensar o que quiser. Agora, quanto a essa ditadura dos senhores eu sou violentamente contra. Podem me prender, fazer o diabo, mas eu não vou dizer que não sou. Sou contra esse cinismo, porque não considero revolução. Os senhores deram foi um golpe.’²⁶³

Na cadeia, alegou que não sofreu maus-tratos, porque a condição de ex-combatente fazia com que outros militares, principalmente os que tinham sido da FEB, o respeitassem. De acordo com Joel, a prisão dele era em salas de oficiais:

Minha prisão, em 1964, foi rápida, a que demorou mais foi uma em que eu fui preso no dia 13 de dezembro de 1968, o dia do AI-5. Passei o fim do ano lá e só saí na véspera do Carnaval. Mas me facilitavam... Eu, por exemplo, uma vez, chamei o coronel que era o comandante lá e disse ‘coronel, eu tenho que viver, tenho que pagar minhas contas, tenho que dar comida à minha família. O senhor dê um jeito de eu mandar buscar minha máquina de escrever’. Naquele tempo, eu estava traduzindo as obras do Fellini para a Editora Civilização. ‘E o que é que você quer?’, ele perguntou. Eu disse ‘eu quero uma máquina de escrever e um livro que eu estou traduzindo do Italiano’. E, imediatamente, ele mandou um soldado aqui em casa apanhar uma máquina e o livro. O livro era o 8 ½. Eu traduzi esse livro da prisão e traduzi lá

²⁶³Entrevista a Douglas Portari, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/reporter-velho-de-guerra/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

porque ele me deixou trabalhar, pelo menos. Naquele tempo, o coronel estava se arriscando. Foi um gesto nobre e corajoso.²⁶⁴

Em 2007, de causas naturais, Joel fez o desencarne. Foi na casa onde morava, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Somava 60 anos de carreira, mais de 40 livros publicados. Deixou três filhos e a esposa Iracema, que também morreria três anos depois. O corpo de Joel foi cremado no Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro.

Mesmo com todos os defeitos de Getúlio Vargas, Joel o admirou; conviveu bem com Jânio Quadros e com Juscelino Kubitschek. Foi com os militares que a relação com o poder desandou.

Já aposentado e idoso, Joel continuava a acompanhar a política nacional. “Esquerdista, Joel era fã do sindicalista Lula, mas crítico do Presidente. E não acreditava que o petista pudesse se reeleger em 2006. Nos últimos anos de vida, perdeu a visão e acompanhava o noticiário por meio da leitura diária dos jornais feita por sua filha, Elizabeth”, relata texto²⁶⁵ da Associação Brasileira de Imprensa no dia do falecimento do jornalista. Nos prêmios que acumulou, constavam o *Machado de Assis de Conjunto da Obra*, da Academia Brasileira de Letras; o *Liberio Badaró*, o *Esso Especial*, o *Jabuti* e o *Golfinho de Ouro*²⁶⁶.

Com Mascarenhas de Moraes, que fora comandante da FEB, trocava correspondências, sendo que o velho marechal do Exército concordava com o ponto de vista de Joel de que os pracinhas tinham sido abandonados à própria sorte no pós-guerra. Indignado, Joel, sempre que possível, publicava notícias sobre as péssimas condições em que se encontravam os ex-combatentes.

Com a morte de Joel, a família teve a pensão que ele recebia cassada, mesmo a viúva, em tese, tendo direito. Em tese, porque por orientação da Advocacia Geral da União (AGU) a pensão só cabia a ele. Nessa época já era o segundo mandato de Lula, que, ironicamente, tinha a admiração do jornalista.

A família recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, porque no Rio de Janeiro a Justiça já tinha negado o pedido. No entender da AGU, Silveira não era combatente, e sim correspondente, o que o advogado da família discordava, uma vez que não há a discriminação de funções para quem esteve na guerra. Se fosse seguido o entender da AGU ao pé da letra, os serviços auxiliares poderiam ser excluídos, como os Correios ou o Banco do Brasil, por exemplo.

Com Iracema já falecida, e como a família teve que arcar com os gastos médicos por três anos em que ela teria que ter recebido e não recebeu a pensão, os filhos pediram que o governo, pelo menos, repusesse o dinheiro que precisaram arranjar para tratar Iracema nesse período, o que daria

²⁶⁴Entrevista a Douglas Portari, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/reporter-velho-de-guerra/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

²⁶⁵Jornal O Globo. Joel Silveira morre no Rio aos 88 anos. Disponível em <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL88337-5606,00.html>. Acesso em 11/10/2022.

²⁶⁶Idem.

em torno de R\$ 200 mil. Imóveis e bens foram vendidos para tentar garantir a saúde daquela senhora. Joel era amparado pelos direitos de ex-combatentes, tendo recebido, inclusive, a Medalha de Guerra e a Medalha de Campanha, igual a qualquer outro soldado ou oficial. Em 2011, a família ainda tentava o benefício.

Joel Silveira, os comunistas e os socialistas²⁶⁷

O correspondente Joel Silveira, que nunca escondeu sua simpatia pelo socialismo liberal²⁶⁸, escreveu uma crônica de duas páginas em que não economizava elogios aos partigiani:

Até o dia em que o primeiro soldado aliado saltou na Itália, os componentes da atual Legião Garibaldi viviam no 'underground', sufocados e vigiados dia e noite pela polícia fascista de Mussolini. Conversei com um velho partigiani aqui na frente brasileira, que passou 18 anos no cárcere e, ele me disse que na sua maturidade foi um dos mais ativos elementos do partido socialista.

À proporção que a península ia vendo-se livre do fascismo, a gente do 'underground' foi chegando à tona. Muitos deixaram as prisões doentes e quase mortos, outros desceram das montanhas, aonde, a partir de 39 havia dado início a uma intrincada obra de sabotagem contra os fascistas italianos e alemães. Outros vieram do estrangeiro. A Legião Garibaldi, um dos mais fortes e eficientes grupamentos de partigiani que operam na frente do V e do VIII Exército, é formada de uma gente que varia: comunistas, socialistas, liberais e católicos. A maioria, no entanto, é comunista, velhos, 'regazzi'²⁶⁹, mulheres e até crianças. O trabalho que a Legião Garibaldi vem prestando aos exércitos aliados na frente italiana é dos mais marcantes. Seus elementos se infiltram nas linhas tedescas, vão e vêm pela terra de ninguém, disfarçados de 'Sfolatti', e voltam sempre carregados de informações preciosas. Pode-se mesmo dizer que é impossível qualquer ofensiva de envergadura, sem o concurso dos partigiani. Na hora do combate, o civil italiano antifascista se transforma no soldado combatente, e com seu fuzil e uma metralhadora, luta ao lado dos ingleses e norte-americanos, brasileiros, neozelandeses, poloneses e indianos. Os nazistas têm fuzilado uma porção deles, seria impossível o número exato.

Joel cita outras alas partigiani, como o Giustizia e Libertá, do Partido da Ação e conta que o Esquadrão de Reconhecimento, tendo como comandante Plínio Pitaluga, recebia grande ajuda dos guerrilheiros da Legião Garibaldi. Pitaluga até apresentou um juvenzinho sem barba que era

²⁶⁷ SILVEIRA, Joel, 1945, (op. cit., p. 28-29; 50-51; 134; 191-193; 224-227; 270 e 274). Publicado originalmente no livro de Helton Costa, *Camarada Pracinha, amigo Partigiani: anotações brasileiras sobre a Resistência Italiana na II Guerra Mundial* (Matilda, 2021).

²⁶⁸ Que rompe com a ditadura do proletariado e estatização dos meios de produção, além de não incentivar a violência como uma forma de se chegar ao poder; socialismo democrático.

²⁶⁹ Meninos jovens.

partigiani e atuava ao lado dos brasileiros, que disse que só deixaria de ser partigiani quando o último nazista tivesse deixado a Itália.

O rapaz, antes de partir, orientou Joel a procurar o Hotel Majestic, em Bolonha, pois ali a dona era partigiani. O jornalista assim o fez, e ouviu da proprietária que ela tinha se tornado partigiani após os alemães terem matado o seu noivo, que também era da Resistência. Joel encerrou, elogiando a resistência e dizendo que caberia aos partigiani, no futuro, impedir o renascimento do fascismo.

Em outra ocasião, Joel ainda conheceu um partigiani de nome Lorenzo, um dia antes da morte do jovem, em Monte Belvedere, vítima de bombardeio alemão. Viu os amigos se emocionarem ao se despedirem dele, enquanto o corpo era levado pelo pelotão de sepultamento americano e, em seguida, se colocaram em forma e continuaram sua luta, engolindo os sentimentos para que a missão prosseguisse.

Em um dia de trabalho, disse ter conversado com o pracinha Félix Araújo²⁷⁰, leitor de autores marxistas e líder estudantil que, desde 1942, vinha militando pela entrada do Brasil na Segunda Guerra, quando o país ainda era neutro. Depois, se alistou como voluntário e dizia saber perfeitamente pelo que estava combatendo: contra o nazifascismo, se somando a soldados de todas as nações.

No artigo *Os olhos da nova Itália*, escrito após uma visita de Joel Silveira a Pistoia na Itália, ainda durante a guerra, ele contou que, em uma noite fria e chuvosa, se dirigiu a uma reunião dos socialistas e comunistas da cidade. Passava da hora do toque de recolher (22h) e estava com ele o pracinha Hilton Gregório Lobato, que antes de ser convocado, era dono, no Rio de Janeiro, de um negócio de carvão e de uma biblioteca de aluguel. Hilton era um dos militantes de esquerda da FEB e sua história é interessante, porque, em 1936, foi deportado do Maranhão para o Rio de Janeiro, após ser acusado de subversão contra o governo Vargas, por ter apoiado a Intentona Comunista de 1935²⁷¹. Foi mandado para o Rio, inocentado e levava a vida tranquila até ser convocado para a guerra, como cabo. Servia no quartel de comando do general Olympio Falconiére, junto aos órgãos não combatentes. Por ser politizado e bastante comunicativo, conheceu Joel Silveira, que estava subordinado exatamente ao quartel em que ele servia. Continuava sendo de esquerda.

Além dos dois, um partigiani chamado Francesco servia de guia e intérprete para Joel, que para não fazer feio em italiano, preferiu se comunicar em francês. Com uma lanterna de bolso, procuraram a casa da reunião. Chegaram e subiram as escadas. Era uma casa no centro.

²⁷⁰ Não encontrado na relação da FEB.

²⁷¹ Tentativa de golpe comunista para tirar o presidente Getúlio Vargas do poder. Fracassou e seus líderes foram presos ou deportados.

Lá, dez homens e três mulheres os aguardavam. A reunião estava acontecendo às escondidas. Joel foi cumprimentado por todos e descreveu assim os apertos de mão: “os homens nos estendem as mãos. Mãos de operários, de comerciantes, de estudantes e somente dois ou três minutos depois é que descubro, encolhidas no fundo da sala, duas mulheres. Uma delas tem cabelo loiro e jogado para trás. Os olhos são muito vivos e a manta verde enrola o pescoço e cai”, afirmou.

A mulher se chamava Alberta e a outra, mais velha, Emília. A terceira, que apareceu em seguida, tinha 62 anos, era apelidada de “Cinque”, ou cinco em português. O motivo era porque tinha matado cinco alemães de uma vez só, em uma emboscada.

Alberta era siciliana. Havia entrado para a luta após o marido, que era da Resistência, ter sido preso em Florença. Ambos eram do Partido Comunista. Desde a prisão do marido, ela tinha a missão de se infiltrar nas linhas alemãs e trazer informações sobre armamentos, posições e comandos.

Já Emília começou como espiã, porém, agora, comandava uma esquadra feminina de 36 mulheres que lutavam na frente de batalha junto aos homens, na infantaria e sabotagem. Algumas eram estudantes, outras camponesas e muitas da cidade.

Cinque havia estado presa 11 anos por ter criticado o governo de Mussolini e agora só pensava em uma coisa: vingança contra o regime que a privou da liberdade.

Estavam ali na frente do jornalista os principais líderes partigiani da cidade ou seus autorizados. Um dos homens tinha no rosto uma cicatriz de bala, e contou que entrou para o movimento após ter o filho fuzilado em Verona. Esse mesmo senhor resumiu a história dos partigiani até ali, e orgulhoso dizia que estavam em toda a Itália perto de 150 brigadas, e que cada brigada possuía 200 homens, gente de todas as profissões.

Outro partigiani chamado Piero argumentava que cinco mil partigiani da divisão Garibaldi lutaram contra homens da divisão Hermann Goering na frente apenina, que mataram 1.500 alemães, “mas que nada disso valeu a pena, uma vez que os alemães incendiaram três cidades italianas em represália”. Entretanto, disse ele: “são 1.500 piolhos a menos”.

Oliviero, outro do grupo, pediu a palavra e contou que seis dias antes dos aliados chegarem à Pistoia, os partigiani já a tinham libertado em parte. Na luta, haviam perdido 48 homens, seis mulheres e tinham registrado mais 100 feridos. Quando os americanos entraram, a luta estava praticamente definida em favor dos partigiani.

Não menos interessante era a história do Padre Petrucci, de Montecatini, que preferiu fazer mais do que levar conforto espiritual aos fiéis. Ele pegou em armas, era habilidoso com um fuzil nas mãos, e registrava no currículo ter sustentado fogo sozinho frente a uma investida alemã contra os partigiani, o que fez até que todos pudessem se defender e chegasse reforço.

O padre afirmava que desde 1942, quando os alemães começaram a construir a linha gótica, elementos do partido comunista e socialista haviam se infiltrado entre os operários e realizado sabotagens em todas as fortificações, além de terem feito cópias das plantas das fortificações, a fim de que pudessem, mais tarde, entregar aos aliados. O padre pertencia ao Partido Socialista, e já tinha mais de 50 anos de idade.

Ítalo Sarubbi levantou a mão para falar. Contou que havia estado preso 52 vezes, sido espancado seis vezes e tido que mudar de casa sabe-se lá quantas vezes mais. Era exemplo de persistência para os colegas. Ele presidia o CLN local.

Aldo, da Brigada Valiano Valiani, recebeu convite para que fugisse para a Suíça, onde ficou seis meses e voltou para a luta armada na Itália. Sobre os grupos mais importantes da região, destacaram as brigadas Bozzi, Filoni, Matteoti, Fantacci, Magni e o partigiani “Gigi il Bullo²⁷²”, da Brigada Valoris, lembrava de Pippo e Silvano Tedi, que estavam lutando já na frente de Milão.

A entrevista com os partigiani continuou. Eles tomaram um pouco de vinho e foram unânimes em dizer que, para vencer o fascismo, era preciso a união dos grupos ao lado dos aliados, ao que o padre Petrucci comentou que somente um exército forte e democrático poderia evitar na Itália, o progresso de qualquer neofascismo. Dito isso, Petrucci levantou e chamou o jornalista até um armário. Ali, havia 53 fichas, nas quais constavam os nomes de 53 fascistas, os locais que moravam e residiam, e a biografia de cada um deles, desde a filiação aos Camisas Negras, até o que fizeram contra a comunidade. Esses, segundo o padre, não escapariam. Joel disse ter visto garra e vontade de luta nos olhos do padre e de todos os outros presentes e esses, segundo o jornalista, eram os olhos da nova Itália.

Joel também disse que acompanhou em Milão, em 3 de maio, Rosa Cervi, comandante de uma fração de Brigada partigiani. Ela liderava 100 pessoas na luta, a maioria deles, comunistas. Ela não era comunista, era uma católica devota de Santa Terezinha, levando uma medalhinha da santa no pescoço. Pelos serviços prestados, naquele 3 de maio, ela foi convidada para assumir o governo provisório do setor de Quatro Castella. “Rosa Cervi tem somente 20 anos de idade. Seus olhos são grandes e verdes, seus cabelos pretos e nunca abandona a metralhadora manual, capturada de um nazista. Na semana passada, o setor onde atuava FEB, Rosa Cervi aprisionou e desarmou 19 nazistas, localizando ainda importante depósito de munições do inimigo”, escreveu Joel, que foi de carona no jipe da líder.

O irmão dela, Piero, que havia fugido de um campo de trabalho na Áustria, também era partigiani. Antes de partir, Joel perguntou para a mulher quais eram os seus planos depois da guerra.

²⁷² Nome escolhido de personagem cênico italiano.

Sem embaraço, ela respondeu: terminar o curso de Engenharia que cursava antes da guerra, casar-se e ter três filhos. Ela mandou uma mensagem aos estudantes brasileiros: “os estudantes brasileiros devem ser como nós, implacáveis e inclementes para com todos os fascistas”.

Já em Firenze, em maio de 1945, Joel teve acesso aos documentos da Polícia Fascista e conta ter lido as fichas de todos os líderes comunistas e socialistas, e dos indivíduos contrários ao governo, muitos deles já presos ou mortos. Irônico, ele disse que gostaria de ter uma experiência semelhante no Brasil, com os nomes que o Governo Vargas poderia estar em posse, exatamente pelos mesmos motivos que os fascistas italianos mantinham seus registros. Dizia que, com certeza, encontraria “retratinhos” e qualidades dele no arquivo nacional.

O jornal, do socialista Gino Brezzi, chamado *Ovra* era constantemente encontrado pelo correspondente. Foi impresso em Firenze de forma clandestina e era uma dor de cabeça para as tropas do Eixo, que não conseguiam prender todos os responsáveis pelas publicações antiocupação, que também registravam nomes como *L'unità* e o *Avanti*.

No dia 1 de maio de 1945, Dia do Trabalhador, Joel estava em Milão e assistiu ao empolgado desfile dos partigiani em comemoração pela vitória e, também, porque a data era proibida de ser comemorada desde 1922, quando Mussolini chegou ao poder. “Milhares de operários, comunistas e socialistas, desfilaram na grande parada trabalhista de 1º de maio, pelas ruas de Milão, comemorando esta data, depois de 23 anos de proibição fascista”, escreveu, ressaltando que jornais dos partidos foram impressos na cidade e eram distribuídos à população.

Em 15 de maio, quando os correspondentes foram mandados para Roma esperar o transporte para o Brasil, no caminho entre Milão e Alessandria, em um lugarejo chamado Vale, o jipe de Joel estragou e, por volta de meia noite, os partigiani apareceram para ajudar. Eram 30 deles, que levaram o jornalista para uma casa em que estavam, enquanto o carro era consertado.

Beberam vinho e foram alimentados pelos italianos, dos quais, três eram mulheres, com o rosto queimado do frio e do sol, e outros cinco universitários de Pádua. Empolgados, contaram para Joel suas lutas durante a guerra, dos amigos tombados em batalhas e daqueles que haviam sido presos e torturados. Também revelaram que, mesmo com o fim oficial da guerra, os partigiani continuavam uma guerra clandestina para não deixar impunes os fascistas que se infiltravam no poder do governo em formação.

“Quase todos trazem ainda os aspecto de lutadores na montanha: cabelos dos rapazes compridos e descuidados e a face das moças crestada pelo sol e vento dos Apeninos e Alpes. Às primeiras horas do dia, quando me despedi dos meus amigos do Vale, todos eles entoaram ao redor

do nosso jipe o hino ‘Bandeira Vermelha²⁷³’: ‘avante povo à luta, a bandeira vermelha triunfará’. E nos saudavam de punhos fechados”.

Joel, emotivo pela volta ao Brasil, tinha recarregado as energias com os contatos de guerra com os partigiani. Estava animado pelo futuro da Itália. “Dentro de poucos dias deixarei a Itália de volta ao Brasil. Levo comigo uma certeza tão viva quanto as palavras e música do hino dos ‘partigiani’ que escutei entoado nas estradas do norte italiano; que jamais o fascismo retornará à Itália. A penhora desta certeza são esses milhares de jovens saídos do povo que estão afogando a reação no justo mar de sangue, já que como me afirmou aquele estudante de Piacenza, não há diferença nenhuma de um fascista e um porco”, escreveu.

Rubem Braga, sempre suspeito, sempre perseguido, porém nunca preso²⁷⁴

Rubem Braga foi correspondente de guerra junto à FEB. Da mesma forma que Joel Silveira, era vigiado pelo Estado desde o governo Vargas, ainda mais porque a família dele havia se colocado contra o golpe de Vargas já em 1930.

Em 1932, tinha feito a cobertura do conflito entre São Paulo e a União. Era formado em Direito na mesma turma de Dario de Almeida Magalhães (que, mais tarde, seria seu editor nos *Diários Associados*) e de Tancredo Neves, que foi o primeiro presidente eleito em 1985, após a Ditadura Civil-militar.

Rubem Braga tinha passagem por dezenas de jornais comerciais, entre eles o *Folha do Povo*, da Aliança Nacional Libertadora em Pernambuco. Recebeu a “fama” de comunista e começaram a dizer que ele estava organizando o partido naquele estado. Conseguiu ficar ali cinco meses e arranhou um habeas corpus preventivo para não ser preso. Isso, até ter que mudar novamente, dessa vez, para Porto Alegre/RS.

Voltou ao Rio, onde escreveu para o jornal comunista *Amanhã*. Ali, cobriu as brigas entre integralistas e comunistas. Em 1936, estava em uma lista de jornalistas que o Estado monitorava. Para evitar ser preso, não podia mais assinar suas matérias.

Durante o Estado Novo precisou, ficar mudando de um lugar para o outro, a fim de escapar das perseguições de Getúlio Vargas. Em 1943, Rubem voltou para o Rio de Janeiro, onde foi contratado pelo *Diário Carioca*. Dali, iria para a Segunda Guerra Mundial, já em 1944.

Rubem, depois da guerra, voltou ao Rio de Janeiro, onde reuniu as melhores crônicas e produziu um livro sobre a FEB (*Com a FEB na Itália, 1945*). Os comunistas não o queriam por

²⁷³ Bandeira Rossa.

²⁷⁴ Publicado originalmente pelo pesquisador Helton Costa, no livro de sua autoria, *Crônicas de Guerra*, de 2019.

perto, e nem ele nem o amigo Joel Silveira queriam ser comunistas. Afastaram-se, e Rubem foi tocar a vida. A sua esposa, Zora, era comunista. Separaram-se em 1949.

Junto com Joel Silveira, apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Vargas saiu do poder e novas eleições aconteceram. Apesar disso, o lado dos jornalistas foi derrotado pelo general Dutra. Rubem se dedicou a ajudar os comunistas de Cachoeiro e, em seguida, foi para São Paulo. Abriu uma espécie de assessoria de notícias para fornecer conteúdo para a Record, contudo o negócio falhou.

Voltou para o Rio de Janeiro, trabalhou para o jornal *A Manhã*. Em 1947, foi para Paris como enviado do jornal *O Globo*. Ficou três meses. Ele e Joel eram grandes amigos e, sempre que podia, tirava sarro do colega a quem apelidou de *Afobadinho do Lagarto*, porque Silveira sempre mandava muito conteúdo para o jornal em que trabalhava na época que estava com a FEB, afinal, dispunha de franquia telegráfica. Já, Rubem precisava pagar e, por isso, tinha que ser criativo para contar o que vira, às vezes, dias depois de ocorrido.

Em 1949, trabalhava no *Diário de Notícias* e, em dezembro, voltou para Paris como correspondente do *Correio da Manhã*. Vargas voltou ao poder em 1950, e Rubem prolongou a sua estadia na França. Agora, escrevia, também, para a revista *Acadêmica*, quando viajou para Alsácia e pela Suíça. No Brasil, era visto com desconfiança pelos direitistas e militantes de esquerda.

Voltou ao Brasil em 1952 e, junto com Arnaldo Pedroso D’Horta, auxilia na campanha do governador paranaense Bento Munhoz da Rocha. Em 1953, lançou com Joel Silveira, *Comício*, jornal que faliu em pouco tempo.

Surge a Revista *Manchete*, de Adolpho Bloch, e Rubem é convidado a escrever. Em 1954, Getúlio Vargas se matou. Rubem não comemorou. Foi acolhido no Governo Café Filho, em um posto na Embaixada do Chile.

Em 1956, com Juscelino eleito, se demitiu do cargo e, também, de jornais que colaborava. Voltou ao Brasil e arrumou emprego na sucursal paulista da *Folha do Rio*. No ano de 1959, colaborou com a Revista *Senhor* e, em 1961, se tornou embaixador do Brasil em Marrocos, durante o governo de Jânio Quadros, de onde só sairia em 1962.

Voltou em 1963, às vésperas do golpe de 1964. Quando veio a Ditadura Civil-militar, ele foi, de certa forma, preservado de abusos, porque, quando estivera na FEB, o pessoal o respeitava e havia oficiais daquele tempo que agora tinham sido promovidos, tinham poder e não se esqueceram daquela primeira imagem de Rubem, de cronista dos pracinhas.

Trabalhando na revista *Manchete* continuou a escrever, entretanto agora em tom menos agressivo, afinal podia ser chamado de subversivo e, a exemplo do que vinha ocorrendo com outros

colegas, ser perseguido, torturado e morto. Em 1965, fez viagem à Índia e, na volta, arrumou problemas com o governo de Portugal, por criticar aquela ditadura europeia.

Em 1968, após o AI-5²⁷⁵ teve que fugir para não ser preso. Estava na lista de possíveis inimigos do regime. Joel Silveira fora preso de manhã, e ele seria o próximo se não fosse Iracema, esposa de Joel, ter ligado para informá-lo. Quem aliviou a barra, foram os oficiais Syzeno e Serpa, ambos amigos dos tempos de Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, Rubem estava proibido de sair do país.

Em 1970, havia boatos de que ele estava apoiando guerrilheiros, boatos infundados até o momento da escrita deste livro. Ainda trabalhava na TV Manchete, onde ficou até 1975, quando saiu para trabalhar na Globo, a convite de Armando Nogueira. Escrevia as crônicas, e outros jornalistas liam e cobriam com imagens no *Jornal Hoje* (JH).

Era um ambiente novo e cheio de gente que estava começando. Ele já era experiente, mas nunca trabalhara em TV. Os tempos haviam mudado. Ele enviava seus escritos para a Globo, e o pessoal cuidava do resto.

Em 1979, quando a ditadura já começava a desmanchar, escreveu o relatório do Ministério da Agricultura a pedido de Delfim Neto. Em 1985, uma seleção dos contos de Braga foi publicada e lhe deu algum fôlego financeiro. Colaborou, também, para o *Estadão*. Rubem era, naquela altura, um famoso desconhecido.

Os profissionais que conviviam com ele, tinham-no como um patrimônio, mas não o viam como aquele jornalista que fora décadas antes. Na Bienal do Livro, passou despercebido entre tantas “novidades” expostas. Era um homem fora daquele tempo, deslocado talvez, com cada vez menos amigos dos tempos de outrora. Estava envelhecendo.

Foi indicado a receber prêmio *Machado de Assis* pela Academia Brasileira de Letras, o que lhe renderia além das honras, um dinheiro extra. Rubem recusou.

Em 1988, lançou o livro *As coisas boas da vida* e, mais uma vez, se ouvia falar do jornalista como celebridade. Todavia, ele estava cada vez mais recluso, queria ficar tranquilo. Em 1990, durante um exame de rotina, descobriu que suas tosses frequentes e o problema para respirar eram, na verdade, um câncer na laringe.

Foi arrumando tudo para a partida. Queria ser cremado e o serviço só era oferecido em São Paulo. Indicou um substituto²⁷⁶ na *Revista Nacional*, na qual, também, vinha colaborando. Doou parte da biblioteca particular para o conterrâneo Paulo Herkenhoff, se despediu de parentes, doou

²⁷⁵Ato Institucional Número 5, que caçava uma série de direitos civis e concedia plenos poderes ao governo federal.

²⁷⁶Jorge Leão Teixeira.

mais livros e, desde 1989, não escrevia mais para o *Estadão* por conta das preferências do jornal por Fernando Collor nas eleições contra Luiz Inácio Lula da Silva.

Depois, com ligações dos chefes do jornal, voltou. O dinheiro era necessário, mesmo naqueles poucos meses de vida que ainda lhe restavam. Quando foi internado, não queria adiantamentos, e assim foi. Desencarnou às 11h30 de 19 de dezembro de 1990, sozinho no quarto, conforme queria que tivesse sido.

O seu corpo foi cremado, e a emissora Globo se encarregou do transporte, tanto do corpo quanto das cinzas na volta. O filho Roberto e o sobrinho Edson, com a esposa dele, Maria do Carmo, levaram as cinzas a Cachoeiro do Itapemirim e, no local conhecido como *Volta do Caixão*, espalharam-nas. O relógio marcava 6h25.

Egydio Squeff, jornalista comunista

Egydio Squeff, ou o Tchê, como brincavam os colegas de front, foi outro dos correspondentes da FEB com tendências à esquerda e o único que se assumia, de fato, comunista.

Começou na imprensa em 1934, no *Correio do Povo* de Porto Alegre. Dali, chamou a atenção com os textos que escrevia, e foi mandado para São Paulo, onde escrevia para o semanário *Diretrizes*. Em seguida, alçou voo para o Rio de Janeiro, para *O Globo*. Também, contribuía para o *Tribuna Popular*, um jornal comunista que existia na época.

No período da guerra, o jornal no qual ele trabalhava, *O Globo*, foi aliado de primeira hora de Vargas e criou um suplemento, *O Globo Expedicionário*, onde Egydio era o redator *in loco* nos Apeninos italianos. A maior reportagem foi publicada em 23 de fevereiro de 1945, dois dias após a vitória brasileira de Monte Castello, onde o front brasileiro estava estacionado desde novembro de 1944. “No momento em que escrevo, terminou a intensa e ininterrupta batalha que se vinha travando entre brasileiros e germânicos desde o alvorecer pela posse de Monte Castello. [...] O objetivo, terminada a batalha, estava reduzido a ruínas”, escreveu. Egydio e Joel Silveira tinham acesso ilimitado ao serviço de transmissão de notícias. Os demais não.

O colega Joel Silveira não poupava elogios a ele. “Arguto, persistente e destemido, o ‘Tchê’ fazia com que o Rubem Braga e eu passássemos as 24 horas do dia de olho nele, com medo de sermos ‘furados’²⁷⁷. Foi um dos melhores correspondentes de guerra que estiveram na Europa, respeitado por todos. Um devorador de livros, cultura e sensibilidade excepcionais, como jornalista, crítico literário e poeta”, afirmou.

²⁷⁷ Perderem a notícia a ser dada primeiro.

Para ir à guerra, o dono do *O Globo* chamou-o pessoalmente e fez o convite:

Certa manhã de agosto, quando chegava à redação, e antes mesmo que me sentasse para trabalhar, Roberto Marinho me chamou para o Muro das Lamentações. Era uma das amplas sacadas do jornal sobre a Livraria Freitas Bastos, que dava para o Largo da Carioca [...] Naquela manhã, porém, o muro se transformaria, com perdão da imagem, num balcão florido quando Roberto Marinho me perguntou se eu aceitava acompanhar a FEB como correspondente.

Inaugurada durante a Segunda Guerra, no ano decisivo para os brasileiros, a Rádio Globo dedicava atenção especial ao conflito, cujos acontecimentos eram noticiados diariamente. Dentro da Rádio Globo, também, havia espaço para boletins feitos no front italiano por Egydio. Era complicado, mas era possível, tanto que, em 3 de dezembro de 1944, o jogo de futebol entre paulistas e cariocas que serviam na FEB foi ao ar para delírio dos soldados daquele front e, em ondas curtas, para todo o Brasil.

A Rádio, também, organizou, em março de 1945, em parceria com a Legião Brasileira de Assistência, um evento para angariar fundos para os soldados que voltavam feridos para casa e que estavam em tratamento no Hospital Central do Exército. Grandes artistas da época, como Grande Otelo, Zezé Fonseca, Sadi Cabral e Ataulfo Alves doaram tempo e talento para ajudar na campanha. Foi um sucesso.

Nos textos mandados da Itália, nas entrelinhas, inseria mensagens de cunho comunista nos textos, com frases como: depois da guerra será criada uma nova consciência de classe; que guerrear contra o nazifascismo era uma guerra de vingança; que os soldados eram filhos do povo trabalhador, entre outros.

Depois de *O Globo*, Egydio trabalhou para o *Última Hora*, de Samuel Wainer. Seu último emprego foi na Agência Nacional, onde trabalhou até se aposentar. Foi membro do PCB e, na *Tribuna Popular*, colaborou como autor na fase em que o jornal passava por sérios problemas financeiros para se manter.

Em 1956, se envolveu em uma disputa de ideias com Octávio Brandão, líder do Partido Comunista. Por dias, trocaram artigos. Brandão reclamava do partido que o tinha abandonado, já que, depois de 1948, o PCB foi posto na ilegalidade. Egydio tomou as dores e não aliviou para o velho comunista que tinha, inclusive, passado por maus bocados, apanhando e sendo torturado.

Egydio sempre foi da ala comunista da FEB. Quando Salomão Malina foi preso injustamente por um crime forjado que não cometeu, apenas pelo fato de ser um dos dirigentes do Partido Comunista, houve uma grande campanha por sua libertação. Afinal de contas, era um ex-combatente respeitado por todos. Egydio participou da campanha, que como resultado teve a libertação do condenado.

Em um ato em homenagem a Malina, lá estavam vários ex-combatentes na Associação Brasileira de Imprensa, entre eles o próprio Egydio, tendo ao seu lado, Milton Elci Vaz, representante do Conselho Nacional das Associações dos Ex-Combatentes; o tenente Milton Elói; Oswaldo Aranha Filho²⁷⁸, da Associação dos Ex-Combatentes- Secção do Distrito Federal, Daniel Pereira de Souza e outros jornalistas. Vários deles se revezaram nas falas em homenagem a Samuel.

Egydio morreu no dia 22 de abril de 1973, aos 61 anos, de hemorragia no esôfago, no Rio de Janeiro. Durante a vida, sofreu de diabetes, tuberculose, cirrose, hepatite e câncer na laringe²⁷⁹.

O comandante de Batalhão era comunista²⁸⁰

O currículo de Henrique Cordeiro Oest era vasto. Ele estava no quartel desde 1922 e, em 1930, atuou como civil junto ao 3º Regimento de Infantaria. Quando Getúlio Vargas chegou ao poder, ele recebeu a patente de tenente, por ter ajudado no golpe que colocou o presidente no poder. Em 1932, lutou ao lado do governo contra os paulistas e, em 1933, foi efetivado no posto de 1º tenente, sendo que em outubro de 1934 chegou ao posto de capitão.

Em 1935, Oest foi um dos que assinaram a fundação da Aliança Nacional Libertadora, que, entre outras propostas, lutavam contra o fascismo, o nazismo, o latifúndio e a miséria.

Ele participou da Liga de Defesa Nacional durante o Estado Novo. Essa liga reunia descontentes com o governo de Getúlio Vargas. Oest estava na Escola de Moto-mecanização quando apareceu o chamado para a guerra.

Na FEB, o major Henrique Cordeiro Oest era o comandante do II Batalhão do 6º Regimento de Infantaria. Ele era conhecido do jornalista Joel Silveira, simpatizante socialista que o encontrou na Itália, e que ao entrevistá-lo, ouviu de Oest a seguinte frase sobre estar combatendo na guerra: “na vida de um velho e intransigente lutador anti-fascista não pode haver instante mais comovente do que este”.

Na batalha de Soprassasso foi elogiado publicamente em edição do *Correio da Manhã* do dia 5 de abril de 1945: “aguardou na base da partida, posteriormente atacou a redução da resistência inimiga em Soprassasso, o que executou em operação perfeita, a fim de impedir qualquer ameaça à ação principal sobre Castelnuovo. Correspondeu inteiramente à ideia da manobra, fixando o inimigo, o atacado sistematicamente pelo esforço bem-organizado, vencidos e aprisionados os remanescentes,

²⁷⁸Ex-combatente e filho do Ministro de Relações Exteriores na época da Guerra, Oswaldo Aranha.

²⁷⁹Revista *Veja*, 1973.

²⁸⁰*Diário de Notícias/Diário Escolar*, 26 de fevereiro de 1947, Segunda página/Segunda Seção; *Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1945, p. 1; *Diário de Notícias*, 03 de dezembro de 1947, Segunda Seção, Terceira página; *Diário de Notícias*, 14 de Janeiro de 1948, Segunda Seção, Quarta Página; *A Manhã*, 11 de janeiro de 1948, p. 1; *Correio da Manhã*, 26 de março de 1947, p.1; *Tribuna Popular*, 26 de abril de 1946, p. 2; *Tribuna Popular*, 19 de setembro de 1947, p. 4; *Correio da Manhã*, 05 de abril de 1945, p. 5; *Tribuna Popular*, 22 de setembro de 1947, p. 7; *Diário de Notícias*, 26 de junho de 1954, Primeira Seção, Terceira Página; *A Manhã*, 27 de fevereiro de 1948. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

após muitas horas de resistência desesperada. Ao fim da jornada colaborou na defesa do terreno conquistado, fazendo-o com a mesma decisão e energia”.

Entretanto, a euforia dos militares para com Oest foi desfeita no mês de outubro do mesmo ano de 1945. Pouco mais de dois meses após o retorno do major, ele foi recolhido preso ao Estado-Maior do Quartel dos Dragões da Independência, por ter participado de uma reunião do Partido Comunista do Brasil, que estava na legalidade, mas que enfrentava resistência dentro dos quartéis, sempre com a desculpa que os militares não deveriam tomar partido político. A prisão foi publicada no dia 18 de outubro de 1945, também no *Correio da Manhã*.

Depois, como era costume, ele foi liberado, ainda que tenha ficado com o nome anotado. Em dezembro de 1945, ficou como suplente a deputado do Rio de Janeiro, pelo PCB. Em março de 1947, Oest assumiu o cargo e foi nomeado como diretor do recrutamento do Exército. Assim que assumiu o posto, ele se juntou com os deputados Euclides Figueiredo, Gregório Bezerra, Osório Tuiuti e Rui de Almeida para encabeçar os primeiros projetos que solicitavam uma pensão para os soldados e combatentes reformados, para auxiliar o pessoal que tinha sido da FEB. Para não misturar o lado militar com o partidário, mesmo tendo sido um dos autores, Henrique ficou fora da comissão que o discutiria.

Setores do Exército não estavam vendo com bons olhos o fato de o major estar no Partido Comunista, todavia ainda não era ilegal, por isso nada puderam fazer.

Em 13 de setembro de 1947, Oest foi chamado para falar em um comício em Juiz de Fora/Minas Gerais, no entanto, o comício foi proibido pela polícia e ele também protestou, pois o partido estava na legalidade e não poderia ter sido proibido. O assunto repercutiu na capital do Brasil, sendo que alguns não se importaram e muitos ficaram revoltados, já que não havia proibição, não passando de preconceito da polícia. Mal sabiam os solidários aos comunistas que dentro do governo já estava sendo tramada a volta do partido à ilegalidade.

Naquele mesmo ano, Oest falou em apoio ao candidato a prefeito no Rio de Janeiro, Iedo Fiuza, que era do Partido Libertador e que contava com o apoio do Partido Comunista, naquelas eleições.

Na Associação de Ex-combatentes, Oest tinha boa reputação, principalmente porque os pracinhas sabiam que ele era um dos autores da lei de pensão para os soldados. Por isso, em 05 de dezembro de 1947, o deputado foi homenageado na sala de reuniões da Associação Brasileira de Imprensa, pelos trabalhos que vinha realizando em prol dos ex-combatentes. Outro pracinha político, Gervásio Gomes de Azevedo, recebeu a mesma honraria.

Contudo, antes mesmo que o mês chegasse ao fim, o PCB foi posto na ilegalidade por uma decisão do governo federal. No dia 11 de janeiro de 1948, o *Jornal da Manhã* trazia a notícia da perda de mandato de todos os deputados comunistas, inclusive Oest.

Fora da cena político-partidária federal, Henrique Oest buscou eleger-se representante dos pracinhas na AECB, entretanto Delmiro Pereira de Andrade ganhou, por ser uma chapa bem menos à esquerda, quase centro, encabeçada também por João Carlos Gross, e tendo como vice Germano Travassos. Além deles, alguns outros nomes bastante conhecidos da FEB também estavam na chapa, como Joaquim Xavier da Silveira e Ernani Ayrosa.

Oest foi mandado para servir no II Batalhão de Fronteira, em Cáceres Mato Grosso. Na eleição seguinte, bastante disputada, Oest entrou de cabeça na eleição para apoiar a chapa de Estillac Leal, que foi a última antes do pessoal da Cruzada Democrática tomar conta do Clube Militar em 1952.

Oest também foi um dos líderes da campanha do petróleo, todavia, em 1951, foi transferido para o 14º Regimento de Infantaria em Jaboatão/PE, permanecendo no cargo até 1954, quando Getúlio Vargas saiu do poder.

Ele também foi figura certa na campanha de 1955 pela legalidade da eleição de Juscelino Kubitschek. Naquela época, Zenóbio da Costa atuou junto com o Movimento Militar Constitucionalista, garantindo a eleição, e posterior posse, de Kubitschek no esquema do Movimento 11 de Novembro. Oest estava ao lado de Henrique Teixeira Lott na gestão de Kubitschek e foi transferido para o 20º Batalhão de Caçadores de Maceió/AL.

No ano seguinte, em 1957, foi parar em Porto Alegre no 18º Regimento de Infantaria e, em 1959, foi chamado para ocupar o cargo de Secretário de Segurança de Alagoas, dentro do governo de Sebastião Marinho Muniz Falcão, no qual ficou até 1961, partindo dali para a Circunscrição de Recrutamento de Ilhéus, na Bahia.

Voltou para a política, dessa vez, no estado de Alagoas, onde, em 1962, foi eleito deputado federal em uma legenda da Coligação Democrática Nacionalista, que era formada pelo PTB e pelo Partido Social Progressista – PSP, que era o seu partido, já que o PCB estava na ilegalidade.

Estava deputado federal por Alagoas quando foi deposto em 1964. Dali, partiu para o Uruguai e só voltou para o Brasil em 1972. Quando estava no Uruguai, auxiliava Leonel Brizola em reuniões. O irmão de Oest, Lincoln, foi membro do Comitê Central do Partido Comunista e participou da Guerrilha do Araguaia de 1972 a 1974.

Em 1975, Oest pertencia à diretoria da Associação Brasileira de Imprensa – ABI e, em 1981, ele estava como diretor responsável pelo jornal *A Voz da Unidade*, que era ligado ao Partido Comunista, tido como suspeito de ser ponte com a União Soviética.

Analisando a publicação, agentes do SNI chegaram à conclusão de que os termos “democratas” e “progressistas” estavam sendo utilizados para rotular elementos tidos como comunistas e marxistas de modo geral. Isso, no começo da publicação, pois, naquele ano de 1981, a palavra comunista aparecia descaradamente e falavam da função que as pessoas exerciam no partido. Conforme a interpretação do oficial responsável pelo relatório, tais atitudes serviriam para legitimar o direito de existência legal do partido, como uma pressão psicológica para acostumar o povo, o governo e os órgãos de segurança a conviverem com Partido Comunista, tornando mais suave a aceitação de sua legalidade, em uma segunda etapa.

Oeste faleceu em 7 de março de 1982, sem ver o Brasil livre da ditadura. Tinha 80 anos de idade. Em 2013, a Câmara dos Deputados devolveu, simbolicamente, os mandatos dos deputados comunistas cassados durante as perseguições de 1947-48. Oeste foi um dos beneficiados pelo pedido de desculpas do Estado Brasileiro que, com o gesto, assumiu a culpa pelos erros daquela época.

Deputado cassado por ser do PCB²⁸¹

Gervásio Gomes de Azevedo nasceu em 10 de novembro de 1917, em Valença/RJ. Na FEB, foi 3º sargento que serviu no Depósito de Pessoal, tendo embarcado no 4º Escalão. Em carta ao *Jornal do Rio de Janeiro*, disse que se sentia “orgulhoso e muito satisfeito de pertencer a gloriosa FEB, que me ofereceu o ensejo de prestar minha humilde colaboração, fazendo parte de um conjunto que luta por um mundo melhor e que, proximamente, derrotará os covardes salteadores nazifascistas”. Ele deu a declaração acompanhado do seu irmão, Oscar de Azevedo, que foi quem passou a carta ao periódico.

Nas mesmas eleições que deixaram Henrique Oeste como suplente, Gervásio foi eleito deputado federal e, em 1947, da mesma forma que o colega da FEB, ele também perdeu o mandato. Eles tentaram entrar no Supremo Tribunal Federal para reclamar, mas tiveram o pedido negado.

Com o fechamento do partido, Gervásio teve que buscar as suas roupas que deixava guardada na sede do PCB. Jornalistas que o acompanharam até a sede, quando ele foi escoltado pela polícia, se referiram ao local de habitação como sendo um quarto no último andar, no fim de um corredor, “escuro e sujo”, “um aposento nauseabundo”. “A falta de higiene era completa, assim como a

²⁸¹ Documento br_rjanrio_gk_0_txt_0264_d0001de0006. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 14 jan. 2021; *A Noite*, 14 de maio de 1947, p. 2; *A Noite*, 14 de fevereiro de 1948, p. 7; *A Noite*, 15 de maio de 1947, p. 9; *A Tribuna*, 09 de julho de 1967, p. 2; *Correio da Manhã*, 18 de março de 1947, p. 1; *Correio da Manhã*, 17 de abril de 1947, p. 2; *Correio da Manhã*, 05 de dezembro de 1947, p. 12; *Correio da Manhã*, 11 de janeiro de 1948; *Correio Paulistano*, 19 de fevereiro de 1948, p. 1; *Correio de Paulista*, 22 de outubro de 1948; *Diário de Notícias*, 14 de outubro de 1945; *Diário de Notícias*, 08 de janeiro de 1947, Primeira Seção, Página Quinta; *Diário de Notícias*, 27 de maio de 1964, Segunda Seção, p. 5; *Jornal de Notícias*, 19 de fevereiro de 1948, p. 1; *O Semanário*, Número 217, Ano V, Semana de 09 a 15 de julho de 1960, p. 9. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jan. 2021; *Diário do Litoral*, 13 de agosto de 2013. *Câmara devolve simbolicamente mandato a 14 deputados do PCB cassados em 1948*. Disponível em: <<https://www.diariodolitoral.com.br/politica/camara-devolve-simbolicamente-mandato-a-14-deputados-do-pcb-cassados-e/15891/>>. Acesso em: 28 abr. 2021; Fundação Dinarco Reis. *Gervásio Gomes de Azevedo: esquecido pela história oficial*. Disponível em: <<https://fdinarcos.org.br/fdr/2013/10/27/gervasio-gomes-de-azevedo-esquecido-pela-historia-oficial/>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

desordem ali existente. Roupas que até para uma descida aos encanamentos da cidade ninguém teria coragem de vestir, eram encontradas no quarto do parlamentar vermelho. Como era natural, o fato causou estranheza a todos”, escreveram o jornalistas na tentativa de qualificar negativamente tudo que o PCB representava.

Os jornalistas interpelaram Gervásio: se ele ganhava bem, por que não comprava coisas boas e morava em um lugar melhor? O pracinha, já bastante irritado, respondeu de maneira ríspida que dava o dinheiro que recebia ao partido. Depois disso, agradeceu ao delegado Picorelli que o acompanhou e saiu dizendo aos jornalistas que Prestes devia ter razão ao afirmar que os jornais são verdadeiras cloacas. Ao todo, foram 14 parlamentares que perderam o mandato na mesma época que Gervásio e Oest.

No caso de Gervásio, foi ainda pior. Em 13 de fevereiro de 1948, pouco mais de um mês depois de ser cassado, ele foi preso com material comunista, documentos e propaganda do partido. Conforme notícia da época, publicada no jornal *A Noite*, no dia 14 de fevereiro, os materiais seriam distribuídos na região do Vale do Paraíba.

Ele foi interrogado pela polícia e disse que seguiria para Piquete, onde realizaria uma conferência sobre as ideais comunistas. Ainda que no texto não falasse nada sobre sabotagem, no título dizia: “O ex-deputado comunista está comprometido nos atos de sabotagem”, se referindo à sabotagem da democracia, em uma clara tentativa semântica de incriminar Gervásio.

Quando foi preso, ele foi empurrado por policiais, inclusive dentro do DOP, porém bastou para que houvesse um boato de que ele havia sido espancado. Foi feito exame de corpo de delito e ele mesmo disse que não tinha sido espancado, explicando ainda que, exceto por alguns empurrões e o mau tratamento de forma geral, não havia sido importunando.

Naquele mesmo ano de 1948, ele foi inocentado de qualquer acusação de subversão. Em 1947, Gervásio, como sargento enfermeiro, foi autorizado a utilizar as condecorações que recebera na Itália, porque até isso o tinham proibido.

Conforme informe da Fundação Dinarco Reis, após a liberação da polícia em 1948, Gervásio ficou clandestino e só pôde voltar ao convívio familiar em 1951. Após isso, trabalhou como foguista na estrada de ferro Central do Brasil, além de ter sido jornalista e escrito para o *Correio da Manhã*.

Em 1951, relatório de abril daquele ano dizia que Gervásio estava empenhado em organizar a União da Juventude Comunista no Rio de Janeiro. E 1959, ele fazia parte da *Frente Nacionalista de Marquês de Valença*, com o intuito de apoiar a candidatura do marechal Lott. Também em 1959, no mês de dezembro, ele tomou posse como parte do Conselho Fiscal Efetivo da Federação Nacional dos Metalúrgicos.

Na campanha de Lott, em 1960, Gervásio era figura constante, sempre representando o Comitê Nacionalista de Marquês de Valença. Ele também ajudava na campanha, como membro do Comitê Nacionalista Ferroviário, mostrando que onde precisassem de trabalho de formação, ele era figura presente. Aliás, Gervásio participava desse tipo de formação política desde os tempos em que foi como estudante para FEB, sendo lembrado, inclusive, pela UNE, por sua participação na guerra.

Em 1962, ele foi chamado para uma averiguação de praxe junto ao Ministério da Guerra, no 8º andar do Ministério da Guerra. No jornal apareceu apenas que os cidadãos chamados deveriam comparecer ao local para saber de assuntos de seu interesse. O governo continuava de olho nele, ainda que não houvesse mais movimentação como nos tempos da juventude.

Gervásio morreu em 1963 e virou nome de rua na década de 70. Já era bastante coisa, afinal ainda estava vigorando a ditadura e homenagear uma rua com o nome de um comunista, não era muito comum. O ex-combatente morreu baleado no peito, entretanto antes que tombasse sem vida, ainda conseguiu caminhar até a sede da redação do *Jornal Valenciano*, socorrido e operado, mas não resistiu aos ferimentos. Segundo a Fundação Dinarco Reis, a família sempre sustentou que ele foi morto a mando de um fazendeiro descontente com as suas ações políticas, que, naquela época, orientava trabalhadores rurais a buscarem e se organizarem em luta pela posse de áreas que ocupavam.

Em 2013, junto com Oest, ele teve o mandato de deputado devolvido simbolicamente, como forma do Estado reconhecer os erros do passado.

Ptbista, não comunista²⁸²

Nestor Corbiniano de Andrade dá nome a ruas no Rio Grande do Sul. No pós-guerra, ele chegou ao posto de capitão. Tinha o apelido de *Castelhano*, por ser da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai.

Durante a guerra na Itália, depois de ferido em Monte Castello, no terceiro ataque à elevação, em 29 de novembro de 1944, precisou de tratamento especializado e recuperado, recebeu Cruz de Combate 1ª Classe e a Silver Star americana.

De volta ao Brasil, casou-se com Carmem Turnes Passos e teve os filhos Túlio e Márcia. Foi para a reserva do Exército, voltando para Santa Vitória do Palmar, sua cidade natal, onde foi pecuarista e político do PTB.

Por ser do PTB, entrou no radar do governo golpista de 1964. Em 1968, precisou se explicar em um interrogatório no qual o acusavam de subversão. Mais tarde, no mesmo ano, seria

²⁸² Planetsul. *Um militar da paz e da justiça social*: cap. Nestor Corbiniano de Andrade. Disponível em: <<http://www.planetsul.com.br/html/colonistas/colaboradores/homero/anteriores/220620061.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

“inocentado”. Semanas depois de passada a situação constrangedora, tinha ido à Pelotas para comprar terras e teve um ataque cardíaco fulminante, falecendo aos 61 anos de idade.

Ajudando comunistas a fugir²⁸³

Agostinho Gonçalves da Motta serviu no 1º Regimento de Infantaria. Ele havia embarcado no 4º Escalão e foi mandado como substituto das várias baixas do 1º Regimento. Era natural de Três Lagoas/MS. Ao voltar da guerra, trabalhou em vários e vários serviços até conseguir um encaixe dentro dos Correios, onde o seu irmão, Alexandrino, já era funcionário de carreira.

Ele foi destacado para morar num bairro afastado da cidade, na função de guarda-fios, em Campo Grande/MS, na saída para quem segue para Cuiabá. Ali, havia pequenas chácaras e ele ajudava as pessoas carentes da região, principalmente, quando fabricava caixões para quem não tinha como pagar por um. Tal iniciativa deu origem ao cemitério do Cruzeiro, na região norte da capital sul-mato-grossense.

Em 1957, Agostinho foi morar em Curitiba, com a finalidade de ajudar na implantação do plano postal telegráfico da linha Carrier, de Porto Alegre a capital paranaense. Agostinho ia para o sul do Brasil e a família ficava em Curitiba.

Em 1961, ele voltou para Campo Grande, contudo os anos que passou no sul do Brasil foram suficientes para que tivesse contato com as ideias políticas do PTB, voltando mais politizado para a capital pantaneira.

Em Campo Grande, Agostinho viu que havia algumas coisas erradas na chefia dos Correios e começou a enfrentar seu chefe. Agora, o jovem franzino de outrora era um homem formado também politicamente. Tanto que, em 1964, ele ficou do lado dos nacionalistas, tendo sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional, exatamente por apresentar-se contra a ditadura.

Documentos mostram que Agostinho foi investigado por aproximação dos ideais de Leonel Brizola e que quem o defendeu foi o advogado Juvêncio César da Fonseca, que, naquela época, estava começando a carreira e que, mais tarde, foi até Senador por Mato Grosso do Sul.

A condição de ex-combatente e a boa defesa do advogado o livraram da cadeia e ele continuou a ajudar pessoas perseguidas, agora na clandestinidade, principalmente os irmãos Neder, já citados aqui no livro.

A tática de Agostinho era boa: ele tinha uma motocicleta velha e dava voltas e mais voltas por Campo Grande para despistar eventuais investigadores que estivessem seguindo seus passos.

²⁸³ Este tópico foi feito todo com base em GRECO, Maria Madalena Dib Mereb. *Febianos: histórias e recomeços*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2015.

Quando sentia que estava seguro, aparecia no esconderijo dos perseguidos, com comida e roupas limpas, por exemplo. Era uma casa abandonada na Vila Carvalho, periferia de Campo Grande.

Em uma feita, para tirar da cidade o dono do *Jornal Democrata*, de nome Vasconcelos ou Vasco, ele vestiu o uniforme dos Correios no fugitivo e deu-lhe um passe da Instituição. Com isso, o editor de jornais conseguiu escapar rumo a São José do Rio Preto/SP.

“Usando como disfarce até mesmo seu filho, ainda menino, seu Agostinho comprava a passagem na Estação Central da Noroeste do Brasil, sempre no período noturno, viajava até o posto da Lagoa Rica, e lá trocava de lugar com o fugitivo. Depois voltava com filho tranquilamente para Campo Grande”, conta a historiadora Maria Madalena Dib Mareb Greco, que foi quem entrevistou Agostinho, ouvindo dele que não tinha medo do que fazia, pois acreditava no ideal que defendia.

Entretanto, em 1966, os militares estavam de olho nele e começaram a desconfiar. Por isso, Agostinho respondeu um IPM justamente por suas ações que acabaram entrando no radar as autoridades. Contudo, ele foi absolvido, já que não encontraram provas de que ele estava ajudando fugitivos.

Quando a situação apertou, ele se mudou para Campinas, entretanto não se acostumou e voltou para Campo Grande, onde se aposentou nos Correios em 1967. Apesar disso, nunca se desligou totalmente da instituição e, por quase 30 anos, foi o Papai Noel da empresa na época de Natal.

O pracinha faleceu em 06 de setembro de 2022. Tinha problemas de saúde por conta da idade, estava surdo de um dos lados do ouvido e com pouca audição no outro. A memória também estava desaparecendo aos poucos. Morava em um lar de idosos.

Agostinho era alegre, idealista e decidido, muito correto nos julgamentos. Portava muitas medalhas, era amigo de todo mundo e uma pessoa muito feliz. Nunca negou uma entrevista e nem falar sobre a época da guerra, que o deixou muito marcado, sendo que ele mesmo sempre disse que jamais esqueceu e que tinha frequentemente lembranças ruins, inclusive pesadelos. No fundo, Agostinho ainda era o menino magricela, inquieto com injustiças e sempre disposto a compartilhar o entusiasmo pelo que era correto, certo e justo de ser defendido.

Jacob Gorender, torturado pela ditadura²⁸⁴

Jacob Gorender foi soldado da FEB junto ao 1º Regimento de Infantaria, tendo embarcado no 2º escalão. Tinha apenas 22 anos quando foi para guerra. Era paulista e nasceu em 20 de janeiro. Foi historiador e cientista social brasileiro de renome internacional. Da mesma forma que Boris Schnaiderman, Jacob Gorender também era judeu e ucraniano. Definia-se como socialista. Morou na Bahia e, em 1941, estava na faculdade de direito em Salvador.

Carlos Fernando de Quadros, que fez um perfil de Gorender, defende que tomar parte do conflito na Itália não foi uma resolução oficial do Partido Comunista do Brasil, contudo, que os militantes podem ter sentido a obrigação moral de ir combater e, por isso, teriam ido voluntariamente. No caso de Gorender, ele teria aceitado o desafio público do general Demerval Peixoto, comandante da 6ª Região Militar, que disse que os militantes comunistas deveriam participar.

Gorender foi um dos que quis ir e junto com mais dois amigos, Mário Alves e Ariston Andrade, foram se apresentar como voluntários no quartel de Salvador, o que teria causado espanto no general, que já o conhecia exatamente pela militância na capital baiana. Mesmo assim, aceitou o voluntário. Os amigos que lhe acompanharam, não foram para a FEB, não foram aceitos.

Na Itália, Gorender desempenhou sua função junto à Companhia de Comando do 1º Regimento. Ele foi colocado dentro do Pelotão de Transmissões, onde deveria dominar, entre outras tarefas, o código Morse.

É revelador o fato de que, mesmo não havendo uma coordenação direta sob os voluntários da FEB por parte do partido, antes de embarcar para a Itália, Gorender procurou o dirigente do Comitê Central do PCB no Rio de Janeiro, Maurício Grabois, para comentar sobre a ida para o teatro de operações, e o líder comunista deu-lhe uma senha que eles deveriam usar para identificar outro comunista no front. Seria uma daquelas palavras que Gorender comentou, mas não revelou quais eram.

De acordo com Gorender, no mesmo escalão dele, seguiram quatro oficiais, entre tenentes e capitães, e alguns sargentos. Nenhum soldado se definia como comunista. Ele disse que um dos oficiais era Alberto Firmo de Almeida, do setor de transmissões, e que o outro era Hilton Machado

²⁸⁴ QUADROS, Carlos Fernando de. *Jacob Gorender, um militante comunista: estudo de uma trajetória política e intelectual no marxismo brasileiro (1923-1970)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1XrdqvkQ20CfqcVThY1KLGpRAQRpb8DT-/view>>. Acesso em: 28 abr. 2021. Documentos br_dfanbsb_at0_0_0_0534_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70018791_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70018843_d0001de0002, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80006029_d0001de0001 e br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81008438_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 10 jan. 2021; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. rev. ampl. São Paulo: Ática, 1998; QUADROS, Carlos Fernando de. *Um marxista em formação: militância estudantil, experiência de guerra e atuação política de Jacob Gorender no periódico comunista "O Momento" (Salvador, 1945-1946)*. Disponível em: <http://www.mouro.com.br/Mouro9_UmMarxistaFormacao_CFQuadros.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

de Vasconcellos, 3º sargento da artilharia. Com Firmo era mais tranquilo de se comunicar, já com Vasconcellos, eles ficavam distantes uns dos outros e, por isso, o contato era mais difícil.

Com o fim da guerra, Gorender foi conhecer Palmiro Togliatti, na sede do Partido Comunista em Piacenza. Gorender também recorda que, quando escrevia para o jornal *Cruzeiro do Sul*, sempre colocava algum autor soviético ou alguma palavra que pudesse ser vista como um código para outros comunistas que estavam lendo jornal.

Gorender era comunista durante o tempo de faculdade e quando voltou para o Brasil, depois da guerra, continuou comunista e militante convicto, uma vez que o PCB estava legalizado. A participação no partido o levou a ser membro do Comitê Central.

De volta para casa, na Bahia, ele foi saudado pelo movimento estudantil. Quando ainda estava no Rio de Janeiro, teve audiência com Luís Carlos Prestes. Atuava como jornalista em jornais comerciais e em jornais do partido ou com cunho de esquerda.

Entre 1951 e 1954, ele fez parte do secretariado do Comitê Estadual do PCB em São Paulo, que era comandado tendo como primeiro-secretário, Carlos Marighella.

Em 1954, quando Getúlio morreu, ele ainda continuava no partido paulista. Entre os anos de 1955 e 1957, fez curso de formação de quadros em Moscou. Ele estava lá quando surgiram as denúncias contra Stalin, bem como as reformas na Hungria em 1956. De volta ao Brasil, casou-se com Idealina, sua companheira por toda vida.

Em 1961, foi um dos que aconselharam o partido a colaborar com o governo Goulart e, por conta disso, em 1964, foi preso pelo regime militar. Afinal, era um militante ativo. Em 1962, ele era apontado como um dos possíveis substitutos de Luís Carlos Prestes à frente do PCB. Foi para Goiás para se esconder. Depois, voltou para São Paulo e, no fim de 1964, foi mandado para Porto Alegre para conversar com os dirigentes do comitê Estadual do Rio Grande do Sul.

Gorender precisou ficar nove meses longe de casa e sem contato com a família, de modo que a esposa achava que ele tinha sido morto pelos militares. Viveu boa parte do tempo escondido, na ilegalidade, para não ser preso.

Em 1967, foi expulso do PCB, visto que era contrário à linha de Luís Carlos Prestes, que defendia que deveria haver uma resistência, porém dentro da legalidade. Por isso, Gorender se juntou a Apolônio de Carvalho e Mário Alves, a fim de ajudar na Fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR em 1968.

Ele fugiu o quanto podia, mas, em 1970, foi preso e brutalmente torturado no presídio Tiradentes em São Paulo. Em sua casa, foram encontrados materiais considerados subversivos, e sua esposa, que era tradutora da Editora Abril, também foi presa.

Gorender foi torturado no dia do próprio aniversário, o que foi motivo de piada para os torturadores. O delegado responsável por torturá-lo era Evair Garcia de Freitas, o qual foi auxiliado por outro delegado, que cumpria a prisão especial por acusação de assassinato, chamado Rui Franceschini Prado. Gorender estava com 47 anos.

Primeiro levou choques, depois pontapés, tapas no ouvido e afogamento, por meio de introdução de água nas narinas como um funil. A ideia era não deixar o preso perder a consciência e, por isso, a todo momento eles davam pequenas pausas para que ele se recuperasse. Em seguida, recomeçavam o processo. Depois disso, veio o pau-de-arara, onde ele ficou pendurado de cabeça para baixo.

O processo todo demorou mais de seis horas. Quando achou que tinha terminado, levaram-no para uma sala em frente a seis policiais, onde começaram a interrogá-lo, fazendo tortura psicológica com insultos, deboches e tudo o que não tinham direito. A vítima descreveu o processo como “vil e nojento”.

Ele olhou por uma janela e tentou se jogar por ela, perdeu a consciência e, quando acordou, viu que estava com o pulso aberto e com muito sangue. Um enfermeiro fez curativos e estancou a hemorragia. O delegado Evair estava muito nervoso, porque, além de tudo, o preso tinha tentado fugir se jogando pela janela. Ele teria dito: “(...) não adianta. Ou fala ou vai sofrer mais do que Jesus Cristo”.

Às 7h do dia seguinte, levaram-no para uma solitária, chamaram um médico, fizeram nova avaliação e como viram que não dava para colocar no pau-de-arara novamente, porque ele poderia ter os pulsos arrebatados, concentraram-se em dar-lhe choques.

Gorender sofria com a possibilidade de ter entregado colegas enquanto estava delirando. Todavia, quando foi levado para prestar depoimento, depois de vários dias de tortura, descobriu que não tinha dito nada. Ele não entregou ninguém e nem passou nenhuma informação que pudesse comprometer o partido ou os envolvidos. “Afasto decididamente a pretensão de me apresentar como herói ou como exemplo. No meu relato não excluí os momentos de temor e desespero. Só não renunciei a luta”, escreveu em suas memórias, em *Combate nas trevas*.

Depois de um mês e meio, foi retirado da solitária e levado para o presídio Tiradentes. Ali, ficou aliviado, de certa forma, pois aquilo significava que ele tinha proteção judicial, e que a prisão dele não era mais sigilosa, significando que ele, possivelmente, não ficaria mais incomunicável, devendo ser levado a julgamento em algum momento.

Em *Combate nas trevas*, Gorender descreve a rotina no presídio e os presos que eram levados para tortura volta e meia. Um deles, o frei Tito, tentou se matar na cadeia e depois foi trocado pelo

embaixador suíço, indo para França, onde, assim mesmo, se matou, vítima de tortura psicológica e problemas que se agravaram.

No dia do julgamento, Gorender não negou ser de esquerda e nem marxista, pelo contrário, repetiu tudo o que sempre seguiu durante a vida:

Argumentei que não podia ser condenado pelas idéias, mas somente pelo único delito que eu próprio reconheci, nos depoimentos da fase policial e perante a segurança, segundo a auditoria: o delito da fundação do PCBR, conforme frisei, cometido durante a vigência da Lei de Segurança Nacional em 1967, que atribuía a pena de um a dois anos de reclusão. Desta maneira afastei a aplicação da Lei de Segurança Nacional, de setembro de 1969, na qual a pena correspondente subiu de dois a cinco anos (...) o Tribunal se viu diante de algo sem dúvida insólito: um réu confesso que apontava o dispositivo legal aplicável ao seu caso. Apegou-se à minha argumentação e me condenou a dois anos de reclusão. (GORENDER, 1987, p. 215-224)²⁸⁵

Na apelação ao Superior Tribunal Militar, o advogado Jorge Tavares conseguiu anular a sentença de cinco anos de prisão, decorrente do processo das cadernetas de Prestes, e diminuir a pena do processo do PCBR para um ano. “Pena mínima, porque retornei à condição de réu primário”. Gorender escreveu que viveu a situação de exílio dentro do próprio Brasil, como alguém sem direito algum.

De 1976 a 1984, ele foi editor de planejamento da Abril Cultural, coordenando a coleção *Os economistas*. Dali em diante, foi editor, jornalista, conferencista e pesquisador. Filiou-se ao PT em meados de 1990.

Alguns de seus trabalhos mais comentados, entre dezenas de inscritos que deixou, são *A burguesia brasileira* (1981); *Combate nas trevas* (1987); *O escravismo colonial* (1978) e *Marxismo sem Utopia* (1999). Uma curiosidade é que, Edealina da Silva Fernandes era filha de Hermogênio da Silva Fernandes, um dos fundadores do Partido Comunista no Brasil. Ela e Gorender tiveram somente uma filha: Ethel. Jacob Gorender morreu de infecção, em 11 de junho de 2013.

O coronel do quase seqüestro de Carlos Lacerda²⁸⁶

Alfredo Pinheiro Soares Filho²⁸⁷ nasceu em 3 de abril de 1907. Em 1924, foi de soldado para aspirante e após um curso de infantaria, em 1929 era segundo tenente, tendo sido promovido a primeiro tenente dois anos depois. Ele também fez o curso de Estado-Maior nos Estados Unidos, em junho de 1944. Na época já era major e para completar a formação, foi enviado para a Itália, em 14

²⁸⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira — das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

²⁸⁶ Informações constantes no dossiê enviado por João Antônio Gouveia e Silva, professor e pesquisador de Brasília/Distrito Federal. SILVA, João Antônio Gouveia e. [FEB e resistências à golpes]. WhatsApp. 02/10/2023. 22h. 1 mensagem de WhatsApp.

²⁸⁷ Documento br_dfansb_n8_0_psn_aai_0013_d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

de abril de 1945, tendo acompanhado todo o final do conflito junto da FEB e permanecendo naquele país até outubro de 1945, estando entre os últimos elementos brasileiros que deixaram o solo italiano.

Quando o Brasil começou a formar paraquedistas, ele estava entre os primeiros listados, tendo feito o curso básico entre 1950 e 1951. Em 1960, sempre buscando progredir na carreira militar, participou de um curso de altos estudos de política e estratégia na Escola Superior de Guerra; e em 1961, estava no comando da Guarda Presidencial de João Goulart, cargo que exerceu até 1963, quando em junho daquele mesmo ano foi destacado para ser comandante da Brigada Paraquedista.

Tanto tempo de serviço militar fez com que ele fosse promovido a General de Brigada em 1963. Mal sabia ele que no ano seguinte, 1964, seria afastado compulsoriamente, mandado para a reserva pelo ato institucional número um.

A acusação é de que ele faria a parte de um plano do Ministro de Guerra, Jair Dantas Ribeiro, que visava sequestrar o governador do Rio de Janeiro, opositor ferrenho e mais tarde incentivador do golpe, Carlos Lacerda. Porém, Soares Filho que era conhecido por ser alguém de confiança do presidente, uma espécie de “faz tudo”, exigiu ordens por escrito para que os homens sob sua responsabilidade cumprissem a missão. Quem explica o caso é o escritor Elio Gaspari²⁸⁸:

Goulart recuperara os poderes presidenciais em janeiro de 1963, depois de um plebiscito, com 9,5 milhões de votos contra 2 milhões dados ao parlamentarismo. Tentara um golpe em outubro, solicitando ao Congresso a decretação do estado de sítio, e vira-se abandonado pela esquerda, que repeliu a manobra. No mínimo, deporia os governadores de São Paulo e da Guanabara. No máximo, deporia também o governador esquerdista Miguel Arraes, de Pernambuco. Seu “dispositivo” fora tão longe que planejara o seqüestro, por uma tropa pára-quedista, do governador carioca Carlos Lacerda. Por ordem do ministro da Guerra, Lacerda seria capturado por uma patrulha, durante uma visita matutina ao hospital Miguel Couto. Deu tudo errado. O coronel escalado para a ação pediu ordens escritas, O general encarregado da operação procurou dois outros oficiais, mas ambos ficaram na mesma linha. Quando conseguiu um coronel disposto a fazer o serviço, Lacerda já tinha partido. Desamparado, Jango submeteu-se à humilhação de retirar o projeto que remetera à Câmara. (GASPARI, 2002, p.48)

O coronel citado era Soares filho, que negou em depoimento a intenção do seqüestro. Isso mesmo tendo mobilizado tropa para prender Lacerda, que só escapou porque um acidente de trânsito no trajeto entre o quartel e o local do evento atrasou os captores. Na concepção do oficial, ele mobilizou seus comandados apenas para exercício regular de rotina. Resultado: quando o grupo de golpistas assumiu o poder, não esqueceu que Soares Filho estivera a serviço de Jango.

Não encontramos a data de falecimento do militar e nem ao que dedicou no pós-guerra.

288 GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada, Vol. 1. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Cia da Letras, 2002, p.48. Disponível em <https://redept.org/uploads/biblioteca/6673ae85eb67bd20cab33a9507c61c30.pdf>. Acesso em 14/10/2023.

Veterano de dois conflitos e admirador de Darcy Ribeiro²⁸⁹

Américo Duarte²⁹⁰ nasceu em 7 de março de 1912, em Ubatuba/SP. Ele lutou pelo lado paulista em 1932 e com a anistia do final do conflito, voltou para o exército regular, organização que fazia parte desde a década de 20. Em 1941, estava servindo no 5º Grupo de Artilharia de Dorso, e com entrada do Brasil em guerra, foi mandado para o I Grupo do 2º Regimento de Obuses Auto-Rebocados (ROAuR).

Partiu para a Itália no segundo escalão e após o final do conflito foi posto à disposição do Estado-Maior, como 1º sargento. Ficou no exército e foi promovido a 2º tenente em 1947. Em 1950 estava servindo no I Batalhão do 2º Regimento de Artilharia Antiaérea e em 1951 foi mandado para a 14ª Circunscrição de Recrutamento de Sorocaba/SP, como adjunto. A promoção para 1º tenente só veio em 1952 e dois anos depois foi promovido a capitão.

A política partidária começou a fazer parte da vida do já veterano militar, em 1959, quando ele apoiou publicamente a candidatura do major Lott. Quando veio a ditadura, em 1964, os militares fizeram uma verdadeira busca por outros fatos comprometedores na carreira de Américo, e encontraram que ele apoiara as ditas “reformas de base” de João Goulart e do então ministro da Casa Civil, Darcy Ribeiro, tendo participado de reunião em Barueri, aonde residia, e gravado discurso do professor Darcy Ribeiro, levando o conteúdo para outra assembleia, para que todos ouvissem.

Ele gozava de boa fama entre os apoiadores do presidente e chegou a ser indicado por José Elizário Ribeiro, que era comunista, para que presidisse a Frente de Mobilização Popular de Carapicuíba, função que ele recusou.

Porém, participou de outras reuniões, tendo, segundo o inquérito, defendido reforma agrária e mesmo o tabelamento de medicamentos, além de ter feito a defesa pela emancipação do município de Carapicuíba.

Em outra ocasião tinha sido contra os marinheiros na revolta deles contra o João Goulart e ainda havia sido candidato a vereador por Carapicuíba. Também se envolvera na defesa de um militante de esquerda contra a agressão de outro militante de esquerda, tendo instruído o que as partes deveriam dizer na polícia.

No entanto, Américo não se dizia comunista, se definia como um democrata anti-comunista. Para completar, ele ainda havia defendido elementos que estavam para ser cassados na Câmara de Vereadores de Barueri por subversão.

²⁸⁹ Informações constantes no dossiê enviado por João Antônio Gouveia e Silva, professor e pesquisador de Brasília/Distrito Federal. SILVA, João Antônio Gouveia e. [FEB e resistências à golpes]. WhatsApp. 02/10/2023. 22h. 1 mensagem de WhatsApp.

²⁹⁰ Documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81006328_d0003de0007; . Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

O resultado não poderia ser diferente: em 1964, foi punido com a remoção para a reserva remunerada e em 1973 foi reformado de vez.

Mesmo assim, continuou atuante para defender valores que acreditava e em 1975 se associou a Sociedade dos Veteranos de 32, não entrando para as associações, que já estavam bastante comprometidas com os golpistas da década anterior.

Não encontramos o que aconteceu com ele no pós-guerra, mas é certo que literalmente deixou sua marca nas histórias de Carapicuíba e de Barueri, pois existem ruas com o nome dele nas duas cidades.

Da UDN para Goulart²⁹¹

João Batista Stavola nasceu 1904. Entre 1938 e 1941 ele era presidente da Caixa Geral Funerária do Rio de Janeiro e em 1943, foi convocado para o serviço ativo do exército, como 2º tenente, por ser reservista. Na Itália ele serviu como membro do Quartel General Órgãos não-divisionários, comandados pelo General Olympio Falconiéri, e ao final do conflito foi promovido a 1º tenente.

De volta ao Brasil, em outubro de 1945 foi transferido para o 1º Regimento de Obuses Auto-rebocados, sendo devolvido ao quadro de Oficiais da Reserva em 1946. Em 1948 foi condecorado com a Bronze Star dos Estados Unidos, pelos serviços prestados na Itália, e em novembro recebeu a Medalha Militar de Prata, por 20 anos de serviço.

Em 1949 foi promovido a capitão e movido para reserva, entrando a partir daí para a política partidária, sendo conselheiro do diretório do Méier da UDN, o que não o privou do direito de ser promovido a major já na reserva.

Foi vereador pelo Rio de Janeiro de 1958 a 1963, quando foi convidado e aceitou ser o Superintendente Geral de Segurança e Interior no Distrito Federal, já durante o governo de João Goulart.

Acontece que ele se transferiu para a capital federal, saído do Rio de Janeiro, e por lá havia se aproximado do presidente. Logo que a ditadura chegou, ele foi acusado subversão, ao não ter impedido que pessoas desocupadas que estavam indo para Brasília promovessem arruaças pela cidade, após terem sido atraídas por promessas do ex-presidente da República e do chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, que segundo a denúncia, buscava incluí-los no serviço público. Porém, quando os migrantes não tiveram suas demandas atendidas, começaram a praticar os atos de vandalismo.

²⁹¹ Informações constantes no dossiê enviado por João Antônio Gouveia e Silva, professor e pesquisador de Brasília/Distrito Federal. SILVA, João Antônio Gouveia e. [FEB e resistências à golpes]. WhatsApp. 02/10/2023. 22h. 1 mensagem de WhatsApp

Sobrou para Stavola, muito mais por fazer parte do governo da época, do que por ter tido de fato alguma culpa. Além do mais, ele não apoiou os golpistas, o que foi um motivo a mais.

Acabou sendo incluído nos atos de cassação da ditadura. Da época da FEB, há fotos de Stavola andando junto com Horácio Coelho e indicando proximidade ao grupo de correspondentes brasileiros de esquerda, o que pode mostrar que já naquela tempo ele tinha boa circulação em todos os grupos, ainda que anos depois fosse um dos líderes da UDN Carioca. O militar faleceu aos 86 anos, quando já morava novamente no Rio de Janeiro, em 1990.

Um oficial que sempre precisava ser vigiado²⁹²

Na FEB, Leandro José Figueiredo Júnior foi capitão do 11º Regimento de Infantaria. No pós-guerra continuou no exército. Em sua ficha consta que, em maio de 1952, quando servia na 1ª Região Militar, como major, foi preso como suspeito de desenvolver atividades subversivas de comunismo na Escola de Transmissões.

Por conta das suspeitas, foi transferido para o 4º Regimento de Infantaria, e era conhecido por “ostensiva hostilidade aos Estados Unidos”, que na verdade se traduzia em ser nacionalista, na época em que havia a disputa no Clube Militar. Ele também era um “ardoroso defensor do jornal comunista Hoje”.

Em 1954, Leandro foi absolvido pelo Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria Militar, uma vez que não havia meios para que provassem que ele era subversivo. Mesmo assim, Leandro ficou marcado e foi solicitado ao Ministério da Guerra que ele não fosse nomeado para servir naquele quartel, como também em qualquer outra unidade subordinada ao comando da zona militar do centro.

Sem embargo, o Ministro da Guerra, na época, ninguém menos que o marechal Henrique Teixeira Lott, disse que conhecia Leandro e que: “não me parecem justificadas as suspeitas de adepto do comunismo, que cercam o tenente-coronel Leandro. Não me parece justo negar-se o exercício de função de seu posto a qualquer oficial trabalhador e digno sobre o qual tenham recaído suspeitas de atividades condenáveis, não julgadas procedentes em processo regular”.

Ainda assim, o ministro ressaltava que Leandro deveria servir debaixo das vistas imediatas de um oficial-general, para que vigiassem seus movimentos. O ofício data de 11 de março de 1955.

A acusação, que era de 1952, se referia a sua participação no juntamento chamado “Casa dos sargentos”, em que figuravam outros acusados de subversão, como os capitães Joaquim Miranda

²⁹² Documentos br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0640_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81005869_d0001de0001, br_rjanrio_cnv_0_cve_00092000508201511_v_02_d0001de0001, br_rjanrio_cnv_0_prg_00092_001702_2014_32 e br_rjanrio_hf_0_ptr_004856_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 10 jan. 2021; *O Semanário*, Semana de 14 a 20 de maio de 1960, p. 1; *Jornal do Brasil*, 07 de novembro de 1978, 1º Caderno, p. 9; *Diário de Notícias*, 07 de dezembro de 1961, Primeira Seção, p. 5. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Pessoa de Andrade e Joaquim Inácio Batista Cardoso. Na verdade, esse grupo servia muito mais para juntar nacionalistas e pessoal das esquerdas, do que para fomentar o comunismo. Inclusive, Leandro chegou a ser preso em 1952 e ficou incomunicável, permanecendo em um quarto com janelas fechadas por pregos e trancadas com cadeado. Na época, a sua esposa chegou a denunciar isso publicamente no jornal.

As prisões foram legalizadas pelo Tribunal Superior Militar depois que eles já estavam presos, e o processo veio, com certeza, depois também. Porém, eles foram inocentados. Seja como for, a forma como foram presos, simplesmente por serem nacionalistas, fez com que houvesse protesto na imprensa por juristas que mostravam a ilegalidade dos atos.

Libertado por meio de habeas corpus, foram demonstrados que “as publicações distribuídas pelo referido major [Leandro] não tem nenhum caráter subversivo; são uma exaltada propaganda nacionalista, mas, não constituem publicações destinadas a provocar a desobediência, a indisciplina ou a prática de crime militar”. Foi assim que Leandro foi libertado, todavia ficou marcado dentro do quartel. Resultado: em 1964 foi mandado para a reserva.

Tanto ficou marcado, que em 1971, seu filho, Luiz Fernando de Figueiredo, funcionário da Petrobras, cumpria a missão no exterior e foi investigado pelo SNI. O máximo que conseguiram foi encontrar um cheque sem fundo de 1970, que foi coberto em seguida. O problema nunca foi o filho, e sim o pai, que era um homem marcado pelo regime. Luiz Fernando estava em Stanford, nos Estados Unidos, para obtenção do título de mestre em Engenharia de Petróleo.

Após sua morte, Leandro foi homenageado no bairro de Botafogo, com o parque general Leandro, uma área de 2.2000 metros quadrados, por ele ter sido o primeiro presidente da Associação de Moradores de Lauro Muller. Nesse ato de homenagem, em 1978, sua viúva descerrou a faixa. Leandro havia fixado seu nome na história, literalmente. O parque existe até hoje.

O bancário comunista da FEB²⁹³

Pedro Paulo Lacerda foi contador na agência do Banco do Brasil na FEB. Ele tinha orgulho do trabalho que desenvolvia. Sobre o próprio trabalho, ele disse:

²⁹³ WILLADINO, Oudinot, 2001. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). *História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 7. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 55; LIMA FILHO, Renato Costa. *As peculiaridades dos bancários cariocas*. Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre. Área de concentração: História Contemporânea. Niterói, 2006, p. 205. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/17076/1/Dissert_LIMA_FILHO_Renato_Costa.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021; COSTA, Alexandre José Matos da. *Dinheiro da Segunda guerra mundial: o financiamento da guerra e a utilização de dinheiro pelos combatentes da FEB no Teatro de Operações da Itália*. XV Encontro Regional de História, 26 a 29 de julho de 2016, Curitiba. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468114147_ARQUIVO_TrabalhoCompletoANPUH-2016-AlexandreCosta.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021; *O Espelho*, Edição nacional, Ano 4, julho de 1987, nº 33, p. 7; *Correio da Manhã*, 21 de abril de 1964, p. 1; *Diário de Notícias*, 12 de agosto de 1961, Primeira Seção, p. 6; *Diário de Notícias*, 30 de setembro de 1961, Primeira Seção, p. 2; *Novos Rumos*, Semana de 22 a 28 de julho de 1960, p. 6; *Tribuna da Imprensa*, 06 de janeiro de 1961, p. 2; *Última Hora*, 07 de outubro de 1965, p. 7. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

(...) eram os funcionários que iam à frente de batalha, iam aos quartéis, aos comandos, com mesas, mesinhas portáteis, máquinas portáteis, máquinas de somar portáteis, tudo portátil, que nós tínhamos levado já daqui do Brasil. Então íamos lá porque era impossível a tropa toda vir à agência em Roma. Não era possível. Então bolamos esse negócio, que a tropa brasileira levou e que nenhuma outra tropa tinha, era o depósito em conta corrente. Depósito em conta corrente só o Brasil teve²⁹⁴.

Na gestão pós-guerra, Pedro Paulo estava na chapa da AECB, como membro do Conselho Nacional, cargo que ocupou até 1948. Isso, porque a sua candidatura a vereador pelo PCB no Rio de Janeiro fez com que houvesse discordâncias entre as alas mais à esquerda, o pessoal de centro e os direitistas da associação, fazendo com que, após o Congresso pela Paz, promovido por comunistas e em que ele participou, recebesse repúdio de várias associações. As associações de Minas Gerais e do Paraná foram as mais descontentes, seguidas por São Paulo. Os paranaenses, por exemplo, montaram a Legião Paranaense do Expedicionário, com a finalidade se desvincular da AECB.

Pedro Paulo foi afastado da entidade para evitar maiores atritos. Ele era concursado no Banco do Brasil desde 1927, e só se aposentou em 1961. Foi tenente-coronel na FEB. Depois da guerra, exerceu diversos cargos dentro do Banco do Brasil, inclusive de pesquisas.

Trazia no currículo o curioso caso de ter sido ferido em uma briga contra a polícia carioca, em 1932, por apoiar a causa paulista, publicamente. Levou uma estocada de sabre, ferimento superficial. Em 1934, ele ajudou a fundar o Centro Democrático de Bancários, além de ser membro do Partido Comunista.

Em 1935, dirigiu a Assembleia do Sindicato dos Bancários, a qual decretou greve de 24 horas contra o projeto da Lei Monstro, um instrumento do governo Vargas, que, entre outros pontos, proibia a “incitação ao ódio entre as classes sociais”. Ou seja, era contra comunistas e contra quem questionasse desigualdades.

Depois, Pedro Paulo integrou-se ao movimento da Aliança Nacional Libertadora contra o fascismo. Foi preso em novembro, na sede do sindicato, com outros colegas sindicalistas. Posto em liberdade, Pedro Paulo continuou organizando as lutas bancárias e contra o fascismo, voltando a ser preso em 1936, 1937 e 1938.

Em 1939, organizou manifestações de rua em portas de bancos e fábricas contra o fascismo. Nos dois anos seguintes, concentrou sua atividade na organização da solidariedade aos milhares de presos políticos e suas famílias. Em 1943, participou ativamente da luta pela entrada do Brasil na guerra, culminando com o gigantesco comício de 22 de agosto, na Cinelândia, dia da declaração da guerra às forças do eixo nazifascista.

²⁹⁴ COSTA, Alexandre José Matos da. Dinheiro da Segunda guerra mundial: o financiamento da guerra e a utilização de dinheiro pelos combatentes da FEB no Teatro de Operações da Itália. XV Encontro Regional de História, 26 a 29 de julho de 2016, Curitiba. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468114147_ARQUIVO_TrabalhoCompletoANPUH-2016-AlexandreCosta.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021

Apresentou-se, Pedro Paulo, como voluntário para ir junto com a Missão Brasileira para Argel, a fim de conhecer como funcionava o sistema de pagamentos do Banco do Brasil. Foi essencial na organização da agência pagadora da FEB, além de ser um dos fundadores da Associação dos Ex-combatentes do Brasil, sendo o primeiro presidente. Uma vez eleito, por conta da Assembleia constituinte defendida pelo Partido Comunista, afastou-se da presidência da AECB, para não comprometer a política de identidade. Depois das eleições, voltou para a AECB, época em que foram registrados os problemas com as associações descontentes. Ele também foi um dos signatários da concessão de patente de marechal a Mascarenhas de Moraes.

Pedro também estava na campanha *O petróleo é nosso* e viajou diversas capitais espalhando o ideal de luta. Em 1948, foi preso, solto e transferido para Belém no Pará, por ordem do presidente do Banco do Brasil. Em 1949, já em Belém, foi eleito presidente da AABB, e participou da organização da AECB paraense. Também esteve na campanha de Antônio Imbiriba da Rocha, que foi eleito deputado estadual.

Em 1950, ele retornou ao Rio de Janeiro e retomou as atividades no Sindicato dos Bancários e na AECB, tendo se debruçado a trabalhar na campanha do petróleo pela criação da Petrobras.

Foi preso em 1964, até ser libertado em virtude de grave crise cardíaca. Na prisão, assinou o manifesto pelas péssimas condições em que estavam encarcerados, pois era em torno de 200 pessoas divididas em grupos de 20 a 30, alocadas em celas minúsculas e sem condições humanas. Uma vez solto, continuou atuando durante a ditadura de maneira reservada, na ilegalidade. Criou a Solidariedade Bancária, para ajudar familiares de bancários perseguidos pelo regime. Mesmo aposentado, em 1961, nunca deixou de trabalhar pela associação, o que fez até sua morte em 1987.

Rui Moreira Lima, um exemplo para qualquer militar²⁹⁵

Rui Moreira Lima entrou na FAB em 1941. Ele foi piloto de combate da Esquadrilha Verde, no Senta Pua, tendo participado de 94 missões na Itália. Era casado com Julinha Gonçalves Moreira Lima, pai de Pedro Luiz, Sônia, Claudinha e Aninha, que morreu aos dois anos de idade de câncer.

Para a sua família se declarava legalista e nacionalista, porém ele dizia que nunca teve nada contra os comunistas e que nunca lera nada de Marx. Da mesma forma, dizia que não tinha cabedal intelectual para saber o que é um comunista, mas que eles tinham lutado lado a lado na campanha do petróleo e pelas coisas do Brasil. Ou seja, não havia preconceito.

²⁹⁵ BASTOS, Paulo Melo. *A Caixa-preta do golpe de 64: a república sindicalista que não houve*. Rio de Janeiro: Família Melo Bastos Editora, 2006. Disponível em: <http://www.familiabastos.net/files/caixa_preta_texto.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021; LIMA, Rui Moreira. Comissão Nacional da Verdade: *Depoimento de Rui Moreira Lima*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FuY1K7_hIZA>. Acesso em: 28 abr. 2021; Audiência Pública CNV e CEV RJ. 12/8/2013 e 13/8/2013 – Completo. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/audi%C3%A2ncias-p%C3%BAblicas.html>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Quando Getúlio saiu do poder, Rui quase foi preso simplesmente pelo fato de conhecer Nero Moura, que se opunha à queda do presidente em 1945. Rui foi uma das pessoas que ajudaram a introduzir os aviões a jato no Brasil. Sempre foi legalista, seguidor da constituição. Ele acompanhou Lott no período conturbado que precedeu a posse de Juscelino Kubitschek.

Quando veio o golpe de 1964, ele comandava a base de Santa Cruz havia dois anos. Pediram a Rui que deixasse o comando e ele se negou, dizendo que deixaria o cargo, conforme mandasse a regra, às 9h do dia seguinte. Nessa hora, a base já estava toda cercada e ele estava disposto a não entregar as chaves.

No discurso de transferência de cargo, leu a carta que o pai lhe escrevera quando ele se tornou cadete, que era um tapa na cara dos golpistas de tantos anos depois. Dizia a carta:

Agora debes dobrar os seus esforços, estudar muito, debes obediência aos teus superiores e lealdade aos teus companheiros atitudes justas e nunca arbitrarias.

[Deves] Ser um patriota verdadeiro e não te esqueças de que um povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas. Este povo que debes inspirá-lo nos momentos graves e decisivos, nos momentos de loucura coletiva debes ser prudente, não atentando à vida dos teus cidadãos. O soldado não conspira contra as instituições pelas quais jurou fidelidade. Se o fizer, trai os seus companheiros e podes desgraçar a nação.

O soldado não pode ser covarde nem fanfarrão. A honra é para ele um imperativo e deve ser bem compreendida. O soldado não pode ser o delator, a não ser que isso implique em salvação da pátria. Espionar os companheiros, visando interesses próprios é infâmia e o soldado deve ser digno. Aí estão os meus pontos de vista. Deus te abençoe,

Bento Moreira Lima.

Os golpistas sentiram “o tapa”, e na ordem do dia disseram que com o ato ele estava incitando a violência e o conflito. Foi avisado que seria preso, por telefone.

O tenente-coronel Iran Gomes Cavalcante, em 1964, era capitão comandante da 1ª Companhia de Engenharia do 1º Batalhão de Engenharia de Combate em Santa Cruz Rio de Janeiro e confirmou a história do cerco da base, que segundo ele, aconteceu porque eles tinham medo de que a base se rebelasse, uma vez que Rui era muito respeitado “mas totalmente de esquerda”. Por conta disso, ele pediu o reforço para o pessoal da Vila Militar e civis coordenados pelo governador Carlos Lacerda. Os civis desistiram, no entanto foi enviado um carro de combate e mais o valor de um batalhão para impedir reações. Ou seja, Rui, de fato, não entregou as chaves coisa nenhuma, foi obrigado a fazê-lo para impedir um enfrentamento.

No dia 30, o próprio Rui havia sobrevoado a coluna do general Mourão, mas não tinha ordem para atirar, apenas passou muito próximo da coluna, numa altitude quase mínima.

Depois do ocorrido, cercaram sua casa, contudo ele não foi pego, porque, quando desceu, a polícia já tinha ido embora. Irritado, Rui se apresentou na base aérea do Rio de Janeiro, onde havia

uma ordem de prisão. Estava cursando Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Foram 50 dias preso.

Foi encarcerado mais duas vezes durante a ditadura, sempre sob o pretexto de que era subversivo. Teve o direito de poder voar cassado por nada menos que 17 anos. Virou comerciante para poder se manter.

Em uma das vezes que foi preso, prenderam também seu filho, Pedro Luiz, o qual contava com 20 anos. Rui foi algemado, encapuzado e colocaram-no em uma prisão solitária durante três dias. Já, Pedro foi libertado. Ele tinha sido a isca para que o pai não reagisse.

Entre idas e vindas para a cadeia, Rui passou 200 dias preso durante a ditadura, mesmo sendo um dos melhores pilotos da história brasileira.

Em 2012, segundo o seu filho Pedro Luiz, Rui foi promovido a tenente- brigadeiro quatro estrelas pelo Supremo Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, porém ele não chegou a receber a promoção, pois morreu em 2013. Por incrível que pareça, somente em 2019 é que a promoção saiu em Diário Oficial, no entanto, em 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro²⁹⁶, a promoção foi cassada, junto com mais uma série de promoções realizadas em benefício de pessoas perseguidas durante a ditadura. Dias depois, com um tom deprimente de mau gosto, a FAB convidou Pedro Luiz para representar o pai em uma cerimônia em homenagem a dois pilotos que tinham servido com Rui. Pedro Luiz se recusou a ir.

Moreira Lima foi o primeiro militar a falar com a Comissão Nacional da Verdade, em 2012, e, graças a ele, houve a criação de um grupo de trabalho exclusivamente para ouvir militares cassados pelo regime. Muitas das histórias que contamos aqui no livro, saíram de relatórios da Comissão Nacional da Verdade.

O artista plástico que era comunista²⁹⁷

Carlos Scliar foi pintor, gravador e conhecido no meio das artes plásticas. Na FEB, foi um cabo que esteve junto ao quartel-general em trabalhos burocráticos. Ele era natural de Santa Maria/RS e conforme ficha do SNI, participou, em 1943, de “diversos conclaves de caráter comunista”. Também teria recebido uma espécie de condecoração por serviços de “alta significação prestadas ao Partido Comunista”.

Por ser próximo ao partido, e o próprio Kardec Lemme confirma tal fato, ele era monitorado constantemente pelas autoridades. Em 1951, Scliar assinou o manifesto que intitulava-se “não

²⁹⁶ Presidente que, por várias vezes durante o mandato, defendeu a ditadura civil-militar de 1964 e que durante a carreira política, se manifestou favorável à tortura e à violência como forma de ações do Estado.

²⁹⁷ Documentos br_dfanbsb_1m_0_0_9144_d0012de0015, br_dfanbsb_at0_0_0_0533_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dit_2243_d0001de0001, br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0468_d0001de0001, br_rjanrio_hf_0_seg_0005_d0001de0001 e br_dfanbsb_h4_mic_gnc_ccc_910020438_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

desejamos ver nossa juventude servir de carne de canhão para os imperialistas”, que era contrário à guerra da Coréia. Também teria assinado o “Manifesto da fundação da Aliança Popular pela paz contra a carestia” e, naquele mesmo ano, teria atuado junto ao Partido Comunista gaúcho. Pelo menos era isso que o SNI defendia.

No Uruguai, em 1952, assinou o *Manifesto de Solidariedade pela Liberdade do escritor argentino Alfredo Varela*, tendo sido publicado tal manifesto no jornal *Justiça*, que pertencia ao Partido Comunista.

Em 1953, estava em um ato em memória a Stalin, além de ter tomado parte do 1º Congresso de Cultura, em Santiago no Chile, e de ter viajado com uma delegação para a União Soviética, com a finalidade de assistir às comemorações do 36º aniversário da revolução socialista.

Por essas e outras, estava sempre no radar da 4ª Região Militar. Foi detido em 12 de agosto de 1971, em Belo Horizonte, onde participava de uma exposição de suas pinturas, todavia foi libertado após prestar declarações.

Conforme o documento do SNI, em 1972, ele estava participando como membro Do PCB do Rio Grande do Sul. Na década de 80, precisamente em 1981, contribuía com dinheiro para o PCB, bem como ingressou no Instituto Astrojildo Pereira como sócio-fundador. Na descrição do SNI, tal Instituto era “uma organização de frente do PCB e foi fundado em 8 de outubro de 1981, dia do nascimento de Astrogildo Pereira e do falecimento de Che Guevara”.

Scliar também estava, em 1982, como um dos componentes da mesa coordenadora da festa comemorativa dos 84 anos de Luís Carlos Prestes, realizada no Rio de Janeiro e, dois anos depois, em 1984, foi um dos organizadores da festa de aniversário do líder comunista, em Fortaleza/CE.

Em 1988, continuava participando de eventos comunistas e, mesmo após o fim da ditadura, ainda entrava no radar do antigo SNI. O regime havia acabado, mas as estruturas de controle continuaram de pé. Ainda assim, Scliar continuou militante e assinando documentos e manifestos de intelectuais contra ações americanas na Nicarágua, por exemplo.

No campo profissional, Scliar foi essencial e insubstituível para as artes brasileiras. Em 1938, ele foi um dos fundadores da Associação de Artes Plásticas Francisco Lisboa, em Porto Alegre, onde foi secretário. Entre 1947 e 1950, morou em Paris, tendo viajado a vários países da Europa, expondo e se aperfeiçoando. Quando voltou para o Brasil, ajudou a fundar o Clube da Gravura de Porto Alegre e teve suas obras expostas em Milão, Roma, Dusseldorf, Frankfurt, no Oriente Médio, em Atenas e Belgrado. Também foram registradas exposições e algumas de suas obras ainda estão no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e de Nova York, além do Museu de Arte do Rio Grande do Sul e do Museu de Belas Artes de Boston.

Na campanha pela Anistia, entre 1978 e 1979, ele doou quadros e gravuras para financiar o movimento e a campanha. Esses trabalhos iam para leilões de arrecadação de fundos. De igual modo participava como membro, desde 1978, do Centro Democrático, que tinha Oscar Niemeyer na presidência. Além dele, outros nomes de peso compunham a lista de pessoas que apoiavam o movimento, tais como Caio Prado Júnior, Chico Buarque de Holanda, Dias Gomes, Flávio Rangel, Hélio Pellegrino, João Saldanha, Juca de Oliveira, Mário Lago, Nelson Werneck Sodré, Plínio Marcos, Ruth Escobar, Zelito Vianna, entre outros muitos.

Carlos Scliar morreu dormindo, em 2001, em 28 de abril, no Rio de Janeiro.

Capitão Tácito, comunista e apoiador dos cubanos²⁹⁸

Tácito Lívio Reis de Freitas foi capitão no Depósito de Pessoal da FEB, auxiliando no quartel do general Olympio Falconière como intérprete de inglês para português. Depois da guerra, ele continuou no Exército até chegar à patente de general. Em sua ficha de qualificação do SNI consta que: ele era “comunista, militante do setor militar do PCB, desde 1941”. Ele também era apontado como membro do Movimento Militar Constitucionalista, que promoveu, desde 1955, a participação das Forças Armadas em campanhas desenvolvidas pelo PCB.

Quando assumiu o comando do 5º Regimento de Infantaria em Lorena, em 1958, teve problemas com o general Arquimínio Pereira, o qual comandava a Infantaria Divisionária do 12º Exército e que foi exonerado por ter se recusado a aceitar sob seu comando um “oficial sabidamente comunista”.

Tácito estava na campanha pró-candidatura do general Henrique Lott e, em 1960, foi afastado do comando da 5ª Região Militar. Em 1962, ele foi uma das pessoas que assinou o *Manifesto de solidariedade a Cuba*. Em 1963, foi membro de uma comissão para o aumento de vencimento dos militares, que se reuniu várias vezes no auditório da Associação Brasileira de Imprensa e que tinha como finalidade, segundo o SNI, “acirrar os ânimos dos militares contra o governo”.

Em 1963, também compareceu à reunião realizada em Niterói, para a inauguração do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, que tinha sido proibida de realizar-se em Guanabara e precisou ser transferido para o município vizinho.

Também em 1963, recorreu à justiça contra as eleições para a escolha da diretoria do Clube Militar. Foi cassado em 1964.

²⁹⁸Documentos br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72043998_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80005565_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80006658_d0001de0001, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_68019472_d0001de0001 e br_dfanbsb_vaz_0_0_35936_d0001de0001. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 10 jan. 2021; MELLO, Ignácio Rebouças de. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). *História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 5. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. p. 117; *Jornal do Brasil*, 6 de maio de 1994, p. 15.

Após o golpe de 1964, o SNI o apontava como membro dirigente da subcomissão de meios da Comissão de Assistência aos Militares atingidos pelos atos institucionais, um movimento que, de acordo com o órgão governamental, seria organizado pela Comissão de Solidariedade do PCB. No mês de setembro de 1964, foi indiciado em um IPM pelo então general de divisão, Hugo Panasco Alvim, que também tinha sido da FEB. Foi absolvido.

Em 1968, na qualidade de membro da Comissão de Defesa pelo Desenvolvimento da Amazônia Brasileira, pronunciou conferência sobre o tema em reunião do Grêmio Estudantil Rui Barbosa. Naquele mesmo ano, compôs a mesa organizadora da reunião da ABI pelo 15º aniversário da Petrobras e tomou posição em defesa do monopólio estatal do petróleo, em um evento que contou com mais de 500 pessoas, entre líderes de movimentos sindicais, representantes sindicais e estudantis.

Na década de 90, era apontado como “militante do PCB e presidente da Comissão Nacional de Defesa pelo Desenvolvimento da Amazônia”. Tácito tem alguns livros dedicados ao tema.

A sua filha, Maria de Lourdes, também era monitorada pelo SNI. Não que ela tivesse feito alguma coisa errada, mas sim pelo fato de ser filha de Tácito. Ela era funcionária de Furnas, em Minas Gerais.

Junto com outros militares cassados, Tácito era contrário ao Brasil ter uma bomba atômica, o que era discutido em 1977 em um acordo Brasil-Alemanha. Segundo os informes do SNI, a campanha era “sorradeira” e movida sem base documental, na base da apreciação individual e sem panfletos. Na mesma crítica à bomba atômica, os contrários à arma falavam que o regime brasileiro militar era um violador de direitos humanos e que, por isso, não tinha que ter tal poder. Na avaliação do analista do SNI, responsável pelo documento, eles só diziam isso, porque estavam sendo impulsionados pela União Soviética que não queria ver o Brasil entrar na lista dos países com bomba atômica. Tácito morreu em 1994.

O policial pracinha comunista²⁹⁹

Humberto Tellini era de Uberaba, Minas Gerais, filho único de Humberto e Júlia Ferreira. Ficou órfão de pai aos cinco anos e mudou-se para São Paulo com a mãe. Posteriormente, voltou para a cidade em que morava para cursar ginásio e prestar serviço militar. Ingressou na Guarda Civil de São Paulo com 20 anos de idade em 1939. Conforme Paulo Adriano Telhada (p. 331), "Humberto era um homem inteligente e muito estudioso; devido aos seus esforços teve uma rápida promoção

²⁹⁹ TELHADA, Paulo Adriano L.L. *A polícia de São Paulo nos campos da Itália*. São Paulo: KMK, 2001, p. 328-331.

dentro dos quadros da Guarda Civil, conseguindo em quatro anos galgar vários postos que as pessoas demoraram quase 20 anos para conseguir”.

Apresentou-se como voluntário para servir na Guarda Civil da FEB, que mais tarde começou a ser chamada de Polícia Militar da 1ª Divisão de Infantaria. A função que mais exerceu foi a de motorista de jipe, e o dele chamava-se Zileide, em homenagem a uma sobrinha.

Na Itália, foi promovido a cabo, e quando voltou para casa, não gostava de conversar sobre a guerra. Entrou para o serviço da Polícia Militar novamente assim que voltou da Itália. Casou-se com Maria Tattini. Foi pai de Márcia e Marcos. Em 1961, Humberto foi preso por participar de algumas reuniões consideradas subversivas naquela época. Era um homem bastante politizado, chegando a pertencer ao PCB.

Trabalhou na polícia até 21 de fevereiro de 1963, quando se aposentou como inspetor chefe superintendente, que corresponde ao posto de tenente-coronel da reserva. “Segundo seus filhos, era um homem exageradamente honesto jamais aproveitou de sua situação privilegiada de inspetor chefe superintendente, dispensando várias mordomias e nunca aceitando nenhum tipo de agrado”, confirma Telhada.

Depois de aposentado, montou uma fábrica de peças de automóveis e, posteriormente, trabalhou gerenciando a loja de calçados de um primo. “Quando cansou de trabalhar, construiu uma casa na praia, onde passou muito tempo de sua vida de aposentado. Adorava participar de pescarias”.

Em 1967, recebeu da Guarda Civil de São Paulo a medalha de Cruz de Serviços relevantes. Recebeu ainda as medalhas de Campanha, Medalha do Sescinquentenário da Polícia Militar de São Paulo, entre outras.

Começou a sofrer de problemas no coração, sendo vítima de um infarto, e sobreviveu. Em 1981, foi passear com a família na Europa, visitou alguns lugares da guerra, foram para Londres e, na volta, quando deveriam ir para Roma, foi vítima de um novo infarto. Sobreviveu novamente e ainda teve tempo de mais um terceiro ataque cardíaco, até falecer em 1984, vítima de um quarto infarto.

O soldado que acreditava que vale a pena sonhar

Apolônio de Carvalho é um caso diferente de combatente. Ele não pertenceu a FEB. Apesar disso, enfrentou nazistas como soldado da Legião Francesa. Ele nasceu em Corumbá/MS em 1912. O pai, Cândido Pinto de Carvalho Junior, também fora militar e participou do processo de Proclamação da República.

Os irmãos mais velhos até tentaram participar da Primeira Guerra Mundial ao lado dos franceses, mas foram detidos no Uruguai, após terem saído de barco de Corumbá rumo à Europa.

Em 1930 Apolônio de Carvalho entrou para a Escola Militar do Realengo, onde teve contato com colegas comunistas. Um deles ficaria famoso na FEB mais tarde: Nelson Werneck Sodré, cassado pelos militares golpistas de 64. Em 1932, os dois trabalharam juntos na *Revista da Escola Militar*.

Em 1933, foi para o Rio Grande do Sul como oficial aspirante no 3º Grupo de Artilharia a Cavalos, em Bagé. Em 1935, conheceu a Aliança Nacional Libertadora – ANL, fundada pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB.

Em 1935, apoiou a Intentona Comunista e, em 1936, foi transferido de regimento no quartel e cassado junto com mais 69 oficiais. Teve a patente suspensa, foi preso e expulso do Exército. Apolônio ficou preso no quartel do Rio de Janeiro, de onde só saiu em 1937.

Em 1937, ele foi do Rio para a Bahia, onde embarcou para Paris e de lá para a Espanha, que, na época, estava em Guerra Civil. Apolônio então se uniu aos guerrilheiros que combatiam as tropas de Franco. Lutou ombro a ombro com os espanhóis em Valencia, Almanza, sul do Tejo e ficou baseado em Peraleda del Salcejo. Mais tarde, passou por Teruel e Zalamea de la Serena.

Depois disso, foi retirado das frentes de batalha e foi para Alcira, região de Valencia, já em 1938, ano em que deixou as chamadas Brigadas Internacionais em Barcelona. Ele saiu do território espanhol e entrou na França por Argeles, como refugiado, sendo transferido para o Campo de Gurs, nos Pirineus Ocidentais em 1939.

Nisso, inicia-se a Segunda Guerra Mundial com a invasão da Tchecoslováquia. No ano seguinte, 1940, seria a vez da França. Os alemães chegaram em junho, e Apolônio saiu em maio de Gurs para Marselha, onde recebeu passaporte brasileiro no consulado e começou a trabalhar em 1942.

O seu pai morreu em 1941, enquanto ele estava fora do país. Em 1942, ele deixou de trabalhar no consulado do Brasil, devido a declaração de guerra contra a Alemanha e a Itália. Então, conheceu Renee France, sua companheira pelo resto da vida. Apolônio entrou para a Resistência Francesa em 1943 e, em pouco tempo, se tornou responsável militar pelo sudeste da França, e mais tarde comandou o *Francstireurs et partisans – main-d'œuvre immigrée (FTP-MOI)*, algo como Franco Atiradores e Partisans dos Homens Trabalhadores, uma ala da Resistência formada por imigrantes, com sede em Lyon.

Posteriormente, em 1944, no mês de janeiro, ele e Renee se mudaram para Nimes, onde organizaram o ataque à prisão local, ataque esse que libertou 25 prisioneiros dos nazistas. Depois, se mudaram para Toulouse, no mês de maio.

Em 6 de junho de 1944, aconteceu o Dia D, e os aliados desembarcam na França, ampliando as ações da Resistência. Foi nesse tempo, já em agosto, que Apolônio libertou, com seu grupo, as

idades de Carmaux, Albi e Toulouse das mãos dos nazis. Em novembro, nasceu o primeiro filho do casal, Rene-Louis. Em 1945, ele e a família mudaram para Paris, já um lugar livre dos alemães. A guerra terminaria em maio na Europa e em agosto no Pacífico.

Em 1946, ele e a família se mudam para o Rio de Janeiro e, em 1947, Apolônio se tornou o presidente da Juventude Comunista. Em 1947, nasceu outro filho seu, Raul. Porém, as coisas haviam mudado e, em 1946, o PCB fora posto na ilegalidade pelo Governo, e ele com os filhos e a esposa se transferem para morar clandestinamente em São Paulo. Nunca deixou de ser atuante na comuna.

Em 1953, Apolônio viajou para a União Soviética de onde só voltaria em 1957 para viver na semilegalidade. A perseguição tornara-se ainda mais forte.

Em 1964, ele foi procurado pelas autoridades, e voltou ao Rio de Janeiro, fundando, no ano de 1968, o Partido Comunista Revolucionário Brasileiro – PCBR. Em 1970, foi preso pelos militares e seu companheiro de partido, Mário Alves foi preso e assassinado.

Mais tarde, Renée e o seu filho Raul foram presos também. Eles ficaram detidos na mesma cadeia que Jacob Gorender. Foi nessa época, que um comando revolucionário no Rio de Janeiro sequestrou o embaixador alemão e o trocou por prisioneiros, entre eles Apolônio, e mais 38 pessoas que foram liberadas e enviadas para Argel na África.

Em 1971, Renee e mais 68 prisioneiros foram trocados pelo embaixador suíço, a exemplo do que tinha sido feito com o caso de Apolônio. Em 1972, Apolônio conseguiu visto e se instalou em Paris. No mesmo ano, o filho Raul saiu da cadeia. A esposa foi ao encontro dele em 1973. O ano não havia acabado quando o filho dele, Rene-Louis, foi localizado e preso no Chile. Foi solto três anos depois.

Em 1979, o casal Carvalho retornou ao Brasil e, em 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores – PT. Em 1987, por recomendações médicas, ele se afastou da direção do partido. Participou da luta pela redemocratização do país e continuou militante socialista até seus últimos dias vividos na Casa de Saúde Portugal, na zona Norte do Rio de Janeiro, onde faleceu na tarde de 23 de setembro de 2005.

No Mato Grosso do Sul, foi homenageado com o nome Memorial da Cidadania e da Cultura Popular Apolônio de Carvalho. Quem quiser se aprofundar sobre a vida do ex-combatente, precisa ler o livro *Vale a pena Sonhar*, escrito por ele na década de 90, uma autobiografia bastante detalhista.

Salomão Malina, um judeu comunista: o último secretário do PCB³⁰⁰

Salomão Malina nasceu em 16 de Maio de 1924 no Rio de Janeiro. Ele ingressou no partido em 1943. Era filho de Jacob e Lea. Em princípios do século XX, seus pais emigraram de Lodz, cidade industrial na Polônia, onde florescia uma importante comunidade judaica, que poucos anos depois seria exterminada pelo ódio nazista. Malina era judeu.

Na FEB, ele serviu no 11º Regimento de Infantaria, em um pelotão de caçadores de minas e explosivos. Malina chegou no quarto escalão como aspirante a oficial. Ele foi um dos 10 brasileiros do 11º Regimento designados para cursar a *Engineering Training Detection Mine Warfare and Demolition Course # 11*, em Dugenta, Itália.

O pracinha recebeu Cruz de Combate de 1ª Classe, por ato de bravura individual. Em extensa citação no Diploma de Campanha, Malina é louvado: “(...) pela coragem com que comandou seu pelotão, abrindo caminho para a passagem da Infantaria no eixo de ataque através de terreno minado, sob pesado fogo da artilharia e de morteiros alemães, durante o avanço do regimento para a conquista de Montese, uma das maiores glórias da FEB”.

No Brasil, nas décadas pós-guerra, entre outros cargos dentro do Partido Comunista, Malina foi da Comissão Diretora Regional Provisória; presidente da Comissão Executiva Nacional; Secretário Geral do Comitê Central; Secretário Político e de Relações Internacionais do Comitê Central do Partido Comunista; membro do Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas e Presidente Nacional.

No pós-guerra, trabalhou na Standard Eletric até 1946, quando resolveu se dedicar às causas do PCB até que o partido fosse posto na ilegalidade em 1947. Em 1948, estava trabalhando para o PCB, no jornal comunista *Imprensa Popular*. Quando forças policiais atacaram o jornal, Malina e seus colegas resistiram por uma noite ao cerco policial, porém, depois de policiais jogarem gás lacrimogêneo, eles se renderam. Apanharam muito. Ele foi um dos que mais apanhou. Foram presos, e ele foi condenado a perder todos os direitos militares que possuía. Anos depois, o Supremo Tribunal Federal derrubou a pena, que deveria ser de seis a sete anos, e após Malina cumprir dois anos e meio, foi libertado em 1950.

Na década de 50, tocou a vida dentro do partido, sempre na clandestinidade, a fim de evitar novas perseguições e prisão. Em 1960, ele foi eleito membro da Diretoria da Associação dos ex-combatentes do Brasil, na seção de Santos. Ficou um mandato no cargo.

Em 1964, foi indiciado em um IPM e, em dezembro de 1965, foi pedida sua prisão preventiva. O inquérito continuou rolando durante o ano de 1966, até que em novembro, quase um

³⁰⁰ Documento DI PRT 00431 - CNF 2. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 14 jan. 2021; BLAJBERG, Israel. *Estrela de David no Cruzeiro do Sul: uma amostragem dos precursores e integrantes Judeus e de origem judaica das Forças Armadas do Brasil – Na paz e na guerra – de Cabral ao Haiti / Resende, RJ: AHIMTB, 2015. p. 209-211.*

ano depois do pedido de prisão preventiva, os juízes decidiram arquivar o processo. Mesmo assim, em maio de 1966, Malina já estava sem os direitos políticos, cassados por dez anos.

Em 1967, ele foi eleito membro efetivo do Comitê Central do Partido Comunista. Em 1970, o comando do 1º Distrito Naval mandou investigar a vida de Samuel, e mais uma vez, em 1971, pediram a sua prisão preventiva, que de novo foi negada, sendo ele absolvido por não haver ameaça à ordem, segundo as autoridades. Em 1975 aconteceu o mesmo: ele foi investigado, mas o processo não seguiu adiante.

Em 1978, foi acusado de tentar reativar o Partido Comunista no Rio Grande do Sul em mais um processo que foi arquivado por falta de provas. Em 1979, após uma temporada na França, devido à Lei da Anistia, Malina voltou ao Brasil. Também em 1979, participou, na Itália, do Congresso do Partido Comunista Italiano e, no ano de 1980, participou, em São Paulo, da solenidade de lançamento do jornal *Voz da unidade* do Partido Comunista.

Entre os anos de 1981-1982, viajou para o Brasil participando de conferências sobre a legalização do Partido Comunista e sobre as lutas de esquerda. Tal movimentação alarmou as autoridades e, em dezembro de 1982, Malina foi detido e denunciado em inquérito policial pela realização do VII Congresso do PCB, o que era proibido. Uma coisa eram as palestras, outra era realizar uma conferência nacional. O processo rolou por anos e, somente em 1986, é que ele foi, de fato, inocentado, sendo decretada extinta a punibilidade dele e de todas as pessoas denunciadas como participantes do VII Congresso.

Nos anos que se seguiram, com a volta da Democracia ao país, Salomão andou por todo o território nacional fazendo campanha pelo PCB e tentando aumentar suas filiações, além de participar de ciclos de palestras e aulas especiais. Em 1983, foi reformado pelo Exército, exatos quatro anos após a anistia que lhe devolveu os direitos políticos plenos.

Mesmo comunista, Malina nunca esqueceu as raízes judaicas e pediu que, quando morresse, o enterro seguisse os rituais ancestrais. Conforme o pesquisador Israel Blajberg, Salomão:

toda vida conservou o talit (manto ritual) com que cumpriu a cerimônia do bar-mitzvá (maioridade religiosa aos 13 anos). A tradicional foto de kipá (solidéu) e talit que todo menino judeu tira nesse dia consta do livro de memórias, lançado às vésperas de seu passamento. Teve enterro judaico com velório na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde compareceram inúmeros representantes dos setores políticos e culturais da sociedade. Frisava que suas raízes eram autênticas, e não uma volta às origens, de vez que sempre viveu como israelita, jamais ocultando sua fé. Malina (seu nome em hebraico Schlomo ben Yaakov), faleceu em 2002 aos 80 anos, em 31 de agosto de 2002, sendo sepultado no Cemitério Israelita do Butantã.

Articulações em prol da democracia³⁰¹

Em 1984, Tancredo Neves, que seria eleito o primeiro presidente da Democracia brasileira, se reuniu com ex-combatentes “expressivos” para debater a possibilidade de um civil assumir o SNI, após o final da ditadura. Não era para divulgar o nome dos pracinhas que participaram, apenas que eram da FEB. Para não levantar suspeita, a reunião foi apenas marcada com o objetivo de comemorar os 40 anos de final da Segunda Guerra Mundial.

Todavia, a Revista *Senhor* deixou passar o nome de alguns generais que estavam presentes junto com os assessores de Tancredo Neves. Seriam eles: Carlos de Meira Mattos, que foi capitão no quartel-general da FEB; Otávio Pereira da Costa, que foi 1º tenente no 11º Regimento de Infantaria e o brigadeiro Rui Moreira Lima. O grupo, junto com outros oficiais e generais do exército, se organizou para fazer uma transição da ditadura para a democracia também dentro dos quartéis, de modo a apaziguar qualquer tipo de confusão que viesse a ocorrer.

Ainda na edição 185, de 31 de outubro de 1984, da Revista *Senhor*, foi escrito que:

foi deste núcleo de oficiais, por exemplo, que partiu a decisão de arrefecer o ânimo do ex-presidente Geisel e prepará-lo para o encontro com Tancredo. Foi daí também que partiu a sinalização para os caminhos mais recentes adotados por Aureliano Chaves [vice-presidente]. Desde o início de setembro, o vice-presidente deixou, discretamente, a boca de cena da frente Liberal, preservando-se do desgastante duelo verbal dos meios políticos. Segundo esses oficiais, o vice-presidente tinha sido deslocado do Poder, empurrado perigosamente para a marginalização.

A mesma edição dizia que Tancredo foi aconselhado a, antes de entregar o SNI para um civil, deixar a pasta na mão de um oficial da reserva, sendo que Meira Mattos seria o mais indicado para a função. No entanto, com a morte de Tancredo Neves e a posse de Sarney, que era seu vice, as coisas mudaram e quem assumiu o cargo no SNI foi o general Ivan de Souza Mendes, o qual era engenheiro militar e ligado ao presidente Ernesto Geisel. A intenção de desmilitarizar o SNI não funcionou e ainda ficou com um oficial da ativa.

Pracinhas e comunistas em uma rádio santista³⁰²

Em 1989, fazia quatro anos que a ditadura havia terminado no Brasil. Para comemorar o 50º aniversário do início da Segunda Guerra Mundial, a Rádio Nova Tribuna, de Santos/SP fez algo inédito: eles juntaram ex-combatentes brasileiros com ex-combatentes e pesquisadores russos, para que cada lado contasse como foi sua participação na Segunda Guerra Mundial.

³⁰¹ Documento ARJ n°11260-84. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

³⁰² Documentos B8P - n°022449/89 e B8P - n°023721-90. Disponíveis em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 10 jan. 021.

O estúdio ficou lotado. A prefeita de Santos, Telma de Souza, que havia sido eleita pelo PT, fez questão de estar presente. Além dela, representaram o lado brasileiro: Clotilde Paul, historiadora da Universidade de Santos; Aníbal Ortega, presidente da União Cultural Brasil/União Soviética de Santos; Aldo Ripasarti, soldado do Depósito de Pessoal; Amaro Porfírio de Medeiros, do 1º Regimento de Infantaria; e Esdras Calado Gouveia, soldado do Depósito de Pessoal.

Pelo lado soviético foram convidados os jornalistas Mikail Mairov e Oiek Inditaniov, além do historiador Yuri Borisionc e do representante do Instituto de Ciências Sociais da União Soviética, Vladimir Borisov, todos ex-combatentes soviéticos das várias frentes soviéticas.

A condução do evento foi realizada pelo coordenador da Rádio Tribuna, jornalista Eron Brum e pelo chefe do departamento de radiojornalismo, jornalista Eduardo Silva. O SNI estava de olho e, além de identificar todos os presentes, colocou no relatório que produziu uma reportagem que saiu no *Jornal da Cidade*. Mesmo na democracia, quem era de esquerda continuava sendo vigiado.

Contudo, graças a esse registro do SNI, sabe-se que no programa e no jornal impresso, o enquadramento dado favoreceu aos aliados e acusava os alemães de serem os responsáveis pela guerra, ao invadirem a Polônia em 1º de setembro de 1939. No entanto, não falava nada da participação soviética, que dividiu o país com os nazistas, no Pacto de Não-agressão. “Ao final, todos foram unânimes a respeito da principal lição deixada pela Segunda Guerra, ou seja, a responsabilidade mundial em preservar a paz e evitar a repetição de tamanha catástrofe. A realização da ponte cultural foi também elogiada como um caminho para aproximar povos tão distantes, independentemente da ideologia ou sistema de governo”, foi publicado no jornal.

A transmissão foi reprisada pela Rádio Nova Tribuna em outro horário e, em 1990, a iniciativa foi repetida, dessa vez, tendo também a participação de um representante dos Estados Unidos.

Em 1990, participaram: Luiz Celso Manço, da União Cultural Brasil/Estados Unidos; Reinaldo Martins, Secretário de Cultura de Santos; Isa Fava de Oliveira, professora de história da Universidade de Santos e os pracinhas Amaro e Aldo, que participaram pela segunda vez.

O SNI não mencionou o nome dos soviéticos, mas disse que eles fizeram uma participação através da rádio moscovita. De acordo com o relatório, os soviéticos culpavam os alemães, mais uma vez e: “reafirmaram a necessidade de manter laços de amizade entre as duas nações”.

Em 26 de dezembro de 1991, a União Soviética deixaria de existir e vários países seriam criados a partir da sua dissolução. Novos encontros entre veteranos de guerra dos dois países não seriam mais realizados pelas ondas de rádio santistas.

Contra Privatizações!³⁰³

Em 5 de junho de 1995, a discussão no país era quanto a autorizar a privatização em empresas públicas por parte do Estado. O presidente era Fernando Henrique Cardoso, e a *Frente em Defesa da Soberania e Integridade do Brasil* foi criada para ser contrária a tais medidas.

É um documento de tom bastante crítico, juntando militares, civis e entidades vinculadas aos setores militares, estudantil, sindical, das mulheres e outros que formavam uma “frente popular”, que “não aceitava a entrega do Brasil aos estrangeiros e a transformação dos brasileiros em escravos obedientes e cabisbaixos das Nações ricas”.

Um dos trechos dizia que: “nenhum plano de estabilização pode dar certo enquanto o governo não enfrentar, corajosa e patrioticamente, as verdadeiras causas da inflação e da estabilidade monetária: a dívida externa, dívida interna e dívida social”.

Alguns representantes da FEB que assinaram o documento foram: Inácia Blauth, que foi enfermeira na FEB; Raimundo de Oliveira, ex-combatente no 11º Regimento de Infantaria; major José Conrado de Souza; general Carlos de Andrade Serpa; coronel Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo Filho, 1º tenente no 1º Regimento de Infantaria; coronel Kardec Lemme; e Associação da Federação da FEB.

Mesmo com mobilização, não adiantou muito, e Fernando Henrique Cardoso fez a maior onda de privatizações da história do Brasil, com o objetivo de reduzir a dívida pública. Todavia, mesmo com a privatização de 165 empresas estatais, a dívida continuou a aumentar entre 1996 e 2002. As dívidas públicas aumentaram de 153,2 milhões para 850 milhões ao final do seu governo.

³⁰³ Documento TD8 - n°79535/96. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>>. Acesso em: 14 jan. 2021

Um fechamento necessário

Como apresentado neste livro, houve uma grande diversidade de pensamento ideológico político, partidário ou não, por parte de ex-combatentes da FEB. O que não se pode negar é que toda ditadura, quando instalada, se pautou por valores contrários àqueles que foram defendidos pelos soldados brasileiros na Itália entre 1944 e 1945. Todos os não democratas perseguiram o pensamento divergente, humilharam os contrários e nos casos mais extremos, assassinaram os que pensavam diferente deles.

É preciso que olhemos as histórias desses ex-combatentes como exemplos de combate ao autoritarismo e aos males que os regimes imperiosos trazem para uma sociedade. Por este aspecto, não há como fazer uma defesa dos governos que cercearam as liberdades no país durante o século XX, nem achar que foram justas e corretas as ações de líderes militares que mesmo em períodos democráticos, promoveram perseguição e maus tratos aos seus e subordinados ou mesmo contra aqueles pracinhas tornados civis, que haviam combatido contra o nazifascismo.

Creemos que é olhando para trás que se avança para um futuro, que é refletindo no passado não tão distante, que poderemos ressurgir cada vez mais como um país democrático, pois, a democracia sempre estará na mira dos inimigos do povo, daqueles que buscam a todo custo implantar autocracias, ditaduras e outros tipos de regime que flertam com os preceitos que balizavam as atitudes de Hitler e Mussolini, que circulavam em seus gabinetes e eram postos em prática contra as populações oprimidas e mesmo contra o próprio povo alemão ou italiano.

Ao mesmo tempo, não é de bom gosto e nem razoável que se atrele a memória da FEB a regimes nefastos e prejudiciais que são frutos do autoritarismo. Não foi por este ideal que jovens deram a vida e outros perderam a sanidade nos campos de batalha da Itália. E quando falamos de autoritarismo, devemos fazer a crítica tanto aos extremismos de direita quanto aos de esquerda, que não trazem outro benefício que não seja apenas a concentração de força para quem está no poder governar para si mesmo, elegendo valores que dizem ser populares, mas que não passam de blasfêmias egoístas em benefício próprio.

O populismo, aliás, pode muito bem estar atrelado às sementes que geram árvores autoritárias. Isso se dá quando o culto a uma pessoa ou partido toma o lugar das reivindicações populares e do bem comum ou do bem estar social, submetendo a democracia à vontade de um só comandante, ao desejo de um grupo ou às visões de mundo distorcidas de agrupamentos de indivíduos ideologicamente doentes.

Em casos assim, não resta outra saída aos verdadeiros democratas, que não seja opor-se a estes regimes, fazendo muitas vezes do próprio corpo o escudo contra os abusos, como foi o caso de muitos soldados que lutaram na Segunda Guerra Mundial e que mais tarde foram duramente perseguidos pelos regimes que se diziam populares e “ordeiros e progressistas”.

E não se enganem aqueles que pensam que os autoritarismos serão impostos somente pela força das arma neste século XXI. Cientes de que o sistema dificilmente será mudado pela força de golpes, cada vez mais os líderes autoritários e seus grupos políticos têm ser aproveitado da democracia para iludir os mais incautos, que enxergam na atuação centralizada e muitas vezes conservadora desses grupos, as soluções rápidas para seus problemas, sejam eles das áreas que forem. Uma vez no poder, esses líderes se aproveitam de um legislativo que geralmente lhes é subserviente e aparelham o judiciário da maneira que podem, para que uma vez questionados quanto ao comprimento de alguma lei, tenham opiniões que lhes sejam favoráveis.

Na verdade, este segundo caminho que não é das armas, é o que mais tende a ser visto nas próximas décadas, até o ponto em que um regime de exceção, uma vez instalado, não tenha contestações ou possa oferecer soluções que, em tese serão legais, afinal, o judiciário já lhe será simpático quanto aos questionamentos que vierem a ser feitos.

Talvez, em momentos de ataque, os democratas e liberais de esquerda e direita se unam para, mais uma vez, como foi mostrado neste livro, combaterem de frente as ditaduras, porém, sem a certeza de uma vitória, ou com a certeza de que será uma luta longa, como foi no Brasil durante o Estado Novo ou na ditadura civil-militar, por exemplo.

No mais, que tenhamos esses homens e mulheres presentes nesta obra, como bons exemplos de lutas contrárias aos autoritarismos e que nunca nos esqueçamos que, por mais que a democracia apresente falhas, é dela o estandarte que devemos carregar, é dela que devemos nos nutrir e é a ela quem devemos servir.

FIM

Álbum fotográfico

Agostinho Gonçalves da Motta nos dias da guerra e já idoso (do livro “Febianos”, de Maria Madalena Dib Mereb Greco; e a foto dele idoso é de autoria de Franz Mendes).



Alberto Weinhardt Borges. Foto da Legião Paranaense do Expedicionário



Apolônio de Carvalho, o terceiro da esquerda para a direita, com colegas da Resistência Francesa (Foto do livro Vale a pena sonhar)



Alfredo Soares Pínhheiro Filho. Foto da Memória histórica do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil (Seção do Arquivo Nacional)



Apolônio de Carvalho, nos dias da Segunda Guerra Mundial (foto do livro Vale a pena sonhar)



Boris Schnaiderman em duas fotos da Itália (Foto da Agência Folha e do Arquivo Nacional)



Arnaldo Augusto da Matta (Foto do Hid0141 Blogspot)



Discurso de boas vindas ao Exmo Sr Pres da Rep Jucelino Kubitscheck pelo Sr Cel Arnaldo Augusto da Matta, Cmt da Escola de Comunicações

Arnaldo Augusto da Matta discursa para o presidente JK, na presença do general Lott (segundo da esquerda para a direita na mesa). (Foto da ANVFEB SBC)



O cabo Elias Miguel cerqueira, nos anos 50. (Foto do Arquivo Nacional)



Edson Giordano Me-deiros. (Foto do livro O Paraná na FEB, de Agostinho Rodrigues)



Carlos Molinari Cairolí, entre subordinados da Secretaria de Segurança Pública (Fotos do Arquivo Nacional)



Em pé, da esquerda para a direita: **tenente Carlos Pinto da Silva (acusado de subversão)**, Major Olívio Gondim de Uzêda (comandante do 1º Regimento), Giovannengelo Rizzo e outro soldado não identificado. Agachados: 2º Tenente Paulo Campos Paiva e Subtenente Mauro. Todos são do 1º Regimento de Infantaria no inverno de 1944-45. (Foto do Museu do Expedicionário de Curitiba/PR)



Celso Furtado na época da FEB e depois já como professor nos anos 60. (Fotos do documentário Um longo amanhecer e do site Vermelho.Org)

Segunda-Feira, 17 de Agosto de 1964 ULTIMA HORA

PRACINHAS ACOMPANHARAM O ENTÊRRO DO HERÓI DA FEB VÍTIMA DO INQUÉRITO

... e a sua esposa. No dia...



Dilermano Mello do Nascimento, assassinado pela ditadura em 1964. (Fotos da Comissão Nacional da Verdade)



Fotos do piloto Fortunato de Oliveira. (Imagens da Torcida Vascomunistas)





Jacob Gorender, sem camisa, com colegas da FEB, após a conquista de Monte Castello. (Foto da ANV-FEB/Direção Central, RJ)



Jacob Gorender.
(Foto Eduardo Knapp/FolhaPress)



Jamil Amiden, segurando um binóculo, na direita, em Montese, com soldados da 5ª Cia do 6º Regimento. (Foto do Arquivo Nacional)

Jamil Amiden nos anos 50 e cumprimentando o presidente Jk, que tem atrás dele, o general Nelson de Mello, que comandou o 6º Regimento na Itália. (Foto da Wikimedia e do livro Eles não voltaram, escrito por Jamil)



Kardec Lemme em três momentos. A segunda é da época da FEB. Fotos do Hid0141 Blog e do neto de Kardec, Luiz Alberto Lemme de Abreu.



Marechal Lott em uniformes militares e ostentando as medalhas recebidas ao longo da carreira. Na foto da direita, ele ao lado de João Goulart em 1955, em defesa de JK.



O Marechal falando em Três Rios (3-3-60).

Esta primeira foto é Lott garantindo a posse de Nereu Ramos (ao centro), em 1955. Ao lado e de cara fechada, Mascarenhas de Moraes. Na outra foto, o marechal Lott em campanha, em 1960, em Três Rios/MG. Fotos do livro “Marechal Henrique Lott”, de Joffre Gomes da Costa.



Elementos do Estado-Maior do III Batalhão do Regimento Sampaio, reunidos à porta do Posto Avançado do Batalhão, encosta sul da elevação da Torre di Nerone. Em pé, da esquerda para a direita: 1º Tenente Padre Urbano Rausch (capelão do Batalhão), Major Franklin Rodrigues de Moraes (comandante do Batalhão), 1º Tenente Artur de Barros (S2 do Batalhão, por trás), **Capitão Luiz Gonzaga de Oliveira Leite** (subcomandante do Batalhão) e 1º Tenente-Médico Jair Garcia de Freitas. Abaixados, da esquerda para a direita: Capitão Floriano Peixoto Corrêa (comandante da CPP III), Capitão Walter de Menezes Paes (S3 do Batalhão) e Capitão José Good Lima (oficial de ligação da Artilharia). Foto do acervo da ANVFEB/RJ



Oficiais do Regimento Sampaio reunidos, ao abrigo das vistas inimigas, nas proximidades das linhas de defesa da FEB. Em primeiro plano, da esquerda para a direita: oficial não identificado e **Capitão Antônio Carlos de Andrada Serpa** (comandante da Companhia de Obuzes). Em segundo plano, da esquerda para a direita: 1º Tenente Padre Urbano Rausch (Capelão do III Batalhão) e **Capitão Luiz Gonzaga de Oliveira Leite** (subcomandante do III Batalhão). Itália, janeiro de 1945. Foto do acervo da ANVFEB/RJ



Newton de Souza Ortmann nos dias de FEB e no pós-guerra. Fotos do Portal FEB



Giordano Rodrigues Mochel



Uma das raras fotos de Henrique Cordeiro Oest na Itália. Ele é o primeiro aqui da direita. Na foto, ele está com parte dos oficiais do comando do batalhão dele e ao centro, o general Zenóbio da Costa, comandante da Infantaria da FEB. A foto é de Horácio Coelho, o fotógrafo oficial da FEB. Oest faleceu no Rio de Janeiro, em 7 de março de 1982. Foto do “Jornal da Manhã”, pertencente ao Arquivo Nacional. Na outra foto, ele no pós-guerra. Foto também do Arquivo Nacional.



Humberto Neder, que deixou importante registro sobre o setor militar de esquerda. Foto do livro dele.

Foto do Arquivo Nacional. Os homens desta foto: Soldado Onofre Pimenta Godoy (atirador do 6º Regimento), **Capitão Manoel Inácio de Souza Júnior** (2ª Batalhão, 5ª Cia, do 6º Regimento), Capitão Edgard Monteiro Sampaio (Cia de Petrechos Pesados do II Batalhão do 6º Regimento), capitão Leônidas Sales Freire (S3, II Batalhão do 6º Regimento) e tenente Agenor Monteiro (não achamos a Cia, apenas que era do 6º Regimento).



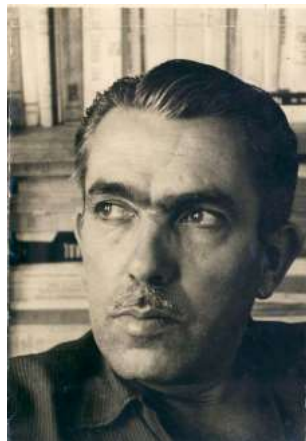
Rubem Braga, na esquerda, com Partigiani no norte da Itália, durante a perseguição aos alemães. Foto do acervo de Helton Costa.



Os três correspondentes da FEB (Joel, Rubem e Egydio), que eram conhecidos por posicionamentos mais à esquerda. Foto da Revista Cruzeiro.



Rubem de Uniforme da FEB, na Itália e ele já na década de 80. Fotos do Arquivo Nacional



Rui Moreira Lima nos dias de piloto, na Itália. Foto do acervo do filho dele, o Pedro.



Salomão Malina já idoso e nos dias da FEB. Foto de O Globo e do Jornal A Manhã/RJ.



Silvino Castor de Nóbrega meses antes da guerra e durante a guerra. Fotos do 37º Batalhão de Infantaria e da ANVFEB/RJ.



Fotos de protestos pela entrada do Brasil na guerra, com bandeiras aliadas (acima). Aqui ao lado, protestos que indiretamente clamavam por democracia. Fotos do Arquivo Nacional.

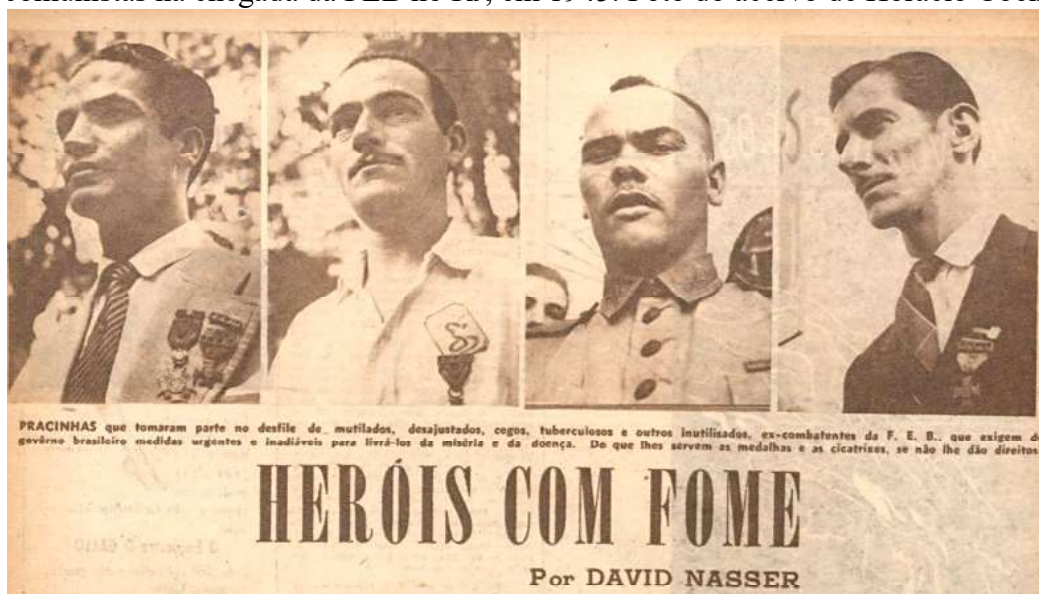


Partido comunista, em seu breve período de legalidade, marcou presença na chegada da FEB, em 1945. A rua antes das tropas e a mesma rua já com a população e os soldados. Fotos da DPHCEX



Foto: Horácio Coelho

Faixas comunistas na chegada da FEB no RJ, em 1945. Foto do acervo de Horácio Coelho.



Fotos de Jean Manzon, para a revista Cruzeiro, do grande protesto de 1947.



Notícia do grande protesto de 1947.



Entrevista de Pedro Paulo Lacerda em que sustentava que os comunistas sempre estiveram do lado dos ex-combatentes.



Alfredo Pinheiro Soares Filho. Do acervo do Exército Brasileiro.



Neltair Pithan da Silva. Foto do Acervo de Helton Costa



O jornalista Egydio Squeff. (Foto do Arquivo Nacional)



Nilson Vasco Godin. (Foto do livro Liberdade escrita com sangue: um manezinho na Segunda Guerra Mundial)



Horácio Coelho. (Foto do acervo de Mário Emílio Coelho)



Humberto Tellini. (Foto do livro do livro A Polícia de São Paulo nos Campos da Itália, do Coronel Telhada)



Pedro Hilário. Foto da Aventuras na História



Gervásio Gomes de Azevedo (Foto da página de Facebook que leva o nome dele)



Américo Duarte. Do acervo de João Antônio Gouveia da Silva

Joel nos dias da FEB. Foto do Arquivo Nacional





João Baptista Stavola. Foto do Arquivo Nacional



Stavola em perfil. Foto do Banco de Dados da FEB



José Mendes de Sá Roriz, assassinado pela ditadura.
(Fotos do Arquivo Público de São Paulo)

Sobre os autores

Helton é Doutor em Comunicação e Linguagens, mestre em Comunicação, especialista em Estudos da Linguagem e em Arqueologia e Patrimônio; bacharel em Jornalismo e licenciado em História. Pós-doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Autor de “Confissões do Front: soldados do Mato Grosso do Sul na II Guerra Mundial”, de “Crônicas de sangue: jornalistas brasileiros na II Guerra Mundial”, de “Dias de Quartel e guerra: diário do Pracinha Mário Novelli”, de “Camarada pracinha, amigo partigiani: anotações brasileiras sobre a resistência italiana na II Guerra Mundial”, de “Ao alcance da morte: ensaio sobre o estado psicológico dos soldados da FEB na Segunda Guerra Mundial”, de “Soldado 4.600: vida e luta do pracinha Manoel Castro Siqueira”, “Soldado Justino: um sobrevivente da FEB” e de “Estrada para Assunção: imagens e memórias da Guerra do Paraguai/Tríplice Aliança, 160 anos depois”.

=====

Carlos é mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina e especialista em História Social e Ensino de História pela mesma instituição, onde também graduou-se em História. Ele possui pesquisas e artigos sobre História Política e Militar brasileira. Atualmente é professor concursado do quadro permanente da rede pública de ensino do Paraná.

Este livro é gratuito em sua versão digital. Se você quiser fazer uma doação de qualquer valor para incentivar outras pesquisas minhas sobre esta temática e outras, basta fazer um uma transferência bancária para:

Helton Costa

Agência 0001

Conta 60580983-8

Banco 0260

Nu Pagamentos S.A.

PIX: heltoncostas@gmail.com